

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
Mestrado em História e Cultura das Regiões

O PLANO VENTURA TERRA
E A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO FUNCHAL
(primeira metade do século XX)

Dissertação de Mestrado de Teresa Vasconcelos

Orientador: Professor Doutor Rui Carita

Área de especialização : História da Arte

Dezembro 2005

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I	8
1 . ANTECEDENTES	9
1.1 <i>Formação e Expansão Urbanística do primeiro núcleo populacional do Funchal: contributos para a sua compreensão.</i>	9
1.2 <i>A Madeira nos inícios do século XX e o plano Ventura Terra.</i>	19
CAPÍTULO II	39
2 . ORGANIZAÇÃO INSULAR DAS OBRAS PÚBLICAS NA MADEIRA.	40
2.1 <i>Contextualizações às Obras Públicas no Funchal, 1930-1950.</i>	40
2.2 <i>O Ministério das Obras Públicas e suas extensões no arquipélago: elementos para a compreensão do seu funcionamento.</i>	51
2.3 <i>Posturas Camarárias e Determinações da Junta Geral a Obras no Município do Funchal, 1930-1950.</i>	67
CAPÍTULO III	83
3 . AS GRANDES OBRAS DO ESTADO NOVO NA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO FUNCHAL, (1930-1950).....	84
3.1 <i>Planos de Urbanização para o Funchal, (1930-1950).</i>	84
3.2 <i>Obras Portuárias: o prolongamento do Cais da Cidade, o Porto e a Capitania do Funchal.</i>	93
3.3 <i>Melhoramentos na Rede Viária da Cidade.</i>	99
3.4 <i>Alargamento da Rede de Saneamento Básico e Municipalização de Serviços Camarários.</i>	107
3.5 <i>A Questão da Habitação: os bairros económicos e as casas de renda económica.</i>	113
3.6 <i>Saúde Pública: Hospital Anti-tuberculoso, Sanatório, Preventório de Santa Isabel e Dispensários.</i>	119
3.7 <i>Construções Escolares: escolas primárias e Liceu do Funchal.</i>	127
3.8 <i>Outros equipamentos públicos: Mercado dos Lavradores, Banco de Portugal, Edifício dos Correios, Palácio da Junta Geral e Novo Edifício para Repartições Camarárias.</i>	132
3.9 <i>Espaços públicos / arranjos urbanísticos: Jardins e Parques, Largos, Miradouros, Praças e Rotundas.</i>	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIA / FONTES	147
<i>Bibliografia de referência</i>	147
<i>Obras Gerais de História de Portugal</i>	147
<i>Obras Gerais de História de Arte, Urbanismo e Arquitectura.</i>	148
<i>Obras de História de Arte, Urbanismo e Arquitectura Portuguesa</i>	148
<i>Obras Gerais de História da Madeira</i>	150
<i>Obras de Urbanismo e Arquitectura na Madeira</i>	155
<i>Obras de Artes Plásticas e Design na Madeira</i>	156
Outras Fontes	156
ANEXOS	159

Introdução

A História da Arquitectura e do Urbanismo na Madeira tem beneficiado nos últimos anos de alguns contributos por parte dos investigadores de História Regional. Contudo, registamos, para alguns períodos, lacunas que interessariam colmatar.

No que se refere aos primeiros séculos da historiografia madeirense, e no âmbito das áreas em questão, podemos acompanhar a evolução do primeiro povoado, e da ulterior cidade do Funchal, através dos estudos pioneiros do Dr. António Aragão. Sustentados por teses de carácter económico, aquele historiador fundamenta o crescimento urbano e arquitectónico das cidades, e em concreto a do Funchal, relacionando-os com as características sócio-económicas das diferentes épocas mais significativas.

Para António Aragão, o carácter arquitectónico e urbanístico das cidades assenta fundamentalmente nas bases económicas da região em que se insere, sendo pois factor fundamental na modelação da sua fisionomia. Assim, a malha da estrutura urbana do Funchal passaria por uma formulação na época da prosperidade açucareira, uma reformulação na grande época da produção vinícola e, mais recentemente, no *boom* provocado pela época do grande turismo internacional.

No aprofundamento de questões relacionadas com a arquitectura rural madeirense e estabelecendo um paralelismo com as primeiras manifestações arquitectónicas neste arquipélago, podemos constatar, de entre outros, os trabalhos do Dr. António Marques da Silva e, mais recentemente, do arquitecto Victor Mestre. Os aspectos estruturalistas das últimas décadas do século passado são deixados para um segundo plano, embora não ignorados, e a arquitectura e o urbanismo são trabalhados de uma forma mais ampla e global, essencialmente por Victor Mestre, sem a absoluta dependência económica anteriormente formulada.

São igualmente válidos os contributos do Dr. João dos Reis Gomes sobre a casa madeirense e a estética do Funchal, para uma época em que então se preconizava o modelo da “*casa portuguesa*”, essencialmente da responsabilidade do arquitecto Raul Lino e que na Madeira temos como seu seguidor, o arquitecto Edmundo Tavares. São, no entanto, trabalhos demasiado marcados por uma certa ideologia, principalmente cimentada na procura de uma “*casa madeirense*”, cujas linhas acabam por não definir e que carecem hoje de uma nova apreciação.

Constituindo um estudo de carácter mais específico, no âmbito da arquitectura militar regional, podemos encontrar a tese de doutoramento do Professor Doutor Rui Carita. Na sua *História da Madeira*, já com seis volumes editados, este historiador apresenta-nos, igualmente, vários contributos para o entendimento evolutivo da arquitectura e do urbanismo no arquipélago da Madeira. Ainda naquela obra, o autor avança com informações relevantes sobre a planta de Mateus Fernandes, os trabalhos de Paulo Dias de Almeida, bem como os estudos do brigadeiro Reynaldo Oudinot para uma *nova cidade* nas Angústias. Mais recentemente avançou para o estudo dos mestres das obras reais no quadro do império português, sendo o mais recente trabalho o publicado na revista *Monumentos*, sobre a reformulação manuelina da então vila do Funchal para se transformar em cidade e sede de bispado.

Para os anos trinta e quarenta do século XX, período que pretendemos explicar mais detalhadamente, deparamo-nos, sobretudo, com as investigações dos arquitectos José Manuel Fernandes e Victor Mestre, bem como os trabalhos e as indicações do Professor Doutor Rui Carita, ao qual devemos a orientação deste estudo.

Para o decurso da nossa investigação interessava-nos definir à priori as condições em que se encontrava a cidade do Funchal, destacando isolada e genericamente a formação e expansão, tanto urbanística como arquitectónica, do primeiro núcleo populacional na Ilha, pois são delas os importantes traços definidores da cidade de inícios do século passado. Sem querer aprofundar o assunto, até por não ser esse o intuito da nossa investigação, julgamos desta forma acompanhar a evolução da cidade nas áreas a que nos propomos examinar.

Será também ocasião para prestar a nossa homenagem a uma série de arquitectos, urbanistas e, igualmente, engenheiros e simples mestres de obras, que o tempo e o esquecimento remeteram para a poeira e humidade dos arquivos. Acresce que igualmente se pretende registar a intervenção de determinadas personalidades do processo político, que visionaram, pressionaram e permitiram o risco real dos vários projectos. Por último, pretende o nosso estudo aproveitar a ocasião para apresentar o que sobre estas áreas encontrámos, facilitando a futura consulta de todos esses trabalhos àqueles que desejarem prosseguir este tipo de investigação histórica.

A abordagem ao plano Ventura Terra (1912-1915) possibilita-nos a elaboração de uma contextualização às primeiras décadas do século XX na Madeira, com referências específicas à cidade do Funchal. Assim, destacamos um plano que será ponto de partida para as mudanças urbanísticas levadas à prática, embora com alterações, ao longo de grande parte do século XX nesta cidade do Atlântico. Na memória descritiva, e nas declarações à imprensa de então, já o autor daquele documento destingue três

momentos evolutivos na sua concretização, de modo a integrar o Funchal no conjunto das principais cidades europeias do Turismo.

Num segundo capítulo, mais direccionado para a época que pretendemos aprofundar, demos lugar primeiramente a uma contextualização política e económico-social dos anos trinta e quarenta do século passado para, logo depois, reservarmos espaço ao estudo de questões relacionadas com a orgânica insular das obras públicas. É nosso intuito dar a perceber o funcionamento do Ministério das Obras Públicas nas suas extensões ao arquipélago madeirense, assim como algumas particularidades relativamente à jurisdição de cada uma das entidades regionais intervenientes nos processos de obras públicas levados a efeito na cidade do Funchal, durante aquele período.

Nos *Orçamentos Ordinários da Câmara Municipal do Funchal*, publicados desde 1936 e existentes na Biblioteca Municipal do Funchal, buscamos contributos para este trabalho, pois é de todo o interesse averiguar as contas da edilidade relacionadas com obras públicas municipais. Todavia, pela especificidade desta fonte, deixamos aos especialistas o aprofundamento das questões afins. Conduziu, igualmente, a nossa investigação o propósito em apurar da existência de legislação portuguesa e posturas camarárias relativas às áreas em questão de modo a percebermos quanto à normalização e regulamentação da produção arquitectónica e urbanística regional, e em particular nesta cidade. E assim, ficamos mais habilitados ao entendimento das particularidades inerentes ao percurso da arquitectura modernista e dita “*de regime*”, na cidade do Funchal.

Para um terceiro capítulo reservamos a análise ao conjunto de obras públicas mais significativas realizadas nesta cidade, no decurso das duas décadas de *Estado Novo*, 1930-1950. Nomeadamente, as levadas à prática pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pela Junta Autónoma do Porto e pela Câmara Municipal do Funchal, onde podemos constatar, em parte, a aplicação da hipótese inicialmente levantada, da responsabilização do plano Ventura Terra na modernização da cidade do Funchal. Serve também este terceiro capítulo para destacar a actuação da edilidade funchalense sob a presidência do autarca Dr. Fernão Ornelas Gonçalves na Câmara do Funchal, que em nosso entender, terá sido o grande motor de toda essa época.

No que respeita à recolha de informação para o desenvolvimento deste estudo, na impossibilidade de levantamento de dados nos livros de registo de deliberações e actas das sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, para os anos entre 1930-1950, recorreremos aos resumos das sessões daquele conselho administrativo distrital, publicados na imprensa diária regional; pois aquela série documental não se encontrava acessível aos investigadores. Neste aspecto, congratulamo-nos com o levantamento, análise e tratamento arquivístico, iniciado em Julho de 2004, pelo Arquivo Regional da

Madeira, com o objectivo de incorporar a documentação de valor histórico oriunda da Junta Geral nas novas instalações do ARM e na reconstituição do fundo documental daquele conselho administrativo distrital que se encontra disperso por toda uma diversidade de áreas orgânicas afectas ao Governo Regional da Madeira.

No que respeita à consulta dos livros de registo das actas das sessões camarárias entre 1930-1950, o facto daqueles documentos ainda se encontrarem nos Paços do Concelho, implicou um horário específico, e bastante restrito, para a sua consulta; apenas nas tardes das quartas-feiras nos possibilitavam espaço para tal. Assim, optamos por prosseguir com a leitura dos resumos das sessões daquele órgão de poder local publicados na imprensa regional, restringindo uma análise mais detalhada dos respectivos livros, aos assuntos e datas mais pertinentes.

Respectivamente ao levantamento de dados da Colecção de Legislação Portuguesa, encontramos a I e II Séries no Arquivo Regional da Madeira. Todavia, aquele serviço público apenas dispõe da I Série até 1926, o que nos fez recorrer ao Arquivo Geral da Câmara Municipal do Funchal, instituído desde Outubro de 2002 e coordenado pela Dr.^a Graça Amaral. Na falta de condições para consulta de documentação, permitiram-nos o transporte dos livros até a Sala de Conferências do Município, onde realizamos, durante algumas semanas, a nossa pesquisa.

Complementamos a recolha de dados com a análise aos dossiers presentes no Arquivo de Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal, Departamento de Planeamento Urbano. Aqui encontramos o Plano de Miguel Ventura Terra que, actualmente, se encontra em fase de digitalização, assim como a existência de vários outros projectos de arquitectura e urbanismo relativos ao conjunto de obras levados a efeito pela edilidade funchalense ao longo do século XX. Contudo, sem qualquer tratamento arquivístico, o que nos dificultou uma correcta localização.

O trabalho que aqui apresentamos beneficiou dos vários contributos que nos possibilitou a parte curricular do curso de Mestrado em História e Cultura das Regiões, da Universidade da Madeira, sob a coordenação do Professor Doutor Rui Carita. Contámos com a colaboração de diversas pessoas e instituições. A todos agradecemos, contudo, queremos aqui referir alguns, a quem devemos particular reconhecimento.

Ao Professor Doutor Rui Carita queremos destacar o nosso mui sincero agradecimento pela doura e sobretudo paciente orientação deste trabalho.

À Secretaria de Educação da R.A.M., manifestamos o nosso agradecimento pela situação de equiparação a bolsa e de licença sabática, o que nos possibilitou, com maior disponibilidade, concluir a frequência da parte curricular e a recolha de dados para a elaboração da dissertação deste Mestrado.

Ao CITMA queremos agradecer o benefício de uma Bolsa de Mestrado manifestando o nosso especial apreço à Dr.^a Isabel Torres, pela atenção dispensada ao nosso longo processo. À Dr.^a Irene Figueira agradecemos igualmente a amabilidade com que sempre nos recebeu.

Ao Museu Fotografia Vicentes, na pessoa da sua Directora, Dr.^a Maria Helena Ferraz de Araújo, queremos manifestar o nosso agradecimento pela gentil cooperação na selecção de imagens relativas à temática que desenvolvemos neste estudo.

Ao Arquivo Regional da Madeira e à Biblioteca Municipal do Funchal, uma palavra de reconhecido agradecimento ao pessoal técnico pelo pronto e amável acolhimento que nos propiciaram nas imensas horas de investigação.

À arquitecta Diva Freitas, da Secção de Património da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, agradecemos a atenção que nos dispensou, bem como a indicação acerca da localização da memória descritiva do plano de Miguel Ventura Terra.

Pretendemos também registar um agradecimento especial à Dr.^a Graça Amaral do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Funchal pela atenção que nos dispensou.

Ao engenheiro Hugo Reis, assim como ao arquitecto Luís Xavier, do Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal do Funchal queremos deixar o nosso reconhecimento pela atenção dispensada.

Aos colegas deste Mestrado, sobretudo, aos que seguiram mais de perto a nossa caminhada; ao Dinis Pacheco, à Alexandra Gonçalves, ao Agostinho Lopes e ao Paulo Ladeira, agradecemos as palavras de incentivo e o suporte moral várias vezes demonstrado que nos ajudou a manter a persistência necessária.

À Mestre, Dr.^a Cristina Figueiredo, agradecemos a revisão de texto e as indicações que nos dispensou.

Por último à minha família agradeço todo o carinho dispensado e, sobretudo, àqueles que me são mais queridos, ao Filipe e ao Pedro, um profundo agradecimento pela especial tolerância e compreensão ao longo destes anos de investigação. A todos o nosso sincero obrigado.

Capítulo I

1 . Antecedentes.

1.1 Formação e Expansão Urbanística do primeiro núcleo populacional do Funchal: contributos para a sua compreensão.

Em inícios do século XX, a cidade do Funchal continuava quase com as características de um burgo medieval. Desenvolvera-se sem grande planeamento urbanístico mantendo, a este nível, as directrizes lançadas na época do seu povoamento, com pequenos ajustamentos na época manuelina. A capitania de Zarco ¹, tomando a orientação leste-oeste, modelara-se ao longo dos tempos conforme os factores económicos em que se apoiara ². Logo na fase de povoamento sabemos que a economia do arquipélago se baseara na produção de cereais à qual se seguiu o açúcar, factor económico que enriqueceu consideravelmente a Ilha, para logo depois surgir o vinho. Mais tarde, em pleno século XX, o turismo tornou-se o factor primordial na riqueza do arquipélago.

O *lugar do Funchal* desde o início se destacou como o mais propício à fixação do primeiro núcleo populacional. Assente em amplo anfiteatro, entre a Ponta do Garajau, a leste, e a Ponta da Cruz, a oeste; com espaçosos e acessíveis terrenos, que usufruindo do sol vieram a revelar-se extremamente férteis, é servido por uma baía abrigada dos ventos de Nordeste e desde início demonstrou ser o ancoradouro mais seguro da Ilha, depois o principal porto e futura cidade do Funchal.

Persistindo algumas dúvidas quanto à data do início do povoamento da Madeira, que segundo Francisco Alcoforado ter-se-ia dado por volta de 1421, enquanto outras fontes indicam por volta de 1425 ³, com maior certeza se localiza o surgimento do primeiro núcleo populacional. Junto ao mar na zona do

¹ Tendo o infante D. Henrique recebido, por carta de doação, datada de 26 de Setembro de 1433, da parte de seu irmão, o rei D. Duarte, o arquipélago da Madeira, logo providenciou a defesa dos seus interesses, como senhor destas Ilhas. De posse das doações que lhe foram dirigidas, o Infante, dividindo a sua donataria, investiu os seus três capitães, Tristão Vaz, Bartolomeu Perestrelo e Gonçalves Zarco, de idênticos poderes nas respectivas áreas de jurisdição, com carácter hereditário, reservando para si, no campo da justiça, a pena capital e o talhamento de membro. A favor de Tristão delegou a capitania de Machico, em 8 de Maio de 1440, a Bartolomeu Perestrelo, a capitania do Porto Santo, a 1 de Novembro de 1444 e a João Gonçalves Zarco delegou a capitania do Funchal, a 1 de Novembro de 1450. Cf. Rui Carita, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira*, 2.^a ed., Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1999, vol. I, pp. 49-85. As cartas de doação das capitanias de Machico, Porto Santo e Funchal foram publicadas por Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, docs. 318, 353, pp. 403-405, 449-450 e 483-485, respectivamente. Especificamente sobre Zarco pode ainda consultar-se a revista *Islenha*, (3), *Especial Zarco*, Jul.-Dez. 1988.

² Cf. António Aragão, “Alguns Tópicos Para a Classificação Urbanística da Madeira”, in *Islenha*, n.º 9, Jul.-Dez. 1991, pp. 21-31, onde o autor defende a tese de que o sector económico dominante num determinado centro urbano impõe um carácter específico à feição urbana desse mesmo centro. Hoje, os especialistas na matéria não são tão dogmáticos, havendo muitos outros factores a entrar em linha de conta.

³ Nomeadamente a *Carta de Doação de Terras aos Primeiros Povoadores da Ilha da Madeira*, datada de 1425 ou 1426; as palavras do próprio Infante D. Henrique contidas no documento de concessão à Ordem de Cristo do espiritual da Madeira, Porto Santo e Desertas, em 1460, onde o próprio infante D. Henrique refere ter começado a povoar a ilha da Madeira há 35 anos; e o

calhau, tendo-se desenvolvido no espaço compreendido entre o Largo do Corpo Santo e a Ribeira de João Gomes. Tratava-se do velho povoado de Santa Maria do Calhau.

Para que se desse início ao povoamento, com a fixação de colonos e respectivas habitações, foi necessário lançar-se fogo sobre a luxuriante vegetação. Este procedimento levou a um descontrole sobre o fogo posto, chegando mesmo este a virar-se contra os colonos e tendo até desaparecido, consumida pelo fogo, a residência que Zarco improvisara, em madeira, nos arrifes frente aos Ilhéus. Sobre esta primeira residência do descobridor, o cronista Luís de Cadamosto relata, “*fê-la onde depois a capitoa Constança Rodrigues fez a igreja de Santa Catarina*”, acrescentando ainda que “*dali fundou a Igreja de Nossa Senhora do Calhau, que foi a primeira casa de igreja que se fez na Ilha*”⁴.

Nesta primeira fase de instalação, que terá levado entre sete a nove anos, iniciaram-se as plantações e os aproveitamentos das madeiras tanto na construção civil como na de embarcações. A fertilidade do solo madeirense, resultante das queimadas, permitiu inicialmente grande desenvolvimento de uma agricultura baseada sobretudo nos cereais, conduzindo mesmo à exportação de excedentes para o Reino e praças do Norte de África⁵. Acerca da produtividade cerealífera na Madeira, já o cronista Gaspar Frutuoso, no *Livro Segundo das Saudades da Terra*, a ela se referia mencionando que no século XV, a Ilha produzia grandes quantidades de cereais pois, “*...de cada alqueire de trigo, que semeavam, colhiam pelo menos sessenta alqueires (...); e de tudo se dava em abundância, e não semeavam coisa que não multiplicasse em tresdobro com a muita fertilidade e grossura e viço da terra ...*”⁶.

Também pela pena de Cadamosto temos conhecimento da grande produtividade de cereais na ilha da Madeira. Embora com provável exagero, aquele cronista, refere para os primeiros tempos, rendimentos cerealíferos na ordem dos sessenta grãos para cada semente⁷. Mesmo não levando muito a sério a informação de Cadamosto, tudo parece indicar que, nos anos cinquenta do século XV, era já significativo o conjunto de exportações onde o “*pão*” ocupava lugar de destaque. Esta ideia é reforçada nos

documento da autoria de Luís de Cadamosto, respeitante à sua *Primeira Navegação*, de 1455, que diz ter o Infante mandado povoar a Ilha há 24 anos. Cf. Rui Carita, *op. cit.*, p.42.

⁴ Cf. *Idem, op. cit.*, p. 44-45.

⁵ Cf. Luís de Albuquerque e Alberto Vieira, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1987, p. 44. Ainda sobre a temática dos cereais na Ilha, cf. Joel Serrão, “Sobre o Trigo das Ilhas” nos sécs. XV e XVI, in *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

⁶ Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1968, p. 84; Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 4.^a ed., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, vol. I, p. 437.

⁷ Cf. Miguel Jasmims Rodrigues, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, 1996, p. 58.

*Apontamentos E Capítulos de 1461*⁸, quando, na queixa apresentada contra a saca de trigo para o “*Trauto da Guiné*”, se chama a atenção para o facto daquela impedir que os da terra vendam livremente o seu trigo, e de, aproveitando-se desta circunstância, os mercadores do trato imporem preços mais baixos.

Verificou-se um rápido crescimento do primeiro núcleo populacional o que conduziu ao levantamento da capela de Santa Maria do Calhau, em 1430, ano também aproximado da elevação do *lugar do Funchal* a paróquia. Deu-se a abertura, para leste, da Rua de Santa Maria. Abaixo da Capela cavou-se um poço para serviço da comunidade e, próximo do calhau, nasceu o primeiro varadouro do Funchal. A vinda de mais povoadores levou à expansão deste primeiro núcleo populacional. Surgiu a Rua Nova de Santa Maria e ampliou-se a Capela em 1458. Novas vias vieram enobrecer o traçado urbanístico da então já proclamada vila do Funchal, em 1452. Casas de madeira e colmo, reflexo da cultura cerealífera e do imenso arvoredado à volta, povoaram as novas travessas, azinhagas e becos, enriquecendo este primeiro aglomerado urbano onde se fixaram os artesãos, aqueles que viviam do trabalho, enquanto outro núcleo populacional se formou onde vivia o futuro capitão donatário, que como já se referiu fixara residência nos futuros arrifes de Santa Catarina⁹.

Após a primeira fase de instalação, “... *depois que o fogo despejou de arvoredado a costa do mar, determinou o capitão mudar sua morada em um alto que está sobre o Funchal e logo defronte fez uma igreja da Conceição para seu jazigo*”¹⁰. A nova residência de Zarco surgia num ponto dominante sobre as ribeiras de S. João e de S. Luzia. Em frente desta moradia ergueu Zarco uma capela que ficou conhecida como Conceição de Cima, para se distinguir da capela do mesmo orago que se havia já levantado com a mesma invocação junto do Calhau. João Gonçalves da Câmara, filho de Zarco e segundo capitão donatário do Funchal fundou junto à capela da Conceição de Cima, em 1492, o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição para recolhimento das freiras da Ordem de Santa Clara, sendo primeira abadessa sua filha, D. Isabel de Noronha. Para tal, “...*conseguiu do papa Xisto IV hum breve para a sua erecção passada em 4 Do mês de Mayo de 1476, e valendose agora delle, procurou por em execução esta obra*

⁸ *Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte*, (transcrição de Luís Francisco de Sousa Melo) apontamentos e capítulos do Infante D. Fernando, 3 de Agosto 1461, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, doc. 4, pp. 11-20.

⁹ É na arquitectura popular e primitiva das zonas rurais, como Santana e S. Jorge, que se podem encontrar características das primeiras construções na Ilha. Habitações executadas em madeira de tabuado e cobertas de colmo. Sobre este assunto cf. António Marques da Silva, “Casas de Colmo”, *Atlântico*, n.º 14, Verão 1988, pp. 103-111; Victor Mestre, “Arquitectura Popular no Arquipélago da Madeira, Património Atlântico. Bases Para a Sua Reabilitação Enquanto Património Cultural”, *Isleña*, Funchal, n.º 23, Jul.-Dez. 1998, pp. 89-112. Artigo integrado posteriormente no livro do mesmo autor, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum, 2002. Refira-se também que já Paulo Dias de Almeida, na sua *Descrição da Ilha da Madeira*, se referia às habitações de madeira existentes em S. Jorge.

¹⁰ Francisco Alcoforado, “Relação do Descobrimento da Madeira”, publicada por Manuel Juvenal Pita Ferreira, Funchal, tipografia “Jornal da Madeira”, 1961, p. 56.

...”¹¹. Com o tempo foi-se esquecendo o nome daquela primeira capela, prevalecendo o do Convento de Santa Clara. A partir de determinada altura esta denominação passou a identificar as duas construções. A passagem de Gonçalves Zarco para um ponto mais no interior e subindo a encosta, determinou o surgimento de novos arruamentos, desta vez seguindo a linha das ribeiras e enriquecendo a estrutura viária do aglomerado. Serão estes três pontos de fixação humana fundamentais na estruturação urbanística da futura cidade do Funchal.

A exploração cerealífera registou grande intensidade até meados do século XV, no entanto, poucos anos passados, em 1466, deu-se um decréscimo nesta produção a favor da exploração açucareira, para a qual tinha descido o imposto, por ordem do duque D. Fernando, de 1/3 para 1/4. A partir daquele ano foi decrescente a produção cerealífera, tendo a Madeira de socorrer-se, até aos dias de hoje, de praças externas para abastecimento cerealífero. Sendo necessário o provimento de cereais à Madeira, foi sobretudo o trigo dos Açores que colmatou as faltas nos silos da Ilha, daí afirmar-se serem então as ilhas açoreanas o principal celeiro dos madeirenses¹². Com efeito, a produção de cereais que se verificou na Ilha durante os anos de auge açucareiro e vitivinícola raramente ultrapassou a quantidade necessária para alimentar a população insular durante três a quatro meses¹³.

Saliente-se ainda que, destes os primeiros tempos de edificação na Ilha, a primeira casa de pedra que se construiu na Madeira, segundo informações do cronista Jerónimo Dias Leite, apenas se efectuou após “*acabadas as igrejas*” e, “... *foi a de Constança Rodrigues, filha de Diogo Afonso de Aguiar e neta de Zarco*”¹⁴. Ainda segundo o mesmo cronista, a primeira casa sobradada ergueu-se junto ao *Campo do Duque*. Pertencia a João Manuel, que a mandou executar em cedro branco da Ilha tendo por tal sido acusado ao Rei de que “... *fazia torre, onde parecia que queria fazer-se forte e levantar-se contra o Funchal, e contra a Coroa*”¹⁵. Dos primeiros tempos de edificação na Ilha chegou-nos uma habitação denominada por *Torre do Capitão*. Trata-se da mais antiga edificação construída na Madeira e que chegou até nós, mas é também uma das mais antigas construções que marcaram a expansão europeia do

¹¹ Cf. Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Centro de Estudos Históricos do Atlântico, Funchal, 1996, p. 262.

¹² Cf. Alberto Vieira, “O Comércio de Cereais dos Açores para a Madeira no século XVII” in *Actas do Colóquio Internacional*, Angra do Heroísmo, 1984, pp. 651-676. Refira-se igualmente que, nos Açores, o trigo encontrou não apenas um meio propício à sua comercialização, mas também, uma conjuntura económica favorável à sua expansão. A sua comercialização processava-se num circuito eminentemente português, norte de África, Madeira, Continente. Também a determinação régia que estabeleceu, a partir de 1508, o arquipélago dos Açores como principal fornecedor de trigo à população madeirense, contribuiu para o desenvolvimento desta cultura nos Açores.

¹³ Cf. António Aragão, *A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700*, Funchal, 1981, p. 159.

¹⁴ Cf. Jerónimo Dias Leite, 1574, apud., Rui Carita, *op. cit.* p. 365.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

século XV, uma hoje pequena casa situada em Santo Amaro, com a particularidade de apresentar seteiras e que se supõe ter pertencido ao genro de Gonçalves Zarco, Garcia Homem de Sousa¹⁶.

Continuando a descrição do movimento urbano em paralelo com o desenvolvimento económico, verificamos que a produção de cereais dará lugar à plantação de canaviais. Assente na nova economia açucareira, o primitivo povoado de Santa Maria do Calhau, desenvolveu-se de forma notável, dando lugar a uma rápida expansão urbana no sentido leste-oeste e ao longo da orla marítima, vindo a ocupar o espaço entre as três ribeiras e culminando com a elevação do Funchal a cidade, em 1508. Esta riqueza proporcionou uma crescente complexidade na rede viária dando lugar ao surgimento de novas ruas, como a de Santa Catarina e a dos Mercadores. Esta última, cujo aparecimento ocorre em 1469¹⁷, vem, por um lado, demonstrar a importância desta classe numa vila aonde chegavam mercadores não apenas portugueses, mas também de outras paragens, designadamente de cidades italianas, como Génova e, provavelmente, judeus e, por outro, possibilitar a expansão para Ocidente. Por volta de 1470 o duque D. Fernando determinou que as casas da rua dos Mercadores se cobrissem de telha e em 1471, os limites da então vila do Funchal demarcaram-se por Santa Catarina, S. Pedro, Santa Luzia indo até à casa do capitão.

Foi durante o período de riqueza açucareira, em 1473, que Luís Álvares da Costa e seu filho Francisco Álvares da Costa fundaram o convento de S. Francisco, ocupando a cerca a área onde é hoje o Jardim Municipal e Teatro Baltazar Dias¹⁸. Já em 1477, por carta de 15 de Março daquele ano, a infanta D. Beatriz determinou que se levantasse a construção de uma Alfândega no extremo sul da rua Direita, perto do Calhau. Naquele documento a tutora do duque D. Diogo ordenou a Luís de Atouguia, cavaleiro de sua casa na ilha da Madeira, “...*que logo busqueis umas casas no Funchal que sejam pertencentes para alfândega...*”¹⁹. Também nesta data, situado a norte do primeiro povoado e encostado à capela de Santa Maria do Calhau, o carpinteiro Pero Afonso e sua mulher fundam o hospital de Santa Maria do Calhau.

O centro do burgo funchalense, de meados do século XV, que se iniciara à volta da Igreja de Nossa Senhora do Calhau, em finais daquela centúria havia já transitado mais para Oeste, à volta da Praça do Pelourinho. D. Manuel, antes de pensar mudar esse centro principal de vida urbana para as

¹⁶ Cf. Idem, *op. cit.*, pp. 370-371. Sobre esta habitação, o *Diário de Notícias* referia, em Junho de 2003, que seria alvo de restauração com a participação da Archais.

¹⁷ Cf. António Aragão, *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1979, p. 44.

¹⁸ Cf. Rui Carita, *op. cit.* pp. 289-291; João José de Sousa, “O Convento de S. Francisco no Funchal”, *Diário de Notícias* do Funchal, 05.05.1985.

¹⁹ Cf. Regimento enviado por D. Beatriz em 1477, pub. por Rui Carita, *op. cit.*, p. 231.

proximidades da Sé, pretendeu ali levar a efeito alterações, mandando aos *homens bons* do Funchal, “...para nobrecimento dessa vylla (...) que fizessem (...) hua praça a quall nom ha nesta vilae asy hu chafarjs para os mareantes tomarem sua aguoa a quall praça he muy necesarea em ua vila tam honrrada como esta (...) Essa praça seria (...) junto cõ o mar na Rua prinçipall que vem dar nelle (...)”²⁰, isto é, ao Largo do Pelourinho. Para esta Praça, ou Largo, passaram a convergir os arruamentos, pormenor que se constata na planta do mestre das Obras Reais, Mateus Fernandes, executada por volta de 1571²¹. Com o decorrer do tempo, a parte mais nobre da cidade, passará, já em pleno século XVI, a ser a Sé e arredores onde se ergueram os principais equipamentos públicos: a Câmara e Paço dos Tabeliães e a Alfândega; e a residência dos capitães donatários, com um baluarte, que se erguerá já nos meados do século XVI, designado depois por fortaleza de S. Lourenço.

Com efeito, na última década do século XV e primeiros anos do século XVI, sob a orientação de D. Manuel ergueram-se na cidade vários edificios monumentais para a época. A Câmara e o Paço dos Tabeliães estarão concluídos em 1492, o convento de Santa Clara ficará pronto em 1496²², as obras da Sé iniciar-se-ão em 1493, concluindo-se depois de 1514. Em 1508, D. Manuel mandará erguer ainda um Hospital e uma nova Alfândega. Pelos “*apontamentos e capítulos*” de 3 de Agosto de 1461, o segundo Senhor da Ilha, o infante D. Fernando²³, determinou a construção, junto à igreja principal, então Nossa Senhora do Calhau, de uma casa de “*Relaçam*” e outra para “*Audiência*”²⁴. Sabemos, porém, que até 1486, tais construções públicas não se haviam efectivamente concluído, continuando por certo os oficiais a “*fazer câmara*” nas casas e lugares que para tal se disponibilizavam.

Naquela mesma época, 1486, D. Manuel, ainda como Duque, mandou que se construísse no seu chão de canaviais, ao antigo *Campo do Duque*, para além da praça a que atrás já se fez referência, e que

²⁰ Cf. João José de Sousa, “Funchal Antigo, a Rua da Carreira”, *Atlântico*, n.º 15, Outono 1988, pp. 185-192.

²¹ Cf. Rui Carita, *História da Madeira (1566-1600) A crise da 2.ª metade do séc. XVI*, Funchal, Secretaria de Educação, 1991, vol. II, p. 205. A execução desta planta contou com a colaboração do engenheiro fortificador Pompeu Ardití, enviado às ilhas da Madeira e Açores, em 1567, exactamente com o propósito de apoiar Mateus Fernandes no levantamento da planta da cidade, tendo em vista a sua defesa militar.

²² Cf. Idem, *op. cit.*, pp. 301-307.

²³ (1433-1470), filho do rei D. Duarte, sobrinho e filho adoptivo do Infante D. Henrique. Por morte deste, em 1460, sucedeu-lhe na posse e administração dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Ilhas Cabo-verdianas de Santiago, Fogo, Maia, Boavista e Sal. Faleceu em Setúbal.

²⁴ Logo após a morte de D. Henrique, os madeirenses enviaram ao reino Pero Lourenço e João Fernandes, escudeiros de D. Henrique, para, na qualidade de procuradores, reclamarem junto do Senhor certas prerrogativas a que se supunham com direito e que haviam sido usurpadas pelo Capitão. Do extenso rol de exigências apresentadas, reclamavam um local junto da igreja principal da Ilha, onde pudessem construir a casa das Audiências da Câmara, por forma a evitar-se os inúmeros inconvenientes resultantes da inexistência de local próprio para as suas reuniões. Cf. Miguel Jasmins Rodrigues, *op. cit.*, Cascais, 1996, pp. 57-60, onde o autor faz uma análise das respostas de D. Fernando aos *Capítulos de 1461*.

ficou como Praça do Pelourinho, “...*uma boa câmara para o concelho, sobradada E que fosse tam grande E tall que na logea de bayxo se podessem fazer as audiencias...*”²⁵. Pelo mesmo documento ordenou que se fizesse uma casa para Paço dos Tabeliães. Estas obras ter-se-ão concluído, provavelmente, por volta de 1492 pois, a 27 de Abril daquele ano, ficava encarregue de as concluir o pedreiro Fernão Gomes, de Setúbal, mas que à data se encontrava no Funchal²⁶. Desta forma, o futuro *Venturoso* estabelecera, para a ainda vila do Funchal, um auspicioso projecto urbanístico que preconizou este lugar como centro administrativo do arquipélago. No melhor apetrechamento urbano deste núcleo populacional pretendia-se o ensaio de uma dinâmica que se aplicará depois no Reino, procedendo-se à reformulação do velho burgo de artesãos, naquela que seria a cidade do Funchal²⁷.

Conforme carta de D. Manuel de 27 de Abril de 1497, aquele monarca constituiu a Ilha realenga “*perra sempre*”, destacando o papel da mesma na economia e sustentação do Reino pois, “*he hub Das principais E prouytosas cousas que nos E a reall coroa de nossos Reynos teemos pera ajuda E sobportamento do estado Reall E em carregos De nossos Reynos ...*”²⁸. Devido à ascensão económica de algumas localidades, atribuída sobretudo à riqueza açucareira, o mais antigo município da Região viu diminuir a sua área de jurisdição pois, com a criação dos municípios da Ponta do Sol, em Dezembro de 1501²⁹, e o da Vila Nova da Calheta, em 1502, o espaço de circunscrição do município funchalense passou a decorrer entre a Ribeira Brava e Caniço. Para o estabelecimento quer da primeira quer da segunda vilas, D. Manuel alegou, nas respectivas cartas, o aumento demográfico e a grande distância em relação ao Funchal, o que dificultava a administração da justiça. Após a criação destes municípios, até certo ponto, como compensação, seguiu-se, conforme carta do rei D. Manuel, datada de 21 de Agosto de

²⁵ Cf. *Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte*, (transcrição de Luís Francisco de Sousa Melo) Carta do duque em que manda fazer praça E camara E paaço de tabaliães E picota em esta villa, 3 Outubro 1486, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, doc. 112, pp. 200-201.

²⁶ Cf. Rui Carita, *op. cit.*, vol. I, p. 220.

²⁷ O plano para o Funchal, data de 1486, não se conhecendo quaisquer planos semelhantes no Reino. Pelo contrário, quer a Baixa Manuelina de Lisboa, quer depois o Bairro Alto, seguem as directivas efectuadas para o Funchal. O parcelamento do Bairro Alto, inclusivamente, utilizou o mesmo contador que fizera o parcelamento do *Campo do Duque* no Funchal, Luís de Atouguia. Cf. Hélder Carita, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

²⁸ Cf. *Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte*, (transcrição de Luís Francisco de Sousa Melo) Carta del Rey noso Senhor Em que faz Realenga a esta Ylha Da Madeyra pera Sempre, 27 de Abril 1497, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, doc. 209, pp. 363-364.

²⁹ Cf. *Idem*, Carta del Rey noso sennor Em que faze villa a pomta do soll, 2 Dezembro 1501, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVI, doc. 252, pp. 424-425. Nesta carta, D. Manuel determina os limites da nova vila. Por limite leste o arrife alto, junto à igreja, e por aí acima, direito até à banda do norte “até à Ponta do Tristão por onde parte a capitania de Machico, ficando porém todas as terras, engenhos & outras coisas da terra de João Esmeraldo dentro do termo da dita vila do Funchal”.

1508, a elevação da então vila do Funchal a cidade ³⁰. Para tal procedimento, o monarca referira que o aglomerado populacional tinha crescido “*em mui grande povoação e como vivem nela muitos fidalgos cavaleiros e pessoas honradas e de grandes fazendas, pelas quais e pelo grande trato da dita ilha esperamos com ajuda de Nosso Senhor que a dita ilha muito mais se enobreça e acrescente ...*” ³¹. A estruturação administrativa do novo município continuou a basear-se na de Lisboa, de onde se trasladou novamente o seu *regimento* ³².

A riqueza açucareira continuará enquanto se concluía a Sé. Apesar de lançados os alicerces, em 1493, a sua construção demorava-se pois, não bastavam os rendimentos provindos dos impostos sobre as vinhas e do fisco. Por volta de 1503, D. Manuel, o *Venturoso*, enviou ao Funchal uma caravela expressamente para trazer à Ilha a prata necessária à conclusão da Igreja ³³. A 16 de Outubro de 1516, o bispo de Dume, Dom Duarte, viajou para a Madeira para, em nome do primeiro bispo do Funchal, *dom prior e vigário de Tomar*, D. Diogo Pinheiro, sagrar como Sé a até então Igreja Nova. A nova Diocese chegou a ser uma das mais poderosas de então, recolhendo todo o espaço dos Descobrimentos Portugueses. Contudo, em 1551, depois de criadas as dioceses de Angra, nos Açores, da Ribeira Grande, em Cabo Verde, S. Tomé, na ilha do mesmo nome e de Goa, na Índia, criadas em 1524, voltou a simples bispado do arquipélago da Madeira, somente acrescentando a velha feitoria de Arguim, na costa do Norte de África e hoje na Maurítânia.

Gradualmente a riqueza açucareira decaiu até finais do século XVI, sendo substituída pelo vinho. No estudo aos documentos alfandegários entre 1559 e 1561, efectuados pelo historiador Joel Serrão, o mesmo refere dali poder-se induzir que então as dificuldades económicas dos produtores de açúcar teriam aumentado, a ponto do Rei determinar, em 1559, o adiamento por um ano sobre a execução das penhoras por falta de pagamento dos quintos. O período de prolongamento alongou-se ainda mais em 1561, passando a um prazo de quatro anos ³⁴. Por outro lado, pode depreender-se igualmente um incentivo à

³⁰ Cf. Idem, vol. XVIII, doc. 322, pp. 512-513.

³¹ Cf. Idem, vol. XVIII, doc. 317, pp. 505-506.

³² Alvará régio, Sintra, 17 de Agosto de 1508, pub. por Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Anotações às Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso ...*, Funchal, 1873, pp. 491-492; *Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte* (transcrição de Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo), in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, doc. 317, pp. 505-506. Quanto à carta de D. Manuel, datada de 21 de Agosto de 1508, e referente à elevação do Funchal a cidade, foi publicada por Azevedo, *op. cit.*, pp. 490-491; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, doc. 322, pp. 512-513. Pode verificar-se o regimento da cidade de Lisboa, aplicado ao Funchal in ARM, CMF, L.º 401.

³³ Este monarca ofereceu também uma cruz de prata, hoje patente no Museu de Arte Sacra do Funchal.

³⁴ Documento avulso do Maço de D. Sebastião, A. D. F., apud, Joel Serrão, “Rendimento das Alfândegas no Arquipélago da Madeira (1581 – 1587)”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, vol. XI, n.º 5, 1951, p. 5.

produção do vinho pois legisla-se, em 1567, que o vinho exportado pague apenas “*huu por cento*”³⁵. Pelos dados analisados para o pagamento da dízima, pode inferir-se que em 1515, a produção local de vinho equiparar-se-ia à do pescado, tudo indicando que a produção e exportação de vinho da Região seriam então diminutas, mas aumentando consideravelmente nos finais do século. Assim se explica que nos finais do século XVI, em Londres, William Shakespeare refira o vinho da Madeira e, especificamente, o *Malvasia*, em várias das suas peças.

A partir da primeira metade do século XVII verificou-se um acréscimo de desenvolvimento da cultura do vinho na Madeira, em paralelo com a decadência da indústria açucareira. Este novo surto económico trouxe à cidade do Funchal algumas particularidades que lhe são inerentes, como as características latadas de vinha que até os finais do século passado povoavam a paisagem urbana desta urbe. Registos do quotidiano do vinho na Ilha podem contemplar-se na iconografia diversa, elaborada sobretudo por artistas ingleses nas suas viagens pela Madeira.

A riqueza do vinho, que vigorou especialmente entre os séculos XVII e XVIII no arquipélago, proporcionou uma remodelação arquitectónica na malha urbana funchalense, dando lugar ao surgimento de alguns palácios, casas de habitação, escritórios e lojas de comércio³⁶. Os mercadores do Funchal transformaram as pequenas casas térreas em habitações sobradadas servidas por amplas caves onde se guardavam as pipas. Ainda hoje persistem na cidade alguns exemplares da época. Edifícios com fachadas rendilhadas em cantaria negra com varandas de ferro forjado a servir inúmeras janelas, onde não falta a típica torre avista-navios³⁷.

Este ciclo económico trouxe outra animação aos arredores da Cidade com o crescimento do número de quintas madeirenses passando muitas delas, no decurso do século XIX, pontualmente, à posse de comerciantes ingleses. Associados às quintas, existem magníficos jardins, embelezados a partir dos finais do século XVIII com plantas exóticas, provenientes um pouco de todo o Mundo, assim como, quase sempre, uma pequena construção a servir de mirante num canto do jardim, a “*casa de prazeres*”, bem como uma capela, essencial para a vida religiosa da família e dos seus servidores.

O bem estar trazido pela exportação do vinho terminou na primeira metade do século XIX, registando-se no segundo quartel daquela centúria uma drástica diminuição da exportação deste produto e o agravamento geral das condições de vida na Ilha. Aos nossos dias chegaram, no entanto, bons

³⁵ A. D. F., *Tombo Velho*, p. 123v, apud., idem, *ibidem*.

³⁶ A contribuir para esta remodelação arquitectónica estiveram igualmente os prejuízos causados na malha urbana por catástrofes naturais, como o terramoto de 1746 e os aluviões de 1803 e 1842.

³⁷ Cf. António Aragão, *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1970, pp. 26-35; Alberto Vieira, “O Vinho Madeira. A expressão artístico-literária”, *Margem 2*, Funchal, n.º 12, Dez. 2001, pp. 18-33.

exemplares da arquitectura da época, como testemunham o palácio de S. Pedro, hoje Museu Municipal, erguido para residência dos morgados Carvalhal; a antiga residência do capitão Nicolau Barreto, hoje adaptada a Tribunal, depois de ter sido sede da Marconi; os Paços do Concelho, construídos sobre a casa dos morgados Albuquerque Carvalhal; assim como o palácio Torre Bela, na Rua dos Ferreiros.

Sintomático do tipo de vida e de arquitectura ligada ao comércio internacional, citamos ainda a Casa dos Cônsules, inicialmente levantada por um morgado madeirense nos meados do século XVIII. Perto do final desse século, a casa viria a ser designada por Casa dos Cônsules, dado ali terem escritório alguns dos cônsules da cidade, partilhando assim o mesmo edifício e facilitando os contactos e as questões que tinham de mediar.

1.2 A Madeira nos inícios do século XX e o plano Ventura Terra.

A actuação política dos últimos governos monárquicos tinha-se pautado por uma certa hesitação, bem como por um intenso debate político entre o Partido Republicano, que ganhava cada vez mais poder, e as várias facções dos partidos monárquicos. Aliás, desde o terceiro quartel do século XIX, que as ideias republicanas ganhavam crescente adesão em Portugal. No entanto, apenas a 5 de Outubro de 1910, perante uma certa apatia geral, se concretizou a implantação da I República Portuguesa ³⁸.

O novo regime político correspondeu a um período de particular agitação política, com as sucessivas mudanças de Governos. O recém empossado Governo Provisório, presidido pelo professor Teófilo Braga, teve a oportunidade de decretar várias reformas enquanto se aguardava a conclusão da Nova Constituição ³⁹. Até ao último trimestre de 1910, Afonso Costa, ministro da Justiça, implementou uma obra reformadora, lançando alguns diplomas que causaram mal-estar nos estratos populares mais conservadores. Estas reformas incidiram sobre questões como a família ⁴⁰, o divórcio, a separação da Igreja do Estado ⁴¹, bem como a *Lei da Imprensa*. Toda esta legislação causou fissuras no tecido social português ⁴². A 19 de Junho de 1911 reunia-se pela primeira vez a Assembleia Constituinte, oficializando-se o desfecho da Monarquia em Portugal ⁴³. Foi também nesta primeira reunião da Assembleia que se definiu e decretou a simbologia da bandeira portuguesa. Decretou-se, igualmente, *A Portuguesa*, marcha com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, como hino nacional ⁴⁴.

³⁸ Já no ano de 1820, podiam-se encontrar ideias de Republicanismo em Portugal, que veremos intensificarem-se entre 1848 e 1851, relacionadas com a Revolução Francesa, de 1848. Mas tratavam-se apenas de indícios, sem repercussões sobre a massa popular. Graças aos contributos da conjuntura internacional ver-se-ia a situação condensar-se apenas em 1870, com a instauração da República na Espanha e na França. Mas também porque internamente se reuniram algumas condições para tal, nomeadamente a existência de uma geração de universitários politicamente preparados e a ascensão, sobretudo nas grandes cidades, de uma pequena classe média.

³⁹ Devido às mortes de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, o Directório Republicano viu-se obrigado a remodelar o elenco ministerial recaindo a escolha sobre Teófilo de Braga para presidir ao Primeiro Governo Republicano. A hora não era propícia a grandes esperas ou debates, a população aguardava impacientemente a constituição desse primeiro elenco governativo, que actuaria até a eleição do Chefe de Estado.

⁴⁰ *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 70, de 25 de Dezembro de 1910, pp. 185-188.

⁴¹ *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 92, de 20 de Março de 1911, p. 697.

⁴² Em, A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Lisboa, 1975, pp. 323-331; pode ler-se um resumo dos diplomas instaurados por Afonso Costa.

⁴³ Querendo dar maior celebridade ao acto e para que grande número da população de Lisboa pudesse participar, determinou-se que aquele dia fosse considerado festa nacional. Cf. *Diário do Governo*, n.º 140, de 17 de Junho de 1911.

⁴⁴ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal - A Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. XI, 1989, p. 89.

Dando continuidade a uma certa anarquia governativa, a entrada de Portugal na I Grande Guerra trouxe nova fase à I República ⁴⁵. A participação ou não neste Conflito Mundial fez dividir as forças portuguesas. Por um lado, e de um modo geral as forças da direita, opunham-se à participação portuguesa na I Guerra Mundial, por outro, havia quem defendesse a entrada do país, pois alegavam ser essa a única forma de defender as colónias portuguesas, para além do desejo de integrar Portugal no contexto europeu. Opondo-se à participação de Portugal neste Conflito estava a União Sagrada, constituída essencialmente pelos sectores da direita e facções monárquicas. Em 1917, deram início a uma revolução que entregou o poder ao major Sidónio Pais, estabelecendo no país um novo sistema de governo, a Ditadura, e fazendo de Sidónio Pais, Presidente da República, apontado por vários sectores como *rei-presidente*. No entanto, revelar-se-ia um mandato de pouca duração, pois aquele político seria assassinado em Lisboa, em 1918. Este acontecimento político traduziu-se por mais um período de agitação, agora entre monárquicos e sidonistas pela conquista do poder ⁴⁶.

Seguiu-se-lhe, entre 1920 e 1926, um período de grande perturbação na história da I República, com a contínua queda de Ministérios. O fim da I Guerra Mundial trouxera o agravamento das questões económicas, financeiras e sociais, aliadas a uma permanente crise política. As greves foram frequentes, registando-se igualmente o recurso a formas de luta mais violentas, como a utilização de bombas e conflitos com as forças do Governo. A 28 de Maio de 1926 deu-se o golpe militar, comandado pelo general Gomes da Costa, oficial que comandara as forças portuguesas na Grande Guerra, dando lugar ao início da Ditadura em Portugal, que vigorou entre 1926 e 1933.

Neste contexto, o panorama arquitectónico nas primeiras décadas do século XX, expressou um gosto nostálgico por um passado medieval, cujos valores persistiram até praticamente meados do século

⁴⁵ A entrada de Portugal na I Guerra Mundial, surgiu na sequência do pedido de ajuda de Inglaterra a Portugal, para que o nosso País se apoderasse dos vários navios mercantes alemães que, desde os começos de 1916, fugindo aos ingleses, se haviam refugiado em porto neutro; portos do Continente, Ilhas e Ultramar. A pretexto de serem precisos para o transporte de géneros necessários à população, e outros produtos importados, Portugal acedeu ao pedido, requisitando, a 23 de Fevereiro daquele ano, as 36 embarcações germânicas que se encontravam no Tejo. Como reacção, a 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, que enviou divisões para França, Angola e Moçambique. Foram também apreendidos no porto do Funchal, a 2 de Março de 1915, três vapores alemães que passaram ao serviço do Estado português. No seguimento da entrada de Portugal neste Conflito, a cidade do Funchal sofreu dois bombardeamentos, o primeiro registou-se a 3 de Dezembro de 1916, o segundo a 17 de Dezembro do ano seguinte, registando-se algumas vítimas e danos materiais. Cf. Eduardo C. N. Pereira, *op. cit.*, vol. II, pp. 839-840; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p.178 e 184; Idem, *op. cit.*, vol. XII, p. 68; A. H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 567. O relatório do presidente do Ministério, publicado no *Diário do Governo*, I série, n.º 9, de 17 de Janeiro de 1917, p. 14; refere as circunstâncias que obrigaram a participação de Portugal neste Conflito.

⁴⁶ A Monarquia chegou a ser temporariamente declarada no Porto, no que ficou designado por *Monarquia do Norte*. Tratou-se da adesão a esta forma de Governo por alguns distritos do Norte do País, nomeadamente Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança e Viseu.

XX, reflectindo todo um contexto cultural português mais alargado ⁴⁷. Para esta realidade revivalista contribuíam as conjunturas políticas, proporcionando ocasião para o recurso a linguagens do passado, mas também a inexistência de uma cultura histórica e científica da Arquitectura ⁴⁸. Durante o século XIX, e mesmo até à I República, poucas obras de vulto se realizaram em Portugal, sendo frequente o recurso ao aproveitamento e adaptação de anteriores estruturas, como os conventos extintos, para alojar quartéis, serviços e repartições públicas ⁴⁹, numa tradição que já vinha dos séculos XVIII e XIX ⁵⁰.

Numa época em que a aposta da classe dirigente estava, sobretudo, ligada às potencialidades e inovações da máquina, cabia à recém reconhecida profissão dos Engenheiros, disputar as poucas encomendas com os Arquitectos ⁵¹. Para a Arquitectura, o longo caminho, percorrido em conjunto com a Arqueologia, culminava em 1901, com a criação da *Sociedade dos Arquitectos Portugueses*. Esta entidade sucedia à *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, organismo que reflectia as ideias subjacentes à Arquitectura de finais do século XIX e inícios do século passado ⁵².

O entendimento do percurso da Arquitectura portuguesa, de inícios do século XX, passa pela clarificação do confronto entre a proposta de Raul Lino, na procura de uma Arquitectura com linguagem vinculada a valores nacionais do passado e expressa na ideia da “*casa portuguesa*”, e o cosmopolitismo da Arquitectura académica, representada pelo grupo dos arquitectos, Marques da Silva e Miguel Ventura Terra. O princípio de “*casa portuguesa*”, de Raul Lino, contrapunha-se, com grande intuição cultural, ao ecletismo da época. Apelava para um romântico ruralismo de pendor nacionalista baseado, sobretudo, na nostalgia e na procura metafísica das raízes culturais e mentais de Portugal. Desta forma, não aderiu à importação de modas estrangeiras, nomeadamente francesas, protagonizadas pelos Arquitectos cosmopolitas. O singular modo com que Raul Lino abordou a Arquitectura, terá certamente advindo da sua educação repartida por Portugal, Inglaterra e, sobretudo, pela Alemanha. Ali cursou Arquitectura na

⁴⁷ Cf. Raquel Henriques da Silva, “A <<Casa Portuguesa>> e os Novos Programas, 1900-1920” in Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, (org.), *Portugal-Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1997, p. 15.

⁴⁸ Cf. Paulo Pereira, “O Revivalismo: a Arquitectura do Desejo”, in Paulo Pereira, (dir.), *História da Arte Portuguesa, do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 1995, vol. III, p. 353.

⁴⁹ Durante a I República, a produção legislativa foi particularmente rica neste aspecto. Também no arquipélago da Madeira se constatarem situações de adaptação de edifícios pré-existentes a novos serviços públicos. São, sobretudo, edifícios onde o serviço religioso fora extinto, caso dos Conventos das Merções e de Santa Clara, ou do Seminário Diocesano.

⁵⁰ O primeiro caso foi o antigo Colégio dos Jesuítas, cuja propriedade ainda hoje se discute, que foi quase sempre instituição de Ensino e depois quartel das forças portuguesas e inglesas.

⁵¹ Ana Cristina Tostões, “Arquitectura Portuguesa do Século XX, Eclectismo, Revivalismo e a <<Casa Portuguesa>>”, in Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, (org.), *Portugal-Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1997, p. 507.

⁵² Idem, p. 508.

Escola Politécnica de Hannover, onde praticou com Albrecht Haupt, arquitecto investigador da Arquitectura Portuguesa da Renascença, séculos XV e XVI⁵³. Com ele, certamente terá aprendido que a reinvenção da Arquitectura deveria passar pelo conhecimento da mais brilhante época de cada país, que em Portugal se entendia como situando-se pelo Manuelino, ainda por volta dos séculos XVII e XVIII, e pelo gosto barroco da época de D. João V.

É constante na obra de Raul Lino, a procura duma perfeita integração no meio, o que o levou a adoptar técnicas e materiais das regiões às quais se destinavam os projectos, naquilo a que o Arquitecto designou por “*espírito do lugar*”⁵⁴. Cada projecto adaptava-se ao relevo e características da região e na sua elaboração, a partir da planta, atendiam-se às necessidades dos seus utilizadores⁵⁵. Deste modo, este Arquitecto valorizou o nacionalismo, mas também o carácter regional da Arquitectura, valores depois apropriados pelo Estado Novo.

Aquela forma de projectar fora já desenvolvida internacionalmente pelo arquitecto Frank Lloyd Wright, nomeadamente na sua fase cubista, entre 1900 e 1910. Durante a primeira década do século passado, Wright projectou essencialmente casas para os subúrbios de Chicago, conhecidas pelas “*Casas da Pradaria*”, assim designadas porque as suas linhas baixas e horizontais fundiam-se com a paisagem plana à sua volta. Outros exemplos de utilização do “*polifacetado*” da arquitectura orgânica na natureza surgirão, nomeadamente na “*Casa da Cascata*”, de 1936, onde podemos constatar um estilo individual e muito próprio deste arquitecto americano, que viveu entre 1867 e 1959⁵⁶.

Para a *Cidade Luz*, centro e referência cultural de então, se encaminharam, como bolsheiros do Governo, e após realizarem os seus estudos na Academia Portuense de Belas-Artes, os arquitectos Ventura Terra e Marques da Silva, completando ali os seus estudos. Miguel Ventura Terra, nascido em Seixas, Minho, a 14 de Julho de 1866, ali trabalhou com Jules André e Victor Laloux. Regressou a Portugal em 1886, após conquistar o concurso internacional para a reconstrução da Câmara dos Deputados, no convento de São Bento da Saúde, actual edifício da Assembleia da República⁵⁷.

⁵³ Raul Lino frequentou na Alemanha a “Handwerker und Kunstgewerbeschule” e a “Technische Hochschule de Hannover”. Cf. Luísa Arruda, “Raul Lino”, in Paulo Pereira, (dir.), *História da Arte Portuguesa, do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 1995, vol. III, p. 446.

⁵⁴ Sobre este Arquitecto consultar, Idem, *op. cit.*, pp. 446-448; Ana Cristina Tostões, “Raul Lino e a <<casa portuguesa>>”, in Paulo Pereira (dir.), *op. cit.*, pp. 514-517; Cláudio Sat e José Luís Quintino, *Raul Lino (1879-1974)*, Lisboa, Editorial Blau, 2003; José Augusto França, “A Morte de Raul Lino”, *Colóquio Artes*, n.º 19, 1970, pp.

⁵⁵ Cf. Raquel Henriques da Silva, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁶ Cf. H. W. Janson, “A Arquitectura do Século XX”, in AAVV, *História da Arte*, 6.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 752.

⁵⁷ Depois de um violento incêndio ter destruído a primeira Câmara dos Deputados, em 1895, desenhada pelo arquitecto Possidónio da Silva, será Ventura Terra a elaborar o projecto de reconstrução. Verificou-se a inauguração da actual sala de sessões

Permanecendo em Lisboa, Miguel Ventura Terra transportou para a capital lisboeta um conjunto de valores *beaux-arts* que se opunham ao dominante romantismo oitocentista.⁵⁸ De outra forma, Marques da Silva, ao regressar a Portugal, também em 1896, responsabilizou-se pelas grandes obras que marcaram o início do século XX no Porto; caso da Estação Ferroviária de S. Bento e de grande parte dos edifícios que constituíam a Avenida dos Aliados, construída a partir de 1910⁵⁹.

No arquipélago, os inícios do século XX, reflectiram a movimentada conjuntura política da Metrópole. Consoante as alterações políticas na capital portuguesa, sucediam-se os Governadores Civis na Ilha. Com a I Grande Guerra aumentaram as dificuldades já existentes, sendo a cidade do Funchal bombardeada por duas vezes por submarinos alemães. Estando a Madeira dependente do exterior quanto ao abastecimento de bens de primeira necessidade, e perante a ameaça de fome devida àquele Conflito Mundial, as autoridades do distrito tomaram, desde logo, medidas de racionamento dos bens essenciais. O agravamento destas dificuldades conduziu a um questionamento quanto a novas alternativas económicas para a Madeira. Chegou mesmo a propor-se o fomento agrícola em detrimento da monocultura sacarina, visando desta forma a auto-suficiência deste arquipélago.

Sobrecarregando esta situação de dificuldades, registou-se na Madeira, entre 1910 e 1911, a epidemia de *Cólera Morbus*, pela qual pereceram imensas vidas. Perante a gravidade da questão, a presidência do Governo Provisório nomeou um comissário para o distrito do Funchal, encarregado de superintender em todos os serviços relacionados com a debelação desta epidemia⁶⁰.

Dentro das sucessivas mudanças de Governo, coube ao republicano e antigo deputado da Madeira, Dr. Manuel de Arriaga, por eleição de 24 de Agosto de 1911, ocupar o lugar de Presidente da República Portuguesa, cargo que desenvolveu entre 1911 e 1917⁶¹. Contudo, já anteriormente, em finais de 1882, o Partido Republicano elegera-o como deputado pela Madeira, não obstante a contrariedade do ministro Fontes Pereira de Melo⁶².

da Assembleia da República, em 1903. Apesar deste edifício conter reformulações de diversos arquitectos, a fachada reflecte o cariz neoclássico que Ventura Terra lhe imprimiu. Cf. <http://www.matlantica.pt/mediateca/venturaterra.htm>; <http://parlamento.pt/visita/salasessões/http://www.artnet.com/lirary/08/0838/T083894.asp>.

⁵⁸ Em Portugal, o Arquitecto instalou-se em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, ao n.º 57. Este imóvel recebeu, em 1903, o prémio Valmor. Cf. Angelo Costa Silveira, “Prédio Ventura Terra: Uma Intervenção no Romantismo Urbano”, *Revista Monumentos*, Lisboa, n.º 3, Set. 1995, pp. 78-83.

⁵⁹ Entre 1913 e 1919, Marques da Silva foi director da EBAL, tendo falecido em 1947.

⁶⁰ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 62, de 15 de Dezembro de 1910, p. 168.

⁶¹ Sobre esta figura política, cf. Nelson Veríssimo, “O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882)”, in *Islenha*, n.º 1, Jul.-Dez. 1987, pp. 45-52.

⁶² Cf. João Medina, “O Zé Madeirense – a propósito dos incidentes eleitorais de 1882”, *op. cit.*, p.39.

No que respeita à cidade do Funchal, verificamos que, nos inícios do século passado, prevaleciam características de burgo medieval, determinadas pela espontaneidade do seu desenvolvimento urbanístico e pelas directrizes lançadas à época do seu povoamento, sobre as quais fizemos já referência em ponto anterior. A cidade encontrava-se num estado verdadeiramente primitivo, com ruas estreitas e tortuosas, de péssima pavimentação, sem águas potáveis, sem esgotos, repleta de imensos e infectos estábulos ⁶³, com apenas um cemitério, uma “*ignóbil*” cadeia, como então se escrevia e um hospital no centro da cidade, próximo de ruídos e da agitação citadina. Enfim, possuidora de um conjunto de circunstâncias prejudiciais à imagem de uma cidade, na qual o turismo, especialmente o terapêutico, constituía já uma base importante para a economia madeirense ⁶⁴.

Destes factores nos dá conta o projecto sobre a organização do serviço de limpeza para a cidade, ainda nos finais do século XIX, de José Joaquim de Freitas ⁶⁵. Segundo aquele vereador, era urgente a implementação na cidade de infra-estruturas de saneamento básico, bem como a criação de posturas proibindo o lançamento de materiais fecais nos leitos das ribeiras, “...onde em geral há pouca água, é convenientíssimo, não só pelo mau cheiro como também pelo mal que dali pode advir à saúde pública...”

⁶⁶. Até porque, sendo a cidade do Funchal já então visitada por imensos estrangeiros e nacionais, que cá vinham recuperar forças e saúde, não deveria a edilidade descurar nestes aspectos.

O mesmo vereador alertou igualmente para a limpeza da cidade, especialmente para a zona compreendida entre o Ribeiro Seco e a Ribeira de S. João, parte já então bastante populosa, habitada por muitos estrangeiros e onde se implantava o Asilo de Mendicidade e um Hospital para doentes afectados de tuberculose, na qual não havia saneamento básico. As vivendas que ali serviam de habitação aos muitos estrangeiros que cá vinham beneficiar do ameno Inverno, apresentavam, não obstante a sua “*bonita aparência*”, más condições higiénicas. Tornava-se, pois, urgente que se concluísse a rede de canalização desta parte da cidade, enquanto a outra, compreendida entre a Ribeira de S. Luzia e a

⁶³ Sobre a questão do gado bovino e sua estabulação na Madeira, consultar a tese de doutoramento de Benedita Câmara, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 77-78. Aquela investigadora refere que entre 1860 e 1914 se registou um aumento da estabulação do gado bovino, o que permitiu maior produção de adubo natural aplicado à agricultura bem como o desenvolvimento da indústria de lacticínios, contribuindo esta última para a fixação de população na Madeira.

⁶⁴ Cf. Benedita Câmara, *op. cit.*, pp. 293-301. Trata da importância económica do turismo na Madeira e do abastecimento à navegação, salientando que as receitas provenientes daquelas fontes constituíam, em vésperas da I Guerra Mundial, um quarto do valor total das exportações regionais.

⁶⁵ Cf. BMF, José Joaquim de Freitas, *Projecto de Organização de Limpeza e Hygiene da Cidade do Funchal apresentado na sessão da Câmara de 8 de Outubro de 1891, pelo vereador do respectivo pelouro*, Funchal, Typ. da Lucta, 1892.

⁶⁶ *Idem*, p. 14., p. 20.

extremidade leste da freguesia de Santa Maria Maior, já se encontrava canalizada⁶⁷. Já para a área dos Varadouros, e perante a existência de casebres imundos e doentios, aquele vereador defendia o saneamento imediato e a retirada dos estábulos para fora do centro da cidade, pois nenhum deles se encontrava em condições legais⁶⁸.

Ainda em 1914, a comissão administrativa da Câmara do Funchal debruçou-se sobre o mesmo assunto. O vereador Correia Caldas chamava a atenção do Presidente daquele órgão de poder local, bem como ao Vereador do respectivo pelouro, para o estado lastimoso em que se encontravam os leitos das ribeiras, que constituíam um grave problema para a saúde pública. Ao que o vereador Fernando Tolentino respondeu, referindo pertencer aquela questão às Obras Públicas do Estado e, enquanto não houvesse esgotos, não poderia haver limpeza nas ribeiras, pois todas as canalizações desembocavam naquelas linhas de água⁶⁹.

Perante este panorama citadino, nos inícios do século passado, levantaram-se várias vozes pela reformulação estética e funcional da Cidade. A comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal, na sessão de 19 de Setembro de 1912, aprovou que se oficiasse a Ventura Terra, arquitecto já então com percurso reconhecido, perguntando-lhe se aceitaria a missão de vir ao Funchal elaborar um plano de embelezamento da cidade. Para custear a vinda daquele “*homem do risco*”, que se concretizou em Fevereiro do ano seguinte, a edilidade funchalense contou com um subsídio de cinco contos de reis, concedido pela Junta Agrícola⁷⁰, organismo insular criado pelo Decreto de 11 de Março de 1911, e ao qual competia a responsabilidade sobre as Obras Públicas na Madeira.

Acedendo afirmativamente ao convite, Miguel Ventura Terra, encontrava-se na Ilha a 13 de Fevereiro de 1913⁷¹. Desta forma contactava pessoalmente com as particularidades da Madeira, quer nas suas belezas quer nos seus problemas. Quanto à cidade, comentava ser bastante confusa, com ruas horrivelmente calcetadas, muito irregulares e acidentadas, uma cidade completamente destituída dos requisitos que faziam a formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas.

⁶⁷ Idem, pp. 17-18.

⁶⁸ Idem

⁶⁹ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 12 de Agosto de 1914”, *Heraldo da Madeira*, .08.1914, n.º 3218, p. 2.

⁷⁰ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 19 de Setembro de 1912”, *Heraldo da Madeira*, 20.09.1912, n.º 2370, p. 2.

⁷¹ No dia anterior à chegada deste arquitecto à Ilha, dia 12 de Fevereiro de 1913, tomou posse a nova comissão administrativa da Junta Geral do Funchal. Do seu novo elenco fazia parte o deputado Francisco Correia de Herédia Ribeira Brava, conhecido pelo *Sr. Ribeira Brava*, que propôs à Junta, mandasse construir várias estradas pela Ilha. Entre elas, uma avenida no começo da Sé, n.º 23, pelo antigo passeio público, na altura Praça da República, a fazer ligação com a Rua Hermenegildo Capelo em linha recta com a rua da Princesa D. Maria Amélia, até a Ponte Monumental, sendo a avenida pelo menos de 10 metros. Cf. “Junta Geral do Funchal”, *Heraldo da Madeira*, 13.02.1913, n.º 2482, p. 1, cols. 3-4.

Lamentava, igualmente, que sendo a Madeira uma das mais belas regiões do mundo, a sua cidade não aproveitasse dos esplêndidos pontos de vista de que poderia tirar partido ⁷².

Como resolução para aqueles problemas, Ventura Terra apontava uma melhor disposição do traçado da rede viária de modo a efectuar-se um arejamento da povoação. Aliás, o seu *Plano de Melhoramentos* terá em vista, sobretudo, *arejar* a cidade, ligar os diferentes bairros por grandes ruas transversais, *desafogar* (e construir) algumas praças públicas, enfim, dar ao Funchal a disposição geral que, na sua opinião, mais logicamente convinha ao aproveitamento da sua admirável situação, visando satisfazer, quanto possível, as necessidades do que supunha ser o seu brilhante futuro: o Turismo. Pois, para o Arquitecto, “...o Funchal tende a desenvolver-se de uma forma considerável justificando assim as suas aspirações a ser uma das cidades de turismo e de longa permanência das mais interessantes da Europa, ...” ⁷³.

Para melhor viabilizar a sua proposta de planeamento para a nova cidade do Funchal, o Arquitecto afirmou ter dividido o seu plano em três traçados. Ao primeiro fez corresponder aquilo que a actualidade de então permitia fazer no Funchal e que, por análise dos dados que dispomos, constatamos basear-se na construção de novas vias de comunicação, mais amplas e melhor planeadas. As ruas não resultariam da espontaneidade no crescimento da cidade, mas seriam antecipadamente planeadas, através de um estudo urbanístico. Ao segundo traçado corresponderia um Funchal com maior desenvolvimento, já com avenidas e ruas largas, representando a transição estudada e convenientemente calculada entre o Funchal de 1913 e o Funchal definitivo, “...como o poderá ser daqui a uns cinquenta ou cem anos ” ⁷⁴. Actuando deste modo, afirmava entregar à Câmara Municipal do Funchal um *Plano Geral de Melhoramentos*, que a habilitaria a proceder metodicamente no seu crescimento urbanístico. Afirmou mesmo que a implementação deste plano colocaria o Funchal à frente da capital, pois em Lisboa, “...tanto desperdício e disparate se poderiam ter evitado se houvesse há vinte anos um plano de melhoramentos “ ⁷⁵.

De modo a se realizarem as obras como planeara, Ventura Terra, enquanto estudava o plano definitivo, enviou parcelarmente alguns projectos. Deu-se assim início à abertura de novas vias e à implementação dos vários melhoramentos do seu plano. Avanços que surgiriam, segundo o autor, como

⁷² “Título do artigo”, *Heraldo da Madeira*, 21.05.1913, n.º , p. , cols. 1-2. Trata-se da entrevista a Ventura Terra sobre o seu *Plano de Melhoramentos* para o Funchal.

⁷³ Cf. DRAC, (Direcção de Serviços de Património Cultural), Ventura Terra, *Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Melhoramentos do Funchal*, Lisboa, Maio de 1915, p. 1.

⁷⁴ “A Transformação da Cidade do Funchal”, *Heraldo da Madeira*, 21.05.1913, n.º, p. , cls. 1-2.

⁷⁵ *Idem, ibidem.*

resposta a uma necessidade natural de crescimento e de complemento deste espaço urbano, próximo de vias que já estavam estabelecidas. Assim, após a instalação da I República, paulatinamente a cidade do Funchal deu início à remodelação da sua velha imagem de burgo medieval, tendo por base as *instruções* deste Arquitecto, enviadas em 1913.

De qualquer modo, já em 1911 se efectuara a demolição do antigo Portão dos Varadouros ⁷⁶, quebrando-se mais uma parte das muralhas, construídas nos séculos XVI e XVII, e que defendiam a cidade. Procedeu-se, igualmente, à transferência de serviços públicos do centro para os arredores da cidade. Em Agosto de 1912 propôs-se a mudança do antigo hospital para o Convento de Santa Clara. Comentava-se, então, que ali se estabelecería um hospital moderno, construído com diferentes corpos ou barracões, no meio de uma ampla cerca ⁷⁷. Com efeito, por Decreto de 31 de Agosto de 1912, cederam-se terrenos e edifícios do extinto Convento, à Misericórdia do Funchal, a fim de neles se instalar um hospital e mais serviços de beneficência ⁷⁸.

Não obstante a imprensa regional informar que o projecto para o novo hospital, elaborado pelo engenheiro Francisco António Soares Júnior, fora entregue nos inícios de Junho de 1921 ⁷⁹, a situação continuava estacionária. Desconhecendo-se as razões da não concretização atempada destas obras, e apesar de parte do mosteiro de Santa Clara ter sido demolida, estes edifícios voltaram à posse do Estado, por falta de execução das obras projectadas e não se terem levado a efeito os fins para os quais se destinava a concessão ⁸⁰.

Em 1913, demoliu-se o velho prédio do Largo da Sé, mandado erguer nos finais do século XVIII pela célebre morgada D. Guiomar de Vilhena, onde durante muitas décadas funcionou a Câmara e onde, durante quase um século se instalara a Cadeia da Comarca, o que por seu lado dera depois azo à saída da Câmara propriamente dita, dado o cheiro infecto das mesmas prisões. A prisão foi removida para o novo

⁷⁶ Reposto em Dezembro de 2004, aproveitando os materiais originais em depósito no parque arqueológico do Museu da Quinta das Cruzes.

⁷⁷ Cf. “O Futuro da Ilha da Madeira”, *Heraldo da Madeira*, 20.08.1912, n.º 2333, p. 1.

⁷⁸ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 260, de 31 de Dezembro de 1912, p. 935. Este Decreto cedia, simultaneamente, à Câmara do Funchal e à Associação de Beneficência Auxílio Maternal do Funchal, terrenos e edifícios para ali levarem a efeito obras. À Câmara cedia terrenos para a construção de uma Avenida, com 10 metros de largo, e à referida Associação, uma faixa de terreno com 25 metros em toda a extensão da Rua João Joaquim de Freitas, a fim de ali estabelecer as suas instalações.

⁷⁹ “O projecto do novo hospital civil”, *Diário de Notícias*, 08.06.1921, n.º 14151, p. 3, cls. 5-6.

⁸⁰ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 132, de 22 de Março de 1924, p. 608.

edifício construído pela Câmara no terreno do extinto hospital da capela de S. Lázaro, na base dos arrifes de Santa Catarina ⁸¹. Concretizava-se uma situação de há muito desejada.

Na área do ensino, estudou-se a possibilidade de o Seminário acolher, o Liceu do Funchal e as escolas industrial e distrital, à qual seria anexa uma escola de pintura e música, pretendendo assim dar-se algum impulso ao ensino das Belas Artes na Madeira. Com efeito, por Decreto de 24 de Maio de 1913, o Ministério do Fomento, cedeu o edifício e pátio do extinto Seminário, no sítio da Encarnação, à Junta Geral do Distrito do Funchal, para nele se instalar a Escola de Utilidades e Belas Artes. Todavia, em 1919, considerou-se sem efeito aquela cedência, pois não existiam condições na Madeira propícias à continuidade daquele ensino ⁸². Para o Liceu do Funchal ficou, por arrendamento à Direcção Geral de Instrução Secundária, o antigo edifício do Paço Episcopal e a respectiva cerca ⁸³.

No início de Novecentos, como em outras épocas, Lisboa continuava a ser o padrão ⁸⁴. Se na capital houvera a abertura da Avenida da Liberdade, assente na destruição do Passeio Público, deste lado do Atlântico, em 1911, a demolição da antiga prisão camarária, assim como depois dos armazéns da antiga Alfândega, possibilitou o prolongamento do Largo da Sé até a Rua da Praia, dando origem à então Avenida António José de Almeida. O gosto pelas *grandes* vias públicas seguir-se-ia com a Avenida Elias Garcia ⁸⁵, que ligaria a Calçada da Encarnação com a Rua das Hortas. Para a sua construção, o presidente da Câmara do Funchal, em sessão de 1 de Agosto de 1912, foi autorizado a assinar os termos de cedência de terrenos e benfeitorias, ficando a edilidade responsável pela sua construção cuja licença, da Comissão Distrital, se obteve em 21 de Julho do ano seguinte, quando as obras já prosseguiam ⁸⁶.

Para a construção da Avenida de Oeste, a câmara do Funchal recebeu de Ventura Terra, a 25 de Setembro de 1913, o complemento da planta projectada para aquela via pública. Em Fevereiro do ano seguinte chegaram, Câmara e Junta deste distrito, a acordo quanto ao início das obras, decidindo destacar-se do projecto apenas a construção da parte compreendida entre a Sé e o Jardim Pequeno, troço que

⁸¹ Cf. Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, ed. fac-símile da edição de 1946, Funchal, DRAC, vol. I, 1984, p. 184.

⁸² Cf. BMF, Junta Geral do Distrito, *Relatório da Comissão Distrital apresentado à Junta Geral do Funchal na Sessão Ordinária do Mez de Maio de 1914*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1914, pp. 32-35.

⁸³ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 157, de 5 de Julho de 1913, p. 53.

⁸⁴ Cabe aqui lembrar que na elevação do Funchal a cidade, a estruturação administrativa do novo município baseou-se na de Lisboa, de onde se trasladou o seu *regimento*. Assunto já desenvolvido no primeiro ponto deste trabalho.

⁸⁵ Na sessão da Câmara do Funchal, de 13 de Janeiro de 1913, o presidente da Comissão Administrativa, Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior propôs que a cidade prestasse um tributo ao grande cidadão Elias Garcia, dando o seu nome à nova Avenida das Hortas. Cf. Rui Santos, “A Avenida Elias Garcia”, *Jornal da Madeira*, Funchal, Magazine n.º 38, 13.05.1995, p. 27.

⁸⁶ Cf. *Idem*, pp. 26-28.

corresponde à actual Avenida Arriaga ⁸⁷. Na Primavera de 1914, em vésperas da I Grande Guerra, a edilidade funchalense comunicou à Junta Geral do Distrito do Funchal que dera instruções ao Engenheiro Municipal, para que este se entendesse com o técnico indicado pela Junta sobre a construção daquela parte da avenida.

Sabe-se que dois meses depois a Junta se referia à necessidade de pedir autorização à Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia para demolir os degraus exteriores daquele edifício, que davam para a avenida, e ao Ministério da Guerra, a cedência de parte do terreno e muralha da Fortaleza de S. Lourenço ⁸⁸. Por estas últimas parcelas a Junta Geral depositou, no Conselho Administrativo do Regimento de Infantaria n.º 27, conforme indicação da 2.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra, a quantia de 280\$50 escudos, como garantia de que em Praça não ofereceria menor importância pelo troço do saliente do baluarte norte da fortaleza e a parcela de terreno de forma triangular a Oeste do mesmo baluarte, destinados à construção da avenida à Praça da República ⁸⁹.

Em Agosto daquele ano, a empreitada para a construção desta obra foi adjudicada a Joaquim da Costa. O mesmo havia requerido à Junta, sendo-lhe deferido, o pagamento dos trabalhos a mais que tivera de efectuar para retirar os “rails” de ferro, do desactivado carro americano, e deslocá-los para lugar distante ⁹⁰. Em Maio de 1916, encontrava-se concluído o primeiro troço da Avenida Oeste, entre a

⁸⁷ Cf. BMF, “Sessão da Junta Geral do Distrito de 27 de Fevereiro”, in *Relatório da Comissão Distrital apresentado à Junta Geral do Funchal na Sessão Ordinária do Mez de Maio de 1914*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1914, p. 17.

⁸⁸ Cf. BMF, “Sessão da Junta Geral do Distrito de 3 de Abril”, in *op. cit.*, p. 20.

⁸⁹ Cf. BMF, “Sessão da Junta Geral do Distrito de 9 de Outubro”, in *Relatório da Comissão Distrital apresentado à Junta Geral do Funchal na Sessão Ordinária do Mez de Novembro de 1914*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1914, p. 55. A ordem para esta edificação defensiva veio em 1529, descrevendo-se como “baluarte com torre”. Para a sua construção destinaram-se os dinheiros da imposição das carnes, que até então revertiam para obras de melhoramentos na cidade. Cf. Rui Carita, *A Arquitectura Militar na Madeira Nos Séculos XV a XVII*, Funchal/Lisboa, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, p. 94.

⁹⁰ Cf. BMF, “Sessão da Junta Geral do Distrito de 7 de Agosto”, in *op. cit.*, p. 39. Os “rails” de ferro existentes no pavimento, pertenciam ao desactivado carro americano. Este sistema de locomoção fora introduzido em Portugal pelo conde de Courson de La Villehelis em 1856. Na Madeira a iniciativa coube a António Joaquim Marques, que a 16 de Julho de 1893 inaugurou o primeiro troço, entre o Pombal e a Levada de Santa Luzia, dando luz a um estudo onde participaram o capitão Manuel Alexandre de Sousa e os engenheiros Raul Mesnier, Aníbal e Adriano Trigo. A iniciativa pretendia ligar também o Funchal a Câmara de Lobos pelo mesmo sistema de locomoção. No entanto, por falta de capitais, o projecto não foi em frente. Em 1914 foram arrancados os “rails”, ficando ainda alguns junto à Sé, os quais, em 1931, seriam dali removidos. Cf. Alberto F. Gomes, “O Caminho de Ferro Americano”, in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VI (30), 1960, pp. 30-32; “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 28 de Abril de 1931” e *O Jornal*, 23.01.1931, p. 2, cols. 4-5.

Catedral e o Jardim Pequeno, tendo a Junta oficiado ao comandante militar da Madeira pedindo que a banda regimental ali actuasse a catorze daquele mês, visto se acharem concluídos os trabalhos da mesma⁹¹. Por ali poderiam agora começar a circular os autos buzinares, descendentes do primeiro veículo deste género que chegara ao Funchal a 22 de Novembro de 1907, pela mão do inglês Sr. Harvey Foster.

Para as alterações a proceder na Rua da Carreira, o presidente da comissão administrativa da edilidade funchalense comunicou, em sessão camarária de 25 de Setembro de 1913, que recebera o projecto final de alargamento daquela via pública, propondo que, de futuro, todos os prédios ali a erguer, obedecessem à planta de Ventura Terra. Desta feita, já naquela sessão, o requerimento da firma *Sardinha & C.^a*, para obras nas suas instalações à Rua da Carreira, só teria deferimento, se o projecto se encontrasse em conformidade com aquele documento⁹².

Quanto à expansão da rede de saneamento básico da cidade, a administração do Concelho recebeu do Governador Civil, em Março de 1913, uma proposta de projecto para alargamento daquela rede no Funchal. Após análise do Engenheiro Municipal, discutiram-se os orçamentos para aqueles empreendimentos, em Maio de 1913⁹³, tendo a Câmara desta cidade enviado ao Governador Civil, em Outubro daquele ano, a acta da sessão camarária em que se tratara da arrematação da empreitada de abastecimento de águas e canalização de esgotos a esta cidade, a fim de obter o parecer do representante do poder central na Ilha⁹⁴. Estas obras, que haviam sido adjudicadas à firma *Rocha Machado & C.^a*,⁹⁵ foram supervisionadas pelo engenheiro Pedro Alcântara Andrade Moraes que, em início de 1914, pediu à Câmara 40\$00 reis para as suas passagens do Continente à Ilha⁹⁶. No entanto, a meados daquele ano, os Empreiteiros comunicaram à edilidade funchalense não poder dar maior desenvolvimento aos trabalhos devido à Guerra, pois escasseavam os materiais.

⁹¹ Cf. “Sessão da Junta Geral do Distrito de 12 de Maio”, in *Relatório da Comissão Executiva apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal na Sessão Ordinária do Mez de Novembro de 1916*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1916, p. 78.

Registe-se que as árvores ali plantadas, jakarandás, foram adquiridas em Lisboa, tendo sido o então vogal da Junta, Francisco Correia de Herédia Ribeira Brava, quem se encarregou de tal tarefa. Cf. “Sessão da Junta Geral do Distrito de 6 de Novembro”, in *Relatório da Comissão Executiva apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal na Sessão Ordinária do Mez de Maio de 1915*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1915, p. 26.

⁹² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 25 de Setembro de 1913”, in *Heraldo da Madeira*, ...

⁹³ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 15 Maio de 1913”, *Heraldo da Madeira*, 16.05.1913, n.º 2561, p. 2, cls. 1-2.

⁹⁴ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 6 Março de 1913”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2507, 7.03.1913, p. 2, cls. 1-2.

⁹⁵ “O Saneamento do Funchal”, *Heraldo da Madeira*, 27.07. 1913, n.º 2619, p. 1, cl. 4.

⁹⁶ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 7 de Janeiro de 1914”, *Heraldo da Madeira*, n.º 11.828, 8.01.1914, p. 2, cls. 2-3.

Relativamente ao plano para a futura cidade do Funchal, em 1914, na sessão camarária de 23 de Abril, aprovou-se por maioria o seu ante-projecto. A 4 de Março do ano seguinte, a câmara do Funchal recebeu um ofício de Ventura Terra, comunicando que concluíra o *Plano Geral de Melhoramentos* para esta cidade. Acerca dos honorários pagos ao Arquitecto para este trabalho, sabe-se que recebeu inicialmente 1500\$00 escudos e de seguida outros 1.000\$00 escudos, que o município tinha em cofre. Os restantes 2.500\$00 escudos sairiam da verba votada pela Junta Agrícola ⁹⁷. Neste *Plano Geral de Melhoramentos* para o Funchal, Ventura Terra projectou, logo á entrada da cidade, uma ampla praça pública. Verificando que todo o movimento do Funchal advinha, em primeiro lugar, do seu porto, aquela praça, que comunicava imediatamente com o cais de embarque e desembarque, funcionaria como espaço de recepção e reunião da numerosa massa popular de turistas que a grande, e já então assídua, navegação transatlântica desembarcava na Ilha. Próximo do cais da cidade, num promontório artificial, seria construído um casino para servir essencialmente a multidão de turistas, uma questão que se arrastava desde a célebre *Sociedade de Sanatórios*.

Todo o movimento precedente se distribuiria pela cidade através de várias e amplas avenidas. Para a Avenida Marginal, denominada na planta com o n.º 1, previa-se a largura de 50 metros por 1.255 metros de comprimento. Estando parcialmente de acordo com o projecto elaborado pelo engenheiro Adriano Augusto Trigo ⁹⁸, então Director das Obras Públicas da Madeira, e que constava dos melhoramentos marítimos, a empreender pelo Estado e particulares, Ventura Terra projectou esta Marginal, bem como a Praça da Entrada da Cidade, de modo a servirem de acesso àqueles melhoramentos ⁹⁹. Para aqueles dois novos empreendimentos, o Arquitecto projectou passeios laterais e centrais, que seriam pavimentados e guarnecidos por faixa de cantaria ou cimento. Entre eles ficariam as faixas de

⁹⁷ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Março de 1914”, *Heraldo da Madeira*, ...

⁹⁸ Trata-se de Adriano Augusto Trigo, engenheiro militar, natural do Norte de Portugal e que viveu na Madeira durante largo tempo. Estudou vários problemas respeitantes a Obras Públicas da Ilha. Tem vasta bibliografia referente a melhoramentos, obras, iniciativas e demais aspectos que interessavam à vida do Arquipélago. É dele o “*Plano Geral da Distribuição e Arrendamento das Águas da Levada da Serra do Faial*”. Durante alguns anos viveu em Macau, onde ocupou o cargo de Director dos Serviços das Obras Públicas de Macau. Seu irmão, Aníbal Augusto Trigo, também engenheiro, residiu na Madeira entre 1939 e 1944, na Rua Conde Carvalhal. Casou em segundas núpcias com Maria Pia Castro e Abreu Trigo. Ao fixar-se na Ilha, exerceu serviços hidráulicos na antiga Direcção de Obras Públicas do Estado. Mais tarde, transitou para os Serviços da Repartição Técnica da Câmara do Funchal, na qualidade de Director. Por morte do engenheiro Vitoriano José dos Santos, passou a desempenhar as suas funções como director da 7.ª Circunscrição Industrial do Funchal. O limite de idade fê-lo deter o serviço público. Faleceu a 13 de Fevereiro de 1944, na Madeira.

⁹⁹ Cf. Miguel Ventura Terra, *Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Melhoramentos para o Funchal*, 1915, p. 2. Segundo o relatório do engenheiro contratado, Furtado de Mendonça, para as obras projectadas por Ventura Terra, e a cargo da Junta Autónoma do Porto do Funchal, os estudos elaborados pelo engenheiro Adriano Trigo, que datavam de 1909, seriam integralmente executados na parte respeitante ao Porto do Funchal. Cf. BMF, Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, *Memória Descritiva e Justificativa das Obras Projectadas Apresentada pelo Engenheiro Contratado Furtado de Mendonça*, Funchal, Typografia Bazar do Povo, 1915.

rodagem, em número de três, de perfis e larguras convenientes, abauladas, com pavimento próprio, sendo tudo com “*traineis*” suaves, apenas o necessário para afastamento das águas pluviais.

Outras vias públicas, designadas com os números 5, 6 e 7, constituiriam as avenidas centrais. Estas, bem como a Avenida de S. Luzia, com o n.º 4, e as ruas adjacentes, prestar-se-iam a pronta e facilmente levar os turistas até o que considerava ser o coração da cidade. Todas estas “*amplas e belas vias públicas*”, com cerca de 30 metros de largo, para as quais se previam excelentes passeios, duplas faixas de rodagem e placas artisticamente alinhadas e arborizadas, ao gosto francês da época (*boulevards*), permitiriam óptima comunicação, rápida e desafrontada, entre os diversos melhoramentos: Praça da Entrada da Cidade, Avenida Marginal, Nova Praça da República, e Avenidas Norte, Leste e Oeste.

Continuando a descrever e justificar o seu plano, o Arquitecto destacou a Avenida de S. Luzia. Esta resultaria da cobertura, em abóbada de berço contínuo, em cimento armado, da Ribeira de S. Luzia. Sobre esta cobertura construir-se-ia a dita Avenida, com 30 metros de largo, deixando-se 12 metros para faixa de rodagem. Defendia o Arquitecto que, com a cobertura desta ribeira, resolver-se-ia a questão do aspecto imundo e repugnante da mesma, por conduzir a descoberto os esgotos das casas de grande parte da cidade, com “*grave ofensa da higiene e do decoro da população*”¹⁰⁰.

As então ruas marginais, e ainda hoje, Rua 5 de Outubro e Rua 31 de Janeiro, passariam a amplos passeios laterais daquela nova via, que se estenderia desde a Avenida Marginal até uma Praça ou Rotunda, com 65 metros de diâmetro, a instalar próximo da Estação do Ascensor ou Caminho de Ferro do Monte. Deste modo, Ventura Terra continuava a ter em conta a condução dos viajantes para os pontos turísticos de maior interesse na Ilha.

Para a Nova Praça da República, que outrora fora da Constituição¹⁰¹, Ventura Terra propôs uma importante ampliação, ficando aquele espaço com 30 metros de largo por 218 metros de comprimento, contudo, deitando abaixo os baluartes da Fortaleza. Sugeria também a divisão em amplos passeios laterais e centrais, com largas e duplas faixas de rodagem, devidamente alinhadas e arborizadas. Este espaço público, pela sua óptima localização no centro da cidade, prestava-se a receber, na margem norte, os

¹⁰⁰ Este projecto, felizmente, nunca foi avante, tendo na época de Fernão Ornelas se optado pela cobertura da Ribeira por buganvílias, o que passou a ser um dos cartazes turísticos da cidade. Recentemente, o alcatroar das duas vias laterais, sem ter havido atenção em assegurar a drenagem de água para as mesmas, levou a que grande parte secasse.

¹⁰¹ Esta Praça denominou-se da Constituição desde 28 de Janeiro de 1821, pois ali foram proclamados os princípios liberais na Ilha. A partir de 1911, passou a designar-se de Praça da República, designação que perdurou até 1914, dando-se ali lugar à construção de parte da actual Avenida Arriaga. Cf. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *op. cit.*, entrada <<Praça da Constituição>>.

edifícios públicos mais importantes e necessários à vida administrativa desta urbe ¹⁰². Para esta Praça, já a edilidade funchalense considerara, em 1913, levar a cabo algumas reformulações. Porém, após conferência com este Arquitecto, na altura da sua passagem pela Ilha, em 1913, aquele organismo administrativo decidiu aguardar pela conclusão do *Plano de Melhoramentos*, para então se iniciarem as obras ¹⁰³.

De forma a conduzir o movimento do centro da cidade para a periferia, o plano de Ventura Terra considerava três grandes vias públicas. A avenida de Oeste ¹⁰⁴, com o n.º 2 na planta, a de Leste, com o n.º 3 ¹⁰⁵, e a de Norte, (de S. Luzia), com o n.º 4, além de ruas adjacentes. Seriam amplas vias de comunicação, com passeios centrais arborizados, com largas e duplas faixas de rodagem, com “*traineis*” cómodos e pavimentação apropriada ao trânsito de peões, cavaleiros, veículos de tracção animal e mecânica. Destas, apenas a Avenida Oeste se veio a efectivar, colidindo as anteriores com os interesses vivos da cidade, impossíveis de contornar, como seja demolir os baluartes da Fortaleza de São Lourenço, ou deitar abaixo a torre e o transepto da Sé.

A chamada Avenida Oeste, uma via rectilínea, em tipologia *boulevard*, a que já fizemos referência, (duas faixas rodoviárias separadas por uma placa central pedonal, esta com duas filas de árvores), daria continuidade à então Avenida da República, actual Avenida Arriaga, iniciando-se logo a Sul do Jardim de S. Francisco, hoje Jardim Municipal. Morreria, no entanto, frente à Sé do Funchal, mas seria pomposamente rematada a Oeste com um importante chafariz, com desenho do escultor António Duarte.

No capítulo da habitação, este plano previa a construção de um novo bairro a leste da cidade, o Bairro Oriental. Com largos arruamentos, de 15 metros de largo, seria percorrido pela já referida Avenida de Leste, que o colocaria directa e rapidamente em comunicação com o centro, parte marginal e toda a cidade. Bairro este, destinado essencialmente a construções económicas das classes populares, remediadas e operárias. Deste modo, atender-se-ia a uma necessidade bastante sensível no Funchal, a de fornecer

¹⁰² O que veio a ser feito reconstruindo, na época de Fernão Ornelas, o complexo da antiga Misericórdia do Funchal, para a sede da então Junta Geral do Distrito Autónomo.

¹⁰³ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 Fevereiro de 1913”, *Heraldo da Madeira*, 21.02.1913, n.º 2491, p. 2, cls. 4-5.

¹⁰⁴ Parte dela é a actual Avenida Arriaga e o seu prolongamento designou-se, por deliberação camarária de 28 de Março de 1935, Avenida do Infante D. Henrique. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 28 de Março de 1935”, *O Jornal*, 30.02.1935, p. 5, cols. 4-5.

¹⁰⁵ Os trabalhos de pontuação para o levantamento da planta desta avenida decorreram em Outubro de 1913. Na altura referia-se na imprensa regional que a mesma partiria da esquina da Rua João Tavira num só ramal, dividir-se-ia em dois em frente da porta da sacristia da Sé vindo a unir-se na rua de S. Filipe. Dali partiria num só ramal até o Largo do Lazareto. Cf. “A futura cidade, A Avenida Leste”, *Heraldo da Madeira*, 2.10.1913, n.º 2.675, p.1, col. 3.

terrenos bons para a edificação de habitações modestas e higiénicas em boas condições económicas e acessíveis às classes trabalhadoras ¹⁰⁶.

Para as classes ricas e abastadas, Ventura Terra destinou a Zona Oeste. Orientava a habitação da classe burguesa seguindo uma predisposição natural, sugerida desde os primeiros tempos do povoamento, quando o Capitão da Ilha, após a queimada, se mudara para um alto, mais a Oeste do primeiro núcleo populacional. Esta realidade atesta um dos aspectos correntes relativo ao crescimento das cidades euro-ocidentais; a sua expansão, normalmente para poente, efectuava-se reservando aos mais ricos a parte poente, deixando-se aos mais pobres a zona oriental ¹⁰⁷. No caso dos Bairros Económicos, poderemos verificar que, nos anos trinta do século passado, Fernão de Ornelas, destinará o Bairro dos Ilhéus, e a faixa Norte da Avenida Infante, às classes mais abastadas. O Bairro Económico dos Louros, mais a oriente, destinava-se às classes mais pobres. Seria especialmente destinado a alojar as famílias removidas da zona velha da cidade. Sobre estes bairros, em particular, e outras questões afins, reflectiremos em ponto mais adiante, designadamente quando abordarmos a questão da habitação económica na Madeira durante o *Estado Novo*.

Para o Bairro Ocidental, destinado a “*edificações luxuosas e artísticas das classes ricas e abastadas*”, o Arquitecto projectou largas vias de comunicação, destacando-se a já referida Avenida Oeste, com 25 metros de largo por 1.200 metros de comprimento ¹⁰⁸. Segundo o autor, o Bairro Ocidental, pela sua esplêndida situação, óptimos pontos de vista e excelente ligação com toda a cidade, “...*é de prever que venha a ter um rápido e considerável desenvolvimento de construções ricas e artísticas, no género das modernas cidades-jardins da América*” ¹⁰⁹. Realidade que veremos iniciar-se passadas duas décadas sobre este plano, com o preenchimento, das margens da Avenida Infante com habitações luxuosas, próprias de uma cidade cosmopolita, embora de pequena dimensão. Com efeito, nos inícios da década de 30, a câmara do Funchal deliberou, que naquela Avenida apenas se permitiria a construção de “*Chalets*” e habitações dentro das normas entretanto impostas pela edilidade funchalense.

Voltando ainda à descrição do *Plano de Melhoramentos*, projectavam-se dezasseis praças e rotundas, tanto para o Bairro Oriental como para o Bairro Ocidental, e ainda no cruzamento das grandes Avenidas, entre si e com os arruamentos existentes. Com estes espaços públicos, pretendia-se tirar partido

¹⁰⁶ Cf. Miguel Ventura Terra, *op. cit.*, p. 4.

¹⁰⁷ Cf. José Manuel Fernandes, “Da Sé ao Casino”, *Monumentos*, n.º 19, Lisboa, Setembro 2003, pp. 95-99.

¹⁰⁸ Cf. Miguel Ventura Terra, *op. cit.*, p. 5.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem.*

dos excelentes pontos de vista escolhidos, assim como disponibilizar locais próprios para colocação de monumentos, dando lugar a outras manifestações artísticas na composição do espaço urbano.

Relativamente à urbanização paisagística, nomeadamente no respeitante a parques e jardins, este plano previa parques ajardinados e arborizados, tanto a leste como a oeste da Cidade, e junto de cada um dos novos bairros, de onde se poderia vislumbrar os bonitos panoramas da Ilha. Pretendia-se que desempenhassem um papel importante e notável na vida cidadina, especialmente sob o ponto de vista da salubridade, recreio da população, conforto e recepção dos turistas .

Por último, na *Memória Descritiva e Justificativa* deste plano, Ventura Terra chamou a atenção da câmara do Funchal para que, sendo o seu projecto posto em prática, aquela entidade cuidasse de contratar profissionais devidamente qualificados. Apelou mesmo para a formação de uma corporação especial, composta por entidades competentes e detentora de poderes para aprovar ou rejeitar, conforme os casos, e a quem caberia ditar e fiscalizar as leis ou normas a que deveriam obedecer as novas construções, quer públicas quer particulares. Dir-se-ia ser o esboçar de um certo controlo urbanístico que, até aí, apenas existira pontualmente na espontaneidade urbanística da cidade do Funchal. Julgamos ser também uma tentativa de vaticínio longínquo dos actuais Planos Directores Municipais ¹¹⁰.

Ventura Terra concluía esta parte do seu plano profetizando que o Funchal sofreria uma bela e grandiosa transformação, que ocasionaria a iniciação ou aperfeiçoamento de vários melhoramentos públicos, os quais, em 1915, eram impossíveis de realizar ou melhorar, pelo simples facto de lhes faltar a base principal e indispensável, um sistema aceitável e moderno de vias públicas.

A segunda parte deste *Plano de Melhoramentos* para o Funchal, contempla uma estimativa orçamental das obras a levar a efeito. Os preços médios de construção por unidade de superfície foram deduzidos do preço geral de construção, orçamentado para a construção da então Avenida Oeste. Teve-se igualmente em conta construções similares, em igualdade de condições. A estimativa apresentada destinava-se apenas a dar uma ideia aproximada sobre o custo provável das obras, sendo o orçamento definitivo elaborado quando se procedesse à construção dos melhoramentos projectados.

Analisando sumariamente os valores estimados no Quadro I, para a construção das diferentes avenidas, verificamos que, para a Avenida Marginal, se previa um gasto de 533. 375\$00 escudos, representando este empreendimento o valor mais elevado deste conjunto. Já para a Avenida de Leste, a

¹¹⁰ Relembramos algumas tentativas nesse sentido registadas ao longo da história urbanística da cidade, nomeadamente, as pretensões de D. Manuel I, bem como os planos de Reynaldo Oudinot, para uma nova cidade nas angústias. A elaboração do Plano Director da Cidade do Funchal, aprovado por Despacho de 23 de Março de 1972, passou pelos conhecidos *Colóquios de Urbanismo*, realizados no Funchal em Janeiro de 1969. Da vasta equipa de técnicos regionais e nacionais a trabalhar então na câmara do Funchal, destaca-se José Rafael Botelho, arquitecto-urbanista responsável pelo Plano Final. Cf. Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização Para o Funchal”, in *Margem 2*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, Setembro 1995, pp. 27-31.

surgir no Bairro Popular, estimava-se o valor da sua construção em 354.875\$00 escudos. Em oposição a esta, ficaria a Avenida de Oeste, orçamentada em 260.000\$00 escudos. Já a Avenida de Santa Luzia ficava-se pelos 233.325\$00 escudos.

Para as Avenidas Centrais, n.º 5, 6 e 7, estimava-se um valor total de construção em 54.400\$00 escudos. As transformações para a Nova Praça da República orçamentavam-se em 49.470\$00 escudos, enquanto a Praça de Entrada da Cidade subia a 67.830\$00 escudos. Completavam o conjunto destas avenidas, outras sete, para as quais se orçamentavam gastos no valor de 568.043\$00 escudos, ficando em 2.208.655\$00 escudos o total orçamentado para este tipo de via pública.

Relativamente a valores previstos para obras de novos arruamentos, os valores previstos, e que podemos constatar no Quadro II, ficavam-se por 1.135.240\$00 escudos. No sentido de dotar a cidade do Funchal com algumas praças, para a sua construção previam-se 189.826\$00 escudos. Para os dois parques projectados, um a Ocidente outro a Oriente da cidade, estimavam-se gastar 800 e 500 contos respectivamente, perfazendo o total de 1300 contos.

Assim, esta avaliação totalizava, no geral, um valor de 4833721\$00 escudos (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, e setecentos e vinte e um escudos). Perante a conjuntura nacional e internacional, devida à I Guerra Mundial, e sobretudo à falta de recursos da edilidade funchalense, concordamos que este *Plano de Melhoramentos* revelou-se demasiado dispendioso para a câmara do Funchal ¹¹¹. Desta forma a ele se referira o então presidente da comissão administrativa deste município, José Bernardo de Almeida, ao votar contra a aprovação do ante-projecto elaborado por Ventura Terra, na sessão camarária de 22 de Abril de 1914. Alegou ser demasiado luxuoso para uma cidade como o Funchal e prejudicial à economia madeirense pois, viria desvalorizar os prédios urbanos de então ¹¹².

Em 1922, a recém nomeada comissão administrativa da Junta Geral do Distrito do Funchal retomou parte do plano de Ventura Terra, integrando-o num importante *Plano de Melhoramentos* para o Município, que constituía o seu programa de actuação. Apresentado em sessão de 22 de Abril de 1922, dele faziam parte melhoramentos como a reparação, calcetamento e conclusão de estradas distritais e a construção de novos arruamentos em diferentes pontos da Ilha. Previam-se também obras de captação e canalização de águas, visando a irrigação de terrenos agrícolas. Planeava-se, igualmente, a construção de

¹¹¹ Por diversas vezes constatamos a discussão nas sessões camarárias de formas de financiamento e de recurso para colmatar as dificuldades financeiras da câmara do Funchal. A título de exemplo, na sessão de 3 de Outubro de 1912, onde se deliberou representar ao Governo pedindo que 50% da contribuição predial e renda das casas da parte urbana da cidade revertesse a favor do cofre municipal, em virtude das despesas da Câmara aumentarem sempre com obras que eram indispensáveis e as reservas da edilidade se conservarem estacionárias. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 3 de Outubro de 1912”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2394, 18.10.1912, p.2, cls. 1-2.

¹¹² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 22 de Abril de 1914”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2835, 23.04.1914, p. 2, cls. 1-2.

um Bairro Novo, a construir no espaço entre as Ruas da Imperatriz, Favila e Alexandre Herculano. Para tal, a Junta Geral deste Distrito pediu, em ofício à câmara do Funchal, que se facultasse a planta da cidade, elaborada por Ventura Terra, ao Engenheiro Municipal encarregado do estudo do novo bairro ¹¹³. Sabe-se que o Governador Civil de então, enviou à Junta Geral do Funchal cópia da portaria, de 16 de Fevereiro de 1914, diploma que aprovara o ante-projecto e respectivo orçamento, da Estrada Nacional n.º 23, da Sé à Estrada Monumental; a qual Ventura Terra chamou, Avenida de Oeste ¹¹⁴.

Na altura, referia-se que o plano a levar a efeito, não era propriamente novo. Fora já objecto de estudo por parte do arquitecto Ventura Terra, nomeadamente, na construção de uma avenida que constituía o prosseguimento da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, até ao Ribeiro Seco. Àquele plano, adicionava-se-lhe agora a construção de uma outra avenida, paralela àquela, cortadas por outras três, que lhes ficariam perpendiculares. Esta divisão proporcionaria a formação de doze quarteirões. Conjugando o conforto, a elegância e a higienização, requisitos das modernas cidades, ali, apenas se permitiria construir casas, tipo “*Chalets*”. Contudo, as dificuldades económicas do pós-guerra não terão permitido grandes avanços no terreno.

Em 1940, em parte cumprindo-se o que o Arquitecto predestinara, foi o *Plano de Melhoramentos* retomado, desta feita pelo autarca Fernão de Ornelas Gonçalves. O próprio afirmou, em *Memória Descritiva do Alargamento da Praça do Município*, que retomava para aquela obra a proposta de Ventura Terra. Cumpriam-se os desígnios do Arquitecto, quando organizara um terceiro traçado para, dizia então, levar a efeito daqui a cinquenta ou cem anos. Foram a tenacidade e força de decisão deste autarca, que fizeram do Funchal uma cidade moderna, com novos equipamentos públicos. As suas decisões possibilitaram a conclusão de obras e a realização de outras que dotaram a cidade de equipamentos dos mais modernos do seu tempo. Contudo, pagaria com a sua exoneração todo o trabalho levado a cabo.

Com este percurso, verificamos que o projecto elaborado pelo arquitecto Miguel Ventura Terra foi uma importante base no planeamento urbanístico da cidade do Funchal da primeira metade do século XX. Trata-se de um plano essencial para a compreensão do Funchal contemporâneo, cuja cópia da *Memória Descritiva*, oportunamente encontramos nos Serviços de Património da Direcção Regional dos Assuntos Culturais; sabendo-se que se encontra no Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal do Funchal cópia deste projecto ¹¹⁵. Realizado entre 1913 e 1915, trata-se de um documento

¹¹³ Em sessão camarária de 21 de Julho de 1921, foi presente um ofício da Junta Geral deste Distrito visando tal pedido.

¹¹⁴ “Sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal”, *Diário de Notícias*, 08.07.1922, p. 3, cols. 3-4.

¹¹⁵ Segundo informações do arquitecto Luís Xavier, do Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal do Funchal, desde 2002 que o documento tem vindo a ser informatizado, contribuindo para a preservação da cópia em papel. Aproveitamos para agradecer toda a tenção que nos foi dispensada pelo Engenheiro Hugo Reis, Director do Departamento de

que desenvolve uma proposta de modernização para a cidade do Funchal, onde se aplicam os conceitos correntes do urbanismo francês da época; visíveis nas grandes vias rectilíneas, na utilização de rotundas para distribuição viária, amplas praças e parques na periferia ¹¹⁶. Porém, a visão, provavelmente demasiado grandiosa para a época, terá encontrado dificuldades de realização pois dele apenas se lançou a Avenida Marginal e a Avenida Oeste, depois do Infante ¹¹⁷. A instabilidade política do país, com sucessivas quedas de governo que se alargaram à Ilha nas frequentes alterações de Governadores Civis, terá também contribuído para a não concretização da totalidade das obras que integravam este projecto de renovação da cidade do Funchal.

Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal, bem como pelo arquitecto Luís Xavier, que gentilmente nos cedeu a parte do Plano Ventura Terra já informatizada.

¹¹⁶ José Manuel Fernandes, art. cit., pp. 94-99.

¹¹⁷ O prosseguimento do plano desta Avenida foi edificado ao longo do século XX e parece corresponder, sensivelmente ao traçado que Ventura Terra idealizara.

Capítulo II

2 . Organização Insular das Obras Públicas na Madeira.

2.1 Contextualizações às Obras Públicas no Funchal, 1930-1950.

Nos anos trinta do século XX, Portugal mantinha-se profundamente rural e periférico. Uma paisagem agrícola caracterizada por aldeias isoladas, onde faltavam estradas, saneamento básico e infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento do país. Sabe-se que nos finais daquela década, a área agrícola de Portugal abrangia, 38% da superfície total do continente português¹¹⁸. A *Campanha do Trigo*¹¹⁹, entre 1929-1934, associada a benefícios que a legislação pró-frumentária lhe consignou, fez aumentar consideravelmente o espaço agrícola cultivável, embora à custa de terrenos inadequados e conduzindo a uma imprudente utilização dos solos. Por outro lado, a industrialização de Portugal decorria muito lentamente, constatando-se a débil emergência de uma burguesia industrial.

Economicamente, Portugal vivia uma grave crise que se arrastava desde os conturbados anos da I República, situação que, indiscutivelmente, se agravara com a I Guerra Mundial, e com o impacto da crise internacional provocada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque¹²⁰. A Depressão Económica de 1929 influenciou negativamente a economia portuguesa, sobretudo pela descida nas receitas públicas e no ligeiro aumento do desemprego; no entanto, apenas em 1931 se fizeram sentir mais claramente no país os seus efeitos¹²¹. A política financeira de restrição, adoptada a partir de 1928, funcionou preventivamente, face à repercussão da queda da Bolsa de Valores, em 1929. Quando as ondas de choque da Grande

¹¹⁸ Cf. José Mattoso, (dir.), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. VII, p. 34.

¹¹⁹ Publicitada por Mussolini, a famosa “*Batalha do Trigo*” ou “*Campanha do Trigo*” para a produção deste cereal, em termos de auto-suficiência, exerceu grande impacto em praticamente toda a Europa. Viviam-se tempos de nacionalismos económicos exacerbados. Em 1929, em Portugal, iniciou-se a implementação desta campanha tendo-se verificado um esforço considerável no alargamento das áreas de produção deste cereal, sobretudo no Sul do País. Foi a “*Campanha do Trigo*” fundamental para a diminuição do valor das importações de cereais tendo-se registado, entre 1931 e 1936, um decréscimo de 98,7% nas importações deste bem essencial. Sabe-se que as colheitas de 1934 e 1935, foram tão fartas que se armazenou trigo, possibilitando, em 1936, a exportação de 807 toneladas daquele cereal, no valor de 435 058 libras, para a Grã-Bretanha. Porém, este crescimento revelou-se inviável pois grande parte dos solos não possuía condições para o plantio permanente de searas, para além da questão da exportação compensadora duma produção excedentária. A 2.ª Grande Guerra colocou termo a esta “*campanha*”, voltando-se à tradicional importação de cereais. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 5.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1978, vol. II, pp. 320-321; Sacundala de Miranda, “Crise Económica, Industrialização e Autarcia na Década de 30” in *Colóquio O Estado Novo – das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, pp. 249-257.

¹²⁰ Acerca do impacto da Grande Depressão na economia portuguesa consultar José Mattoso, “A Crise de 1929, Essa <<Voz do Destino>>”, in A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, pp.136-147.

¹²¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, 1995, p. 659.

Depressão começaram a chegar a Portugal, em finais de 1930, o equilíbrio orçamental, entretanto conseguido com Salazar como Ministro das Finanças, foi o “*condão*” que permitiu ao Governo investir verbas na reanimação económica do país, através de várias iniciativas, a exemplo da política das obras públicas, que absorveram o desemprego e tentaram dinamizar a indústria portuguesa ¹²².

Enquanto em Portugal, na 2.^a metade dos anos 30, o *Estado Novo* se afirmava tanto económica como política e institucionalmente, na vizinha Espanha viviam-se períodos conturbados. Forças comandadas pelo general Francisco Franco iniciaram um pronunciamento militar contra o Poder Republicano, legitimamente constituído desde as eleições de Fevereiro de 1936 que haviam dado vitória à Frente Popular. Começara assim a Guerra Civil de Espanha que o governo português apoiou, quebrando relações diplomáticas com o governo republicano espanhol.

A situação política na Europa ganhava entretanto contornos inquietantes com a invasão da Áustria pelas tropas alemãs e a eminência de um conflito generalizado entre a França e a Inglaterra de um lado, e a Alemanha hitleriana do outro. Na eventualidade daquele conflito se estender ao Atlântico, e nomeadamente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, impôs-se ao governo português tomar medidas quanto à descontinuidade territorial geográfica entre a Metrópole e as Ilhas Adjacentes. No novo Estatuto dos Distritos Autónomos da Madeira e dos Açores, concedido em 31 de Dezembro de 1940, e elaborado pelo professor doutor Marcello Caetano, desenvolveram-se bases legislativas que insistiram na centralização de poderes.

A 1 de Setembro de 1939, tropas alemãs invadiam a Polónia, iniciando-se a Segunda Grande Guerra, perante a qual Portugal conseguiu manter, com grande esforço diplomático, uma política de neutralidade expressa por Salazar na *Nota Oficial* que emitiu desde logo. Para esta posição não será de excluir a fraca capacidade beligerante de Portugal perante os países em conflito. Mas talvez o principal impedimento à invasão da Alemanha à Península Ibérica, prevista para o Outono ou Inverno de 1940, tenha sido o ataque de Mussolini à Grécia, que obrigou à intervenção de Hitler levando-o a adiar, e mesmo colocar de parte, um ataque à Península Ibérica ¹²³.

A *Exposição do Mundo Português*, em 1940, representou o ponto máximo do *Estado Novo*. Perante a generalização do Segundo Conflito Mundial, em Portugal comemorava-se o Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, (1140 e 1640). Com a coordenação do arquitecto Cottinelli Telmo, e outros, este evento reuniu trabalhos dos principais arquitectos, artistas e decoradores portugueses. A arquitectura dos pavilhões projectou uma panorâmica da arquitectura da

¹²² Idem, pp. 137-138.

¹²³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 630.

época, obedecendo plasticamente a um “*estilo português de 1940*”. Com este evento sobressaiu não apenas o aspecto retrospectivo, mas também a celebração da política empreendida pelo *Estado Novo*¹²⁴.

A crise geral alargara-se entretanto também ao arquipélago da Madeira. Em inícios da década de 30, constatou-se que a Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, fez agravar os efeitos da crise já instalada. A mesma arrastou para a falência as duas principais casas bancárias desta Ilha, a *Casa Henrique Figueira da Silva* e o *Banco Sardinha*, logo seguidas pela *Casa Bancária Reid, Castro & Ca.*¹²⁵. Para a *Casa Bancária Sardinha & C.^a*, com sede no Funchal, seria autorizada, em Maio de 1931, a sua reconstituição, agora sob a denominação de *Banco Sardinha*¹²⁶. Em Novembro de 1933, aquela casa bancária participava na formação do *Banco da Madeira*, constituído pela fusão do antigo *Banco da Madeira*, *Banco Sardinha* e da *Casa Bancária Rodrigues Irmãos & C.^a*; fusão autorizada pelo Ministério das Finanças, através do Decreto-lei n.º 23 238, de 20 de Novembro. Perante o estado de crise, a então Associação Comercial do Funchal fez-se ouvir em Lisboa, pelas vozes dos seus representantes, Leonel Gonçalves Luís e José Quirino de Castro, pedindo medidas especiais para a resolução da grave situação económica que assolava a Ilha¹²⁷.

Procurando novas alternativas económicas para a resolução desta crise, que se prolongou por toda a década de 30, em Junho de 1935, reconhecendo as potencialidades do solo madeirense e tentando incrementar o desenvolvimento da produção hortícola na Ilha, constitui-se a Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira. O então Ministro da Agricultura, Rafael Duque, sustentava que o arquipélago madeirense reunia boas condições para desenvolvimento dos produtos hortícolas e frutícolas, tendo em vista a sua exportação para o exterior, caso do feijão verde ou vaginha¹²⁸.

Ainda como reflexo desta crise, e em virtude da promulgação pelo Governo Central do Decreto que estabelecia um novo *regimen cerealífero*, surgiram no Funchal perturbações de ordem pública, ocorridas entre 4 e 8 de Fevereiro de 1931, que ficaram conhecidas pela *Revolta da Farinha*. Com efeito,

¹²⁴ Cf. “Exposição do Mundo Português” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, vol. I, pp. 325-327; “A Exposição do Mundo Português” in Paulo Pereira, *op. cit.*, pp. 464-473; Lucinda Canelas, “O Império na Palma da Mão – Exposição do Mundo Português, 1940”, in *Pública*, 31 de Maio de 1998, pp. 22-44; Jorge Ramos do Ó, “Modernidade e Tradição, Algumas Reflexões em Torno da Exposição do Mundo Português” in *op. cit.*, pp. 177-185.

¹²⁵ Em relação a este assunto, o *Diário de Notícias* refere, em nota oficiosa do Governador Civil, José Maria de Freitas, que tomando conhecimento da situação, o Ministério das Finanças prontamente nomeou um delegado e técnicos que vieram à Ilha. Após seguirem para Lisboa, o Governo, por intermédio do Banco de Portugal, forneceu à economia madeirense créditos que, entre 19 de Novembro e 22 de Dezembro de 1930, atingiram 8.084.000\$00 de escudos.

¹²⁶ *Diário do Governo*, II Série, n.º 104, de 6 de Maio de 1931.

¹²⁷ Cf. Rui Carita, *op. cit.*, vol. II, p. . Esta situação foi na altura retratada pelo *Re-nhau-nhau* de 14 Janeiro de 1931. Presidido por Pedro Gonçalves Preto, este jornal humorístico madeirense tinha como centro de atenções a figura estereotipada do *Zé Povinho da Madeira*. Acompanhou crítica e atentamente a sociedade e política madeirenses entre 1929 e 1977.

¹²⁸ Decreto n.º 25 464. *Diário do Governo*, I Série, n.º 128, de 5 de Junho de 1935, pp.826-830.

o Decreto-lei n.º 19 237, de 26 de Janeiro daquele ano, conhecido regionalmente como o *Decreto da Fome*, restringia a importação de trigo e farinhas para a Madeira a um único grupo de moageiros. Esta situação, que não era nova na Região, pois já em 1915 e 1921 fizera despoletar motins populares, fazia também agora surgir graves desordens na cidade ¹²⁹. Várias entidades regionais demonstraram o repúdio colectivo pela promulgação daquele diploma, pois anteviam-se desfechos sangrentos ¹³⁰.

A 29 de Janeiro ocorreu uma primeira manifestação popular junto ao Palácio de São Lourenço que levou o então Governador Civil, José Maria de Freitas, a prometer interceder junto do Governo de Lisboa. Contudo, a 4 de Fevereiro, ao confirmar-se a promulgação do diploma, registou-se a greve dos estivadores, que rapidamente se estendeu a toda a cidade do Funchal, prolongando-se pelos dias 5 e 6 de Fevereiro. Registaram-se confrontos entre as forças de segurança e os populares resultando prejuízos materiais e alguns mortos. Como resposta a esta rebelião, de imediato o Governo de Salazar destacou para a Ilha um Delegado Especial, o coronel Feliciano António da Silva Leal e uma força militar, constituída pela Companhia de Caçadores 5 e uma secção de Metralhadoras 1, sob o comando do capitão Artur de Almeida Cabaço ¹³¹. Este, passou a Governador Civil, afastando o anterior, coronel José Maria de Freitas, que se manteve apenas como governador militar. Silva Leal, ao chegar ao Funchal, com plenos poderes e no rescaldo do levantamento popular de Fevereiro, impôs uma política de dureza e repressão que agravou na Ilha a impopularidade da Ditadura. Nomeou o juiz de direito da vara criminal da comarca do Funchal para proceder a um rigoroso inquérito sobre as causas que motivaram a alteração da ordem pública na cidade do Funchal, no período de 1 a 6 de Fevereiro de 1931 ¹³². Estabeleceu listas de cidadãos a deportar para os Açores e para Cabo Verde, verificando-se grande preocupação entre os democratas locais pois, à chegada de barco para aquelas paragens, escondiam-se com receio de serem integrados numa leva de deportações ¹³³.

¹²⁹ Cf. “Depoimento do Escritor Madeirense Carlos Martins” in Maria Elisa de França Brasão e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira – 1931*, Funchal, DRAC, 1994, pp. 117-179; Rui Carita, “As Revoltas da Farinha e da Madeira” in *op. cit.*, vol. II, pp. 109-114.

¹³⁰ A comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal, reunida a 24 de Janeiro de 1931, resolveu contactar o Governador Civil, a fim de que este solicitasse do Governo Central a suspensão do Decreto em causa. Também a Direcção da Associação Comercial do Funchal, telegrafou, logo a 28 de Janeiro daquele ano, aos membros do Governo em Lisboa, apoiando a opinião pública no protesto contra aquele decreto e solicitando a continuação da liberdade de importação de farinhas e da indústria de panificação. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 27 de Janeiro de 1931”, *O Jornal*, 30.01.1931, p. 2, cls. 4-5; Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal, Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte, 2003, vol. II, p. 110. A edição de 31 de Janeiro de 1931 do *Re-nhau-nhau*, caricaturiza os 3 moageiros a quem o novo regime cerealífero iria beneficiar.

¹³¹ Decreto-lei n.º 19 316. *Diário do Governo*, I Série, n.º 31, de 6 de Fevereiro de 1931, p. 251.

¹³² Portaria n.º 3. *Diário do Governo*, II Série, n.º 60, de 14 de Março de 1931.

¹³³ Cf. João Soares, *op. cit.*, pp.10-11.

Provavelmente na continuidade destes descontentamentos populares ocorreu, naquele mesmo ano, a *Revolta da Madeira*¹³⁴, que durou apenas 28 dias, capitulando a Junta a 2 de Maio de 1931. Para esta segunda revolta contribuiu, sem dúvida, o trânsito de oficiais deportados entre os Açores e a Madeira¹³⁵. Pelas 7 horas da manhã de 4 de Abril de 1931, as forças revoltosas, comandadas pelo general Sousa Dias, tomaram o Palácio de São Lourenço. Com elas estavam os tenentes Manuel Camões e Sílvio Pélico Neto, da companhia de Caçadores 5, das forças governamentais que haviam acompanhado o Delegado do Governo e o Governador Civil. Prenderam aqueles oficiais, entregando o Governo da Ilha a uma Junta Militar encabeçada pelo general Adalberto Sousa Dias. Este, assumiu o lugar de comandante Militar da Madeira. Os revoltosos tomaram ainda alguns pontos estratégicos da cidade, como os Correios e Telégrafos. De igual modo, invadiram a Câmara e a Junta Geral do Funchal, chegando a deliberar e dar despachos, considerados posteriormente nulos pelos respectivos órgãos de poder¹³⁶.

Perante este pronunciamento militar, a Presidência do Conselho, pelo Decreto-lei n.º 19 559, de 6 de Abril de 1931, confiou, até nova resolução do Governo, as funções de Delegado Especial do Governo nas Ilhas Adjacentes ao coronel de infantaria, Fernando Augusto Borges Júnior, comandante das forças entretanto enviadas para restabelecer a ordem pública¹³⁷. Declarou-se, ainda, o estado de sítio no

¹³⁴ Sobre a Revolta da Madeira, cf. Rui Carita, *op. cit.*, vol. I, p. 112; Fernando Rosas, “Estado Novo – da Revolta da Madeira” in *op. cit.*, (dir) José Mattoso, pp. 222-229; Maria Elisa França Brasão e Maria Manuela Abreu, *op. cit.*; Fátima Pitta Dionísio, “A Revolução da Madeira de 1931: a importância do sector leste da Ilha no desfecho trágico da revolta”, in *Atlântico*, n.º 9, 1987, pp. 43-60; João Soares, *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné-documentos-4 de Abril a 2 de Maio de 1931*, pp. 6-20. Também o *Renhau-nhau*, na edição de 31 de Janeiro de 1931, publica na capa uma caricatura alusiva a esta situação. Com a intenção de celebrar este acontecimento político de carácter regional, foi aberto um concurso, em 1987, para realização de um monumento. O projecto do escultor Ricardo Veloza, apesar de não ser o vencedor, foi, por decisão do Governo Regional, o trabalho que acabou por ser executado. Trata-se de uma figura masculina, oprimida entre dois conjuntos de blocos de betão, que se localiza sobre triângulo ajardinado num nó de ligação rodoviária que dá entrada na via rápida, junto ao cemitério de S. Martinho. Cf. Carlos Valente, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990)*, Tese no âmbito do Mestrado em História das Regiões, Universidade da Madeira, 1999, vol. I, p. 139. No trabalho de João Pestana sobre o escultor Ricardo Veloza pode observar-se dois registos daquele trabalho de Ricardo Veloza. João Pestana, *Ricardo Veloza Por João Pestana*, Funchal, edição do autor, 1999, pp. 33 e 35.

¹³⁵ Cabe aqui recordar que chegavam às Ilhas Adjacentes deportados políticos, que o Governo Nacional também fez concentrar na Madeira e que estes aproveitaram o contexto revoltoso para o transformar em revolta contra o regime. Consta terem estado nesta Ilha, como deportados, figuras notáveis da Maçonaria e da Carbonária como os Drs. João Soares, pai do ex-presidente da República, Dr. Mário Soares, e Artur Luz de Almeida. Era também voz corrente na Ilha que José Quirino de Castro, reeleito em Janeiro de 1931 para presidente da Associação Comercial do Funchal, seria membro da Maçonaria no Funchal e um dos contactos privilegiados com aqueles elementos. Cf. Rui Carita, *op. cit.*, vol. II, p. 109.

¹³⁶ O Governo Central, pelo Decreto-lei n.º 19 567, de 7 de Abril, demitiu dos postos e lugares que ocupavam na Marinha, no Exército e no Funcionalismo público, os indivíduos que haviam sido, ou viriam a ser investidos no exercício de funções militares ou civis na ilha da Madeira, sem nomeação do Governo da República, precavendo-se assim contra as nomeações sem o seu consentimento.

¹³⁷ Já em Junho do mesmo ano, por portaria do Ministério do Interior, o Ministro da Marinha conferiu àquele Coronel todos os poderes civis e militares necessários e conducentes ao rápido restabelecimento da ordem neste Arquipélago. Decreto-Lei n.º 20 644. *Diário do Governo*, I Série, n.º 294, de 22 de Dezembro de 1931.

arquipélago, com a suspensão total de garantias individuais ¹³⁸. Pelo Decreto-lei n.º 19 569, de 4 de Abril de 1931, o Governo encerrou os portos do arquipélago da Madeira a toda a navegação e comércio. Esta situação, apenas revogada a 22 de Dezembro daquele ano ¹³⁹, trouxe imensos transtornos à debilitada economia regional, pois a Madeira valia-se em grande escala do seu porto para a entrada de turistas e de artigos de primeira necessidade ¹⁴⁰.

As forças governamentais enviadas, apelidadas de “*esquadra do bacalhau*”, tentaram um primeiro desembarque na Vila da Calheta. Todavia, perante a resistência dos revoltosos, reembarcaram e tentaram novo desembarque na Baía d’Abra, na Ponta de S. Lourenço. No entanto, nas Queimadas, perto de Machico, ficara a artilharia, impossibilitando-os de continuar a entrada na Ilha. De qualquer modo, o grupo já desembarcado, comandado pelo capitão Jorge Botelho Moniz, seguiu até ao Caniçal, única passagem pela montanha e apenas acessível aos que conheciam a zona. Encaminhados pelo padre Carlos Martins, pároco daquela freguesia, seguiram por caminho que os levou até Machico. Lá chegando, tomaram de assalto aquela vila e ali se entrincheiraram. Todavia, não puderam prosseguir, pois os revoltosos haviam danificado as pontes e outros acessos ao Funchal ¹⁴¹.

Após o retorno à normalidade, a edilidade funchalense, reunida a 5 de Maio de 1931, deliberou fazer publicar uma nota oficiosa que definitivamente esclarecesse a lastimável e irregular situação. Por sua vez, a Junta Geral deste Distrito procedeu de igual forma, anulando as decisões tomadas naquele período pelos revoltosos, que entretanto haviam escolhido para comando das suas forças o general Sousa Dias ¹⁴². Este presidia a uma Junta Revolucionária ou de Governo, integrando diversos oficiais deportados e outros de forças que estavam na Ilha.

¹³⁸ *Diário do Governo*, I Série, n.º 79, de 6 de Abril de 1931, p. 577. Sabe-se também que, por portaria do Ministério da Marinha, de 7 de Maio de 1931, incluída no *Diário do Governo*, II Série, n.º 105, se nomeou uma comissão, a fim de assistir à conferência da carga e verificação das faltas que porventura houvessem no vapor *Pedro Gomes*, que fora requisitado para transporte de tropas contra os revoltosos da Madeira e Açores.

¹⁴⁰ *Diário do Governo*. II Série, n.º 136, de 16 de Junho de 1931.

¹⁴¹ Cf. Visconde do Porto da Cruz, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira 3.º Período – 1910-1952*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953, vol. III, pp. 78-79.

¹⁴² Cf. António Luís Alves Ferronha, “Revolta na Madeira 1931”, *Atlântico*, n.º 12, Inverno 1987, pp. 303-307. Adalberto Gastão de Sousa Dias, natural de Chaves, cursou em Vila Real, Escola do Exército em Coimbra, onde concluiu o curso de Infantaria, em 1885. A sua vinda para a Madeira registou-se na sequência da sua condenação a dois anos de prisão por ter comandado, em 1927, o movimento revolucionário do 3-7 de Fevereiro contra a Ditadura Militar. Apesar de já ter cumprido o tempo, pois passara 11 meses em S. Tomé como deportado, fixou-se-lhe residência no Faial e posteriormente na Madeira. A chefia do movimento revolucionário de 4 de Abril na Madeira, valeu-lhe novamente a prisão e deportação para Cabo Verde, onde falecerá em 1936. Cf. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 264.

Depois de um período relativamente curto de acalmia social, pelo Verão de 1936, dias 4 e 5 de Agosto, a Madeira passou por novo período de agitação, sobretudo nos meios rurais, devido à promulgação do Decreto-lei n.º 26 655, de 4 de Junho de 1936¹⁴³. Aquele diploma, imposto pelo *Estado Novo*, sob a orientação duma economia corporativa, determinava a concentração de um grande número de pequenos industriais de lacticínios, espalhados por toda a Ilha, na *Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira*. Visava sobretudo a melhoria de condições de higiene e salubridade numa indústria insular que registara um assinalável crescimento, nomeadamente entre os finais do século XIX e primeiros quinze anos do século XX¹⁴⁴. A insatisfação pelo novo Decreto-lei, alastrou-se ao Norte da Ilha, com o padre César Miguel Teixeira da Fonte, pároco do Faial, a colocar-se ao lado dos seus paroquianos, elucidando-os nas suas homilias domingueiras quanto ao *famigerado* Decreto¹⁴⁵. Chegou mesmo a incitá-los na formação de um grupo de homens “*honestos e prudentes*” da freguesia que fossem até ao Governo Civil expor a discordância com o novo regime dos lacticínios¹⁴⁶.

O ímpeto revoltoso estendeu-se a outras partes da Ilha. No Funchal, registaram-se assaltos a vários edifícios, assim como na Ribeira Brava, onde se verificaram assaltos à Repartição de Finanças e à

¹⁴³ *Diário do Governo*, I Série, n.º 130, 4 Junho 1936.

¹⁴⁴ O desenvolvimento da indústria dos lacticínios na Madeira, nomeadamente da produção de manteiga, registou os mais variados contributos. Entre eles, o facto de a partir de 1894 se verificarem investimentos promovidos por capitais e empresas continentais, a redução de impostos aduaneiros sobre a manteiga, reforçados pela revisão da pauta aduaneira em 1892 e a introdução da desnatadeira. Este invento possibilitou um aumento na quantidade de extracção de leite/manteiga, como também a formação de cooperativas de lacticínios que se espalharam pela Ilha aumentando a extensão da cobertura da recolha de leite a quase toda a região. Foram também contributos válidos, o crescente estabulamento do gado, e a disseminação do gado cruzado, pois os animais importados possuíam uma aptidão lactígena superior à do gado da terra. Cf. Benedita Câmara, *op. cit.*, pp. 77-87.

¹⁴⁵ Cf. Rui Carita, *op. cit.*, pp. 17-18.

¹⁴⁶ A 19 de Janeiro de 1934, o Governador Civil na Ilha ordenou ao Comandante da Polícia Distrital do Funchal que procedesse às necessárias investigações e diligências para que se obtivesse um exemplar dos impressos e bem assim averiguar quem fora o seu autor e tipografia onde se imprimira o manifesto que circulava na cidade do Funchal desde meados do mês de Novembro de 1933, assinado pelo padre César Miguel Teixeira da Fonte sem o “visto” da censura e sobre o título “Julgamento dum Padre-Casta-Presecução”. Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Administradores do Concelho e Comissário da Polícia*, L.º 4.º, circular n.º 299, de 19 de Janeiro. Preso a 11 de Setembro de 1936, passou mais de nove meses nas prisões do Funchal e Caxias, para onde foi transferido a 24 de Junho de 1937. Todavia, a 30 daquele mês, já em liberdade condicional em Lisboa, expôs, por carta dirigida a Oliveira Salazar, documento encontrado pelo Dr. Nelson Veríssimo na Biblioteca Municipal do Funchal, a sua versão dos acontecimentos. Afirmava não ter participado directamente nas manifestações de protesto e considerava-se vítima de ódios e intrigas. Pretendia antes de mais regressar à Madeira, pois mesmo em liberdade tinha de se apresentar regularmente às autoridades da capital. No entanto, a 1 de Maio de 1982, em entrevista ao *Jornal da Madeira*, este Padre relatava ter assumido uma postura mais activa perante os acontecimentos, admitindo não poder ficar indiferente perante um Decreto-lei que prejudicava o povo da freguesia que paroquiava. Voltou ainda à Madeira a meados de 1938, optando posteriormente pelo Continente, onde frequentou o Curso de Direito, vindo a falecer em 1989. Cit. Nelson Veríssimo, art. cit., ed. Calcamar, p. 102; Tomás Velosa, “Morreu o Revdo. Padre Dr. César Teixeira da Fonte”, *Jornal da Madeira*, 19.06.1989, apud., Rui Carita, *op. cit.*, p. 18; Marisa Santos, “O Padre Teixeira da Fonte e a Revolta do Leite”, *Islenha*, n.º 28, Jan.-Jun., 2001, pp. 120-126.

Conservatória do Registo Civil, com a queima de alguns livros daquela Conservatória ¹⁴⁷. Também em Machico verificou-se um ajuntamento de população junto aos Paços do Concelho, que entretanto a polícia e os militares fizeram dispersar, não sem a perda de algumas vidas. O Verão de 1936 no Funchal revelou-se assim pouco pacífico, trazendo a *Revolta do Leite* à Ilha, a 8 de Agosto, e com ela reforços militares que seriam acrescidos do navio Gil Eanes e ainda dos avisos de Guerra “*Bartolomeu Dias*”, “*Gonçalves Zarco*” e o “*Luanda*”, para recolha dos autores e cúmplices dos motins ¹⁴⁸. Apesar das contestações, reconheceu-se posteriormente as vantagens das medidas legislativas adoptadas e a necessidade da existência de um organismo como a *Junta Nacional de Lacticínios*, coordenador da produção e comércio de leite e da indústria de lacticínios ¹⁴⁹.

Certo é que as despesas resultantes destes motins na Madeira, a que actualmente se atribui grande responsabilidade desta reacção a razões emocionais ¹⁵⁰, seriam pagas pela própria Ilha, como determinou o diploma promulgado pelo governo no Decreto-lei n.º 26 982. Para atender às despesas resultantes dos acontecimentos revolucionários, ocorridos no mês de Abril de 1931, o Ministério das Finanças fez inscrever, no capítulo 9.º do orçamento do Ministério do Interior, e como despesas extraordinárias resultantes da situação anormal dos distritos do Funchal, em Angra do Heroísmo e na Ponta Delgada, a quantia de dez milhões de escudos ¹⁵¹.

A crise geral que então se vivia agudizou-se em finais dos anos trinta, antevendo-se um prenúncio da Segunda Grande Guerra. O agravamento das condições económicas e sociais, bem como o crescimento demográfico no arquipélago, conduziram ao aumento da emigração madeirense para colónias portuguesas, nomeadamente Angola, mas sobretudo para o Brasil, onde já existia uma importante colónia de naturais desta Ilha ¹⁵². Em assuntos de emigração e para aquela época, o Funchal seguia na dianteira,

¹⁴⁷ Pelo Decreto-lei n.º 31 241. *Diário do Governo*, I Série, n.º 101, de 2 de Maio de 1940, p. 393, o Governo atribuiu um crédito à Câmara Municipal da Ribeira Brava, para a indemnizar dos prejuízos provocados pelos motins nos quais se registou a destruição de grande parte dos livros da Conservatória do Registo Civil.

¹⁴⁸ Cf. Nelson Veríssimo, “A Revolta do Leite”, *Revista do Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Abril de 1997, pub. *Passos na Calçada, crónicas*, Série *Novecentos I*, Ed. Calcamar, Funchal, 1998, pp. 100-108; Rui Carita, *A Freguesia do Faial*, Funchal, Junta de freguesia do Faial, 2000. No *Diário do Governo*, I Série, n.º 209, de 5 de Setembro de 1936, p. 1073, relatam-se as origens dos motins bem como as providências tomadas pelo Governo.

¹⁴⁹ Cf. Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos de Azevedo de Meneses, *op. cit.*, entradas, <<Indústria dos Lacticínios>> e <<Lacticínios>>.

¹⁵⁰ *Idem*, entrada, <<Motim popular de 1936>>.

¹⁵¹ *Diário do Governo*, I Série, n.º 86, de 14 de Abril de 1931, pp.620-621.

¹⁵² Sabe-se que em 1936, a Junta Geral deste distrito ponderou sobre as vantagens da emigração como forma de escoamento da população e como contributo para a riqueza do Arquipélago madeirense, através das quantias que os emigrantes sempre enviavam para a sua terra e ainda por meio das pequenas fortunas que muitos traziam quando regressavam. A título de exemplo considere-se o caso, que detalhamos mais à frente, do emigrante que, regressando definitivamente à Ilha na década de 30, propôs um empréstimo à Câmara do Dr. Fernão de Ornelas, para a realização de obras públicas na cidade do Funchal. Mais alegava aquela

pois calcula-se que da Madeira saíram cerca de 5 mil pessoas. Ao redor desta questão, ficaram ainda os problemas da emigração ilegal e do aumento das agências de passaportes, realidades com que então se debateu José Nosolini, Governador Civil da Madeira desde 1938¹⁵³.

Perante as consequências económicas da Segunda Guerra, o governo português adoptou uma política económica de restrição que trouxe vários inconvenientes à economia madeirense. Nos vários sectores de exportação regional, bem como no turismo, verificaram-se descidas nos níveis de facturação. Medidas de precaução foram colocadas em prática pelo Governador Civil na Madeira, sobretudo no que respeita ao abastecimento de bens de primeira necessidade¹⁵⁴.

Em meados de 1940, a Segunda Grande Guerra trouxe à Madeira muitos Gibraltinos. Um acordo entre o governo português e o de Londres permitiu que grande número de famílias inglesas, com residência em Gibraltar, pudessem residir na Ilha enquanto durasse o Conflito. A sua chegada à Madeira deu-se a partir de 21 de Julho de 1940, sendo aquelas famílias instaladas no Lazareto de Gonçalo Aires e em vários hotéis e pensões, ou mesmo em algumas casas particulares; até a sua saída, que se iniciou a 28 de Maio de 1944¹⁵⁵.

No que respeita aos empreendimentos públicos levados a cabo nos anos trinta-quarenta e base para o nosso estudo, desenvolveram-se, maioritariamente, sob a tutela da Câmara Municipal do Funchal,

Junta que, em Angola, eram imensos os terrenos a colonizar, para tal, facilitava-se a ida de madeirenses com passagens gratuitas. Favorecendo ainda a emigração estava o Decreto-lei n.º 29 917, de 2 de Outubro de 1939, ao dispensar os emigrantes do pagamento de quaisquer taxas ou licenças militares.

¹⁵³ O advogado Dr. José Nosolini, de seu nome completo José Nosolini Pinto Osório Silva Leão, ocupou o cargo de Governador Civil do Distrito do Funchal entre 1938 e 1941, substituindo o Capitão-de-Fragata Augusto Goulart de Medeiros, que se mantivera naquele cargo desde 1934. A título de exemplo, refira-se que o governador civil da Madeira, Artur de Almeida Cabaço, comunicou, em 23 de Janeiro de 1933 ao Comandante Distrital da Polícia do Funchal, o regresso no dia anterior de Ponta Delgada, no vapor *Lima*, do menor de 17 anos, João de Sousa, engraxador. Como aquele menor regressara à Madeira com passagem abonada pela polícia cívica daquele distrito, e como a referida polícia reclamasse a importância de 144\$56, que despendera com a passagem, era pedido que se averiguasse se algum parente do dito menor teria meios para pagar aquele valor. Da mesma forma, a 23 de Fevereiro daquele ano, as mesmas entidades trocavam informações acerca de Francisco de Sousa, de 22 anos, solteiro, filho de António de Sousa e de Maria de Sousa, natural de S. Martinho, ajudante de motorista que fora detido pela polícia marítima de Lisboa, por ter embarcado clandestinamente no vapor *22 Colonial*, que partira do Funchal a 16 daquele mês. Referia-se que o mesmo fora posto em liberdade no dia 22 de Fevereiro daquele ano. Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Administradores do Concelho e Comissário da Polícia*, L.º 4.º, circulares n.º 106, de 23 de Janeiro 1933 e n.º 130, de 25 de Fevereiro de 1933. Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1935, p. 99; *Diário do Governo*, II Série, n.º 115, de 20 de Maio de 1938, p. 2518; Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, vol. I, p. 510.

¹⁵⁴ Cabia ao Governador do Distrito Autónomo do Funchal, sob proposta da Delegação Regional da Junta de Exportação de Cereais, criada em Janeiro de 1939, estabelecer os preços do milho e da respectiva farinha na região. Igualmente, tal como acontecera por ocasião da I Guerra Mundial, promoveu-se na Ilha a plantação de géneros alimentícios de primeira necessidade, reconvertendo áreas inicialmente destinadas à plantação de cana de açúcar. Cf. Ramon Honorato Corrêa Rodrigues, *Notas Sobre a Actuação da Delegação da Junta de Exportação dos Cereais na Madeira*, Funchal, Tipografia Esperança, 1962, pp.11-22.

¹⁵⁵ Cf. António Ribeiro Marques da Silva, “As Gibraltinas”, *Margem 2*, Funchal, n.º 6, Câmara Municipal do Funchal, Junho 1997, p. 25. O autor refere a hipótese de terem vivido no Funchal cerca de 4300 Gibraltinos, a maioria dos quais senhoras e crianças, pois os homens teriam sido maioritariamente recrutados para a guerra.

tendo na presidência o Dr. Fernão de Ornelas e por orientação, o Plano de Ventura Terra, como aquele edil declarou. Nascido a 14 de Junho de 1908, na freguesia de S. Pedro, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, filho do médico Dr. Fernão de Sousa Gonçalves e de Gabriela de Ornelas, cursou o Liceu no Funchal, tendo concluído o Curso Complementar de Letras em Julho de 1925. Com apenas 17 anos, seguiu para a Faculdade de Direito em Lisboa onde, em Julho de 1931, obteve com mérito o grau de licenciado em Direito. Regressando à Ilha, foi nomeado, a 17 de Agosto de 1932, subdelegado do procurador da República no Funchal e em 1934, vogal da comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal ¹⁵⁶. Membro da União Nacional, o partido único do Regime, este recém-formado advogado foi desde logo considerado na Ilha um jovem promissor. No ano anterior fora nomeado pelo governador civil do Distrito, então o açoriano capitão-de-fragata Augusto Goulart de Medeiros, a 12 de Janeiro de 1935, para presidir à comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal ¹⁵⁷, acumulando naquele ano estas funções com o cargo de chefe efectivo da Secretaria Judicial. A sua actuação foi, em parte, reconhecida pelo Governo, em 1938, aquando da visita do general Óscar Carmona ao Funchal, no decurso da visita presidencial às colónias portuguesas, sendo o autarca agraciado com o grau de oficial da Ordem Militar de Cristo ¹⁵⁸.

A intensa actividade daquele presidente do município em prol da modernização da cidade do Funchal trouxe-lhe inimizades que, associadas às incompatibilidades com o novo governador civil na Madeira, Daniel Vieira Barbosa, culminaram na sua exoneração, a 12 de Outubro de 1946. Após doze anos à frente da edilidade funchalense, onde demonstrou uma atitude verdadeiramente empreendedora, implementou à Câmara e cidade do Funchal um dinamismo notável, sobretudo no seu desenvolvimento urbanístico. Contudo, para rasgar avenidas e novas ruas, como a que teve posteriormente o seu nome, dotar a cidade de novos e modernos equipamentos públicos, expandir a rede de saneamento básico e de electricidade a toda a periferia da cidade e promover a saúde pública, foi inevitável o recurso a expropriações. Estas, angariaram-lhe inimizades nas famílias mais influentes desta cidade, que se sentiram

¹⁵⁶ Foi nomeado vogal na sessão camarária de 11 de Janeiro de 1934, tendo entrado em exercício de funções a 16 daquele mês, cabendo-lhe o pelouro dos parques e jardins.

¹⁵⁷ O Capitão-de-Fragata Augusto Goulart de Medeiros, manteve-se no cargo de Governador Civil da Madeira durante quatro anos, sendo substituído pelo advogado Dr. José Nosolini. Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1935, p. 99; *Diário do Governo*, II Série, n.º 115, de 20 de Maio de 1938, p.2518.

¹⁵⁸ A 13 de Julho de 1938, a cidade do Funchal enfeitou-se para receber o general Óscar Carmona que, na sua visita a S. Tomé e Príncipe e a Angola, fez escala pelo Funchal. Pela forma bem sucedida como decorreu a sua passagem por esta cidade, aquele Chefe de Estado agraciou, com distintos graus na Ordem Militar de Cristo, algumas personalidades madeirenses, cabendo ao Dr. Fernão Ornelas, o grau de oficial daquela Ordem Militar. Com o grau de comendador foram agraciados, o Governador Civil, Dr. José Nosolini da Silva Leão, e o Presidente da Junta Geral Autónoma, Dr. João Abel de Freitas. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, vol. XIV, p. 309.

ofendidas nos seus privilégios. Aproveitando-se da situação e da saída do edil ao Brasil, Daniel Vieira Barbosa, político influente no Terreiro do Paço, vai a Lisboa, dali regressando com autorização para o demitir.

2.2 O Ministério das Obras Públicas e suas extensões no arquipélago: elementos para a compreensão do seu funcionamento.

É ponto assente a incontestável relevância do Ministério das Obras Públicas na afirmação da política do *Estado Novo*. Sobretudo na sua fase de desenvolvimento e consolidação (1933-1938), o regime, já *Estado Novo*, vai utilizá-la como veículo de propaganda ideológica onde uma série de realizações se apoiaram e desenvolveram numa política de combate ao desemprego e no fomento económico do país; tudo isto em contraponto ao período republicano onde as obras públicas não conheceram desenvolvimento significativo. Este Ministério constituiu, desde logo, a grande aposta do novo poder, em tantos aspectos comparável ao *Fontismo* oitocentista. Mas, enquanto naquele período a política de obras assentou sobretudo em investimentos particulares e na iniciativa privada, no “*novo regime*” foram acima de tudo um investimento do Estado e uma forma de combate ao desemprego.

A produção arquitectónica da primeira fase do regime, que constitui maioritariamente a Arquitectura Modernista portuguesa, serviu a ideia de renovação e novidade, sendo ocasião para demonstrar os valores nacionais da Arquitectura e da Engenharia, na construção de grandes e modernos equipamentos públicos por todo o país. Visou desenvolver e melhorar as infra-estruturas consideradas fundamentais no surto da economia nacional ¹⁵⁹.

Logo depois da tomada de posse do 8.º governo da Ditadura Militar, instituiu-se o Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Retomava-se, assim, a designação avançada em 1852 por Fontes Pereira de Melo ¹⁶⁰ e pelo seu Governo, quando, em 29 de Agosto daquele ano, fizeram publicar o decreto que instituiu o Conselho Geral das Obras Públicas, logo a seguir organizado sob o título de Conselho das Obras Públicas. O mesmo decreto regulou também a actividade daquele Conselho, conferindo-lhe atribuições meramente consultivas. Com efeito, inicialmente, as funções deste limitavam-se a emitir parecer no âmbito de todos os “*negócios de Obras Públicas e Minas*”. Especificava-se ainda que o Conselho deveria ser ouvido relativamente a “*quaisquer projectos, de estradas, de caminhos de ferro,*

¹⁵⁹ Cf. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, vol. II, p. 585.

¹⁶⁰ António Maria Fontes Pereira de Melo era, no reinado de D. Maria II, o então Ministro da Fazenda. Tendo o Decreto de Setembro de 1852 estabelecido o Conselho de Obras Públicas, foi este político que, desde logo, presidiu àquele Conselho.

pontes, dessecamento de pântanos, canais de navegação ou irrigação, classificação de estradas e outros”

161

Teve aquele primeiro organismo diversas designações: Conselho Geral de Obras Públicas, Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas, Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, Conselho Técnico de Obras Públicas e ainda, finalmente, Conselho Superior de Obras Públicas. Com o decurso dos tempos, este Conselho foi ganhando funções não apenas governativas e alargando a sua influência a outras áreas ministeriais. Também a sua constituição e funções variaram. Se inicialmente se compunha pelo ministro e pelo director geral respectivos, bem como por quatro oficiais do exército e pelos engenheiros directores dos serviços civis ficou, em 5 de Outubro de 1859, desonerado das atribuições que passaram ao Conselho de Minas e, em 28 de Novembro de 1885, a ter como vogais os engenheiros inspectores ¹⁶².

Em 1892, o Decreto de 1 de Dezembro, conferiu nova estruturação a este organismo, dividindo-o em três secções distintas. De um lado, as estradas, obras hidráulicas e edificios públicos; do outro, os caminhos-de-ferro, e numa outra secção ficavam as minas, pedreiras, águas minerais e serviços geológicos. Decorridos sete anos, a 28 de Dezembro de 1899, Elmino de Brito, imprimiu ao então Conselho Superior de Obras Públicas e Minas um cariz marcadamente económico. Introduziu um Conselho Económico ao qual marcou competência para consultar sobre classificação geral de estradas, caminhos-de-ferro e portos de mar, concessões de construção ou exploração de certos empreendimentos de utilidade pública e propostas de lei relativas a obras públicas e minas. Cabia-lhe ainda decidir sobre tarifas ferroviárias das diferentes linhas isoladamente consideradas, ou em combinação com outras linhas nacionais ou estrangeiras. Ao lado daquele Conselho criou o Conselho Técnico de Obras Públicas de Minas ¹⁶³.

Aos novos Conselhos cabia dar parecer sobre projectos, orçamentos, fornecimentos e empreitadas superiores a 1 000\$00 reis, programas de concursos, processos de expropriação, contas por liquidações de juros ou reclamações relativas a empreitada, licenças para obras permanentes em portos, canais ou rios navegáveis, processos de concursos, e outros aspectos técnicos e administrativos sobre os quais o Ministro entendesse consultá-lo. Ao Conselho Técnico de Minas, numa época em que o carvão era fonte de energia, cumpria especialmente emitir parecer sobre concessões, exploração e fiscalização de minas, pedreiras e água minero-medicinais. Os dois Conselhos podiam reunir separadamente ou em sessão conjunta.

¹⁶¹ Cf. *Diário do Governo*, n.º 206, de 1 de Setembro de 1852, p. 383-385.

¹⁶² Decreto-lei n.º 19 880. *Diário do Governo*, I Série, n.º 135, de 12 de Junho de 1931, pp. 1134-1135.

¹⁶³ *Idem, ibidem*.

Logo em inícios do século XX, em 24 de Outubro de 1901, foram dissolvidos aqueles Conselhos Técnicos, voltando a organizar-se o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas com funções consultivas sobre assuntos técnico-administrativos, fixando-se o respectivo quadro em 10 engenheiros inspectores, tendo por secretário um engenheiro chefe. Subdividia-se agora em quatro secções secretariadas pelos chefes das repartições técnicas respectivas ¹⁶⁴. Entretanto, por Decreto de 8 de Outubro de 1910, a I República converteu em Ministério do Fomento a designação daquele organismo. Em 1912, prevendo a remodelação dos quadros técnicos e a reorganização dos serviços da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, o Governo nomeou, por portaria de 4 de Março, uma comissão para estudar previamente as bases de implementação daquelas mudanças ¹⁶⁵. Foi nesta época que, no arquipélago da Madeira, a Direcção das Obras Públicas ficou confinada à Junta Agrícola.

Àquele organismo insular, criado pelo Decreto de 11 de Março de 1911, e cujo regulamento interno foi aprovado pelo Ministério do Fomento em Dezembro de 1912 ¹⁶⁶, competia, então, a responsabilidade sobre as Obras Públicas na Madeira. A Lei n.º 422, de 31 de Agosto de 1915, veio alargar o âmbito de actuação daquele organismo insular, incluindo a administração, conservação e reparação das levadas da Madeira, com os respectivos benefícios e encargos, bem como o policiamento das ribeiras da Ilha. No entanto, pela Lei n.º 3 879, de 1 de Março de 1918, o Ministério do Comércio, considerando as inúmeras reclamações à desastrosa gestão da verba proveniente do imposto de fabricação de aguardente e das multas impostas por infracção do mesmo decreto, dissolveu a Junta Agrícola da Madeira.

A mesma Lei restabeleceu a Direcção das Obras Públicas do Funchal, para a qual transitaram todos os serviços que se achavam então a cargo da Junta Agrícola. Pelo decreto n.º 4 830, de 21 de Setembro de 1918, o Ministério da Agricultura substituiu a comissão administrativa encarregada de desempenhar as funções da extinta Junta Agrícola da Madeira, desde Março daquele ano; enquanto pelo Decreto n.º 5 867, de 12 de Junho de 1919, se regularizou a situação dos funcionários que haviam servido naquele organismo ¹⁶⁷.

Entretanto, a nível nacional, a Lei n.º 677, de 13 de Abril de 1917, criando o Conselho Superior de Minas, fez transitar para ele os engenheiros inspectores e o chefe de repartição de minas que faziam parte

¹⁶⁴ E esta organização foi mantida fundamentalmente no regulamento interno, publicado em 23 de Maio de 1911. *Diário do Governo*, I Série, n.º 123, de 23 de Maio de 1911, p. 940.

¹⁶⁵ *Diário do Governo*, I Série, n.º 54, de 4 de Março de 1912, p. 140.

¹⁶⁶ *Diário do Governo*, I Série, n.º 306, de 28 de Dezembro de 1912, p. 1 222.

¹⁶⁷ Respectivamente *Diário do Governo*, I Série, n.º 208, de 21 de Setembro de 1918, p. 556; *Diário do Governo*, I Série, n.º 111, de 12 de Junho de 1919, p. 1409.

do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, o qual passou a designar-se Conselho Superior de Obras Públicas. Já em Outubro do mesmo ano, pelo Decreto n.º 3461, de 16 de Outubro, criou-se no Ministério do Fomento uma comissão técnica de serviços de obras públicas¹⁶⁸. Por sua vez, o Decreto n.º 7 036, de 17 de Outubro de 1920, manteve o Conselho Superior de Obras Públicas constituído por Inspectores, permanecendo a sua divisão em duas secções, cada uma com três vogais. Contudo, a 30 de Outubro do mesmo ano, publicou-se no *Diário do Governo* a Portaria n.º 2486, que suspendeu a execução daquele decreto até que os serviços se organizassem nos termos nele indicados.

Já no decurso da Ditadura, início dos anos trinta, designadamente com o Decreto n.º 19 880, de 12 de Junho de 1931, o Governo promoveu a reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas¹⁶⁹. Através desta reformulação, foram criados, deslocados ou remodelados alguns serviços públicos, cuja acção haveria de se exercer em estreita ligação com o Conselho Superior de Obras Públicas. Assim, foram integrados no Ministério das Obras Públicas, a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica, foram criados no Ministério do Comércio e Indústria o Instituto Português de Combustíveis e, junto da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, a Direcção dos Serviços Radioeléctricos. Foi publicado o Decreto n.º 21 698, que definiu a superintendência da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos nas obras de abastecimento de águas e saneamento, sendo também remodelados, mais ou menos profundamente, quase todos os serviços de obras públicas¹⁷⁰. Num período de excepcional actividade em trabalhos públicos, aquela reforma de 1931 foi colocada à prova. Nas suas grandes linhas satisfizera o objectivo do Governo de realizar uma larga obra de fomento e valorização do património nacional.

Em 1932, Duarte Pacheco, engenheiro recém-chegado ao governo de Salazar, passou a presidir ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Duarte Pacheco, nascido em Loulé, concluíra o Curso Liceal em 1917. De seguida, rumou para Lisboa, matriculando-se no Instituto Superior Técnico, onde concluiu, em 1922, o curso de engenharia electrotécnica. Convidado desde logo a leccionar naquele Instituto, em 1926, foi nomeado seu director. Em Abril de 1928, o então presidente da Câmara de Lisboa, José Vicente de Freitas, integrou-o na sua equipa governativa com a pasta da Instrução, voltando Duarte Pacheco ao Técnico, em 1929. É então que, em 1932, Salazar o convida para o recém-formado Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado pelo Decreto n.º 21 454, de 7 de Julho daquele ano.

Apoiado naquele decreto, Duarte Pacheco aplica o princípio de que o Estado poderia absorver nas obras de utilidade pública uma boa parcela de desempregados, canalizando para o novo Ministério as

¹⁶⁸ Decreto-lei n.º 3 461. *Diário do Governo*, I Série, n.º 179, de 16 de Outubro de 1917, p. 394.

¹⁶⁹ Decreto-lei 19 880. *Diário do Governo*, I Série, n.º 135, de 12 de Junho de 1931, pp. 1134-35.

¹⁷⁰ *Diário do Governo*, I Série, n.º 293, de 23 de Dezembro de 1933, pp. 2196-2203.

verbas do Desemprego, que seriam aplicadas num vasto programa de obras públicas do *Estado Novo*. Junto do novo Ministério, e pelo Decreto n.º 21 699, de 19 de Setembro de 1932, o novo ministro das Obras Públicas criou o Commissariado do Desemprego¹⁷¹. Como factor decisivo para a criação deste novo organismo, estava o trabalho a desenvolver contra a desocupação involuntária e a indispensável regularização do aproveitamento da mão-de-obra que a depressão económica gerara. Iniciou-se, assim, uma política de obras públicas com o duplo objectivo de absorver o desemprego e, simultaneamente, criar uma imagem de *Estado Novo* construtor¹⁷².

A criação daquele novo organismo junto do Ministério das Obras Públicas, para coordenar o auxílio ao desemprego, através de um Fundo de Desemprego, veio dar sequência às disposições tomadas anteriormente, em Março de 1932, com vista a resolver a crise naquele âmbito. O Governo, pelo Decreto n.º 20 980, de 7 de Março daquele ano, referenciava já os melhoramentos rurais, a reparação e construção de pontes e estradas, bem como a construção de edifícios, como alternativas a seguir para solucionar o desemprego, podendo conciliar-se a utilidade pública e o benefício individual¹⁷³. Num país com graves carências em infra-estruturas básicas, com um regime em fase de consolidação, gerir as importantes verbas do então criado Fundo de Desemprego, era tarefa de grande complexidade. Por outro lado as substanciais verbas com que então passou a contar o Ministério das Obras Públicas, chegando a invadir a área de influência de outros ministérios, bem como uma política de solos e dirigismo urbanístico que feriu os interesses e privilégios de empreiteiros e urbanizadores privados de maior movimento, sendo progressivamente afastados do mercado fundiário, foram algumas das razões que pesaram no temporário afastamento de Duarte Pacheco deste Ministério¹⁷⁴. Para aquele cargo foi nomeado o major de engenharia Joaquim José de Andrade e Silva Abranches; que iniciou as suas funções a 18 de Janeiro de 1936.

¹⁷¹ *Diário do Governo*, I Série, n.º 230, de 30 de Setembro de 1932, p. 1975.

¹⁷² Esta ideia não era propriamente original pois, já uma portaria de 1913, do Ministério do Fomento em Portugal, nomeara uma comissão criada especificamente para formular um plano geral de edificações destinadas aos serviços públicos e que simultaneamente providenciaria de maneira a atenuar, tanto quanto possível, a crise que então ocorria nos trabalhos de construção civil. Na época considerava-se igualmente que em países de recursos não maiores do que os que oferecia Portugal, resultara de crises análogas a criação de edifícios indispensáveis aos serviços públicos, apontando-se como exemplo o sucedido então na Dinamarca. Provavelmente dando incentivo a esta iniciativa, a partir de Fevereiro de 1914, pelo Dec. n.º 1305, o Ministério do Fomento foi autorizado a executar obras de conservação, melhoramentos e construção de edifícios públicos que lhe fossem requisitados por outros Ministérios. Para a obtenção de fundos o mesmo Ministério abriu um crédito reforçando a verba destinada a despesas com a construção, melhoramentos e conservação de edifícios públicos. Também em 1917, pelo Decreto n.º 3 461, o Ministério do Fomento criou uma comissão técnica de serviços de Obras Públicas. *Diário do Governo*, I Série, n.º 179, de 16 de Outubro de 1917, p. 394.

¹⁷³ *Diário do Governo*, I Série, n.º 56, de 7 de Março de 1932, p. 424.

¹⁷⁴ Cf. João Fagundes, “Obras Públicas. A Grande Fachada do <<Estado Novo>>”, in *História de Portugal*, João Medina (dir.), Amadora, Ediclube, vol. XII, pp. 365-385.

Para o desemprego em Portugal na época que aqui estudamos, não existe informação quantitativa sistemática, regular e global, que permita analisar a sua evolução no país. No entanto, podemos encontrar informações esporádicas nos Boletins do Commissariado do Desemprego, publicações do Fundo de Desenvolvimento da mão-de-obra e ainda dispersa em estudos gerais de economia. Nos referidos boletins do Commissariado do Desemprego podemos encontrar valores referentes aos desempregados inscritos naquele organismo, no Continente e nas Ilhas e relativamente a várias profissões agregadas em quatro grupos, dos sectores secundário e terciário.

A grave crise geral que então se viveu no início dos anos trinta, estendeu-se à Madeira. Muitos chefes de família ficaram sem emprego conduzindo as famílias à miséria e acabando muitas delas por emigrar. Questionando-se sobre a grave situação, a imprensa regional perguntava-se porque não se efectuavam obras no arquipélago, por forma a debelar aquela crise. A delegação do Commissariado de Desemprego na Ilha, encontrava-se sediada no Palácio de S. Lourenço. Era secretário daquele organismo local, o Sr. Abel Romão Gonçalves. Segundo este, até finais de Janeiro de 1934, a Madeira já arrecadara 1.103.296\$00 escudos pelo Fundo do Desemprego, dos quais 24% fora já investido em melhoramentos locais. Porém, o articulista colocou em questão o facto não se movimentar todo o capital já arrecadado, o que contribuiria para um maior combate ao desemprego. Referiu-se ainda às últimas estatísticas, publicadas pelo Commissariado Geral do Desemprego no *Diário do Governo*, que apontavam a Madeira como um dos distritos que mais contribuíra para o respectivo Fundo. Contudo, era o que menos percentagem recebera em participações¹⁷⁵.

A actuação do município do Funchal na luta contra o desemprego fez-se sentir na preferência dada aos naturais da Ilha, ou aqui residentes há mais de cinco anos, aquando do recrutamento de operários para as obras municipais¹⁷⁶. Todavia, não obstante algumas corporações que beneficiavam de subsídios pelo Fundo de Desemprego pagarem os operários atempadamente, a Câmara do Funchal, havia quatro meses, mantinha atrasado o pagamento do salário aos respectivos empregados no serviço das obras municipais¹⁷⁷. Relativamente aos vencimentos para aquele tipo de operários, atendendo às condições locais e a fim de se evitarem especulações, o município deliberou sobre o salário mínimo a considerar. Estipulou-se que nenhum adjudicatário de obras municipais poderia directamente, através de

¹⁷⁵ O articulista referiu, comparativamente, o distrito de Ponta Delgada alegando que este fora o mais favorecido pois, coubera-lhe 37% devido ao subsídio de 1500 contos arrecadados por motivo do terramoto que se dera ultimamente.

¹⁷⁶ Posteriormente, na arrematação em hasta pública da empreitada de construção do edifício para a instalação das novas repartições da Câmara, verificamos que a edilidade funchalense impôs ao respectivo adjudicatário, Gabriel Franklin Correia da Silva, aquelas condições. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 17 de Outubro de 1940”, *O Jornal*, n.º 2513, 26.10.1940, p. 2, cols. 5-7.

concessionário ou interposta pessoa, pagar salários inferiores a 8\$00 escudos diários. Apenas excepcionalmente, e quando as circunstâncias porventura aconselhassem, poderia o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Fernão de Ornelas, depois de ouvidas ambas as partes interessadas, autorizar salários inferiores ao estipulado em deliberação camarária ¹⁷⁸.

A admissão de pessoal desempregado nas Obras Públicas, passava por uma lista determinativa das preferências. Os desempregados estavam distribuídos por grupos, conforme a profissão que haviam exercido. No caso dos apontadores de obras, dava-se preferência aos desempregados do Grupo I, de idade igual ou superior aos 40 anos. Porém, em 1949, a portaria n.º 12 745, de 26 de Fevereiro, determinou que nas obras comparticipadas pelo Fundo de Desemprego com importâncias superiores a 20.000\$00 escudos, fossem colocados apontadores recrutados pelo Comissariado do Desemprego, entre os desempregados inscritos nos seus registos e classificados nos Grupos I e II. Consequentemente, verificamos que com esta determinação os desempregados com melhores qualificações eram canalizados para atribuições menos penosas, ficando-lhes destinadas maiores responsabilidades no desenvolvimento ou fiscalização de Obras Públicas.

É de Duarte Pacheco a frase, “*não se dão esmolas, procura-se dar trabalho*”; expressão que sistematicamente serviu de ilustração à capa do *Boletim do Comissariado* publicado também na Madeira. Estes boletins dão-nos conta da acção desenvolvida no arquipélago no âmbito da actuação do Comissariado do Desemprego. Este organismo auxiliava directa ou indirectamente. De forma indirecta tinham lugar as comparticipações que aquele Comissariado concedia no amplo campo da reconstrução material do país e da valorização regional, em obras do mais diverso género. Comparticipações que também se estenderam à região na realização de inúmeros melhoramentos públicos e benefício da população local. Com este meio indirecto de combate ao desemprego, o Comissariado pretendia, através da realização de melhoramentos públicos, conseguir a valorização das diferentes regiões do país e beneficiar as populações de todo o território ¹⁷⁹. Quanto aos meios directos que o Comissariado utilizava no seu combate ao desemprego, incluía-se a concessão de subsídio de trabalho aos desempregados colocados em diversos serviços relacionados também com as Obras Públicas. A comparticipação do Comissariado era de 50% no ordenado dos empregados que lhe eram requisitados.

No que respeita a comparticipações através do Fundo de Desemprego e por via de organismos locais, como a Junta Geral Autónoma e Câmara do Funchal, o arquipélago madeirense beneficiou de

¹⁷⁷ Cf. “A Situação dos Desempregados na Madeira”, *Diário de Notícias*, 15.03.1934, p.1, cols. 3-4.

¹⁷⁸ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Outubro de 1936”, *O Jornal*, n.º 1283, 08.10.1936, p. 3, col. 4.

¹⁷⁹ Cf. BMF, Ministério das Obras Públicas, *Comissariado do Desemprego*, Boletim n.º 39, 1962, p.16.

diversos subsídios aplicados, sobretudo, na abertura de ruas e melhoramento da rede viária regional. Nomeadamente, através da Junta Geral a rede viária citadina beneficiou, em 1934, de um total de 88.407\$18 escudos repartidos pelo arranjo e beneficiação de diversas vias públicas. Também a Câmara local beneficiou de comparticipações que reverteram, sobretudo, para o calcetamento das ruas do Funchal¹⁸⁰. Outro tipo de subsídios reverteram, ainda que modestamente, para este arquipélago. Nomeadamente, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, contribuiu com várias comparticipações para o restauro de alguns monumentos regionais¹⁸¹.

Nos inícios dos anos trinta na Madeira, verifica-se a existência de uma *Comissão Distrital de Auxílio aos Desempregados do Funchal*. Na Ilha, a esta comissão deveria comunicar-se o início e conclusão de quaisquer obras com comparticipações do Estado pelo Fundo de Desemprego¹⁸². Querendo minimizar a questão do desemprego, aquela comissão insular solicitou, em inícios da década de trinta, à Junta Geral deste Distrito, entidade coordenadora das obras de prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco, que incentivasse o recrutamento de operários através daquele organismo¹⁸³. Sabe-se também que, em finais daquela década, (1937) para a construção da Avenida Oeste, a mesma Junta determinou que 75% dos operários fossem requisitados através da *Comissão Distrital de Auxílio aos Desempregados do Funchal*. No entanto, a Delegação do Desemprego comunicou à Junta que o empreiteiro daquelas obras não cumpria com o estipulado¹⁸⁴.

¹⁸⁰ A título de exemplo constatamos, para o caso da Junta Geral e em 1934, um total de 88.407\$18 escudos repartidos pela abertura e melhoramento de diversas vias públicas. No caso da Câmara, temos como exemplo, no mesmo ano, a recepção de 24.062\$80 escudos para o calcetamento do caminho de ligação entre a Rua do Til e o Caminho da Levada de Santa Luzia e, decorridos dez anos, outros 52.469\$00 escudos para a reparação daquela calçada. Pelo alargamento do Caminho Velho da Ajuda, o município receberia ainda 23.158\$00. Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 207, de 6 de Agosto de 1933; “Sessão da Junta Geral do Funchal de 31 de Julho de 1934”, *O Jornal*, 01.08.1934, p. 3, cols. 3-4; “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 31 de Julho de 1934”, *O Jornal*, 02.08.1934, p. 2, cols. 4-5; “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 28 de Dezembro de 1934”, *O Jornal*, 30.12.1934, p. 3, cols. 3-4; despacho ministerial, publicado no *Diário do Governo* de 17 de Novembro de 1934 e *Diário do Governo*, II Série, n.º 74, de 30 de Março de 1944, p. 1811.

¹⁸¹ Pelas obras de beneficiação na Capela da Encarnação, 15 contos, pelo restauro da igreja matriz de Santa Cruz, 20 contos e pelas obras no Convento de Santa Clara, 25 contos. Cf. respectivamente, *Diário do Governo*, II Série, n.º 60, de 14 de Março de 1944, p. 1435; *Diário do Governo*, II Série, n.º 74, de 30 de Março de 1944, p. 1811, e *Idem, ibidem*.

¹⁸² Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 4 de Janeiro 1933”, *O Jornal*, 09.01.1933.

¹⁸³ Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 2 de Março de 1933”, *O Jornal*, 03.03.1933. Iniciativas deste género tinham sido já experimentadas em tempos anteriores com igual objectivo de colmatar a falta de emprego. Em 1912, o Ministério do Fomento, por portaria de 18 de Janeiro daquele ano, (*Diário do Governo*, I Série, n.º 16, de 19 de Janeiro de 1912, p. 25), mandou que uma comissão, constituída para o efeito, procedesse a um inquérito por todo o País sobre trabalho de construção civil, bem como à forma de admissão dos operários nas obras do Estado e ao estudo dos meios a empregar para reduzir, tanto quanto possível, a emigração dos operários da província para Lisboa. Também em 1920, o Ministério do Trabalho, pelas portarias n.º 2113, (*Diário do Governo*, I Série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1920, p.33), n.º 2117, (*Diário do Governo*, I Série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 1920, p.37), n.º 2255, (*Diário do Governo*, I Série, n.º 85, de 23 de Abril de 1920, p.469), concedia subsídios a várias câmaras municipais e juntas de freguesia para a realização de obras que atenuassem a crise de trabalho.

¹⁸⁴ Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 20 Julho de 1937”, *O Jornal*, n.º 1522, 23.07.1937, p. 4, cols. 1-2.

A grave crise de desemprego na Madeira levou muitas famílias à miséria, acabando muitas delas por optar pela emigração. Na imprensa regional, em Março de 1934, analisando a gravíssima situação, questionava-se porque não se efectuavam obras de forma a debelar aquela crise. A Delegação do Comissariado de Desemprego na Ilha, encontrava-se sediada no Palácio de S. Lourenço, sendo secretário da respectiva comissão local, àquela data, o Sr. Abel Romão Gonçalves. Segundo este, até finais de Janeiro daquele ano, a Madeira já arrecadara 1.103.296\$50 pelo Fundo do Desemprego. Daquela soma, 24% fora já investido em melhoramentos locais. No entanto, questionava-se porque não se movimentava todo o capital já arrecadado, contribuindo para um maior combate ao desemprego. O articulista referia ainda que nas últimas estatísticas, publicadas no *Diário do Governo* pelo Comissariado Geral do Desemprego, verificava-se que a Madeira fora um dos distritos que mais contribuíra para o respectivo Fundo, no entanto, era o que menos percentagem recebera em comparticipações¹⁸⁵.

A actuação do município do Funchal na luta contra o desemprego fez-se sentir na preferência dada aos naturais da Ilha, ou a residentes há mais de cinco anos no Funchal, aquando do recrutamento de operários para as obras municipais. Na arrematação em hasta pública da empreitada de construção do edifício para instalação das Repartições da Câmara, a edilidade funchalense colocou aquelas imposições ao adjudicatário, Gabriel Franklin Correia da Silva¹⁸⁶.

A actuação do Comissariado na repressão da mendicidade passava por facultar ocupação remunerada aos indivíduos válidos encontrados a mendigar, de harmonia com as suas capacidades. Para tal, aquele organismo contava com o Decreto-lei n.º 36 448, de 1 de Agosto de 1947. Algumas das cooperações que beneficiavam de subsídios pelo Fundo de Desemprego vinham pagando os operários atempadamente, no entanto, a Câmara Municipal do Funchal, havia quatro meses, mantinha atrasado o pagamento do salário aos operários no serviço das suas obras municipais¹⁸⁷. Já quanto aos vencimentos a considerar para aquele tipo de operários, atendendo às condições locais, e a fim de se evitarem especulações, o município deliberou sobre o salário mínimo a considerar. Estipulou-se que nenhum adjudicatário de obras municipais poderia directamente, através de concessionário ou interposta pessoa, pagar salários inferiores a 8\$00 diários. Apenas excepcionalmente, e quando as circunstâncias porventura aconselhassem, poderia o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Fernão de Ornelas, depois de

¹⁸⁵ Referia-se, comparativamente, que Ponta Delgada fora o distrito mais favorecido. Coubera-lhe 37%, devido ao subsídio de 1500 contos para obras de recuperação, devido ao último terramoto.

¹⁸⁶ Cf. "Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 17 de Outubro de 1940", *O Jornal*, n.º2513, 26.10.1940, p.2, cols. 5-7.

¹⁸⁷ Cf. "A Situação dos Desempregados na Madeira", *Diário de Notícias*, 15.03.1934, p. 1, cols. 3-4.

ouvidas ambas as partes interessadas, autorizar salários inferiores ao estipulado na presente deliberação camarária ¹⁸⁸.

Com a finalidade de organizar uma colaboração mais activa entre o Estado e as autarquias locais para a efectivação, por todo o país, de grande número de pequenas obras de interesse regional que ajudariam no combate ao desemprego, foi criado, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o *Serviço de Melhoramentos Rurais*. Contudo, a maior parte das câmaras não possuía recursos suficientes para fazer face às despesas que aquelas obras, de maior ou menor vulto, acarretavam, nem recursos humanos com a preparação técnica necessária para o estudo dos problemas que tinham a resolver ¹⁸⁹. Revista a orgânica dos serviços, em Setembro de 1932, com o intuito de se obter a centralização técnica indispensável a uma melhor realização dos seus fins, foram aqueles serviços integrados na *Junta Autónoma de Estradas* ¹⁹⁰. Demais legislação, respectivamente sobre Melhoramentos Rurais, Urbanos e de Águas, limitava a execução no arquipélago do decreto n.º 21 699, de 19 de Setembro de 1932 ¹⁹¹; cujas despesas seriam repartidas pelo Estado e pelos corpos administrativos que pretendessem realizar obras naqueles âmbitos. O governador civil na Ilha, Álvaro Favilha Vieira ¹⁹², pediu ao presidente da edilidade funchalense, o envio urgente dos projectos das obras que esta Câmara pretendia efectuar nos termos daqueles decretos pois, todos aqueles pedidos de subsídios deveriam chegar ao respectivo Ministério, até 31 de Dezembro de 1932 ¹⁹³. O Governo Civil informou ainda que para aquele ano, as verbas destinadas a

¹⁸⁸ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Outubro de 1936”, *O Jornal*, n.º 1283, 08.10.1936, p. 3, col. 4.

¹⁸⁹ No caso do município do Funchal, a comissão administrativa, preocupada com as várias reclamações apresentadas àquele órgão de poder local sobre a falta de competência técnica dos encarregados de construções, determinou que a respectiva Repartição Técnica averiguasse quanto ao respeito pela postura em vigor que regulava o assunto. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 21 de Julho de 1931”, *O Jornal*, 26.07.1931, p. 4, cols. 1-2.

¹⁹⁰ Cf. ARM, Sindicato de Propaganda Nacional, *Obras Públicas, Cadernos do Ressurgimento Nacional*, Lisboa, Edições SPN, s. d.

¹⁹¹ Decretos n.º 21 696, n.º 21 697 e n.º 21 698, respectivamente sobre Melhoramentos Rurais, Urbanos e de Águas.

¹⁹² Na altura, Álvaro Favila Vieira.

¹⁹³ Sobre as regras a que deveria obedecer a organização daqueles documentos, o Governo Civil informou a edilidade que, de harmonia com o determinado pela Circular de 11 de Julho daquele ano, da Secretaria Geral do Ministério do Comércio, a partir da referida data, todas as entidades que pretendessem subsídios para *Melhoramentos Rurais* deveriam organizar três exemplares do projecto para cada obra, sendo um deles para acompanhar os restantes documentos a enviar ao secretário geral daquele ministério. Exigia-se igualmente que, nas estimativas das obras, se deveriam discriminar os estudos, expropriações, terraplanagens, obras de arte e acessórias. Quanto aos materiais a utilizar nas obras, sabia-se que deveriam ser, obrigatoriamente, de proveniência nacional, salvo em casos excepcionais, sendo para tal caso necessário pedir autorização para utilizar materiais estrangeiros. A meados daquele ano, já o governador transmitira à edilidade, através de circular, por circular de 21 de Agosto de 1932, a resolução do Conselho de Ministros; deveria ser dada preferência aos produtos da indústria nacional. Referiu ainda que de futuro para todos os concursos públicos ou compras directas de quaisquer produtos estrangeiros seria necessário a prévia autorização do Governo, que a negaria sempre que a indústria nacional pudesse satisfazer ou substituir os artigos adquiridos. Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Corpos Administrativos*, L.º 2.º, p. 29v, circular n.º 143, de 27 de Outubro 1932 e idem, circular n.º 69.

Melhoramentos Rurais no distrito do Funchal eram, para estradas, 255 501\$75 escudos e para fontes, lavadouros e bebedouros de 46 256\$80 escudos ¹⁹⁴.

Em finais dos anos quarenta, o Estado reconhecerá a necessidade de intensificar a realização de trabalhos em estradas e caminhos municipais e vicinais pois aqueles permitiam ocupar grande número de braços, dando continuidade a uma lógica de ocupação de desempregados. Pelo Decreto-lei n.º 37 459, de 29 de Junho de 1949, o Ministro das Obras Públicas autorizará a comparticipação, pelo Fundo de Desemprego, de obras no âmbito dos *Melhoramentos Rurais* até um montante de 30.000.000\$00 escudos, nas condições expressas na legislação aplicável à concessão de subsídios pelo Estado para aquela natureza de trabalhos ¹⁹⁵. Em contrapartida, verificou-se a possibilidade de redução do número de obras no âmbito dos *Melhoramentos Urbanos*, a participar pelo Fundo de Desemprego. O arquipélago auferiu de parte daquela verba destinada a Melhoramentos Rurais, através da *Direcção dos Serviços de Melhoramentos Rurais*, distribuída por obras em diferentes concelhos da Ilha ¹⁹⁶.

Em meados de 1938 noticiou-se na Madeira o pedido de demissão do major Joaquim Abranches. Com o intuito de preparar a Exposição do Mundo Português, em Maio daquele ano, Duarte Pacheco foi novamente chamado por Salazar para a presidência do Ministério das Obras Públicas, desta vez acumulando o cargo com as funções de Presidente da Câmara de Lisboa, para a qual fora nomeado em Janeiro do mesmo ano. Estava já generalizado o Segundo Conflito Mundial, iniciado a 1 de Setembro de 1939 com a Alemanha a invadir a Polónia ¹⁹⁷, e em Portugal, Cottinelli Telmo e António Ferro, coordenavam a preparação daquele grande evento. Embora se possa constatar que inicialmente o país estava do lado alemão, prevaleceu uma política de neutralidade ¹⁹⁸.

¹⁹⁴ Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Corpos Administrativos*, L.º 2.º, circular n.º 105, de Julho de 1932, pp. 22 e 22v.

¹⁹⁵ Decreto-lei n.º 37 459. *Diário do Governo*, I Série, n.º 140, de 29 de Junho de 1949, p. 471.

¹⁹⁶ O município da Ribeira Brava, recebeu a quantia de 3.142\$00 escudos, pela execução do calcetamento do Caminho da Pedra Mole. Também o município do Funchal arrecadou a comparticipação do Estado de 30. 834\$00, pela construção da estrada de ligação entre a Estrada Nacional n.º 1 e o Sítio de S. João. Ainda nos termos do Decreto n.º 21 696, de 19 de Setembro de 1932, o município da Calheta beneficiou da comparticipação pelo Estado de 19.604\$00, para a construção de um cemitério na Ponta de Pargo. Cf. respectivamente *Diário do Governo*, II Série, n.º 154, de 5 de Julho de 1944, p. 3685; *Diário do Governo*, II Série, n.º 178, de 2 de Agosto de 1944, p. 4389; *Diário do Governo*, II Série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1944, p. 5296.

¹⁹⁷ A questão da invasão da Polónia pela Alemanha foi alvo de alguma reserva na Madeira pois, anos antes, em 22 de Dezembro de 1930, o ditador polaco, Marechal Pilsudsky, aqui fixara residência até Março do ano seguinte, tendo mesmo, em sessão camarária de 17 de Fevereiro de 1934, a comissão administrativa daquele órgão local, decidido mandar fazer uma lápide comemorativa da sua estada na Madeira. Lápide que seria, em 1935, instalada na Quinta Bettencourt, local escolhido para residência daquele político na Ilha. De registar igualmente que da sua estadia resultou a criação do consulado da Polónia na Madeira, tendo o Dr. Luís Vieira de Castro como primeiro cônsul.

¹⁹⁸ Portugal mantinha com a Alemanha, desde 1933, com a Alemanha transacções no sentido de melhor apetrechamento das Forças Armadas portuguesas com material bélico, o que resultou numa mais valia para o Exército Português. A Alemanha, através da *Reichsgruppe Industries* propunha-se, em 1936, satisfazer todos os pedidos para equipar as Forças Armadas portuguesas, bem

A *Exposição do Mundo Português*, inaugurada em 2 de Junho de 1940, reforçou a ideia de indiferença por aquele Conflito, representando a apoteose do *Estado Novo* português. Em nota oficiosa de 27 de Março de 1938, perante a conturbada cena política europeia, onde a Guerra tomava contornos mais definidos, Salazar anunciou a grande Comemoração do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, (1140 e 1640). A iniciativa surgiu na sequência da ideia lançada pelo embaixador português em Bruxelas, Alberto Vieira, para comemoração daquele duplo centenário ¹⁹⁹. Do programa comemorativo constava a organização de cerimónias, exposições, congressos e publicações, de que o corolário foi, sem dúvida, a *Grande Exposição*. Com um orçamento de 35 mil contos, esta iniciativa realizou-se em Lisboa, na zona de Belém, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, tendo reunido trabalhos dos principais arquitectos, artistas e decoradores portugueses. A arquitectura dos pavilhões projectou uma panorâmica da arquitectura da época, obedecendo plasticamente a um “*estilo português de 1940*”. Com este evento sobressaiu não apenas o aspecto retrospectivo mas também a celebração da política empreendida pelo *Estado Novo*. Foi a resposta que Duarte Pacheco e António Ferro tão de imediato souberam organizar e fizeram-no com grande competência. Entretanto, inesperadamente, em 1943, um acidente de viação colocou fim à vida de Duarte Pacheco. O seu cargo foi temporariamente ocupado pelo professor João Pinto da Costa Leite.

Em 1944, já com o engenheiro Augusto Cancela de Abreu como ministro das Obras Públicas, criou-se a *Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*, para a qual transitaram os *Serviços de Melhoramentos Urbanos*, de *Abastecimentos de Água e Saneamento* e de *Melhoramentos Rurais*, até aquela data, respectivamente das *Direcções Gerais dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, dos *Serviços Hidráulicos* e da *Junta Autónoma de Estradas*. O registo de um grande incremento de obras pelo país, fez aumentar as responsabilidades daquele organismo, justificando o seu alargamento a cada distrito português. Foi assim que, passados quatro anos a reorganização daqueles serviços de urbanização, estendeu até a Madeira uma direcção externa. Esperava-se poder aumentar o rendimento daquele

como apoio técnico e financeiro. Foi desta feita que ao Exército Português chegou a espingarda *Mauser* para cartucho 7,92 cm e os aviões *Junkers 52/3* m. Cf. Rui Carita, *op. cit.*, p. 58.

¹⁹⁹ Sabe-se ter sido Alberto Oliveira, poeta-ministro de Portugal em Bruxelas, a lançar a ideia de umas Comemorações do Duplo Centenário, que marcassem a fundação de Portugal e a retoma da independência no século XVII. A ideia foi depois publicitada através da publicação do texto dessa carta no *Diário de Notícias* de 1929, num artigo de Agostinho de Campos. (20 de Fevereiro de 1929), sendo a exposição oficializada, no texto-programa assinado por Salazar. Cf. Pedro Vieira de Almeida, *A Arquitectura no Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 97.

organismo pois vinha facilitar a apreciação dos projectos candidatos a subsídios e o processamento de participações por obras realizadas²⁰⁰.

A sensível evolução do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, impôs novas revisões na sua constituição, designação e forma de funcionamento. A partir de meados dos anos quarenta passou a designar-se apenas de Ministério das Obras Públicas, criando-se isoladamente o Ministério das Comunicações. Em 1948, o acréscimo das exigências a que estava submetido este ministério determinou um aumento do número e qualificação dos técnicos e especialistas ao serviço deste organismo²⁰¹. Também, no sentido de colmatar a falta de pessoal técnico especializado na fiscalização e orientação das obras executadas em regime de participação do Estado, nomeadamente pelo Fundo de Desemprego, em 1933, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações autorizou vários organismos a admitir, de entre os funcionários do quadro daquele Ministério, o pessoal técnico necessário à execução daquelas actividades²⁰².

No que concerne à organização corporativa na Madeira, já em 1929, por portaria da Presidência do Ministério, se nomeou uma comissão constituída por três cidadãos, com o intuito de elaborar um projecto-lei sobre a organização e regulamentação dos grémios e confederação dos mesmos, fazendo-o preceder de um relatório minucioso sobre a história e tendência dos organismos regionais de interesse geral²⁰³. Posteriormente, o *Estado Novo* insistiu na organização de Associações ou Grémios. No âmbito da construção civil, sabemos da existência de uma *Associação de Classe dos Mestres de Obras e Empreiteiros*, pelos inícios dos anos trinta pois, disso nos dá conta a acta camarária de 20 de Setembro de 1932²⁰⁴. Também o *Diário do Governo*, de 27 de Agosto de 1932, publica uma declaração do Ministério das Finanças, onde se informa ter sido constituída a *Associação de Mestres de Obras e Empreiteiros da Madeira*, com sede no Funchal²⁰⁵.

²⁰⁰ Muitos dos atrasos deviam-se a inconvenientes que provinham, sobretudo, de deficiência dos quadros dos serviços do Estado que de tais obras se ocupavam. Existiam grandes dificuldades resultantes da falta de assistência técnica que faziam atrasar os processos, tendo sido estes factores primordiais na resolução do governo em alterar a orgânica de funcionamento da *Direcção dos Serviços de Urbanização*, em 1944, pelo decreto n.º 37 009.

²⁰¹ Até meados dos anos quarenta, a lei orgânica que regia o Ministério das Obras Públicas e Comunicações era ainda o decreto-lei n.º 23 398, de 23 de Dezembro de 1933, com as ligeiras alterações de pormenores introduzidas pelos decretos-lei n.º 30 684 e n.º 32 773, respectivamente de 26 de Agosto de 1940 e de 1 de Maio de 1943. A crescente exigência requerida aos serviços deste ministério impuseram alterações orgânicas que se regeram pelos decretos n.º 36 061 e n.º 37 015, respectivamente de 27 de Dezembro de 1946 e de 16 de Agosto de 1948. Cf. decreto-lei n.º 37 015. *Diário do Governo*, I Série, n.º 190, de 16 de Agosto de 1948, p. 813.

²⁰² *Diário do Governo*, I Série, n.º 255, de 8 de Novembro de 1933, p. 1862.

²⁰³ *Diário do Governo*, II Série, n.º 114, de 20 de Maio de 1929, p.1714.

²⁰⁴ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Setembro de 1932”, *O Jornal*, 21.09.1932, p.5, col. 5.

²⁰⁵ *Diário do Governo*, II Série, n.º 200, de 27 de Agosto de 1932.

Aquele organismo apelou à edilidade funchalense, em 1932, para que providenciasse no sentido de que a orientação das obras em curso na cidade, nomeadamente as referentes ao *Plano de Melhoramentos* do arquitecto Carlos Ramos, decorresse sob a orientação e responsabilidade de pessoal técnico especializado e devidamente qualificado para o efeito. Este fora, aliás, um dos pedidos daquele Arquitecto modernista às entidades insulares responsáveis pela execução do seu plano de 1931-1932 para o Funchal ²⁰⁶. Já pelos finais dos anos trinta, o município do Funchal incentivou a formação de um Grémio na área da construção. Porém, o responsável pela associação existente, declarou à edilidade tal não ser possível pois, apenas três a quatro indivíduos inscritos na *Associação de Mestres de Obras e Empreiteiros da Madeira*, possuíam as condições exigidas para a formação daquele organismo ²⁰⁷.

No ano do grande evento das comemorações do duplo centenário, sabe-se que era já existente o *Grémio Distrital dos Empreiteiros da Madeira* sendo seu presidente, o Sr. João Cândido Gomes. Decorridos dez anos estabelecer-se-á na Ilha um organismo regional, com a designação de *Grémio Regional das Indústrias de Construção Civil e Obras Públicas da Madeira*. Perante a grave crise por que passava a construção civil na arquipélago madeirense, consequência da Segunda Grande Guerra, o referido empreiteiro apelou aos proprietários no sentido de promoverem a construção de prédios e outras obras, de modo a proporcionar trabalho à inúmera classe operária da Madeira ²⁰⁸.

Neste aspecto, também o Governador do Distrito do Funchal, por despacho de 8 de Janeiro de 1941, declarou a execução de novas medidas de auxílio ao desemprego na Madeira, adoptadas pelo Governo. Através do *Novo Código Administrativo do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, iriam criar-se maiores possibilidades de trabalho aos desempregados madeirenses. Para tal efeito foi então constituída, por alvará de 16 de Setembro de 1939, e com o objectivo de garantir que se mantivesse em actividade o maior número possível de chefes de família trabalhadores, a *Comissão Reguladora de Trabalhos*. A este organismo caberia, a nível regional, a directa orientação quanto ao sistema de escalas de trabalhadores, de harmonia com as quais os dadores de trabalho neste distrito, teriam a obrigatoriedade de recrutar 70% do pessoal a empregar nas obras. Através daquele mesmo diploma, o Governador do Funchal determinou ainda que as escalas respeitantes a profissões organizadas corporativamente, seriam feitas pelas direcções dos respectivos sindicatos e sujeitas à aprovação daquela

²⁰⁶ No início da centúria de novecentos, já Ventura Terra apelara à edilidade funchalense, para a formação de uma corporação especial, composta por entidades competentes e detentora de poderes para aprovar ou rejeitar, conforme os casos, e a quem caberia ditar e fiscalizar as leis ou normas a que deveriam obedecer as novas construções, quer públicas quer particulares, dependentes do seu *Plano de Melhoramentos para o Funchal, de 1912-1915*.

²⁰⁷ CMF, Vereações, L.º 25, fl. 167v, sessão da Câmara de 7 de Abril de 1938.

²⁰⁸ Cf. “Construção Civil”, *Diário de Notícias*, 16.01.1940, p. 1, col. 2.

comissão. Estabeleceu igualmente que na ordem de escalas de trabalho se privilegiasse, em primeiro lugar, os trabalhadores com maiores encargos de família e, em segundo lugar, quanto às profissões organizadas, os que estivessem inscritos nos respectivos sindicatos ²⁰⁹. Constituída a *Comissão Reguladora de Trabalhos*, a mesma fez valer junto do município do Funchal a sua estratégia, pedindo à edilidade que, nos contratos entre os empreiteiros e a câmara do Funchal se estabelecesse a cláusula de obrigatoriedade na admissão de 70% de profissionais desempregados nas obras públicas levadas a efeito pelo município ²¹⁰.

No que respeita à preparação de pessoal técnico devidamente qualificado para a orientação de obras de construção na Madeira, a situação passava pela frequência do Curso de Mestres de Obras, leccionado na Escola Industrial e Comercial do Funchal. Porém, os alunos que ali concluíssem o seu curso, pretendendo exercer aquela actividade no Funchal, teriam de submeter-se a exames na Repartição Técnica da Câmara desta cidade ²¹¹. Demonstrando o descontentamento por esta situação, em 1934, um grupo de alunos do Curso de Mestres de Obras daquele estabelecimento escolar, dirigiu um ofício às comissões administrativas da Câmara e da Junta Geral do Funchal, pedindo a cessação de tais exames. Sugeriram que a admissão de assalariados ou contratados nas secções técnicas daqueles organismos regionais, se procedesse mediante concurso, dando-se preferência aos alunos mais adiantados no referido curso. Paralelamente, o director da Escola Industrial e Comercial do Funchal, professor Álvaro de Menezes Alves Reis Gomes ²¹², chamou a atenção da edilidade funchalense, para a colocação de alunos daquele estabelecimento escolar devidamente qualificados, nas obras da Câmara. Posto isto, e em face do disposto no decreto n.º 20 420, de 20 de Outubro de 1932, o município deliberou não autorizar mais exames para Mestres de Obras na sua Repartição Técnica.

²⁰⁹ Cf. Instituto Jurídico e Comercial, *O Código Administrativo e o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, n.º 11, Janeiro de 1941, Lisboa, p. 462. Já em finais do ano anterior, a Direcção do Sindicato dos Construtores Civis de Lisboa, solicitou à Câmara desta cidade para que em todas as obras de construção executadas sob a direcção ou fiscalização deste município, fosse exigida a cota do sindicato, conforme o decreto n.º 29 931. Posteriormente, o Sindicato dos Civis do Funchal solicitou à Junta Geral deste distrito que apenas pudessem ser admitidos nas respectivas obras, os mestres de obras com as quotas sindicais em dia. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 8 de Agosto de 1940”, *O Jornal*, 13.08.1940, n.º 2450, p. 3, cols. 1-3; “Sessão da Junta Geral do Funchal de 24 de Setembro de 1940”, *O Jornal*, n.º 2496, 06.10.1940, p.3, cols. 1-3.

²¹⁰ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 13 de Março de 1941”, *O Jornal*, 16.03.1941, n.º2628, p. 3, cols. 1-2.

²¹¹ Para a profissão de construtor civil, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações regulamentou em 1946, através da Portaria n.º 11 413, de 4 de Julho, a inscrição para o seu exercício. *Diário do Governo*, I Série, n.º 147, de 4 de Julho de 1946, p. 615.

²¹² Em Agosto de 1932, no *Diário do Governo*, II Série, n.º 150, de 27 de Agosto, p. 2686, o Ministério de Instrução Pública publicou um louvor àquele Professor, pelo zelo e inteligência com que dirigia os serviços a seu cargo, especialmente pela publicação do Anuário, valioso instrumento de propaganda do ensino técnico ministrado na Escola Industrial e Comercial do Funchal.

Tanto a Junta Geral como a Câmara Municipal do Funchal possuíam nos seus quadros técnicos um Director de Obras Públicas. No caso da Junta deste Distrito, em 1935, e para aquele cargo, foi renovado o contrato com o engenheiro Abel da Silva Vieira, assim como com outros agentes técnicos da mesma Repartição Técnica ²¹³. Para a mesma entidade, em 1944, tomou posse no lugar de Engenheiro do quadro de obras públicas da Junta Geral, o Eng. Fernando Ribeiro Pereira, que anteriormente fizera parte da Comissão Hidráulica da Madeira ²¹⁴. Já a Câmara, no ano de 1942, resolveu nomear interinamente e por um ano, o engenheiro Raul Andrade de Araújo, para dirigir a Repartição Técnica das Obras Públicas Municipais ²¹⁵.

Sob a presidência do Eng.º Frederico Ulrich, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações organizou uma exposição documentária dos melhoramentos públicos levados a efeito na Metrópole desde a sua criação, em 7 de Julho de 1932, até 1948. Aquele evento, realizado por iniciativa do Instituto Superior Técnico, e sob a direcção do arquitecto Jorge Segurado, intitulou-se “15 Anos de Obras Públicas 1932-1947” ²¹⁶. Consistiu, sobretudo, na apresentação de painéis, maquetas e planos levados a efeito pelo Ministério de Obras Públicas desde o início da actuação de Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas até 1948 ²¹⁷. Associados à exposição, o Sindicato Nacional dos Arquitectos promoveu, em Maio e Junho daquele ano, o I Congresso Nacional de Arquitectura ²¹⁸ e o 2.º Congresso Nacional de Engenharia ²¹⁹.

²¹³ Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 28 de Dezembro de 1934”, *O Jornal*, 01.01.1935, p. 3, cols. 3-4.

²¹⁴ Cf. “Eng. Ribeiro Pereira”, *O Jornal*, 24.05.1944, p. 1, col. 2.

²¹⁵ CMF, Vereações, L.º 32, fl. 207v, sessão de 15 de Janeiro de 1942. Sabe-se que o vencimento a receber por este profissional seria de 1800\$00 escudos mensais.

²¹⁶ A esta exposição esteve associada uma outra denominada “14 Anos de Política de Espírito”, que consagrava a obra de António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional. Cf. Fernando Rosas e J.M. Brandão Brito, *op. cit.*, vol. I, pp. 332-333.

²¹⁷ Período que constituí basicamente e a nível nacional, o período que decidimos considerar para o nosso estudo.

²¹⁸ Pedia-se neste evento que a arquitectura colocasse de parte a imitação de elementos do passado.

²¹⁹ Decreto-lei n.º36 277. *Diário do Governo*, I Série, n.º 109, de 14 de Maio de 1947, p. 417. Executaram-se propositadamente para esta exposição, duas esculturas de Barata Feio e Álvaro de Brée, simbolizando uma a Arquitectura e outra a Engenharia. Paralelamente realizou-se uma produção cinematográfica, elaborada com o intuito de publicitar a exposição e, no fundo, os trabalhos feitos ao longo de 15 anos pelo M.O.P. A comemorar estas efemérides, o Ministério das Comunicações criou e pôs em circulação um selo postal com a taxa de \$50. Portaria n.º12 407. *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, de 25 de Maio de 1948, p. 453.

2.3 Posturas Camarárias e Determinações da Junta Geral a Obras no Município do Funchal, 1930-1950.

Implantada na zona ribeirinha, desde os inícios do século XVI que a vida urbana do Funchal tem como centro a Sé, símbolo de elevação a cidade, em 1508, e a sede de bispado em 1514. O simbolismo do templo correspondeu a uma nova valorização administrativa e religiosa da vila quatrocentista. Por ordem do futuro rei D. Manuel, ergueram-se novos equipamentos à volta do *Campo do Duque*, que traduziram uma nova centralidade. A Casa da Câmara, a Sé, a Alfândega Nova, a Misericórdia, novos conventos e o reordenamento da Praça do Pelourinho, foram os sinais da nova cidade mercantil que a riqueza açucareira ajudou a construir. Sendo o primeiro exemplo histórico de cidade portuguesa construída ao tempo da expansão marítima, no Funchal podemos encontrar esquemas medievais de urbanização portuguesa, à semelhança de outras cidades atlânticas de raiz portuguesa, como Ponta Delgada ou Vila da Praia, na Terceira ²²⁰. O eixo de crescimento da cidade do Funchal teve como embrião um pequeno núcleo populacional em Santa Maria do Calhau, mas que rapidamente se expandiu na direcção poente; percorrendo a Sé, desenvolveu-se até à zona de S. Francisco e chegou à moderna Avenida Infante, construída nos anos trinta-quarenta do século XX.

A delimitação da área urbana do Funchal, sofreu várias alterações como lugar, freguesia, vila, concelho e cidade; conforme as necessidades do crescimento demográfico mas também, como defendemos no primeiro ponto deste estudo, devido ao seu desenvolvimento económico. Embora Zarco tivesse estabelecido a sua mais antiga moradia no arrife sobranceiro à Ribeira de S. João, próximo da sua foz, é todavia certo que a maior parte das habitações se ergueram na margem esquerda da Ribeira de João Gomes e nas proximidades do litoral, constituindo-se desde logo um importante núcleo populacional, que rapidamente se alargou pela margem direita da mesma ribeira. Em menos de uma dezena de anos já se encontrava organizada uma *paróquia*, com sede provável na Capela de S. Sebastião, que no ano de 1438 se transferiu para a Igreja de Nossa Senhora do Calhau, registando-se à sua volta a maior actividade de todo o movimento colonizador. O povoado alargou-se rapidamente aos terrenos delimitados pelas Ribeiras de João Gomes e de S. João, com o *Campo do Duque* como elemento central. Decorrido um quarto de século após o início do seu povoamento, e comprovando o seu notável e rápido

²²⁰ Cf. Walter Rossa, “A Cidade Portuguesa”, in Paulo Pereira, (dir.), *op. cit.*, p. 277.

desenvolvimento, foi o *lugar* do Funchal elevado à categoria de vila, pelos anos de 1451, e a cidade, em 1508.

Até ao século XIX não se conhecem dados seguros acerca das alterações aplicadas à área citadina. Sabe-se, todavia, que na sessão camarária de 19 de Dezembro de 1809, se ampliaram os limites da cidade do Funchal ²²¹. Por deliberação camarária de 15 de Outubro de 1863 e alvará com a mesma data do então governador civil Silvestre Ribeiro, estabeleceram-se novos limites que expandiram a parte urbana do Concelho do Funchal ²²². Nova postura municipal de 30 de Dezembro de 1909, confirmada pela Comissão Distrital de 3 de Agosto de 1911, estabeleceu outros limites à cidade, alargando-lhe o perímetro. Posteriormente, e já em plena década de vinte da última centúria, registou-se uma expansão que alargou os limites de zona urbana a uma área bastante vasta, vindo a incluir algumas freguesias suburbanas.

A saída da população do centro da cidade para a periferia, em paralelo com o desenvolvimento do sector do comércio e dos serviços, sobretudo ao dispor da nova base económica do arquipélago, o turismo, conduziu à transformação de parte das casas de habitação em estabelecimentos comerciais ²²³. O *despovoamento* da cidade, associado ao crescimento demográfico e aumento do número de novas construções nas freguesias de S. Gonçalo, Santo António e S. Martinho, tornou necessária uma nova definição dos limites citadinos em finais dos anos vinte. Em reunião do Município, de 17 de Outubro de 1927, estabeleceu-se expandir o perímetro da área urbana até aquelas freguesias suburbanas ²²⁴. Decorridas duas décadas procedeu-se a nova demarcação de limites citadinos ²²⁵. O aumento da densidade populacional no Funchal assim o exigiu; se em 1930 a população contava 2.490 habitantes,

²²¹ Fixaram-se os limites pela “ermida de Santa Catarina, Ponte de S. Paulo, etc. Verificar acta da Câmara do Funchal de 19 de Dezembro de 1809, transcrita parcialmente em *O Jornal*, 9.03.1945, p. 1, cols. 1-2.

²²² Cf. “Sessão da Câmara do Funchal de 15 de Outubro de 1863”, *O Jornal*, 10.03.1945, p. 1, cols. 1-2.

²²³ Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *op. cit.*, entrada «Freguesia da Sé».

²²⁴ O perímetro foi então determinado da seguinte forma: em linha recta do mar ao caminho de ligação da Estrada Nacional n.º 23 com o Caminho Velho de S. Gonçalo, Caminho da Igreja de S. Gonçalo, Caminho do Palheiro Ferreiro, Caminho do Terço, Caminho da Levada do Bom Sucesso em linha recta à Estrada da Levada de Santa Luzia, daqui em linha recta ao Muro da Coelha (Norte da Quinta Drolhel?), Caminho de Água de Mel, Álamos, Ponte da Ribeira Grande, Quinta do Leme, Pilar, Avista Navios, Caminho do Amparo, Estrada Monumental e em linha recta até ao mar. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 17 de Outubro de 1927”, *O Jornal*, 20.10.1927, n.º 234, p. 4, cols. 1-5.

²²⁵ Em reunião camarária de 1945, o município do Funchal resolveu fixar nova área para a cidade, sendo limitada pelo polígono definido pelas seguintes ruas, caminhos e sítios: Caminho do Lido, Capela da Nazaré, Rua Nova dos Barreiros, Caminho da Fé, Cruz de Carvalho, Pico de S. João, Fortaleza do Pico, Azinhaga de S. Pedro, Ponte do Deão, cruzamento da Rua do Arcebispo D. Aires com a Rua da Levada de S. Luzia, Rua da Levada de S. Luzia, duzentos metros além do cruzamento com a Rua Sidónio Pais, Travessa de Manuel Alexandre, Chão da Loba, Largo do Lazareto até o mar. Esta deliberação revogou para todos os efeitos legais a deliberação camarária de 27 de Outubro de 1927. Cf. CMF, Vereações, L.º37, fl. 37, sessão de 22 de Fevereiro de 1945.

ascendeu a 241.798 em 1940, acusando o Distrito do Funchal, no censo daquele ano, o maior índice de aumento populacional ²²⁶.

Durante os anos trinta-quarenta do século XX, o poder municipal era aquele que mais próximo se encontrava das populações. Por decreto de 1926, foram as vereações das câmaras municipais substituídas por comissões administrativas ²²⁷. A estas instâncias de poder local competia organizar e regulamentar os diversos aspectos da vida municipal, estabelecendo medidas ou *posturas camarárias* ²²⁸, que contribuíam para a normalização da vida do município nas mais diversas áreas. No sentido de controlar, e mesmo planear o crescimento urbanístico da cidade do Funchal, elaboraram-se a nível local diversas regulamentações que, a par de legislação nacional, orientaram o desenvolvimento das obras públicas e particulares neste município. No âmbito das Obras Públicas, cabia aos municípios decidir sobre licenças, fiscalizar as obras e até, se necessário, suspendê-las ou *embargá-las* se decorressem em contrário às posturas camarárias ou outras determinações superiores. Pelos anos vinte do século passado, o decreto-lei n.º 1 670, autorizava as câmaras municipais a *embargarem* quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares sem licença do respectivo município ou por inobservância de prescrições constantes de licença por este concedida ²²⁹.

Logo no início dos anos trinta daquela centúria, num clima de crise geral, motivada pela *Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque*, comentava-se na imprensa regional que o governo da nação resolvera incentivar os trabalhos de construção civil, ao isentar de contribuições os proprietários que levassem a efeito a construção e melhoramento de prédios de habitação. ²³⁰ No arquipélago, meses antes, a Junta Geral do Distrito do Funchal, chamou a atenção das entidades camarárias para a determinação de locais próprios à construção de edificações, alertando para a conveniência daqueles organismos insulares não concederem licenças para construção de casas em sítios sujeitos ao risco de derrocadas ²³¹. Apelava-se, igualmente, para a obrigatoriedade dos respectivos empreiteiros assinarem documento comprometendo-se em realizar a obra segundo o projecto que lhes era fornecido ²³². Este alerta surgia no

²²⁶ Cf. Eduardo C. N. Pereira, *op. cit.*, vol. II, pp. 274-275.

²²⁷ Cf. Joel Serrão, *op. cit.*, p. 219.

²²⁸ Sabemos que em 1942, a comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal resolveu proceder à codificação das suas posturas. Cf. CME, Vereações, L.º 34, fl. 152, sessão de 7 de Janeiro de 1942.

²²⁹ *Diário do Governo*, I Série, n.º 208, de 15 de Setembro de 1924, p. 290.

²³⁰ “As novas construções urbanas”, *O Jornal*, n.º 1047, 15.08.1930, p. 1, cols. 3-4.

²³¹ “Construção de Casas”, *O Jornal*, 14.03.1930, p. 1, col. 4.

²³² “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 24 de Junho de 1930”, *O Jornal*, 27.06.1930, p. 3, col. 5. Conhece-se o caso do empreiteiro Manuel Martins, solicitando à câmara do Funchal que lhe fosse levantada a penalidade imposta de não poder adjudicar

rescaldo da tragédia ocorrida na Ribeira do Vigário, em Câmara de Lobos, em Março de 1930. Um desabamento de terras tivera origem numa pedreira onde, desde há vários anos se extraía pedra mole²³³. Há já alguns dias que se vinham a registar pequenas derrocadas devido à falta de apoio com que iam ficando os rochedos. Na madrugada de 4 de Março daquele ano, a rocha desagregou-se, indo a colossal massa de penedos bater de chapada no mar. Formou-se uma enorme vaga que avançou na direcção de Câmara de Lobos entrando vorazmente pela foz da Ribeira do Vigário, onde as mulheres do povo faziam a lavagem de roupas, enquanto seus filhos brincavam ali próximo. Ao chegar a notícia ao Funchal, logo acorreram ao local as autoridades a prestar auxílio à população enlutada²³⁴.

Na cidade, apesar da crise instalada, solicitou-se ao arquitecto Carlos Ramos, um moderno plano de melhoramentos²³⁵. As remodelações na comissão administrativa do município do Funchal, em 1931²³⁶ implementaram maior dinamismo a esta questão, tendo aquele Arquitecto, (que se encontrava entre os chamados “*Cinco Grandes*” do modernismo arquitectónico português), sido o responsável pelo *Plano de Urbanização para o Funchal de 1931-33*²³⁷. Em parte inspirado nos anteriores estudos de Ventura Terra para a cidade do Funchal, o novo plano iria trazer ao Funchal novidades arquitectónicas e urbanísticas. No que respeita às avenidas, apenas o prolongamento da Avenida Arriaga, com a abertura da Avenida Oeste, se veio a concretizar, apontando também Carlos Ramos a continuidade desta via para poente. Em Março

obras, ao que aquele organismo deferiu advertindo, no entanto, que, registando-se a menor falta, o requerente seria definitivamente excluído das obras municipais. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 25 de Abril de 1940”, *O Jornal*, 30.04.1940, p. 4.

²³³ A pedra de cantaria utilizada em grande parte das obras de construção civil da Madeira, realizadas nas primeiras décadas do século XX, provinha, sobretudo, de Câmara de Lobos. Já no século XVIII as principais pedreiras situavam-se naquela área e, mais especificamente, no Cabo Girão, tendo-se utilizado aquele material nas obras de fortificação militar e na construção da igreja do convento de S. Francisco, realizadas naquele século. No *Antigo Regime*, a questão do corte e utilização da pedra regeu-se pelo alvará manuelino de 9 de Fevereiro de 1502. Cf. Rui Carita, *História da Madeira – O Século XVIII: economia e sociedade*, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1999, pp.116-117.

²³⁴ Cf. J. Fernando Rosa e J. Pulquério Fernandes, *Manhã Trágica. Catástrofe de Câmara de Lobos: Compilação das Mais Importantes Reportagens da Imprensa Madeirense Sobre a Horrorosa Tragédia da Ribeira do Vigário Ocorrida na Manhã de 4 de Março de 1930*, Funchal, Tip. do Diário da Madeira, 1930, pp. 29-58.

²³⁵ Carlos João Chambers Ramos (1897-1969), concluiu em 1920 o Curso Especial de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, para onde entrou seguindo o conselho do mestre Ventura Terra. Sucedeu a Marques da Silva como Director na Escola de Belas Artes do Porto, criando as cadeiras de Urbanismo e Urbanologia. Foi o primeiro arquitecto a entrar para o Conselho Superior de Obras Públicas, por incumbência de Duarte Pacheco e um dos arquitectos presentes na Exposição do Mundo Português, em 1940.

²³⁶ Em 1931 remodelaram-se as comissões administrativas dos municípios do Porto Santo e Funchal. *Diário do Governo*, II Série, n.º 221, de 24 de Setembro de 1931.

²³⁷ Carlos João Chambers Ramos (1897-1969), concluiu em 1920 o Curso Especial de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, para onde entrou seguindo o conselho do mestre Ventura Terra. Sucedeu a Marques da Silva como Director na Escola de Belas Artes do Porto, criando as cadeiras de Urbanismo e Urbanologia. Foi o primeiro arquitecto a entrar para o Conselho Superior de Obras Públicas, por incumbência de Duarte Pacheco e um dos arquitectos presentes na Exposição do Mundo Português, em 1940. No grupo dos *Cinco Grandes*, para além de Carlos Ramos incluíam-se Cassiano Branco, Pardal Monteiro, Cristino da Silva e Jorge Segurado, arquitectos com conceituado percurso modernista.

de 1934, concluído que ficava o primeiro lanço desta nova acessibilidade, deu-se início à construção de edificações, sujeitas a normas estabelecidas pela Junta Geral e Câmara do Funchal e de acordo com o *Estado Novo*.

O novo regime, em plena fase de consolidação (1933-1938), privilegiou a arquitectura como instrumento divulgador da sua capacidade realizadora e como veículo difusor dos valores que preconizava: por um lado a autoridade, a disciplina e a ordem, por outro a valorização da nacionalidade, da família e do mundo rural. Tratava-se também de um instrumento privilegiado, quer pela possibilidade de manipulação ao nível do projecto, quer pela obrigatoriedade de uso e perpetuação da obra, após concluída. É na *casa portuguesa*, de Raul Lino, que encontramos uma das bases ideológicas que justificam o gosto *português suave* da arquitectura do *Estado Novo*. Naquele princípio proposto por Raul Lino, Salazar encontrou o seu ideal de casinha portuguesa, o ambicionado lar tradicionalmente católico e modesto, o da sua própria Quinta no Vimieiro, que M. Barata, em 1938, bem ilustrou na sua *Lição de Salazar*, com o seu camponês regressando a casa pela tardinha com a enxada aos ombros ²³⁸. Ideal eternizado na canção de Amália Rodrigues, de grande sucesso nos anos 50, com versos de Reinaldo Ferreira e Vasco Matos Sequeira, com música do Maestro A. Vaz da Fonseca ²³⁹, onde se canta o conformismo social e onde permanece subjacente a trilogia *Deus, Pátria e Família*. O regime apoderou-se daquele princípio, deturpando mesmo algumas arquitecturas regionais, com o intuito de tipificar a arquitectura oficial, dita *de regime*, à volta de um gosto neo-joanino, barroco, denominado de *português suave* ²⁴⁰.

No arquipélago madeirense, para as construções a efectuar na recém-aberta Avenida de Oeste, depois do Infante, o então presidente da Junta Geral do Distrito, José Rafael Basto Machado exigiu, em nota oficiosa de 19 de Março de 1934, que as mesmas deveriam obedecer às normas municipais em vigor

²³⁸ No soneto do poeta e impressor antuerpino Christophe Platin, que Salazar mantinha encaixilhado no seu apartamento, ao lado do indispensável Coração de Jesus, enquanto viveu na Rua do Funchal, na Estefânia, aquele ditador acharia decerto o ideal da sua *casinha portuguesa*. Cf. João Medina, “Conclusão: a <<casinha portuguesa>> ou o ideal de Platin”, in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XII, Amadora, ediclube, 1995, pp. 40-48.

²³⁹ Cf. Idem, *op. cit.*, p. 47.

²⁴⁰ Cf. Victor Mestre, *art. cit.*, pp. 103-... Criticando intransigentemente a arquitectura moderna, Raul Lino vinha publicando vários trabalhos com ilustrações de projectos realizados na sequência de encomendas para os sectores mais tradicionalistas da burguesia e onde, se apelava para valores culturais de um glorioso passado português. Segundo a investigadora Raquel Henriques da Silva, Raul Lino foi o único Arquitecto do início do século XX que defendeu por escrito as suas opções. Publicou, entre outros, *A Nossa Casa, Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção de Casas Simples*, em 1918, com reedição em 1929; *Casas Portuguesas* em 1933, *Quatro Palavras sobre Urbanização*, em 1945. Na sua passagem pela Madeira, em 1942, Raul Lino publicou na *Revista Portuguesa*, dirigida pelo Visconde do Porto da Cruz, um artigo relativo à arquitectura local, publicado posteriormente na revista *Das Artes e da História da Madeira*. Cf. Raul Lino, “Arquitectura. A Propósito da Casa Madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, vol. VI, (32), 1961, pp. 42-49.

e ao regulamento geral de salubridade relativo às edificações urbanas ²⁴¹. A edilidade funchalense desenvolveu algumas posturas camarárias com vista a normalizar as edificações a construir naquela via pública, vindo a erguer-se ali várias moradias unifamiliares, ao gosto da nova versão de moradia urbana protagonizada pelo *português suave*. O município do Funchal, na sua sessão de 20 de Março de 1934 presidida por Luís da Rocha Machado, recebeu um ofício da Junta Geral deste Distrito, onde se discriminavam as normas a que deveriam obedecer as futuras construções naquela zona da cidade. Deveriam ser moradias isoladas, não terem menos de rés-do-chão, primeiro e segundo andar e, quanto ao *estilo*, determinou-se que deveriam possuir, o mais possível, um “*cunho madeirense devidamente modernizado*” ²⁴², que proporcionasse uma agradável disposição e proporcionalidade dos volumes. Numa sobrevalorização dos alçados principais, exigia-se que as fachadas dos prédios estivessem “*arquitectonicamente trabalhadas*”, recuando cinco metros da via pública. As faixas de terreno dali resultantes deveriam estar devidamente ajardinadas, possuindo muros de vedação baixos, rematados por gradeamentos, ou quaisquer outros motivos ornamentais, que não tapassem as fachadas das casas. Aos portões, exigia-se que possuíssem valor ornamental. Posteriormente, determinou ainda o município que na apresentação dos projectos, todos os estudos referentes a construções deveriam especificar os detalhes relativos a coroamentos e outros motivos de decoração, devendo estes apresentar-se à escala 1/20 e 1/10 ²⁴³.

A edilidade funchalense havia já ordenado à sua Repartição Técnica a execução da planta da referida zona, determinando a rigorosa observância das normas acima descritas, bem como a necessidade de os projectos para aquela área se restringirem a trabalhos assinados por Arquitecto ou Engenheiro devidamente qualificado ²⁴⁴. Com efeito, verificamos que grande parte dos projectos eram apresentados na Câmara desta cidade sem a devida assinatura do seu autor, infringindo o disposto no §4.º do art.º 4.º do título 35, do código de posturas camarárias. Sendo de toda a conveniência que esses projectos fossem executados por técnicos especializados, o município reforçou aquela deliberação decidindo, a 28 de Julho de 1936, que apenas receberiam requerimentos para construções acompanhados por projectos ou

²⁴¹ Quanto ao regulamento geral de salubridade relativo às edificações urbanas ainda se regia pelas normas estabelecidas pelo Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, verificando-se que apenas em 1944 uma comissão, estabelecida por Portaria de 7 de Outubro, na qual se integrará o Engenheiro José Frederico do Casal Ribeiro Ultrich, encarregar-se-á de proceder à sua remodelação. A morte accidental do Ministro Duarte Pacheco, em 1943, levou à sua substituição por Frederico Ultrich, à frente do Ministério das Obras Públicas. Ao aceitar o pedido para aceder ao cargo de Ministro das Obras Públicas, Ultrich foi então substituído, naquela comissão, pelo Arquitecto João Guilherme Faria da Costa. *Diário do Governo*, I Série, n.º 224, de 25 de Setembro de 1944, p. 5535.

²⁴² “Nota Oficiosa da Junta Geral”, *O Jornal*, 14.04.1934, p.5, col. 4.

²⁴³ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Julho de 1937”, *O Jornal*, 06.07.1937, n.º 1507, p.3 cols. 1-2.

²⁴⁴ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Março de 1934”, *O Jornal*, 23.03.1934, p. 4, cols. 4-5.

desenhos devidamente assinados pelo seu autor. Estabeleceu-se, igualmente, que somente técnicos diplomados poderiam assinar projectos de construção. Paralelamente, ordenou-se a organização dum cadastro de mestres de obras diplomados na especialidade e residentes na Ilha, sendo fornecida uma cópia desta lista à secretaria, de modo a controlar-se esta questão ²⁴⁵.

Considerando que o Ministério das Obras Públicas iria decretar medidas especiais destinadas a promover a urbanização das principais cidades e vilas do país, a edilidade funchalense em finais de 1934 e antecipando-se à promulgação daquelas disposições legais, determinou mandar levantar imediatamente um projecto de urbanização de todos os locais da cidade, onde se indicasse a abertura de novos arruamentos. As novas construções ficariam desde então condicionadas aos referidos projectos de urbanização pois, considerou a edilidade funchalense, a falta de uma planta do Funchal determinara, até a data, a construção de aglomerados habitacionais em vários pontos da cidade, sem quaisquer preocupações quanto ao futuro alinhamento das vias públicas, muitas vezes tratando-se de edificações baratas sem as indispensáveis condições regulamentares. Era necessário evitar, quanto possível, novas construções em terrenos onde um plano de urbanização estivesse aconselhado por motivo da extensão da cidade ou pelas exigências da estética cidadina ²⁴⁶.

Com efeito, a execução da planta para aquela área seria já consonante com determinações superiores surgidas pelos finais daquele ano. Duarte Pacheco, no início da sua primeira estada à frente do Ministério das Obras Públicas, fez publicar o Decreto-lei n.º 2 482, de 21 de Dezembro de 1934, decretando a promoção do levantamento topográfico das cidades, vilas e outras localidades, como base indispensável na elaboração dos respectivos planos de urbanização e ao qual deveriam obedecer todas as futuras edificações. Naquele diploma, cuja publicação o Governo do *Estado Novo* justificou “por entender que os trabalhos de urbanização nem sempre eram delineados com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem seguindo as melhores regras de higiene e de conveniência dos aglomerados urbanos”, fixou-se a obrigatoriedade de as câmaras municipais mandarem proceder ao levantamento das plantas topográficas e aos estudos dos planos de urbanização das sedes dos concelhos, dos núcleos urbanos com população superior a 2.500 habitantes e ainda daqueles que, pelo seu aspecto histórico, recreativo ou turístico, o aconselhassem ²⁴⁷.

²⁴⁵ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 23 de Julho de 1936”, *O Jornal*, n.º 1223, 28.07.1936,, p.3, cols. 2-3.

²⁴⁶ Cf. “Urbanização da Cidade”, *O Jornal*, 15.09.1934, p.1, cols. 2-3.

²⁴⁷ Cf. ARM, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, vol. 1.º, Livro de Ouro, Lisboa, Ministério das Obras públicas, 1948, p. 59.

O não cumprimento das normas de edificação estabelecidas levou a que a Câmara do Funchal reembolsasse Manuel F. Pereira Júnior, por uma obra aprovada para o Bairro dos Ilhéus, na Avenida Oeste, que então se considerou inestética. A situação obrigou a comissão administrativa daquele órgão de poder local, não obstante já se terem dado início aos trabalhos de construção, a tomar providências que remediasses o caso. Entre elas, a suspensão de execução da obra, com o número de requerimento n.º 1 890, de 9 de Agosto de 1937. Determinou-se, igualmente, encarregar o então engenheiro municipal, Sr. Herculano Ramos, e o condutor de obras públicas, José Maria Pereira, de proceder à avaliação dos trabalhos já realizados, por forma a indemnizar o requerente. Foi igualmente chamado à atenção o Engenheiro Director daquela Repartição Técnica, para que não se repetissem casos semelhantes, pois a comissão administrativa deferira aquela obra atendendo às informações da repartição de obras municipais que, em contravenção da deliberação de Março de 1934, informara favoravelmente o projecto²⁴⁸. Sabe-se que a Repartição Técnica do município do Funchal possuía modelos de balaustradas e de chaminés próprios, proibindo a fabricação de outros modelos, diferentes dos que seguia. No requerimento de João Pinto Leão, para obras na sua propriedade ao Sítio das Quebradas, em S. Martinho, foi-lhe dado deferimento, no entanto, exigindo-se ao requerente aquelas condicionantes²⁴⁹.

A publicação, em 1937, do livro *Casas Madeirenses*, de J. Reis Gomes com colaboração do arquitecto Edmundo Tavares, nascido em Oeiras, contribuiu para a implantação do gosto oficial junto das elites locais, entretanto associado ao *português suave* e que estendeu à construção privada a manipulação que Salazar pretendeu para a Arquitectura. Contam-se na região alguns exemplares dentro daquele gosto destacando-se, sobretudo, as edificações da Avenida Infante. Na referida publicação o Arquitecto, seguidor de Raul Lino, no entanto, de espírito mais aberto, ilustrou detalhes e construções arquitectónicas de tempos anteriores. Propôs novas combinações alternativas da associação de elementos tradicionais da arquitectura regional, contribuindo para um *glossário* de formas assimiladas como sendo tradicionalmente madeirenses.

Incentivaram-se os alpendres floridos como solução representativa da adaptação das tradicionais parreiras de vinha, que outrora povoaram o meio madeirense²⁵⁰, e os corpos torreados que, destacando-se do conjunto arquitectónico, ficavam-se pela associação às *torres de ver o mar*, característica de outros

²⁴⁸ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 30 de Setembro de 1937”, *O Jornal*, n.º1586, 07.10.1937, p.4 cols. 1-2.

²⁴⁹ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 10 de Outubro de 1940”, *O Jornal*, n.º2502, 13.10.1940, p.5, cols. 1-2.

²⁵⁰ Raul Lino na sua passagem pela Madeira em 1942 publicou, na *Revista Portuguesa* dirigida pelo Visconde do Porto da Cruz, artigo acerca da arquitectura madeirense onde apelou para a utilização dos alpendres floridos. Referia aquele Arquitecto que, “*A casa portuguesa, discreta, sóbria, guarnecida de trepadeiras, em contacto com o jardim (ou simples quintal) através do seu*

tempos, quando o vinho era produto a exportar. Algumas moradias para esta avenida têm o risco do arquitecto Edmundo Tavares²⁵¹, como é o caso da *Vivenda Fátima*, projectada em Março de 1934, onde o Arquitecto, dentro do gosto *português suave*, privilegiou a utilização de alguns elementos característicos do vocabulário da arquitectura regional²⁵². Terraços com varandas de balaustrada, pitorescos alpendres floridos, múltiplas floreiras e ainda o corpo torreado que se destaca do conjunto. Na mesma via pública observamos ainda a utilização de formas mais directamente relacionadas com manifestações a nível nacional, nomeadamente a colocação de esferas armilares em cantaria da Ilha, material utilizado profusamente nas edificações desta época. Para as construções daquela avenida, o município impôs ainda outras condições: deveriam possuir, garagem, casas de prazer e pérgolas, dispostas com o mesmo cunho artístico e seguindo as mesmas exigências que as construções principais. Ainda em relação aos anexos, nomeadamente capoeiras, lavadouros e outros serviços, exigia-se que fossem colocados de forma a não serem vistos por quem passasse na avenida.

Deixando a zona nobre da Avenida Oeste, dedicada às classes mais abastadas, ao encaminharmos para o centro da cidade, verificamos que o desenvolvimento da actividade comercial no Funchal, virado sobretudo para o crescimento do turismo na região, levou à modernização dos estabelecimentos e dos serviços urbanos. Esta renovação urbana, que se desencadeara desde finais dos anos vinte, foi sobretudo notória na década seguinte, passando pela actualização dos edificios e espaços públicos às novas solicitações. Na análise aos pedidos de licenciamento de obras, do Arquivo de Obras Particulares da Câmara Municipal do Funchal para esta época, verificamos que grande número se destinava à alteração de fachadas dos edificios, modificando-se portas em janelas ou janelas em montras. Quanto à execução destes projectos, ficaram sobretudo a cargo de mestres-de-obras e desenhadores com formação técnica local, adquirida na antiga Escola António Augusto de Aguiar, hoje Escola Secundária Francisco Franco. Entre eles destacamos os desenhadores Fernando Augusto Câmara²⁵³ e António Agostinho Câmara²⁵⁴ que, com os seus trabalhos, respondiam à solicitação do mercado regional.

alpendre, dos seus vãos iguais e bem proporcionados, a mancha alegre das suas paredes claras ou rosadas a espreitar à distância por entre a verdura. – não realizará em qualquer época o ideal de uma moradia funchalense?” Cf. Raul Lino, op. cit., p. 44.

²⁵¹ Nascido na freguesia e concelho de Oeiras, a 8 de Novembro de 1892, estudou arquitectura civil na Escola de Belas Artes de Lisboa, tendo como professor o arquitecto Pardal Monteiro. Em 1932 foi nomeado professor efectivo do 3.º grupo para a Escola Industrial e Comercial de António Augusto de Aguiar, no Funchal.

²⁵² Segundo informação do Dr. Rui Carita, a residência Borges, em frente ao hotel Savoy, foi projectada por Raul Lino.

²⁵³ Nascido em 1880, na freguesia de Santa Luzia e em virtude da sua aptidão para o desenho realizou alguns projectos de arquitectura bem como de decoração e cenografia para o Teatro Municipal. Foi também poeta e jornalista. Colaborou em várias revistas portuguesas e estrangeiras. Dele são exemplos o projecto, deferido em sessão camarária de 2 de Novembro de 1922, para uma montra de ourivesaria situada à então Rua do Comércio. Trata-se de um projecto ao gosto Arte Nova para a montra da ainda hoje ourivesaria “*Parisiense*”, à Rua dos Ferreiros, n.º 82. Faleceu no Funchal a 30 de Junho de 1949.

Registando-se no turismo uma alternativa económica para a região, sentiu-se a urgência de reforçar as capacidades da Madeira para melhor responder às exigências daquele novo surto económico. Atendendo a uma representação da comissão administrativa da câmara do Funchal em meados dos anos trinta, o ministro Pais de Sousa mandou observar a constituição heráldica das armas, bandeira e selo deste Município²⁵⁵. Pouco tempo depois, criou-se a Delegação de Turismo do Funchal, considerando-se desde então todo o arquipélago como instância de Turismo²⁵⁶. Observou-se um aumento no número de visitantes nacionais que procuravam a Ilha como local de digressão recreativa, assim como o de estrangeiros que aqui estabeleceram a sua residência²⁵⁷.

Naquele âmbito, verifica-se o projecto para a residência do cônsul britânico J. W. Blair, ao Caminho Velho da Ajuda, no Funchal, riscado segundo uma linha mais tradicionalista pelo arquitecto Edmundo Tavares. Usualmente, alguma da elite local passava os meses de Verão nas suas quintas, situadas na periferia da cidade sobretudo na freguesia do Monte. Tal é o caso de João José de Freitas Belmonte, para quem aquele Arquitecto traçou uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a edificar sobre as paredes de uma outra já existente, no interior da sua Quinta do mesmo nome. Neste exemplar de arquitectura religiosa de gosto neo-barroco, atesta-se a persistência de linguagem predominantemente revivalista na arquitectura portuguesa até praticamente meados do século XX. Ali, o Arquitecto associou um excepcional conjunto de painéis de azulejos monocromos a azul sobre esmalte branco que, percorrendo as paredes interiores e exteriores do edifício, relatam a vida e morte de Jesus Cristo, com desenhos do pintor Américo Tavares²⁵⁸. A este exemplar também se associou um conjunto de vitrais da conceituada fábrica Ricardo Leone²⁵⁹.

²⁵⁴ Nasceu em Machico em 1872. Foi oficial do exército no Regimento de Infantaria n.º 27, tendo sido Director de Tiro. Ao reformar-se, exerceu o cargo de desenhador, para o qual conseguira habilitação após frequentar o curso nocturno de Desenho Ornamental na Escola Industrial de António Augusto de Aguiar. Dos vários projectos que efectuou para a cidade do Funchal, salientamos o traçado de um quiosque, elaborado em 1922, bem ao gosto de início de século, para a Rua do Aljube e destinado ao comércio de artefactos regionais. Este exemplar, encostado à parte traseira da Sé, suscitou entre 1932 e 1934, a intervenção do Governo Civil, Comissão Administrativa das Obras da Sé e Câmara do Funchal pois, para a sua retirada a edilidade viu-se forçada a indemnizar os proprietários em 13.000\$00 escudos. Questão várias vezes humoristicamente tratada no *Re-nhau-nhau*. António Agostinho Câmara faleceu a 23 de Setembro de 1949. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 11 de Outubro de 1932”, *O Jornal*, 13.10.1932, p. 3, cols. 2-3; “Sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal de 21 de Março de 1934”, *O Jornal*, 23.03.1934, p. 4, cols. 1-2.

²⁵⁵ Portaria n.º 8 392. *Diário do Governo*, I Série, n.º 69, de 24 de Março de 1936, p. 335.

²⁵⁶ *Diário do Governo*, I Série, n.º 209, de 5 de Setembro de 1936, pp. 1069-1072.

²⁵⁷ CME, Arquivo de Obras Particulares, *Dossier de Novembro de 1934*, sessão de 15 de Novembro de 1934.

²⁵⁸ Américo Tavares de Oliveira e Silva, nasceu na freguesia de Ramalde, no Porto, a 26 de Novembro de 1890. Tirou o curso de Pintura Histórica da Escola de Belas Artes do Porto. Foi professor em várias escolas do Continente e professor agregado da escola António Augusto de Aguiar desde 1935. Com a morte do pintor madeirense Alfredo Miguéis, em 1943, foi no ano seguinte nomeado director do curso artístico daquela escola, sendo posteriormente nomeado professor efectivo do mesmo estabelecimento escolar. São especialmente conhecidos os seus retratos a sanguínea, entre eles o retrato de Alfredo Miguéis. Prestou igualmente

O desenvolvimento da actividade turística na região levou ao aumento e valorização de unidades hoteleiras, grande número resultante da adaptação de edifícios existentes em hotéis ou pensões. Alguns destes empreendimentos turísticos beneficiaram da isenção de direitos de importação para os materiais, móveis e utensílios necessários às obras de ampliação em curso, tal foi o caso do Reid's Palace Hotel ²⁶⁰. Ainda acerca desta questão, em finais de 1935, a Repartição de Jogos e Turismo na Madeira, informou por ofício o Município do Funchal que, de futuro, não seriam permitidas licenças para obras de construção ou adaptação de edifícios destinados a hotéis, sem que os respectivos projectos fossem antecipadamente aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo ²⁶¹. Tais determinações encontravam-se já anteriormente definidas no art.º 10 do Decreto n.º 19.101, de 4 de Dezembro de 1930, que dispunha que nenhum edifício para hotel fosse construído ou adaptado sem a respectiva aprovação do projecto pelo Conselho Nacional de Turismo, sob pena dos transgressores incorrerem na multa de 5.000\$00 escudos ²⁶².

A crescente afluência de viajantes a pontos turísticos da Ilha, como as zonas do Monte e do Pico dos Barcelos, induziu à criação de estruturas de apoio, sobretudo no sector da restauração. Nos trabalhos do arquitecto Edmundo Tavares, enquanto residente na Madeira, encontramos o estudo para um restaurante no Terreiro da Luta, ainda hoje existente, onde se aplicou a pedra de basalto, material abundante na Ilha, e onde estão presentes floridos alpendres, oferecendo um ar pitoresco àquela edificação. No restaurante para o Pico dos Barcelos, hoje estabelecimento de venda de artefactos e mobiliário em bambu, o Arquitecto ousou uma linguagem marcadamente mais modernista. A caracterizar este exemplar de arquitectura civil temos, sobretudo, a ausência de telhados, substituídos por terraços com varandas e a utilização de vãos, relativamente grandes para a época, nas aberturas; para as quais se dispensou os tradicionais tapassóis. No nosso entender, trata-se dos primeiros exemplares de arquitectura com características modernistas introduzidos na região.

grande colaboração no desenvolvimento dos embutidos na Madeira. Para a capela de Nossa Senhora da Conceição, este pintor elaborou o retábulo do altar, dedicado ao orago da capela, bem como os desenhos aplicados em toda a azulejaria interior e exterior da mesma.

²⁵⁹ Um estudo mais exaustivo desta capela pode encontrar-se nos nossos trabalhos para os Seminários Património Cultural I e II, do Mestrado em História e Cultura das Regiões da Universidade da Madeira, sendo possível visualizar-se aqueles vitrais no site www.arquipelagos.pt, pesquisa por “vital”.

²⁶⁰ Decreto-lei n.º 29 096. *Diário do Governo*, I Série, n.º 252, de 31 de Outubro de 1938, pp. 1451-1452.

²⁶¹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 19 de Dezembro de 1935”, *O Jornal*, n.º 1057, 23.12.1935, p.3 cols. 4-5. No âmbito da melhoria dos espaços e condições para o sector turístico, a edilidade funchalense analisou em 1936 o pedido de José Pedro de Freitas, para ampliar o antigo Casino Monumental. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 4 de Junho de 1936”, *O Jornal*, n.º 1185, 7.06.1936, p.4, cols. 1-4.

²⁶² Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Corpos Administrativos*, L.º 2.º, Circular n.º 516, de 11 de Agosto 1934, p. 99v.

Tendo-se instalado nesta cidade a partir de Outubro de 1932, a nomeação do arquitecto Edmundo Tavares para a Escola Industrial e Comercial do Funchal, onde se preparavam os futuros desenhadores e mestres-de-obras, fez parte de toda uma política de Duarte Pacheco em criar, nas diversas regiões do país, condições propícias à introdução e divulgação do figurino oficial do *Estado Novo* ²⁶³. Enquanto aqui residiu (1932-1939), não deixou o Arquitecto de exercer a sua vocação paralela à docência. Nas múltiplas respostas às solicitações da câmara do Funchal e da elite local, o mesmo democratizou o gosto oficial do regime na Região, contribuindo os seus trabalhos para a lenta introdução de uma estética modernista na renovação da arquitectura urbana do Funchal.

Dentro dos incentivos à modernização dos estabelecimentos comerciais, verificamos, paralelamente à expansão da rede eléctrica na iluminação pública da cidade, uma maior divulgação dos letreiros luminosos. De modo a incentivar o emprego deste novo sistema, em meados dos anos trinta, a câmara do Funchal deliberou isentar os mesmos de qualquer taxa durante os dois anos seguintes. Aos interessados, apenas era-lhes exigida a apresentação de um *croquis* com o respectivo reclamo luminoso ²⁶⁴. Esta deliberação foi, entretanto, prorrogada até finais de 1939, possibilitando maior divulgação deste sistema que veio colorir e modernizar as noites da zona urbana funchalense ²⁶⁵. Deu-se, portanto, um incentivo à modernização dos equipamentos urbanos, de modo a igualar esta cidade ao que lá fora os turistas podiam obter ²⁶⁶.

A expansão da actividade comercial terá suscitado a preocupação da nova comissão da edilidade funchalense para o alargamento das ruas e outras acessibilidades. Com efeito, a comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal, presidida pelo Dr. Fernão de Ornelas, determinou em 1935 que as construções a executar deveriam obedecer aos novos alinhamentos propostos pela edilidade. A Repartição

²⁶³ Anteriormente designada de Escola de Desenho Industrial Josefa de Óbidos, foi criada em 1889. Tratou-se de uma escola integrada no plano nacional promovido por Emídio Navarro, Ministro das Obras Públicas do Governo de José Luciano. Passou a designar-se de Escola Industrial de António Augusto de Aguiar a partir de 1891, convertendo-se em Escola Industrial e Comercial em 1925, pelo Dec. n.º 11 061, de 11 de Setembro daquele ano. Cf. Carlos Valente, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990). Conjunturas, Factos e Protagonistas do Panorama Artístico Regional no Século XX*, Tese de Mestrado em História da Arte pela Universidade da Madeira, texto policopiado, 1999, vol. I, p. 31.

²⁶⁴ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 12 de Dezembro de 1935”, *O Jornal*, n.º 1050, 15.12.1935, p. 4, cols. 1-2.

²⁶⁵ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 9 de Março de 1935”, *O Jornal*, n.º 2026, 14.03.1939, p.2, cols. 3-4. Actualmente no comércio do Funchal restam apenas alguns exemplares deste sistema que caracterizou a linguagem visual urbana da época em estudo.

²⁶⁶ O desenvolvimento do sector comercial exigiu a sua regulamentação. Em 1937, a câmara do Funchal deliberou acerca dos horários de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais do concelho do Funchal, estabelecendo o Domingo como dia de descanso semanal. Já no ano seguinte, a edilidade aprovou uma postura determinando que a abertura ao público de qualquer estabelecimento comercial ou industrial só se poderia efectuar mediante as competentes licenças camarárias, incorrendo os infractores numa multa de 300\$00 escudos e encerramento imediato do estabelecimento. Cf. CMF, Vereações, L.º 25, fls. 92-92v., sessão de 3 de Fevereiro de 1938; “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 21 de Janeiro de 1937”, *O Jornal*, n.º 1270, 24.01.1937, p. 3, cols. 1-2.

Técnica daquele órgão local não poderia conceder alinhamentos sem a prévia aprovação do Presidente da Câmara. Como forma de controle passou a ser obrigatório, no verso da licença do alinhamento da nova construção, a assinatura do funcionário que a concedesse ²⁶⁷. Na década seguinte, e no âmbito da construção de edificações fora de arruamentos existentes, a fim de abreviar os inconvenientes dessa situação, foi definido que deveriam os interessados custear todas as despesas relativas ao respectivo projecto de urbanização, salvo se este já existisse. A partir daquela data estabeleceu-se que nenhuma licença poderia conceder-se fora das condições referidas ²⁶⁸.

Outro pormenor, que cremos relacionar-se igualmente com o aumento do fluxo de transeuntes na cidade, muitos deles provavelmente turistas, prende-se com a criação de uma postura relativa ao sentido a dar na abertura de portas e janelas nos andares térreos das residências urbanas. Considerando a inconveniência do sistema de abertura para o exterior, não obstante posturas anteriores mostrarem-se insuficientes, (nomeadamente a de 23 de Setembro e 21 de Outubro de 1910, visando modificar o referido sistema), em Junho de 1934 a edilidade funchalense deliberou novamente sobre o assunto. Impunha-se agora aos proprietários dos prédios compreendidos nos limites da área da cidade, dentro do prazo de um ano, a modificação das portas e janelas dos andares térreos que abrissem para fora, passarem a abrir para o interior das habitações. A mesma postura refere igualmente que a aprovação de projectos para reparações em edifícios urbanos ao nível das aberturas na zona dos andares térreos, só receberiam aprovação se contemplassem a abertura naquele sentido ²⁶⁹. Todavia, foi tal a polémica que se gerou entre os proprietários da cidade que se associaram e propuseram a anulação desta postura, alegando a elevada despesa que a todos os proprietários urbanos acarretava tal deliberação, desconhecendo-se, porém, o desfecho desta questão ²⁷⁰.

No âmbito da manutenção dos edifícios, e nomeadamente no sentido de facilitar aos proprietários as pequenas obras de conservação dos mesmos, que por sua vez contribuiriam para diminuir o desemprego na Ilha, o município do Funchal tomou algumas medidas. Ao rever a questão da reparação de telhados, deliberou que tais obras não necessitariam de prévia licença camarária pois, regendo-se esta questão ainda pelo art.º 15, n.º 2 de 21 de Julho de 1910, as mesmas implicavam a prévia autorização camarária, dificultando e atrasando o desenrolar das obras ²⁷¹. Quanto ao tipo de material a usar, desde o

²⁶⁷ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 24 de Outubro de 1935”, *O Jornal*, 27.10.1935, p. 4, cols. 1-2.

²⁶⁸ CMF, Vereações, L.º 32, fl. 237v, sessão de 5 de Fevereiro de 1942.

²⁶⁹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 26 de Junho de 1934”, *O Jornal*, 28.06.1934, p. 2, cols. 4-5.

²⁷⁰ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 11 de Outubro de 1934”, *O Jornal*, 13.10.1934, p. 5, cols. 4-5.

²⁷¹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 28 de Outubro de 1937”, *O Jornal*, n.º 1608, 2.11.1937, p.4 cols. 1-2.

ano anterior que ficara proibido o emprego de telha de cor diferente da de Marselha, preconizando-se o uso de telha portuguesa de meia-cana ²⁷². Esta exigência levou a que na década seguinte, a Olaria Madeirense disponibilizasse um modelo único de telha destinado exclusivamente à cobertura de habitações dos bairros económicos e casas do *tipo municipal*. Pediu à edilidade funchalense para que no Bairro dos Viveiros, na altura em construção, já se aplicasse este tipo de ²⁷³. Dando continuidade à desburocratização dos processos relativos a pequenas obras, quer no interior das habitações ou aquelas que não afectassem a estética das fachadas, no início dos anos quarenta, o município do Funchal isentou os interessados da apresentação de prévio requerimento à entidade camarária ²⁷⁴. A mesma edilidade, nos termos do art.º 3.º do Decreto-lei n.º 30 605, de 22 de Julho de 1940, decidiu isentar de taxas camarárias as edificações cuja construção fosse intimada ou resultasse do plano de urbanização desta cidade ²⁷⁵.

Sendo ainda presidente da comissão administrativa do município do Funchal, Gastão de Deus Figueira, tendo já assumido o cargo de vogal o Dr. Fernão de Ornelas ²⁷⁶, aquela comissão deliberou, em 1934, ficarem proibidas todas e quaisquer construções nas margens das ruas e estradas, desde que por qualquer modo interceptassem as vistas panorâmicas. Considerou-se então que algumas construções vinham prejudicando as vistas panorâmicas das ruas e estradas da cidade e subúrbios, em contravenção da anterior deliberação camarária de 18 de Janeiro de 1923. Os contraventores, além de obrigados a demolir a obra à sua custa, seriam multados em 300\$00 escudos ²⁷⁷.

²⁷² “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 18 de Junho de 1936”, *O Jornal*, n.º 1195, 23.06.1936, p.3 cols. 3-5. Quanto a este aspecto Raul Lino, na sua passagem pela Madeira em 1942, referiu; “*À primeira vista e ainda de longe, o que magoa mais a nossa sensibilidade é a forma e cor dos telhados novos que arranham desalmadamente a paisagem. (...) Telha de Marselha só se recomendaria pela relativa barateza, mas é horrenda. Desde que os telhados se avistem, é necessário haver muito cuidado na sua execução, e numa cidade acidentada como o Funchal pode dizer-se que não há telhado que se não veja*”. Cf. Raul Lino, *op. cit.*, p. 42.

²⁷³ CF. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 23 de Janeiro de 1947”, *O Jornal*, n.º 4359, 24.01.1947, p.2 cols. 5-7. Julgamos que terá contribuído para esta alternativa o aumento de imposto sobre a telha vinda do continente. Cf. A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Administradores do Concelho e Comissário da Polícia*, L.º 4.º, Circular n.º 128, de 24 de Setembro 1932, p. 27.

²⁷⁴ Cf. CMF, Vereações, L.º 32, fl. 55v, sessão de 25 de Setembro 1941.

²⁷⁵ Cf. CMF, Vereações, L.º 31, fl. 24, sessão de 15 de Março de 1941.

²⁷⁶ Na sessão camarária de 16 de Janeiro de 1934, ao tomar posse, como vogal, o Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves referiu, “...é necessário que todos cooperemos numa verdadeira política de união nacional (...) e colaborar na obra de ressurgimento nacional...” O Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, foi nomeado vogal da comissão administrativa do município do Funchal por alvará do Governador Civil deste Distrito de 19 de Agosto de 1932, para o lugar do engenheiro José Pedro de Freitas, exonerado a seu pedido de vogal efectivo daquele órgão de poder local. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 16 de Janeiro de 1934”, *O Jornal*, 18.01.1934, p. 2, col. 5; A.R.M., *Registo da Correspondência do Governador Civil com Corpos Administrativos*, L.º 2.º, Circular n.º 111, de 20 de Agosto de 1932, p. 24.

²⁷⁷ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 30 de Janeiro de 1934”, *Diário de Notícias*, 6.02.1934, p. 5.

O pedido de demissão colectivo, assinado por Luís da Rocha Machado e apresentado ao Governador Civil a 20 de Novembro de 1934, Sr. Dr. Caldeira Coelho, conduziu à nomeação de nova comissão administrativa, presidida pelo Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves²⁷⁸. À nova comissão, que tomou posse a 14 de Janeiro de 1935, e sobretudo do seu presidente, o Governador Civil dizia esperar que das suas qualidades pessoais e da sua dedicação à Revolução Nacional haveria de resultar necessariamente uma acção benéfica na administração municipal. Das primeiras deliberações tomadas por esta equipa, conta-se a de Fevereiro daquele ano, respeitante à pintura das habitações na Ilha. Deliberou-se que a pintura das casas deveria ser apenas a uma cor. Um ano depois, a mesma edilidade especificava que deveriam empregar-se apenas *cores claras*, de preferência branco ou amarelo, sendo as barras escuras. Proibia-se determinantemente o uso das cores lilás e rosa nas fachadas, portas ou barras das edificações. A mesma postura referia, quanto às caiações e pintura dos edifícios, que as mesmas seriam isentas de licença quando efectuadas voluntariamente. Exigia-se a todos os proprietários ou usufrutuários a obrigação de manter em bom estado de limpeza as fachadas de suas casas, bem como os muros marginais às ruas e caminhos²⁷⁹.

Em todo o arquipélago, na pintura das habitações e de quaisquer muros, desde longa data se recorreu à cal oriunda do Porto Santo²⁸⁰. Sobre este produto, em 1919, o Decreto-lei n.º 859, de 25 de Agosto de 1919 criou um imposto sobre a cal preparada e importada pela Alfândega do Funchal, cujas receitas se destinaram ao município do Porto Santo²⁸¹. Sabe-se que o empresário Alfredo Marcelino Camacho foi, um dos principais empresários da indústria da cal do Porto Santo, pois pertencia-lhe cerca de 90% do produto exportado para o Funchal. Desde os anos sessenta que veio a decrescer na Madeira o consumo de cal do Porto Santo, mostrando-se um negócio pouco rendível²⁸².

Assim, nos anos trinta-quarenta do *Estado Novo*, para as edificações na Madeira, chegaram várias regulamentações que, como verificámos, foram sobretudo destinadas à construção privada, alongando-se

²⁷⁸ Faziam parte desta comissão os vogais efectivos: Dr. Paulo Gonçalves Jardim Amaro, Dr. William Edward Clod Ludgero de Freitas Martins, Dr. José Luís Brito Gomes, Tenente Domingos Cardoso, Francisco Leão Faria, vogais substitutos: Tenente David Gonçalves Sumares, António Marques da Silva, Luís Martins Cardoso, Américo Custódio Soares, João Alfredo de Faria, Júlio Aurélio da Silva Carvalho, Manuel Gonçalves Júnior. Cf. “Comissões Administrativas”, *O Jornal*, 13.01.1935, p. 1, col. 4.

²⁷⁹ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 27 de Agosto de 1936”, *O Jornal*, n.º 1252, 1.09.1936, p. 3, col. 2.

²⁸⁰ Nos inícios do século XVI, na Madeira, proibiu-se a cozedura de cal em toda a Ilha pois para tal utilizavam-se grandes quantidades de lenha, “...a qual vai desfalecendo e pela mingoa dela o povo da dita ilha podera receber muita perda para o fazer de seus açucars...(...) sob pena de qualquer pessoa que ha fazer a perder metade pera quem o acusar e a outra pera os cativos e ser degredado por dois anos para as partes dalem ...” Cf. A.H.M., vol. XIX, doc. 25, p. 25, de 30 de Julho de 1519, *Carta de El Rei Que Não Cozam na Ilha Cal*.

²⁸¹ *Diário do Governo*, I Série, n.º 169, de 25 de Agosto de 1919, p. 156.

²⁸² Cf. Nelson Veríssimo, *Passos na Calçada: crónicas*, Funchal, Editorial Calcamar, 1998, pp. 56-57.

algumas às obras públicas. Todo um conjunto de regras e determinações que deram sobretudo sentido ao desejo de Salazar de estender à construção privada a manipulação que pretendeu para a arquitectura em Portugal.

Capítulo III

3 . As Grandes Obras do Estado Novo na Modernização da Cidade do Funchal, (1930-1950).

3.1 Planos de Urbanização para o Funchal, (1930-1950).

Relativamente à intervenção político-urbanística do *Estado Novo*, logo nos primeiros anos da sua estada no Ministério das Obras Públicas, Duarte Pacheco, tomou a iniciativa de publicar o Decreto-lei n.º 24 802, de 21 de Novembro de 1934, no qual se fixaram os princípios gerais a que deveriam obedecer os planos de urbanização dos aglomerados populacionais espalhados por Portugal. Estava então o Ministro das Obras Públicas convicto de que obedecendo a um mesmo plano de conjunto resultariam mais proficuos os esforços e dinheiro aplicados nas várias realizações pelo país. Aquele diploma, possibilitou os primeiros avanços no sentido de ordenar e codificar o levantamento das plantas topográficas dos centros urbanos, bases indispensáveis na elaboração dos respectivos planos de urbanização. Davam-se os primeiros passos na promulgação de disposições legais sobre urbanização, de alguma forma incentivadas pela passagem por Portugal de nomes pioneiros do urbanismo internacional; caso do urbanista francês, Alfred Agache, no âmbito da realização do *Plano de Urbanização da Costa do Sol*. Mas o convite português alargou-se, igualmente, a outros grandes nomes como Forestier²⁸³, Patrick ou Étienne de Groer²⁸⁴, que iniciaram no País uma prática moderna de planos de urbanização.

Em relação a estes assuntos, no arquipélago da Madeira, pelos inícios dos anos trinta, considerava-se que a falta de uma planta do Funchal tinha sido altamente prejudicial ao desenvolvimento e qualidade urbanística da cidade. A existência daquele documento teria regulamentado decisões urbanísticas e evitado a construção desordenada de aglomerados de casas, muitas delas sem as indispensáveis condições regulamentares, em vários pontos da cidade, sem quaisquer preocupações quanto ao futuro alinhamento das artérias. Antevendo-se que iriam ser decretadas, pelo Ministério das Obras Públicas, medidas especiais destinadas a promover a urbanização das principais vilas e cidades do País, a edilidade funchalense considerou que seria de evitar, tanto quanto possível, a construção de novas edificações em terrenos onde um plano de urbanização fosse aconselhado, por motivo da sua extensão, ou pelas exigências da estética cidadina.

²⁸³ É da responsabilidade do arquitecto paisagista Jean-Claude Forestier, o “Estudo do Prolongamento da Avenida da Liberdade e Arranjo de Um Grande Parque com Cidades e Jardim e Um Campo de Jogos”, de 1927, para Lisboa. Neste estudo é de assinalar a proposta de três cidades-jardins no interior do grande parque, que corresponde à primeira fase de expansão do movimento urbanista das cidades-jardins no continente europeu. Cf. Margarida Sousa Lobo, “Cultura Urbana e Território”, in *Arquitectura do Século XX, Portugal*, ... pp. 111-116.

²⁸⁴ É deste arquitecto paisagista, o Plano Director de Lisboa de 1948.

A então comissão administrativa do órgão de poder local, chegou mesmo a determinar o levantamento imediato, em projecto de urbanização, de todos os locais da cidade para onde estivesse indicada a abertura de novos arruamentos, deliberando apenas autorizar aquelas construções que não colidissem com os referidos projectos de urbanização ²⁸⁵.

Sob proposta do engenheiro Luiz Acciaiuoli, em 1930, a edilidade funchalense resolveu accionar negociações com a sua congénere de Lisboa, para a vinda de uma brigada de pessoal técnico que habilitasse aquela secção administrativa local a apresentar, num curto espaço de tempo, o plano de reconstrução e extensão da cidade ²⁸⁶. Posteriormente, o recém chegado à presidência da câmara do Funchal, Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves pediu igualmente apoio, desta vez, junto do Ministério das Obras Públicas, no sentido de ser cedido por aquele ministério, sem grandes encargos para a edilidade, o pessoal indispensável à realização daquela planta. Apelou-se, igualmente, à colaboração da Junta Geral Autónoma deste Distrito na concretização de tal documento ²⁸⁷. Com o plano de 1931-33, do arquitecto Carlos Ramos, a polémica sobre a abertura ou não da nova artéria que ligaria a Avenida Arriaga à então Rua Dr. Vieira, hoje da Carreira, fez exaltar os ânimos em redor destas questões, exigindo-se uma prévia planificação das mudanças que se pretendiam efectuar na cidade. Contudo, verifica-se que se haviam revelado infrutíferas as diligências tomadas até a data pois, em Junho de 1934, o município confrontava-se ainda com a não existência da planta da cidade do Funchal ²⁸⁸.

Como já referimos Duarte Pacheco, pelo Decreto-lei n.º 24 802, de 21 de Novembro de 1934, tornou obrigatória a existência de um plano de urbanização nos vários concelhos do País, consignando aquele diploma que de futuro, “*nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido*” ²⁸⁹. No Funchal, a concretização do referido documento era investimento que ascendia a algumas centenas de contos. A edilidade local resolveu dividir, por gerências

²⁸⁵ Cf. “Urbanização da Cidade”, *O Jornal*, 15.09.1934, p. 1, cols. 2-3. Com estes exemplos concordamos que o diploma de 1934, relativamente a questões de planeamento urbano, veio reforçar a tutela dos municípios face ao poder centralizado do Estado Novo.

²⁸⁶ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 26 de Maio de 1930”, *O Jornal*, 28.05.1930, p. 2, cols. 4-5. Já quanto ao levantamento topográfico do arquipélago da Madeira, sabe-se que o I.º Mappa Geographico da Ilha da Madeira, foi mandado levantar por ordem do Governador e Capitão General João António de Sá Pereira. Parte daquele documento foi elaborado pelo Sargento Mór Francisco de Alincourt, e a outra por Faustino Salustiano da Costa, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, por volta do ano de 1771. Cf. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *op. cit.*, vol. I, pp. 252-253.

²⁸⁷ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 22 de Janeiro de 1935”, *O Jornal*, 23.01.1935, p. 3, cols. 3-5.

²⁸⁸ Na imprensa regional podia ler-se: “...*Se houvesse uma planta da cidade já se sabia por onde a nova artéria deveria passar, conhecia-se o alinhamento da rua e estariam a realizar-se obras colossais como os edifícios do Banco de Portugal e o dos Correios. Feita a planta da cidade acabam-se as discussões e os queixumes, os favoritismos e as dificuldades caprichosas porque cada cidadão sabe o que pede e o direito que lhe assiste a ser atendido...*” Cf. *O Jornal*, 1.10.1935, p. 1, cols. 1-2.

²⁸⁹ Cf. preâmbulo do Decreto-lei n.º 24 802, *apud*, Victor Matias Ferreira, “Uma Nova Ordem Urbana Para a Capital do Império” in *Colóquio Sobre o Estado Novo – Das Origens Ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Lisboa, vol II, p. 360.

sucessivas, a verba necessária à sua elaboração. Deliberou-se incluir no orçamento ordinário, para o ano de 1934-35, a quantia de quarenta e oito contos e dar-se início aos trabalhos de elaboração da planta da cidade

290

Para facilitar e apressar o levantamento topográfico, que forneceria dados à realização do plano de urbanização, aplicaram-se neste arquipélago novos e modernos processos fotogramétricos. Nos inícios do Verão de 1936, já apaziguados os ânimos quanto aos lacticínios, dava-se notícia do afundamento de um hidroavião na baía do Funchal. Estando em trabalho de recolha de imagens, haviam-se quebrado os flutuadores daquele aparelho, tendo o mesmo submergido. A utilização de fotografias aéreas vinham facilitar a obtenção de dados nos levantamentos de terreno, ao permitir maior rapidez na obtenção de pormenores topográficos. Os métodos fotogramétricos possibilitavam a redução do número de operações de levantamento topográfico no terreno ao mínimo, com a substancial redução de despesas e aproveitando-se a extraordinária riqueza de pormenores registada nas fotografias aéreas. A captação daquele tipo de imagens no Funchal, envolveu a mobilização de novos recursos, como a utilização do hidroavião “junkers”, presença pouco frequente na Ilha ²⁹¹. Após restituição por operadores fotogramétricos especializados, as mesmas serviriam à elaboração da carta topográfica da cidade.

Provavelmente após o sucesso dos trabalhos realizados, Duarte Pacheco, de regresso ao Ministério das Obras Públicas e acumulando agora aquela responsabilidade com o cargo de presidente da Câmara de Lisboa, fez publicar o Decreto-lei n.º 29 091, de 29 de Outubro de 1938. Relativamente à urbanização das cidades, vilas e outras localidades, e a fim de tornar possível a realização urgente e disciplinada dos numerosos trabalhos relacionados com os levantamentos topográficos, aquele diploma obrigou as entidades camarárias a promover os respectivos levantamentos, agora com o auxílio do moderno processo aéro-fotogramétrico, pois a primeira tentativa dos anos trinta, não fora totalmente bem sucedida. Assim, para melhor controle desta questão, o Governo criou a Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, extinta em 1948 dado o estado de adiantamento destes trabalhos, sobretudo na parte

²⁹⁰ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 19 Junho de 1934”, *O Jornal*, 22.06.1934, p. 3, cols. 3-5.

²⁹¹ A primeira passagem que se regista de um hidroavião pela Ilha, deu-se em 1921. Na manhã do dia 22 de Março daquele ano alcançaram a baía do Funchal, no hidroavião F-3, quatro aviadores; o Capitão de Mar e Guerra Gago Coutinho, o Capitão Tenente Sacadura Cabral, o 1.º Tenente Ortins Bettencourt e o mecânico francês Roger Soubiran. A comemorar esta primeira travessia aérea entre Lisboa e Funchal, um monumento erguido no Jardim Municipal desta cidade, mandado erigir pelo banqueiro Henrique Vieira de Castro, cuja inauguração decorreu a 11 de Maio de 1922. Prestando também homenagem àquele feito, a Câmara do Funchal, a 6 de Julho de 1922, designou com o nome de “Rua 22 de Março de 1922”, a via pública que é hoje a Rua de S. Francisco. Cf. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, ed. do CEHA em CD-ROM, pesquisa por “navegação aérea”.

respeitante ao continente português²⁹². Quanto às plantas topográficas do Funchal, em Dezembro de 1943 foi nomeada uma comissão, tendo-se no ano seguinte aberto concurso para a sua adjudicação²⁹³. Sabe-se que meia dúzia de anos depois, a Repartição de Obras da Câmara Municipal do Funchal levou à comissão administrativa daquele órgão uma proposta de Luís Carlos Relva, para o desenho a tinta das matrizes do Levantamento da Planta da Cidade do Funchal²⁹⁴.

Com a promulgação do Decreto n.º 33 921, de 5 de Setembro de 1944, surge em Portugal a orgânica necessária ao estabelecimento de uma estrutura de planeamento urbanístico de carácter moderno. O Governo do *Estado Novo* determinou que as câmaras municipais do Continente e Ilhas adjacentes promovessem, quer o levantamento das respectivas plantas topográficas quer a elaboração de planos gerais de urbanização e expansão das sedes dos municípios, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes. Alterou-se o anterior diploma de 1934, fixando-se o prazo de três anos, após a entrega da planta topográfica, para a apresentação dos planos de urbanização²⁹⁵. Requeria-se que o planeamento urbano tivesse agora em linha de conta o crescimento das cidades bem como a satisfação e interesse das respectivas populações, sem esquecer as requisitos que os tempos modernos exigiam²⁹⁶.

A crescente relevância e expansão das questões urbanísticas em Portugal conduziram, em 1944 e pelo Decreto-lei n.º 34 337, de 27 de Dezembro daquele ano, à criação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Pelo Decreto-lei n.º 37 009, de 12 de Agosto de 1948, o Governo fez transitar para aquele organismo os *Serviços de Melhoramentos Urbanos, de Abastecimentos de Água e Saneamento* e os *Serviços*

²⁹² Decreto-lei n.º 37 009. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 187, de 12 de Agosto de 1948, p. 1948. Consultando os Orçamentos da Câmara Municipal do Funchal, verificamos que nos respectivos Serviços de Obras Municipais, integrados na Secção de Viação e Obras Particulares, apenas a partir de 1948 nos surge a designação de Topógrafo a integrar aquela secção. Naquele ano e seguinte, o vencimento orçamentado para aquele funcionário foi de 15.600\$00 escudos, ao qual se adicionou um suplemento de 3.120\$00 escudos, que subiu para 12.480\$00 escudos, em 1950. Esta função era anteriormente designada por Apontador, sendo remunerada, entre 1936-39, com 5.400\$00 de vencimento. Entre 1941-45 não se faz qualquer referência, para surgir em 1946 com um vencimento orçamentado em 6.000\$00 escudos, que se manteve no ano seguinte. Cf. BMF, Câmara Municipal do Funchal, *Orçamento Ordinário da Câmara Municipal do Funchal Para o Ano de 1948*, Funchal, Tipografia Bazar do Povo, p. 23; Idem, *Orçamento Ordinário da Câmara Municipal do Funchal Para o Ano de 1949*, p. 24 e Idem, *Orçamento Ordinário da Câmara Municipal do Funchal - Ano de 1950*, Funchal, Tipografia Camões, 1950, p.19.

²⁹³ Cf. *O Jornal*, 15.10.1944, p.1, col. 7. A referida comissão era composta pelo engenheiro inspector superior sr. Raul da Costa Couvreur como presidente; engenheiro geógrafo João Marques de Ascensão e Dr. Carlos Abecassis Pereira de Resende, como vogais.

²⁹⁴ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 16 de Fevereiro de 1950”, *O Jornal*, n.º 5 277, p.4, cols. 1-2.

²⁹⁵ Decreto-lei n.º 33 921. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 197, de 5 de Setembro de 1944, p. 873.

²⁹⁶ Já neste assunto, e naquela década, o arquitecto Raul Lino, cujo modelo de *casa portuguesa* o regime se apoderara, defendeu um urbanismo atento às particularidades de cada região; tanto às tradições locais como também, e sobretudo, às respectivas circunstâncias topográficas, paisagísticas e climatéricas para onde se destinavam os projectos. Preocupações demonstradas em toda a obra de Raul Lino e a que já fizemos referência no primeiro capítulo deste estudo Cf. Raul Lino, *Quatro Palavras Sobre Urbanização*, Lisboa, Edição de Valentim de Carvalho, 1945, pp. 14-15.

de Melhoramentos Rurais, até aquela data a cargo, respectivamente das Direcções Gerais dos Edifícios e Monumentos Nacionais e dos Serviços Hidráulicos e da Junta Autónoma de Estradas. Congregava-se assim num único organismo todos aqueles serviços. Para o novo departamento, e com base na experiência colhida nos anos que haviam precedido a sua promulgação, definiu-se no novo diploma uma orgânica interna que compreendia como serviços centrais, quatro repartições técnicas e uma secção administrativa e, como serviços externos, quatro direcções, com sedes no Porto, Coimbra, Lisboa e Évora ²⁹⁷.

A facilitar a concretização dos planos de urbanização pelo país, esteve também alguma da produção legislativa de carácter nacional. Em matéria da política de solos, às expropriações levadas a efeito para a realização de planos de urbanização, era-lhes aplicada a Lei de 26 de Julho de 1912, diploma desfavorável aos interesses da colectividade, tanto na aquisição como na cobrança do encargo da mais valia. O Decreto n.º 17 508, de 22 de Outubro de 1929, veio simplificar o processo de expropriações aos poderes públicos, no sentido de levar a efeito a concretização dos modernos planos de urbanização. Na Madeira, a Junta Geral do Distrito do Funchal, beneficiou das novas directrizes para levar em frente o *Plano de Urbanização para o Funchal de 1931-33*, do arquitecto modernista Carlos Ramos ²⁹⁸, cuja prossecução iniciou uma renovação nas infra-estruturas urbanas desta cidade.

Uma nova mentalidade arquitectural fez-se sentir em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos vinte. Factor significativo para o desenvolvimento desta arquitectura no país foi, para além da progressiva utilização de novos materiais como o ferro, o vidro e, sobretudo, o betão armado, a substituição de um governo republicano por um governo de ditadura, que apoiou a construção de alguns edifícios modernistas e contribuiu para a crescente relevância e ascensão da classe dos arquitectos. Com efeito, na sua fase inicial, entre 1926 e 1933, correspondente à génese e institucionalização do *Estado Novo*, o novo regime de ditadura não exerceu influência notória sobre a expressão arquitectónica que se desenvolveu em Portugal, no sentido de a orientar ou controlar. Era sobretudo necessário construir e depressa, em contraponto com o período republicano, no qual foi notório um arrastamento das obras públicas. Para tal seria prejudicial colocar entraves ao trabalho da nova geração de arquitectos, apelidada de *Geração do Compromisso*. Também porque, durante aquele curto período, o regime não tinha ainda definido claramente o seu perfil ideológico, restando-lhe ser tolerante face às novas correntes. Foi então

²⁹⁷ Decreto-lei n.º 37 009. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 187, de 12 de Agosto de 1948, p. 1948.

²⁹⁸ Aquela legislação veio facilitar na Madeira, nos inícios dos anos trinta, a actuação do município nas expropriações de terrenos necessários à continuidade do processo de apetrechamento da rede viária regional, nomeadamente nas expropriações de terrenos necessários à construção do prolongamento da Avenida Arriaga. Perante as dificuldades no avanço de algumas expropriações, que ficaram a cargo da câmara do Funchal, o Ministério do Interior esclareceu que se deveria aplicar a doutrina do decreto n.º 17 508. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 27 de Novembro de 1930”, *O Jornal*, 30.11.1930, p. 4, cols. 3-4.

nesta fase que se registou o surgimento dos projectos mais significativos da arquitectura modernista em Portugal²⁹⁹.

A série de obras e projectos expostos no I Salão de Independentes³⁰⁰, em Lisboa, demonstraram a maior consistência adquirida pela Arquitectura Modernista em Portugal, na década de 1920, valendo-lhe ocasião de destaque e representatividade naquele evento. A atribuição do *Prémio Valmor*, instituído desde 1902, veio confirmar a adesão a uma nova mentalidade estética, ao galardoar o trabalho de feição mais modernista dos arquitectos Jacobety Rosa e Reis Camelo, em 1931, para uma casa de fachada já bem moderna, na Rua Infanteria Dezasseis. No entanto, julgamos que o facto de apenas em 1938 este prémio voltar a contemplar um edifício modernista, (a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Pardal Monteiro³⁰¹), deixa transparecer o movimento pendular da arquitectura pública portuguesa desta época, entre um estilo designado de *nacionalista* e um outro mais *européizante* ou *internacionalista*³⁰². Hesitação que era também reflexo do que se passava na Europa onde, desde finais dos anos 20, era patente, o declínio dos valores da linguagem da arquitectura moderna, passando a ser refutada pelas classes mais conservadoras, em prol de uma arquitectura que privilegiava as formas neodecorativistas de cunho revivalista ou academicista³⁰³. Sobretudo até a Exposição do Mundo Português, em 1940, registou-se um progressivo reforço jurídico do *Estado Novo*, de modo a impedir a progressão das modernas propostas dos jovens arquitectos e a definir *um estilo português de 1940*, de que aquele evento foi representativo.

A arquitectura portuguesa desta época demonstra, assim, um trajecto hesitante, construído entre avanços e recuos, a que este arquipélago não ficou alheio. Nas propostas do *Plano de Urbanização para o Funchal de 1931-1933* de Carlos Ramos, alguns elementos deixam também adivinhar esta hesitação

²⁹⁹ Entre os projectos modernistas mais significativos apontam-se: O Instituto Superior Técnico e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Pardal Monteiro; a Casa da Moeda de Jorge Segurado; o Pavilhão do Rádio, no IPO, de Carlos Ramos; o Capitólio e o Liceu de Beja, de Cristino da Silva e o Hotel Vitória, de Cassiano Branco.

³⁰⁰ O *I Salão dos Independentes* realizou-se em Maio de 1930, em Lisboa, na Sala da Sociedade Nacional de Belas Artes. A secção de arquitectura, que abria o catálogo desta exposição, comportava trinta e cinco obras de dez arquitectos modernistas: Cristino da Silva mostrava um plano de prolongamento da Avenida da Liberdade; Montês, Adelino Nunes e Carlos Ramos, apresentavam maquetas respectivamente para uma moradia no Porto, um hotel em Espinho e Liceu D. Filipa de Lencastre; Jorge Segurado, Cottinelli Telmo e ainda Vasco Regaleira e Veloso Reis, apresentavam “um grande hotel moderno”; finalmente, Raul Tojal e Able Pascoal, a maqueta de uma piscina. Cf. José Augusto França, “Dos Independentes ao SPN/SNI. A Exposição do Mundo Português” in *A Arte em Portugal no Século XX – 1911-1961*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, pp. 195-225.

³⁰¹ Na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, edifício inaugurado a 13 de Outubro de 1938, salientamos os trabalhos dos artistas madeirenses, irmãos Henrique e Francisco Franco, respectivamente a Via Sacra e o Apostolado que encima a entrada principal. Pardal Monteiro já anteriormente recebera, por três vezes, aquele prémio (1926, 1928 e 1929), no entanto, com edifícios ainda nitidamente associados, principalmente o primeiro, a um *gosto francês* e os dois seguintes a um *gosto mais arcaizante*.

³⁰² Cf. Fernando Guedes, *Estudos Sobre Artes Plásticas – os anos 40 em Portugal e outros estudos*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, pp. 13-14.

³⁰³ Por vários países europeus, o poder autoritário foi proibindo o movimento moderno; a Alemanha em 1933, a União Soviética em 1935 e a Espanha em 1939. Cf., *Dicionário do Estado Novo*,vol. II, p. 677.

estética ³⁰⁴. Naquele plano de urbanização e no âmbito das avenidas, o Arquitecto, que trabalhara com Ventura Terra, retomou parte das ideias já lançadas pelo segundo, no seu *Plano de Melhoramentos para o Funchal de 1913-1915*. Pretendia a abertura de algumas avenidas, propondo, como o seu antecessor, a cobertura em betão das Ribeiras de João Gomes, de S. João e, possivelmente, a de Santa Luzia ³⁰⁵. Das vias públicas projectadas, apenas o prolongamento da Avenida Arriaga, com a abertura da Avenida Oeste, hoje do Infante, se veio a concretizar ³⁰⁶. Na planta da cidade que Carlos Ramos elaborou nos inícios dos anos trinta, podemos observar a já construída Avenida de Oeste, primeiramente desenhada por Ventura Terra, assinalando-se agora três rotundas; a actual, rotunda do Infante, outra mais à frente, na entrada para o Casino da Madeira, onde existe actualmente um largo, e uma terceira surge a poente, no encaixe com a Rua do Favila. À semelhança de Ventura Terra, o arquitecto Carlos Ramos aponta também a continuação para poente da Avenida de Oeste, passada a zona hoteleira sobre a Ribeira ³⁰⁷. Não obstante a existência de legislação a favor da simplificação dos processos de expropriação aos poderes políticos, diploma de 1929, constata-se que em finais de 1932, a edilidade funchalense debatia-se, ainda, com vários entraves às expropriações necessárias ao prolongamento desta avenida ³⁰⁸. Apenas em Março de 1934 ficou concluído o primeiro lanço dando-se, a partir de então, início à construção de habitações que ficaram sujeitas a normas determinadas pela Junta Geral do Distrito do Funchal, e fiscalizada a sua prática pelo órgão de poder municipal.

³⁰⁴ É no conjunto de habitações para dois bairros sociais, significativamente apresentado por Carlos Ramos segundo duas variantes: uma de desenho modernista assumido; outra, com explícito cunho regionalista, com telhados e pedra rústica aparente que se espelha a dúvida e a hesitação entre modelos modernos e tradicionais, característica do quadro geral da arquitectura portuguesa de então.

³⁰⁵ Carlos Ramos, “O Funchal do Futuro”, *Diário de Notícias*, 06.01.1932, p. 1.

³⁰⁶ No seu Plano, Carlos Ramos contemplou para esta Avenida um conjunto de quatro moradias de cariz modernista, revelando uma contida herança de Le Corbusier. Projecto exposto em Lisboa, no II Salão dos Independentes, em 1931, e posteriormente no Funchal, em Fevereiro de 1932, nos Paços do Concelho. No entanto, não nos foi possível confirmar se os exemplos efectivamente construídos, e ainda existentes naquela avenida, serão da sua autoria. Com maior certeza cremos que terão o risco do arquitecto Edmundo Tavares, inspirando-se este naqueles projectos.

³⁰⁷ Cf. José Manuel Fernandes, “Da Sé ao Casino”, Revista *Monumentos*, Lisboa, n.º 19, Setembro 2003, pp. 95-99.

³⁰⁸ A questão das expropriações, sobretudo as levadas a efeito para a construção do Novo Mercado e Rua dos Mercadores, depois designada de Rua Fernão Ornelas, foram um prato forte na actuação de Fernão de Ornela. Em nossa opinião, representaram um dos factores que conduziram à demissão daquele autarca, em 1946, do cargo de Presidente da Câmara do Funchal. Entre vários casos de contestação por expropriações do município conhecem-se, pelo Verão de 1940, as expropriações de dois prédios na Rua Serpa Pinto a D. Joana Baptista de Abreu, para alargamento da Praça do Infante; (CMF, Vereações, L.º 32, fls. 137v e 138, sessão de 27 de Novembro de 1941); a 30 de Maio de 1944, o de Maria Romana Martins Ferreira, moradora à Rua da Queimada de Baixo, (CMF, Vereações, L.º 36, fl. 232v, sessão de 1 de Junho de 1944); a 22 de Novembro de 1945, a expropriação judicial de dois prédios à rua do Ribeirinho de Baixo, pertencentes a Manuel António Basílio Pestana Júnior, levada a efeito pela Câmara para a construção da Rua Fernão Ornelas, (CMF, Vereações, L.º 37, fl. 82, sessão de 7 de Setembro de 1944). A localização destas expropriações nos livros de vereações da Câmara Municipal do Funchal, foi-nos gentilmente cedida pelo colega deste mestrado, Agostinho Lopes.

Os vários trabalhos que compunham o plano de Carlos Ramos para a cidade do Funchal ficaram expostos, em Fevereiro de 1932, no atelier do arquitecto, na Rua dos Remédios, em Lisboa. Posteriormente, aconteceu a sua inauguração nos Paços do Conselho, no Funchal ³⁰⁹. No catálogo daquele evento, o Arquitecto congratulava-se com a realização das suas propostas tendo igualmente aproveitado a ocasião para referir que no País, para a realização de um trabalho de conjunto daquela natureza, raríssimas vezes “... *se tem aberto o caminho de molde a ser possível realizar uma obra de conjunto como esta.*” ³¹⁰ Deste plano destacamos o estudo de algumas infra-estruturas urbanas para o Funchal. De desenho modernista, os estudos do Pavilhão para Tuberculosos destinado a edificar-se no Monte, fazendo lembrar o hospital anti-tuberculoso construído na Quinta Santana, naquela freguesia ³¹¹.

No âmbito do apetrechamento da rede viária regional este plano apresenta a abertura de avenidas na cidade, para as quais, Carlos Ramos pretendia cobrir as três ribeiras que atravessam a cidade, transformando-as em amplas vias públicas. Ainda neste âmbito, o estudo para o prolongamento da Avenida Arriaga, com a abertura da Avenida Oeste, depois do Infante; tendo-se construído posteriormente a actual rotunda que divide as duas avenidas. Um conjunto de quatro moradias foram sugeridas a edificar na nova avenida, área destinada à elite regional. Do mesmo plano constavam propostas de fontenários-tipo e o aformoseamento de alguns jardins e locais da cidade, como o Largo do Socorro e o de António Nobre, bem como um jardim público em todo o litoral, com miradouros, relógios de sol, relvados, bares e espaços destinados às crianças.

Integrado neste estudo de Carlos Ramos, o projecto para a Câmara Municipal de S. Vicente, que nunca chegou a realizar-se. Carlos Ramos fora encarregue desta tarefa em parte, por anteriores planos do Capitão António Agostinho da Câmara ³¹², que recebera 2000\$00 escudos pelos seus trabalhos, não

³⁰⁹ A inauguração desta exposição na Ilha e nos Paços do Conselho, deu-se a 29 de Fevereiro de 1932. Para o público em geral aconteceu de 1 a 7 de Março do mesmo ano.

³¹⁰ *Diário de Notícias*, 12 de Fevereiro de 1932. Nesta altura Carlos Ramos contava na sua equipa de trabalho com Adelino Nunes, Dario Vieira, Francisco Keil e Fred Kradolfer.

³¹¹ Nos finais dos anos 20, no âmbito dos estudos para o novo Instituto Português de Oncologia, do qual apenas se construiu o Pavilhão do Rádio, Carlos Ramos, acompanhado pelo médico madeirense Mark Atias, realizou uma viagem pela Europa, Alemanha incluída, onde visitaram vários centros hospitalares. A experiência demonstrada com a edificação do Pavilhão do Rádio, foi certamente aproveitada para a realização do estudo para o Pavilhão de Tuberculosos, a erguer na Quinta Santana, cujo projecto cremos ser deste arquitecto. Supomos também que a ligação do plano Ventura Terra com o atelier do arquitecto alemão Stubbs poderá relacionar-se com esta viagem de Carlos Ramos, com passagem pela Alemanha pois, na Madeira, por esta época, já a Santa Casa da Misericórdia, instituição a quem então cabiam os Sanatórios, se ocupava da necessidade de construção de um Pavilhão para Tuberculosos fazendo-se referência àquele arquitecto como projector.

³¹² António Agostinho da Câmara, nasceu em Machico, em 1872. Foi oficial do exército no Regimento de Infantaria n.º 27, tendo sido Director da Carreira de Tiro. Ao reformar-se exerceu o cargo de desenhador, para o qual tinha conseguido habilitação após frequentar, entre 1895-1907, o Curso Nocturno de Desenho Ornamental na Escola Industrial de António Augusto de Aguiar. Veio a falecer em 23 de Setembro de 1949.

oferecerem as condições necessárias e a estética indispensável a edifícios daquela natureza. Após a conclusão deste projecto, que segundo José Manuel Fernandes é de pesado gosto neo-pombalino, faltava apenas a planta do local para delinear a posição dos edifícios. A Câmara daquele município chegou a convidar o Dr. Fernando Mendes Esmeraldo e Horácio Virgílio de Abreu para procederem à avaliação do terreno a expropriar. Chegou mesmo a efectuar-se, em 1933, a demarcação do terreno e um empréstimo de duzentos contos para a construção dos Paços do Concelho mas, desde 7 de Janeiro de 1939, que este projecto foi colocado de parte, não se ouvindo mais falar dele.

Deste Plano de urbanização de Carlos Ramos, a polémica adaptação do edifício do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal às novas instalações da Junta Geral deste Distrito. O Arquitecto justificava a defesa integral daquele monumento, considerando-o dos mais belos edifícios do século XVII que se podiam encontrar no Funchal. Também, por verificar-se a impossibilidade material em relação ao prolongamento da Avenida Zarco para além da Rua da Carreira.

3.3 Obras Portuárias: o prolongamento do Cais da Cidade, o Porto e a Capitania do Funchal.

O grande número de obras públicas realizadas pelo *Estado Novo* em Portugal, reflecte a evidente importância da arquitectura como expressão da capacidade realizadora do novo regime. Durante a vigência do governo salazarista, esta arte maior expressou o culto da nacionalidade, da família e do mundo rural; valores que alicerçaram aquela forma de poder em Portugal. No arquipélago madeirense temos um conjunto de equipamentos públicos e arranjos urbanísticos significativamente representativos daquela época, dos quais se destacam; o Mercado dos Lavradores, o Liceu do Funchal, o Banco de Portugal, o novo Edifício dos Correios, as avenidas Marginal, Gonçalves Zarco e do Infante, a Praça do Município e o Parque de Santa Catarina. Infra-estruturas que espelham uma renovação urbana levada a cabo pela visão empreendedora do autarca Dr. Manuel Fernão de Ornelas Gonçalves, na presidência da Câmara do Funchal, entre 1935 e 1946.

No âmbito das principais obras portuárias realizadas, contam-se o prolongamento do cais, designado de “Entrada da Cidade”, e a conclusão das obras do “Molhe da Pontinha”, de grande importância para a ampliação da zona de abrigo deste porto. Constatam-se, igualmente, a construção do novo edifício para a Capitania do Funchal, projecto do arquitecto Faria da Costa e os relevantes investimentos em infra-estruturas portuárias efectuados nos diversos portos espalhados pelo arquipélago.

Desde cedo o porto do Funchal tornou-se o centro de circulação de mercadorias e pessoas revelando-se de primordial importância na economia regional ³¹³. Em inícios do século XX, o aumento do fluxo turístico à Madeira, sublinhou a necessidade de melhor apetrechamento da principal entrada marítima desta cidade. Pelo Ministério do Fomento foi nomeada uma comissão a fim de averiguar as condições deste porto bem como os melhoramentos a efectuar ³¹⁴. Não obstante alguns melhoramentos realizados no cais da

³¹³ As características orográficas da Madeira, fizeram privilegiar desde cedo a via marítima no transporte de mercadorias, géneros e passageiros. Por outro lado, a costa madeirense não deixou grandes oportunidades à existência de bons ancoradouros tendo, neste aspecto, a enseada do Funchal se manifestado o melhor ancoradouro da Madeira. A necessidade de criação de uma verdadeira estrutura portuária na Ilha, obteve os primeiros andamentos com a carta régia de D. José I, datada de 22 de Março de 1756, na qual o monarca mandou construir, “...*hum bom e seguro porto, com caes proporcionado,...*”. Em 1850, sendo governador civil da Madeira, José Silvestre Ribeiro, este mandou substituir na rocha a escada de madeira que servira ao primeiro cais, construído por iniciativa camarária de 1843. Cf. João Pedro Ribeiro, *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa (...)*, t.º III, Lisboa, 1807, p. 218; Álvaro Simões Vieira, Iolanda Silva, e Jorge Sumares, “Resenha Histórica”, in *Transportes na Madeira*, Funchal, DRAC, 1983, pp. 37-38.

³¹⁴ *Diário do Governo*, I Série, n.º 287, 8 de Dezembro de 1911, p. 2094. Da respectiva comissão faziam parte o presidente da comissão executiva da Junta Geral deste Distrito, que serviria de presidente; o presidente da associação comercial, o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Henrique Vieira de Castro; João Eleutério Martins, os banqueiros, Henrique Figueira da Silva e Luís da Rocha Machado; o Capitão do Porto e o Director da Alfândega. Sabe-se, igualmente, que o engenheiro Adriano A. Trigo fez parte desta comissão como vogal, tendo apresentado um ante-projecto para a Avenida Marginal que foi, em parte, retomado por Miguel Ventura Terra, no *Plano de Melhoramentos para o Funchal de 1912-15*.

“Entrada da Cidade”, este continuou a não satisfazer a economia regional, sobretudo relativamente à actividade turística. Perante o governo central as entidades madeirenses insistiram constantemente no apetrechamento desta infra-estrutura portuária. Em 1912, o Capitão deste porto solicitou ao Governo que se mandasse proceder às obras de que carecia o cais da entrada desta cidade, a fim de facilitar o desembarque de pessoas e atracação das embarcações³¹⁵. Furtado de Mendonça, Engenheiro contratado pela Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal para as obras projectadas por Ventura Terra, referiu ser o cais inutilizável, a não ser para desembarque de passageiros. Contudo, estando “levadia”, as últimas modificações ali efectuadas pouco valiam pois, as escadas, escavadas no macisso, eram de difícil utilização devido à ressaca, acontecendo, muitas vezes, caírem à água os passageiros no momento do desembarque. Impunha-se pois, a modificação e prolongamento do cais, que igualmente teria de ser alargado para seguir a cota de largura da nova avenida projectada por Ventura Terra³¹⁶.

As obras no principal porto desta cidade cabiam por jurisdição, à Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, instituída pela Lei n.º 89, de 13 de Agosto de 1913, cujo regulamento o Ministério do Fomento aprovou em 1915³¹⁷. Para aquele organismo regional, revertiam as verbas arrecadadas pela câmara do Funchal através do imposto sobre o tabaco importado do estrangeiro ou de produção insular³¹⁸. Requisitado por aquela Junta local, o já referido engenheiro Furtado de Mendonça, dá-nos conta, em memória descritiva, do extenso programa que se pretendia levar a efeito na zona portuária da cidade. Naquele documento consta, o prolongamento e alargamento do cais da entrada da cidade, a construção de dois artísticos quiosques, situados à entrada da Avenida Gonçalves Zarco e que serviriam, um para posto telegráfico e outro de lavabo³¹⁹. Apresentam-se, igualmente, estudos para a construção de dois novos mercados³²⁰, um novo edificio para a Alfândega e um novo Posto de Desinfecção. Para as novas repartições marítimas, Capitania e Posto

³¹⁵ Cf. “Melhoramentos no Porto do Funchal”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2 322, 26.07.1912, p.2, col. 4.

³¹⁶ Cf. BMF, Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, *Memória Descritiva e Justificativa das Obras Projectadas Apresentada Pelo Engenheiro Furtado de Mendonça*, Funchal, Typografia Bazar do Povo, 1915, p. 9.

³¹⁷ Pela portaria n.º 528-A, de 27 de Novembro de 1915. *Diário do Governo*, I série, n.º 244, supl. de 27 de Novembro de 1915, p. 520.

³¹⁸ Lei n.º 234. *Diário do Governo*, I Série, n.º 114, de 10 de Julho de 1914, p. 44.

³¹⁹ Propunha-se, no caso de ali não se desejar a construção dos quiosques, fazer instalações subterrâneas no próprio macisso do cais. Sabe-se que em Novembro de 1904, a Câmara do Funchal deferiu um projecto para construção de um quiosque à entrada da cidade. O mesmo foi requerido por Luiz da Rocha Machado, morador no Monte, que pretendia edificar aquela construção na terra que tomara de arrendamento ao Ministério da Guerra, à entrada da cidade. Cf. CME, Arquivo de Obras Particulares da Câmara Municipal do Funchal, *Dossier de 1904*, Novembro, proc. n.º A 845/2.

³²⁰ Destinava-se um deles especificamente para o peixe.

Médico, aponta-se a localização na zona do cais, sendo a área entre a Rua da Alfândega e a Rua da Praia, o local que melhor satisfaria aquela condição ³²¹.

Todo este plano de obras registou atrasos, sobretudo as relativas ao prolongamento do cais, penalizando a economia madeirense e com maior incidência a actividade turística da região. Desde a falta de verbas, a prazos de concurso expirados sem o registo de qualquer proposta concorrente, até à adjudicação das obras projectadas à Fumais Company Limited, de Londres, sem que estas fossem sequer iniciadas; várias controvérsias adiaram o prolongamento do porto do Funchal. No *Diário do Governo*, III Série, de 21 de Março de 1922, abriu-se concurso para adjudicação das obras a realizar e sua exploração. Expirado o prazo a 6 de Dezembro daquele ano, verificou-se que o mesmo ficara deserto. A 31 de Outubro de 1923, abriu-se novo concurso que terminou em 31 de Outubro do ano seguinte, verificando-se então a apresentação de uma entidade concorrente, a firma *Fumais Company Limited* ³²².

À Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, cabia responsabilizar-se pelo contrato de construção das obras projectadas ³²³. Quanto a este organismo local, em 1926, pela Lei n.º 11 828, de 2 de Julho, deu-se-lhe nova organização ³²⁴. Contudo, decorridos doze meses, o Ministério do Comércio e Comunicações, por portaria de 6 de Junho de 1927, achou por bem dissolver a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago, substituindo-a por uma comissão administrativa encarregada de reorganizar este organismo regional ³²⁵. Assim, apenas nos inícios dos anos trinta, do século passado, aquele ministério veio a aprovar o projecto elaborado pela Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, e respectivo orçamento rectificado, para o prolongamento do cais da “Entrada da Cidade” ³²⁶. No Verão de 1930, o referido ministério deu conhecimento à Junta Geral do Funchal da abertura de concurso para o tão desejado prolongamento do “cais da cidade”, cujas obras foram posteriormente adjudicadas à companhia holandesa “Nederlandsche

³²¹ Cf. BMF, Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, *op. cit.*, p. 21.

³²² Cf. BMF, Companhia das Obras do Porto do Funchal (Madeira), *Obras do Porto do Funchal*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1926, pp. 7-8.

³²³ Para tal, foi-lhe dada autorização pela Lei n.º 1 675, publicada no *Diário do Governo*, de 3 de Setembro de 1924, cujo contrato, aprovado pelo Governo, por portaria de 28 de Novembro de 1925, se publicou no *Diário do Governo*, II Série. Cf. *Idem*, p. 46.

³²⁴ Lei n.º 11 828. *Diário do Governo*, II Série, n.º 141, de 2 de Julho de 1926, p. 12.

³²⁵ Portaria. *Diário do Governo*, II Série, n.º 121, de 6 de Junho de 1927, p. 1 862. A comissão administrativa provisória foi nomeada por portaria de 31 de Maio de 1927. Contudo, por escrutínio secreto foi, em Março de 1934, eleita nova comissão constituída pelo Dr. Basto Machado, presidente, Dr. Juvenal de Araújo e o Director da Alfândega. Como vogais natos ficaram o capitão do Porto e engenheiro Rodrigo António Guimarães, Director da Junta Autónoma. Este engenheiro proferiu em Outubro de 1933, na Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, uma conferência subordinada ao título: “Prolongamento do Cais da Entrada da Cidade do Funchal”. Cf. “Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal”, *O Jornal*, 8.03.1934, p.1 col. 3. Sabe-se, ainda, que pela portaria de 4 de Julho de 1933, se mandou agregar àquela comissão o Director da Alfândega do Funchal. Cf. *Diário do Governo*, II série, n.º 144, de 4 de Julho de 1927.

³²⁶ *Diário do Governo*, I Série, n.º 39, de 17 de Fevereiro de 1930, p. 512.

Maatschappig Voor Havenwerken”³²⁷. Dois anos depois, em 1932, o pessoal espanhol que estava servindo na draga “Adrians II”, lançou o segundo bloco de assentamento do cais do Funchal, partindo, a 25 de Agosto daquele ano, para as Ilhas Canárias. As restantes obras ficaram entregues a operários madeirenses sendo o novo cais, agora com mais 80 metros de prolongamento, inaugurado a 28 de Maio de 1933.

O Ministério das Obras Públicas e Comunicações, em Setembro de 1936, ampliou o âmbito de actuação da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal a todos os portos do arquipélago. Cabendo até então à Junta Geral Autónoma do Distrito do Funchal as atribuições e jurisdição sobre todos os portos do arquipélago³²⁸, à excepção do porto do Funchal, esta apresentou ao governo a evidente vantagem de reunir numa só entidade especializada aquelas atribuições, a fim de permitir dar aos trabalhos marítimos a unidade e a assistência de que careciam. A ampliação de competências da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal resultou na necessidade da sua adaptação ao novo campo de acção, passando a ser designada por Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, regendo-se na parte aplicável, pelas disposições dos Decretos n.º 14 718 e 14 782, de 8 e 19 de Dezembro de 1927, n.º 15 645, de 23 de Junho de 1928 e n.º 22 312, de 14 de Março de 1932. Ao novo organismo cabiam, para além das atribuições que relativamente ao porto do Funchal lhe eram conferidas pela Lei n.º 89, todas aquelas que à data pertenciam à Junta Geral Autónoma do Distrito do Funchal, nos portos do arquipélago da Madeira, com as respectivas receitas e despesas. Competia-lhe especialmente proceder aos estudos e executar as obras que fossem aprovadas e necessárias à construção, melhoramentos e conservação dos portos deste Arquipélago³²⁹.

As obras desta segunda fase de ampliação do porto prosseguiram sob a direcção da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago e orientação do então Engenheiro Director, Rodrigo António Machado Guimarães

³²⁷ *Diário do Governo*, II Série, n.º 89, de 18 de Abril de 1931. Ainda em 1931, na imprensa regional, referia-se a necessidade de a Madeira ser dotada o mais breve possível de um porto em condições. “*Há dezenas de anos que a Madeira em peso vem reclamando insistentemente para que se realizem no seu porto principal aquelas obras consideradas indispensáveis e que podem e devem corresponder às necessidades do seu tráfego de mercadorias de importação e exportação e ao movimento de turistas, que, de ano para ano, tende a aumentar consideravelmente.*” Cf. “Porto do Funchal”, *O Jornal*, 20.01.1931, p.1, col. 6.

³²⁸ Naquele âmbito, ficou a cargo da Junta Geral do Distrito do Funchal a construção da ponte-cais na ilha do Porto Santo, cujo projecto e respectivo orçamento, elaborado pela Direcção de Obras Públicas, a cargo daquela entidade, foi aprovado por portaria do Ministério do Comércio e Comunicações, de 30 de Junho de 1928, inserta no *Diário do Governo*, n.º 148, p. 2 296, cuja execução ainda decorria em 1930, sob as ordens do engenheiro Abel Vieira, então Director da Repartição Técnica da Junta Geral. Já em Setembro de 1912 o Dr. Lomenino, elemento da Junta Agrícola, propusera que se oficiasse à Junta Geral deste Distrito para que mandasse proceder com a máxima urgência ao estudo de um cais de desembarque naquela Ilha, como já fora deliberado por aquela corporação. Cf. “Cais do Porto Santo”, *O Jornal*, 22.03.1930, p.1, col. 6; “Sessão da Junta Agrícola de 14 Setembro de 1912”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2366, p. 2, col. 5.

³²⁹ Acerca do elenco constituinte deste organismo, sabemos que o engenheiro João Coutinho Lima, chegou ao Funchal a 10 de Março de 1936, para no dia seguinte assumir o cargo de Director. Já em 1944, o engenheiro Henrique Scherek, por ter sido nomeado Director dos portos do Douro e de Leixões, deixou o lugar de Director da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, passando este cargo ao eng. José Sena Lino.

³³⁰. Para dar seguimento ao programa de obras, aquele organismo regional, socorreu-se da aquisição de novos equipamentos. Sob a presidência do Engenheiro Luiz Acciaiuoli de Menezes, a Junta Autónoma deste porto, reunida a 30 de Julho de 1930, decidiu adquirir dois martelos para perfuração de rochas submarinas, por 125.00 dollars, uma caixa de explosivos nacionais, marca Nelite, para experimentar em corte de rochas submarinas e um guindaste eléctrico para exploração do cais da pontinha, que inicialmente seria fornecido pela casa Drumond Silva & C.^a, porém, deu-se preferência ao fabricante H. Propfe & C^o ³³¹.

A 3.^a fase de ampliação do porto do Funchal, plano de 1929, apenas viu seguimento a partir de Setembro de 1933 sendo, por despacho do Conselho de Ministros de 8 de Dezembro daquele ano, adjudicada a empreitada de execução das obras, à Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Lda., pelo prazo de cinco anos e importância de 28.950\$00 escudos ³³². Em Março do ano seguinte chegaram à Madeira os engenheiros Mr. Hans Lenberg Madsen, engenheiro chefe, e Eduard Johan Lyngheck, Director geral da companhia adjudicatária das obras do porto do Funchal. Procuravam, entre a Ponta do Garajau e a Praia Formosa, a melhor zona para extracção de areia e pedra destinadas àquelas obras, que se iniciaram a 28 de Março de 1934 ³³³. Para estas e outras obras da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago, reverteram parte das verbas arrecadadas pela câmara do Funchal, através do imposto de 4\$00 escudos lançado sobre o tabaco e cobrado por intermédio da Alfândega ³³⁴.

Considerando oportuno fazer o reconhecimento geral de utilidade económica dos pequenos portos marítimos insulares, como órgãos complementares dos que serviam de escala à navegação de longo curso e que vinham sendo largamente melhorados e apetrechados, o governo de Salazar autorizou, em 1943, o envio de missões técnicas aos Arquipélagos da Madeira e Açores, constituídas por engenheiros do próprio Ministério ³³⁵. Com as referidas comissões técnicas pretendeu-se o reconhecimento geral das necessidades de

³³⁰ Rodrigo António Machado Guimarães. Segundo o Visconde do Porto da Cruz teve uma interferência decididamente infeliz e nociva na vida económica da Madeira, como engenheiro da Junta Autónoma do Porto do Funchal pois, segundo o mesmo, as obras do prolongamento do molhe da Pontinha, do Cais e da Avenida do Mar, não foram honestamente como as circunstâncias o exigiam e os contratos e a técnica indicavam. Publicou em 1932 “Protecção do Quebra-Mar da Pontinha”, e em 1933, “Construção do Prolongamento do Cais da Entrada da Cidade. Conclusão dos Trabalhos” Cf. Visconde do Porto da Cruz, *op. cit.*, vol. III, p. 155.

³³¹ Cf. “Sessão da Junta Autónoma das Obras do Funchal do dia 30 de Julho de 1930”, *O Jornal*, 03.08.1930, p.4, col. 3.

³³² Decreto-lei n.º 24 328. *Diário do Governo*, I Série, n.º 186, de 9 de Agosto de 1934, p. 1503. Na década de sessenta deu-se a inauguração de nova fase de prolongamento do cais de acostagem do porto do Funchal, o que veio contribuir favoravelmente para a economia deste arquipélago.

³³³ Cf. “Obras do Porto”, *O Jornal*, 9.03.1934, p.1, col. 4.

³³⁴ Nos termos do & 1 do art.º 15 do decreto n.º 23 847, de 14 de Maio de 1934. Cf. BMF, Câmara Municipal do Funchal, *Orçamento Ordinário Para o Ano Económico de 1936*, ...p. 1.

³³⁵ Decreto-lei n.º 33 175. *Diário do Governo*, I Série, n.º 234, de 28 de Outubro de 1943, pp. 711-712. Neste âmbito a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago, comunicou à Câmara do Funchal, em Fevereiro de 1941, que mandara elaborar o projecto

melhoramento e apetrechamento dos pequenos portos espalhados por toda a orla costeira da Madeira, em função das características da economia das respectivas zonas de influência. A fim de dar execução ao disposto naquele diploma, por portaria de Setembro do ano seguinte, o Governo nomeou uma missão constituída pelos engenheiros; Viriato Canas, Domingos Alexandre Mateus e Carlos Krus Abecassis³³⁶.

Ainda no âmbito da construção e melhoramento de infra-estruturas portuárias na região, mais especificamente na construção de imóveis de apoio ao funcionamento do porto desta cidade, tivemos em 1950 a inauguração do novo edifício para a Capitania do Porto do Funchal. Para a construção deste imóvel, projecto do arquitecto Faria da Costa³³⁷, abriu-se concurso para a empreitada de construção, cuja recepção das propostas decorreriam até dia 25 de Novembro de 1946. Contudo, alargou-se o prazo até 3 de Fevereiro do ano seguinte. Dois meses depois, o Ministério das Obras Públicas autorizou, pelo Decreto-lei n.º 36 234, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras, adjudicadas ao empreiteiro José Pedro Marques, pelo prazo de um ano e importância de 1.805.000\$00 escudos³³⁸. Passados seis meses as obras ainda não se haviam iniciado, tendo a câmara do Funchal recebido um comunicado daquela Direcção Geral, para que se ordenasse ao empreiteiro em questão o início imediato daquelas obras, no terreno cedido pela edilidade funchalense em Abril de 1945³³⁹.

de construção dum cais na Calheta. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 17 de Fevereiro de 1941”, *O Jornal*, n.º 2 612, 26.02.1941, p. 4, cols. 1-2.

³³⁶ *Diário do Governo*, II Série, n.º 223, de 23 de Setembro de 1944, p. 5519.

³³⁷ João Guilherme Faria da Costa, nascido em Sintra em 1906, após concluir o curso de Arquitectura nas ESBAL, diplomou-se, em 1935, no Instituto de Urbanismo de Paris. Ali trabalhou com Agache e Étienne de Groer, responsável pelo Plano Director de Lisboa de 1938-1948. Faleceu em Lisboa em 1971. Temos conhecimento que o colega deste Mestrado, Víctor Grácio, possui uma cópia do projecto para o edifício da Capitania do Funchal encontrada no Arquivo de Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal.

³³⁸ Decreto-lei n.º 36 234. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 88, de 18 de Abril de 1947, p. 305.

³³⁹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 16 de Outubro de 1947”, *O Jornal*, n.º 4590, 18.10.1947, p. 2, cols. 5-7.

3.2 Melhoramentos na Rede Viária da Cidade.

A cidade do Funchal, dos anos trinta-quarenta, sentiu os efeitos de uma verdadeira modernização. No apetrechamento da rede viária regional foi significativo o investimento do Governo de Salazar. Foram aprovadas inúmeras participações para obras de beneficiação, pavimentação e construção de novas vias públicas, durante a vigência dos ministros das obras públicas, major Silva Abranches, e engenheiros Duarte Pacheco e Frederico Ulrich, quer à Junta Geral Autónoma, quer à Câmara Municipal do Funchal.

No âmbito de um melhor apetrechamento da rede viária madeirense, o arquipélago auferiu, em 1901, do largo contributo cedido pela concepção de autonomia administrativa ao Distrito do Funchal. Foi figura de destaque neste processo, o Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia ³⁴⁰. Contudo, dificuldades políticas, administrativas e financeiras inviabilizaram parte das suas iniciativas. Não obstante, algumas subsistiram, verificando-se que as principais vias de comunicação e turismo construídas, na Madeira na primeira metade do século XX, não divergem muito do largo plano traçado por aquele e estudado tecnicamente por Francisco António Soares Júnior ³⁴¹. Foi sobretudo a partir de 1938, com o Plano Complementar da Rede de Estradas da Madeira, cometido pelo decreto-lei n.º 28 952, de 14 de Abril daquele ano, aprovado por Duarte Pacheco e apoiado pela Junta Autónoma de Estradas, que se registou um aumento significativo na extensão da rede viária madeirense, o que facilitou a comunicação terrestre a vários locais da Ilha até aí inacessíveis, sobretudo, à circulação automóvel ³⁴².

No plano da valorização da estrutura viária urbana, o prolongamento da Avenida de Oeste, foi uma realidade a que a cidade do Funchal pode assistir no período que aqui explanamos, agora por conta do Plano de Urbanização de 1931-1933, de Carlos Ramos. Iniciado o primeiro troço, entre a Catedral e o

³⁴⁰ Foi o Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia, que nos inícios do século XX se debateu, quando presidente da Junta Agrícola, e de acordo com a Junta Geral deste Distrito, por um plano de estradas com o fim de intensificar o sector turístico na Ilha. É dele o esforço pela abertura da Avenida de Oeste, depois designada do Infante. Cremos igualmente, como já fizemos transparecer no Capítulo I deste estudo, que terá sido o responsável pelos contactos com o arquitecto Ventura Terra, no desenvolvimento do *Plano de Melhoramentos para o Funchal de 1913-1915* daquele arquitecto. Laços de amizade terão existido nos anos em que ambos viveram em Paris.

³⁴¹ Cf. Padre Eduardo, *Ilhas de Zarco*, 2.^a ed., p. 20. Para o século XIX, no âmbito da renovação e apetrechamento da rede viária madeirense, registaram-se diminutos investimentos estatais; as escassas verbas aplicaram-se, sobretudo, na reparação de antigas estradas e caminhos. Todavia, salienta-se naquele século, e na governação de José Silvestre Ribeiro, o aparecimento das primeiras estradas e pontes como a do Ribeiro Seco, concluída em 1849, sob a direcção do Capitão de Engenharia Tibério Augusto Blanc. Cf. Benedita Câmara, *op. cit.*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 41-44; Álvaro Simões Vieira, Iolanda Silva e Jorge Sumares, *op. cit.*, Funchal, Gráfica Maiadouro, DRAC, 1983, p. 37.

³⁴² *Diário do Governo*, I Série, n.º 86, de 14 de Abril de 1938, p. 679.

Jardim Pequeno, por volta de 1912, foi posteriormente designado de Avenida Dr. Manuel de Arriaga³⁴³. O seu prolongamento decorreu sob a alçada da Junta Geral do Funchal, em outros dois lanços, construídos nos anos trinta-quarenta daquela centúria, até a Estrada Monumental.

Passando a Madeira por graves carências económicas e financeiras, reflexos da conjuntura internacional resultante da Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o desemprego atingiu imensas famílias madeirenses, remetendo-as à completa miséria. Constituíra preocupação instantânea da comissão administrativa da Junta Geral do Funchal, promover a debelação da crise de desemprego, encontrando-se nas obras de construção a solução para uma rápida absorção da abundante mão-de-obra iletrada, existente na Ilha. Aquele organismo regional aprovou por unanimidade, em Agosto de 1930, o projecto para o prolongamento da Avenida Dr. Manuel de Arriaga até a Ribeira de S. João³⁴⁴. Os dados que possuímos à data não nos permitem determinar com exactidão a autoria do projecto deste primeiro lanço, que deu a efectiva continuidade à Avenida Arriaga, concretizando-se no terreno a projectada Avenida de Oeste, projectada por Miguel Ventura Terra. Todavia, sabe-se que em Março de 1932, os estudos de *aformoseamento da cidade* do atelier Carlos Ramos, onde se incluía o traçado da Avenida de Oeste, ficaram expostos em Lisboa, sendo para tal convidadas algumas entidades regionais³⁴⁵.

Tudo nos leva a crer que na determinação da nova imagem para a cidade do Funchal, elaborada pelo arquitecto Carlos Ramos, o mesmo tenha obtido inspiração nas directrizes lançadas quinze anos antes por Miguel Ventura Terra³⁴⁶. Na planta da cidade do Funchal deste arquitecto, onde se localizam em

³⁴³ Acerca da construção deste troço da Avenida Arriaga fizemos referência mais exaustiva no Capítulo II deste estudo. A 17 de Março de 1932, considerando que se impunha, por motivos de ordem económica, principalmente no que se referia a taxas telegráficas, a simplificação dos nomes das ruas, foi deliberado, a nível camarário, reduzir as designações mais extensas da identificação das ruas, passando a Rua Dr. Manuel de Arriaga a Avenida Arriaga. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 15 de Março de 1932”, *Diário de Notícias*, 17.03.1932, p. 3, col. 2.

³⁴⁴ Projecto aprovado em sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal de 14 de Agosto de 1930. Cf. *O Jornal*, n.º 1047, 15 de Agosto de 1930, p. 1, col. 5. Para a realização deste troço da Avenida Arriaga até à Ribeira de S. João, foi necessário levar a efeito várias expropriações. Entre elas a expropriação do *Edifício da Sopa Económica*. Como indemnização a Junta Geral deste Distrito propôs a substituição do antigo prédio pela construção de um novo junto ao então Asilo dos Velinhos. Não obstante a existência de projecto aprovado para um Pavilhão, em Novembro de 1934, instalados os serviços temporariamente numa dependência do seminário, o novo edifício apenas se concluiu em 1947.

³⁴⁵ Sabe-se que na sessão de 10 de Março, da Associação Comercial do Funchal, foram presentes os convites para aquele evento. Cf. Rui Carita, *ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (1836-1933)*, Lisboa, Edicarte, 2002, pp. 109-114.

³⁴⁶ Carlos Ramos esteve na Madeira no Natal de 1930, recolhendo elementos para os seus estudos, tendo inclusivamente, proferido uma palestra sobre urbanismo em Dezembro daquele ano. O *Re-nhau-nhau* de 31 de Dezembro de 1930, faz uma divertida crítica à palestra, sob o título “A D. Urbanização”. Na recolha de elementos, cremos que merecerá alguma atenção o facto de, ainda em 1932, o Engenheiro Aníbal Trigo, irmão mais novo de Adriano Augusto Trigo, apesar de já aposentado, se encontrar ao serviço da Repartição Técnica da Junta Geral do Funchal. Sabe-se que Ventura Terra utilizou estudos, de 1909, de Augusto Trigo para concretizar o seu Plano de 1912-1915 e que os dois irmãos colaboraram em vários trabalhos ligados às Obras Públicas na Madeira. Quanto a Carlos Ramos, voltou ao Funchal em Março de 1932, por altura da exposição dos seus trabalhos nos Paços do Conselho, tendo realizado algumas palestras onde descreveu minuciosamente os seus projectos.

síntese as obras previstas no seu *Plano de Urbanização de 1931-1933*, a Avenida de Oeste surge já referenciada como existindo, com a diferença de que apresenta três rotundas; uma no início do eixo, a nascente, correspondente à actual rotunda do infante construída na década de 40; outra a meio, no encaixe com a Rua do Jasmineiro, onde hoje se localiza um alargamento, mas não uma rotunda; e outra a poente, com a Rua Favila. Do mesmo modo que na planta de Ventura Terra, prevê-se a continuação desta via pública, passada a “curva dos hotéis”, sobre a ribeira³⁴⁷. O plano de urbanização de Carlos Ramos contava, igualmente, com a abertura de outras avenidas para as quais, tal como Ventura Terra, aquele Arquitecto modernista sugeriu; “...fechar a Ribeira de João Gomes, cobrindo-a de betão assim como a de S. João e possivelmente a de Santa Luzia, transformando-as em avenidas.”³⁴⁸ ” Discurso idêntico encontramos na Memória Descritiva do *Plano de Melhoramentos de Ventura Terra*. Como trabalharam juntos, é provável que Carlos Ramos tenha prosseguido os estudos e planos de Ventura Terra³⁴⁹.

Ao concluir-se, em 1934, o primeiro lanço da avenida de Oeste, logo se iniciou a construção de habitações, que ficaram sujeitas a um conjunto de normas estabelecidas pela Repartição Técnica da Junta Geral do Funchal e apresentadas no *modelo-tipo* apresentado por Carlos Ramos³⁵⁰. Em Março daquele ano, deu-se início à construção do segundo lanço desta avenida, com a comparticipação de 293.579\$35 escudos do Comissariado do Desemprego e da transferência, pela Junta Geral, de duzentos contos, do empréstimo anteriormente destinado ao prolongamento da Avenida Zarco. Sabe-se que em 1938, o Ministério das Obras Públicas ordenou a conclusão do prolongamento desta avenida, entre a Rua Alexandre Herculano e a Rua Favila³⁵¹.

No que respeita à avenida Gonçalves Zarco, em Março de 1930, o município do Funchal decidiu-se pelo seu prolongamento. Contudo, três meses depois reconsiderou aquela pretensão em virtude de não poder financiar a sua construção³⁵². Desta feita, a Junta Geral, considerando a necessidade de se efectuarem obras na cidade para resolver, embora parcialmente, a questão do desemprego na Ilha, deliberou tomar a seu cargo este investimento público, em colaboração com o município do Funchal. À

³⁴⁷ Cf. José Manuel Fernandes, “Da Sé ao Casino”, in Revista *Monumentos*, n.º 19, Setembro 2003, p. 98.

³⁴⁸ Carlos Ramos, “O Funchal do Futuro”, *Diário de Notícias* de 6 de Janeiro de 1932, p. 1.

³⁴⁹ Após concluir estudos no Liceu de Camões, Carlos Ramos seguiu o conselho do mestre Ventura Terra matriculando-se no Curso Especial de Arquitectura da E.S.B.A.L., que frequentou entre 1915-1921, tendo entretanto trabalhado no atelier daquele mestre.

³⁵⁰ A estas normas já nos referimos mais detalhadamente em ponto anterior, acerca das posturas camarárias e determinações da Junta Geral para obras de construção no arquipélago. Na sessão camarária de 19 de Dezembro de 1932, faz-se referência à recepção de um projecto de *casa-tipo* de habitação elaborada por Carlos Ramos.

³⁵¹ *Diário do Governo*, II Série, n.º 104, de 7 de Maio de 1938, p. 2273.

³⁵² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 9 de Junho de 1930”, *O Jornal*, 13.06.1930, p. 5, col. 2.

Câmara caberiam, sobretudo, os encargos com as expropriações de terrenos e edifícios necessários ao prosseguimento daquela obra.

Foi na sequência desta realidade que a Junta Geral e Câmara Municipal do Funchal convidaram o arquitecto Carlos Ramos a concretizar um moderno plano de urbanização para a cidade. Em Dezembro de 1930, o Arquitecto visitou a Ilha tendo elaborado o *Plano de Urbanização para o Funchal de 1931-1933*. Certamente conhecedor das propostas de Miguel Ventura Terra para o Funchal, Carlos Ramos seguiu algumas linhas orientadoras definidas anteriormente pelo seu mestre. Para o projecto de prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco, Carlos Ramos foi confrontado com a polémica questão da adaptação do edifício do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal às novas instalações da Junta Geral deste Distrito. Ou se conservava o edifício na íntegra ou se procedia à sua demolição parcial. Ao Arquitecto pareceu-lhe bem melhor a primeira opção mas não isolada, tendo sim, como complemento, a abertura imediata da Avenida de Oeste.

Nos inícios do ano de 1934, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, analisou os trabalhos do engenheiro Abel Vieira e arquitecto Edmundo Tavares para a abertura da nova rua de ligação, entre a Avenida Dr. Manuel de Arriaga e a Rua do Dr. Vieira, actual Rua da Carreira ³⁵³. Desde finais de Março de 1932, que a Junta Geral nomeara os engenheiros Aníbal Trigo e Abel Vieira para estudarem a questão, designadamente, procederem à avaliação dos terrenos necessários à abertura daquela ligação ³⁵⁴. Depreende-se ter sido então que a Junta local terá optado por dar seguimento, em linha recta, ao prolongamento da avenida até ao Largo da Igrejinha. Pois, o Governador Civil na Ilha, capitão-de-fragata Augusto Goulart de Medeiros ³⁵⁵, em Março daquele ano, oficiou à Junta Geral, protestando contra a opção escolhida de seguir a “direito”, com o conseqüente corte do edifício do antigo hospital. Pediu a suspensão imediata daquela resolução e um melhor estudo da mesma ³⁵⁶. Como continuassem a persistir polémicas dúvidas sobre a abertura ou não daquele arruamento, a Junta Geral resolveu officiar ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, solicitando a vinda à Madeira de uma comissão ³⁵⁷, que emitisse em definitivo a

³⁵³ Com o intuito de restituir às ruas da cidade a sua fisionomia tradicional e característica, a Câmara do Funchal deliberou em 1934 restituir à rua do Dr. Vieira o nome de Rua da Carreira, o qual figurava já nas “Saudades da Terra”. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Novembro de 1934”, *O Jornal*, 04.11.1934, p.3, cols. 3-4.

³⁵⁴ Como à data o engenheiro Trigo pedisse escusa, foi nomeado o engenheiro Rodrigo Guimarães. Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 29 de Março de 1932”, *O Jornal*, 01.04.1932, p. 4, col. 2.

³⁵⁵ Augusto Goulart de Medeiros, manteve-se no cargo de Governador Civil na Madeira durante quatro anos, sendo substituído pelo advogado Dr. José Nosolini em 1938. Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1935, p. 99; *Diário do Governo*, II série, n.º 115, de 20 de Maio de 1938, p. 2518.

³⁵⁶ Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 13 de Março de 1934”, *O Jornal*, 27.03.1934, p. 3, cols. 5-6.

³⁵⁷ Pedia-se que a referida comissão fosse composta por um Delegado do Director dos Monumentos Nacionais, um Arquitecto e um Engenheiro civil.

sua opinião sobre o assunto. Certo é que em Novembro de 1936, deu-se início à demolição da parte oeste do frontispício do edifício da Junta Geral, antigo hospital, para a abertura da nova rua, que se inaugurou em Setembro do ano seguinte e que seguiu “a direito”, até o Largo da Igrejinha ³⁵⁸.

Relativamente a realizações do *Estado Novo* na rede viária junto ao litoral citadino, verificou-se a ampliação e melhoramento dos principais arruamentos públicos. O crescente movimento de bens e pessoas precedente do cais e porto do Funchal, aumentou, significativamente, a necessidade de amplas vias públicas junto à zona litoral, de modo a facilitar o seu escoamento e distribuição pela cidade. Parte do actual troço da Avenida Marginal ³⁵⁹, outra acessibilidade incluída em ambos os planos de urbanização que aqui temos vindo a referir, veio a edificar-se nos anos trinta-quarenta do século passado. A construção do primeiro troço daquele empreendimento, até às antigas instalações da Empresa do Cabrestante Lda., ficou a cargo da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago, dando-se por concluído em Dezembro de 1939. A partir daí, aquele organismo acordou com o município do Funchal que, para além daquele ponto, o prolongamento desta via pública apenas interessava à edilidade funchalense ³⁶⁰. Em Maio de 1939, na sessão inaugural do novo Conselho do município do Funchal, a edilidade considerou, por unanimidade, que não se deveria alterar o ritmo de realizações em curso, sendo do maior interesse para a urbanização do Funchal e para os povos deste Concelho, o prolongamento desta avenida até o Campo Almirante Reis.

Foi incumbido de elaborar uma proposta, o engenheiro Coutinho de Lima, então director da Junta Autónoma das Obras Públicas do Arquipélago da Madeira (JAOPAM), que apresentou o respectivo projecto. Neste plano previa-se que a avenida terminasse numa rotunda, tangente à Ribeira de João Gomes e da qual saíam duas ruas; uma ao longo do Campo Almirante Reis, e outra seguindo ao longo da Ribeira de João Gomes. Contudo, como neste estudo não se projectasse o prolongamento da Avenida até ao Forte de S. Tiago, o que além de contrariar o lógico termo a leste, da avenida, contrariava todos os anteriores projectos elaborados desde os inícios do século para a Avenida Marginal ³⁶¹, a Câmara desta cidade

³⁵⁸ Cf. “Avenida Gonçalves Zarco”, *O Jornal*, n.º 1563, 07.09.1937, p.1, col. 2. Ainda em 1940 a Junta Geral recebeu do Comandante da Polícia do Funchal, um termo de expropriação pertencente aos herdeiros do Visconde de Vale Paraíso e respeitante ao prolongamento daquela avenida. Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 30 de Janeiro de 1940”, *O Jornal*, n.º 2297, 6.02.1940, p.3, cols. 1-2.

³⁵⁹ Já assim designada por Ventura Terra no seu Plano de Melhoramentos e com o n.º 1 na planta.

³⁶⁰ Não obstante este acordo, em Abril de 1942, a comissão administrativa do órgão de poder local solicitou ao Governador Civil as devidas providências para que se evitasse a construção de duas escadas na rampa do Cabrestante, pretendidas por aquela Junta. Alegava a edilidade que, para além do desagradável aspecto estético que constituíam aquelas construções, pretendia fazer-se sentir que aquela atitude não era razoável perante o acordo já efectuado. A Câmara já havia gasto somas avultadas em expropriações, estando apenas a aguardar aprovação superior do projecto. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 14 de Dezembro de 1939”.

³⁶¹ Para a construção desta artéria, já em 1912, o engenheiro Adriano A. Trigo, então director interino das Obras Públicas deste distrito, na qualidade de vogal da comissão oficialmente nomeada para estudar e indicar ao governo os melhoramentos de que

solicitou àquele engenheiro o restante prolongamento. Estudo que foi apresentado posteriormente tendo o seu autor manifestado, em memória descritiva, a sua total discordância por tal prolongamento, em virtude de este se ter de fazer à custa da expropriação e demolição do Arsenal de S. Tiago, onde varavam os vapores costeiros para reparação, e do desaparecimento da praia utilizada para varadouro de pequenos barcos. À edilidade funchalense não lhe pareceu então, de todo, aceitáveis as razões invocadas. Considerou existirem vários locais facilmente adaptáveis a novas instalações do arsenal, como a Praia Formosa ou o Porto Novo, mas também porque o prolongamento da avenida até ao Forte de S. Tiago deixaria, de qualquer modo, uma praia com área suficiente para varadouro dos barcos costeiros ³⁶².

De qualquer modo este episódio levou a que a Câmara do Funchal se indisputasse com o engenheiro Coutinho de Lima tendo, a partir de então, encarregado o arquitecto Caldeira Cabral de, conjuntamente com um engenheiro especializado em obras marítimas, proceder aos estudos necessários para o prolongamento desta avenida, designada, em Junho de 1940, de Avenida do Mar e que constitui hoje, parte da actual Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses ³⁶³. Todavia, presume-se que os estudos efectuados por Caldeira Cabral não foram aceites superiormente pois, não obstante os desencontros de opinião com a Câmara local, sabe-se que em Fevereiro de 1941, o engenheiro Coutinho de Lima remeteu ao município do Funchal o estudo do prolongamento desta Avenida, cuja obra exigiu a edificação de duas pontes, uma sobre a Ribeira de S. Luzia e outra sobre a Ribeira de João Gomes. Construções que foram adjudicadas ao empreiteiro Gabriel Franklin Correia, tendo ficado concluídas em Agosto de 1942

364

carecia o porto do Funchal, apresentou um ante-projecto duma Avenida Marginal entre o Cais e o Forte de S. Tiago. Posteriormente, em 1915, o arquitecto Ventura Terra, apresentou novo projecto da Avenida Marginal, que concordava, em parte, com o anterior. A avenida estendia-se desde a foz da Ribeira de S. João até ao Forte de S. Tiago, com 1255 m. de comprimento e 50 m de largura, em trainel único e de nível. Também o engenheiro auxiliar Francisco António Soares Júnior, vogal do governo na Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, apresentou em 1921, um novo plano de obras fazendo seguir a Avenida Marginal desde a Ponte de S. Lázaro, na foz da Ribeira de S. João, até ao Forte de S. Tiago. Não obstante ligeiras variantes, todos estes planos apresentavam, as mesmas características quanto à sua directriz, em planta e em perfil. Cf. CMF, Arquivo de Obras Públicas, Sala de Topografia, *Parecer da Repartição Técnica acerca do Prolongamento da Avenida do Mar*, dossier n.º 189, p. 1.

³⁶² Idem, *ibidem*, pp. 2-3.

³⁶³ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Junho de 1940”, *Diário de Notícias*, 23.06.1940, p. 3. Dois meses depois a câmara do Funchal adjudicou a Jacinto Carlos Gomes, por 790\$00 escudos, o fornecimento, colocação e pintura de três placas fundidas com os dizeres “Avenida do Mar”. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 1 de Agosto de 1940”, *O Jornal*, 11.08.1940, p. 3. Cremos que terá sido a partir daqui que Caldeira Cabral é também convidado, na década de quarenta, a elaborar outros estudos urbanísticos para a cidade do Funchal, em colaboração com Raul Lino.

³⁶⁴ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 27 de Agosto de 1942”, *O Jornal*, 28.08.1942. Os projectos para estas pontes foram aprovados em sessão camarária de 6 de Março de 1941, tendo-se logo decidido lançar concurso para a sua empreitada de construção. A 15 de Março daquele ano abriu-se a única proposta, a do empreiteiro Pinto Correia Segundo. Esta não foi aceite, por ter valor de licitação superior à base, de 320.384\$00 escudos, aquela de 381.650\$00 escudos. A 24 de Abril do mês seguinte realizou-se nova praça tendo-se adjudicado a obra a Gabriel Franklin Correia. Sabe-se ainda que em Dezembro do mesmo ano a Câmara aprovou um projecto de alteração da ponte sobre a Ribeira de João Gomes. *O Orçamento Ordinário da Câmara do*

Para dar continuidade às obras, a edilidade socorreu-se de verbas relativas ao empréstimo de 10.500 contos, autorizado pelo Decreto-lei n.º 30 605 e rectificação publicada no *Diário do Governo* de 19 de Setembro de 1940³⁶⁵. Porém, o elevado custo da obra, a ser suportado pela receita ordinária da Câmara, levou a comissão administrativa a resolver que o pagamento daquele investimento público se estenderia por dois ou três anos económicos. Abriu-se então concurso efectuando, o presidente, Dr. Fernão de Ornelas, as diligências necessárias para a obtenção de terrenos a utilizar³⁶⁶. Não obstante os desencontros de opinião, sabe-se que em Fevereiro de 1941, o engenheiro Coutinho de Lima remeteu à câmara do Funchal o estudo do prolongamento desta Avenida, cuja obra exigiu a edificação de duas pontes, uma sobre a Ribeira de S. Luzia e outra sobre a Ribeira de João Gomes. A construção destas obras de arte foram adjudicadas ao empreiteiro Gabriel Franklin Correia, tendo ficado concluídas em Agosto de 1942³⁶⁷.

Sabe-se igualmente que ficando concluído o primeiro troço da Avenida do Mar, a Câmara do Funchal deliberou intimar a empresa Blandy Brothers & Ca., nos termos e sob combinação do art.º 3.º do Decreto-lei n.º 30.605, a construir novas edificações que substituíssem os velhos barracões que a empresa possuía no terreno marginal àquela avenida³⁶⁸. Respondendo à intimação, um mês depois, aquela empresa remeteu à edilidade funchalense o projecto das edificações que pretendia construir na Avenida do Mar. Logo que tivesse conhecimento do restante plano de obras a levar efeito pela Câmara naquela área, realizaria as modificações a que fora intimada, prevendo-se a conclusão das mesmas até Novembro de 1941³⁶⁹.

Funchal Para o Ano de 1949, contemplou uma verba de 10 contos a aplicar na construção de uma ponte provisória sobre esta ribeira, para circulação de peões. Cf. Câmara Municipal do Funchal, *op. cit*, p. 25.

³⁶⁵ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 19 de Setembro de 1940”, *O Jornal*, 26.09.1940, p. 1. Pelo *Orçamento Ordinário da Câmara Municipal do Funchal* para o ano de 1941 sabe-se que a Câmara destinava a este investimento público 700 contos. Também os orçamentos ordinários daquele órgão de poder local, para os anos de 1942 e 1943 contemplaram ainda uma alínea para a conclusão desta artéria da cidade, respectivamente de 300 e de 145 contos. Cf. BMF, Câmara Municipal do Funchal, *Orçamento Ordinário Para o Ano de 1941*, ... p. 27; *Idem*, *Orçamento Ordinário Para o Ano de 1942*, ...p. 27; *Idem*, *Orçamento Ordinário Para o Ano de 1943*, ...p. 25.

³⁶⁶ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 14 de Dezembro de 1939”, *O Jornal*, n.º 2258, 17.12.1939, p. 3, cols. 1-2.

³⁶⁷ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 27 de Agosto de 1942”, *O Jornal*, 28.08.1942. Os projectos para estas pontes foram aprovados em sessão camarária de 6 de Março de 1941, tendo-se logo decidido lançar concurso para a sua empreitada de construção. A 15 de Março daquele ano abriu-se a única proposta, a do empreiteiro Pinto Correia Segundo. Esta não foi aceite, por ter valor de licitação superior à base, de 320.384\$00 escudos, aquela de 381.650\$00 escudos. A 24 de Abril do mês seguinte realizou-se nova praça tendo-se adjudicado a obra a Gabriel Franklin Correia. Sabe-se ainda que em Dezembro do mesmo ano a Câmara aprovou um projecto de alteração da ponte sobre a Ribeira de João Gomes. O *Orçamento Ordinário da Câmara do Funchal Para o Ano de 1949*, contemplou uma verba de 10 contos a aplicar na construção de uma ponte provisória sobre esta ribeira, para circulação de peões. Cf. Câmara Municipal do Funchal, *op. cit*, p. 25.

³⁶⁸ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 29 de Agosto de 1940”, *O Jornal*, ...

³⁶⁹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 12 de Setembro de 1940”, *O Jornal*, 23.09.1940, p. 4. A Câmara intimara esta empresa a realizar obras na frente dos seus prédios à Avenida Arriaga, e do que servia de instalação à Companhia de Aguardente, na Rua Hermenegildo Capelo.

Dando continuidade ao plano de obras de beneficiação e melhoramento da rede viária regional, a Junta Geral Autónoma e a Câmara Municipal do Funchal receberam múltiplas participações do *Estado Novo* para obras neste âmbito. Tais subsídios aplicaram-se tanto no arranjo de novas ruas como na pavimentação de muitas delas. É de salientar o empenho do Ministério das Obras Públicas e Comunicações que, neste âmbito, estipulou nova distribuição das classes das vias rodoviárias³⁷⁰ e aprovou o plano de trabalhos relativo à execução da rede complementar de estradas da ilha da Madeira. A Junta Geral Autónoma levou a cabo este plano, para cuja execução se estipulou três fases e um máximo de cinco anos³⁷¹.

O município do Funchal registou nos anos trinta-quarenta significativa modernização das vias de acesso, que em muito facilitaram o trânsito na cidade. Para além das novas avenidas, a que nos temos vindo a referir, registou-se o calcetamento das principais vias citadinas, bem como o surgimento de novas ruas. Destas, salientamos a Rua Fernão Ornelas, construída nos anos quarenta, atravessou as duas ribeiras na zona central da cidade dando acesso ao novo Mercado dos Lavradores. Conhecida inicialmente por Rua dos Mercadores, veio a designar-se com o nome do grande autarca madeirense, Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, em consideração aos relevantes serviços prestados ao concelho do Funchal na presidência da Câmara Municipal do Funchal, desde 14 Janeiro de 1935 a 22 de Outubro de 1946³⁷². Esta nova artéria citadina, a substituir a antiga Rua Direita, foi o suporte para novos edifícios residenciais e comerciais ao gosto de uma tipologia arquitectónica de regime, sendo hoje uma referência naquele domínio no Funchal.

³⁷⁰ Decreto-lei n.º 28 485. *Diário do Governo*, I Série, n.º 41, de 19 de Fevereiro de 1938, pp. 1488-1489.

³⁷¹ Decreto-lei n.º 28 952. *Diário do Governo*, I Série, n.º 86, de 14 de Abril de 1938, p. 679.

³⁷² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 7 de Novembro de 1946”, *O Jornal*, n.º 4309, 08.11.1946., p. 1, cols. 5-6.

3.4 Alargamento da Rede de Saneamento Básico e Municipalização de Serviços Camarários.

A modernização da zona central da cidade do Funchal conduziu à expansão urbana pelas freguesias periféricas, associando-se-lhe um alastramento “expontâneo” e desordenado pelas encostas do anfiteatro funchalense. Este crescimento, apoiado em precárias infra-estruturas viárias rurais existentes, conduziu à necessidade de alargamento da rede de serviços públicos às populações ³⁷³. No que respeita ao abastecimento de água potável à cidade, desde há muito que o município do Funchal se preocupava com a questão, contudo, é recente a extensão desde serviço público a toda a periferia do Concelho. Data de finais do século XIX, o primeiro projecto para distribuição de água potável ao Funchal. Elaborado pelo Eng.º Rene Masset em 1890, previa a distribuição de fontanários pelos pontos mais estratégicos da cidade. Porém, foi colocado de parte. Em 1894 surgiu novo projecto, da autoria do Eng.º Aníbal Augusto Trigo. Todavia, quatro anos mais tarde, foi substituído por novo plano desta vez da autoria conjunta dos Engenheiros João Henrique Von-Hafé, e irmãos Adriano e Aníbal Trigo. Neste último projecto, colocado em prática pela Lei de 26 de Julho de 1899, destacava-se a edificação de um reservatório de água a uma cota elevada, idêntica à do Reservatório dos Saltos e que serviria para satisfazer e regularizar a distribuição de água potável a uma maior extensão da cidade. Contudo, desconhecem-se as razões da não concretização deste projecto ³⁷⁴.

A epidemia de “*Cólera Morbus*”, em 1910, destacou a questão da má qualidade da água ingerida pelas populações e sua distribuição à cidade. A edilidade funchalense, no sentido de combater o surto epidémico apressou os trabalhos já iniciados de captação e transporte da água dos Tornos até ao Funchal, de modo a que rapidamente se procedesse à substituição da água distribuída e se expandisse as zonas de

³⁷³ Como já referimos, em ponto anterior deste ensaio, desde os finais dos anos vinte do século passado, que se verificava a saída das populações do centro da cidade para a periferia. Desde essa época, os prédios da zona central da cidade vinham a sofrer adaptações para melhor resposta ao desenvolvimento do sector comercial e de serviços, motivado pelo crescimento do turismo na região. Já nos anos cinquenta-sessenta, assistir-se-á à ocupação dos arrabaldes da cidade nas várias direcções da encosta, para os lados do Monte, Camacha, Santa Cruz, São Martinho, etc., desenvolvendo-se a imagem de grande anfiteatro sobre a baía do Funchal. Ainda de referir nos anos sessenta, o trabalho na área do planeamento da cidade do arquitecto Rafael Botelho; a elaboração do Plano Director.

³⁷⁴ Cf. Eng.º Manuel de Sousa, “Infra-estruturas Urbanas”, in *Colóquio de Urbanismo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1969, p. 43. Sabe-se que a casa adjudicatária da empreitada de canalização de águas e esgotos deste projecto, pediu, em Agosto de 1913, à Câmara do Funchal que providenciasse a entrega dos terrenos necessários para principiar a construção do Reservatório dos Saltos. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 11 de Setembro de 1913”, *Heraldo da Madeira*, n.º 2619, 22.08.1913, p. 2, cols. 4-5.

distribuição ³⁷⁵. Registou-se nesta época um aumento das chamadas “*águas particulares*”, que se estenderam a grandes áreas da cidade, anulando em parte, receitas futuras para a edilidade, relativas a este abastecimento público ³⁷⁶.

Com o surgimento da Primeira Grande Guerra, questões económicas deixaram para segundo plano a distribuição domiciliária de água potável a toda a cidade do Funchal. Apenas em 1931 se voltou a encarar de modo mais consistente esta questão. Para tal, criou-se na câmara do Funchal a Secção de Águas e Saneamento que colocou em andamento o último projecto, depois de revisto pelo Eng.º Rodrigo Guimarães ³⁷⁷. Para levar a cabo aquele considerável e pertinente projecto, a edilidade funchalense criou, em 1932, os Serviços Municipalizados. Em Março daquele ano, a comissão administrativa do órgão de poder local, escreveu às câmaras municipais de Braga, Coimbra e Porto, a fim de recolher informações detalhadas sobre a organização dos serviços autónomos de água naqueles municípios. Pretendia-se saber acerca da maneira legal como haviam sido substituídos aqueles serviços e as entidades que compunham a sua administração, a fim de orientar a Câmara do Funchal nos procedimentos a seguir com os serviços de água potável, cuja instalação se iniciava.

Para aqueles serviços no Funchal, entrou em 1932, o recém formado e de retorno à Ilha, Dr. Fernão Ornelas Gonçalves. A sua gestão imprimiu a estes serviços um cariz autónomo e eficiente, e uma situação financeira desafogada, que cremos terá servido de ensaio e arranque ao protagonismo que implementou enquanto presidente do Município do Funchal ³⁷⁸. Para a instalação destes serviços, conhece-se o estudo de 1934, para a construção de um edifício que serviria ao Registo Civil e aos Serviços Municipalizados, julgamos que da autoria da Repartição Técnica da Câmara Municipal do Funchal e assinado pelo então director, eng.º Botelho. Todavia, não chegou a edificar-se sabendo-se que nos primeiros anos de quarenta se elaborou novo projecto, destinado unicamente ao Registo Civil. Edifício construído na Rua 5 de Outubro, onde funcionaram até há poucos anos a Secções de Finanças do Funchal.

³⁷⁵ Das várias nascentes existentes no perímetro florestal do Montado do Barreiro, a mais importante é a dos Tornos. Esta área florestal foi adquirida pela câmara do Funchal em 1918, tendo por finalidade o aproveitamento das suas nascentes para abastecimento de água potável à cidade.

³⁷⁶ Em 1938 o Governo concedeu à Câmara Municipal do Funchal o exclusivo de abastecimento de água com destino a usos domésticos ou industriais. Com efeito, desde 1935 que a cidade se encontrava apetrechada com uma rede de distribuição de água, no entanto, apenas 20% da população servida pela rede a utilizava, visto parte utilizar abastecimento de pequenas redes de particulares e de outra parte não ter água.

³⁷⁷ Aquele engenheiro enviou à Câmara desta cidade, em inícios de Fevereiro de 1932, o complemento dos trabalhos de distribuição de água potável ao Funchal, tendo o respectivo município aberto, imediatamente, concurso público para o desenvolvimento daquelas obras.

³⁷⁸ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 23 de Janeiro de 1934>>, *o Jornal*, 25.01.1934, p. 3, cols. 3-4.

Já os serviços Municipalizados de Águas e Saneamento encontram-se actualmente instalados em edifício à Rua 5 de Outubro, onde funcionou o serviço de bombeiros municipais ³⁷⁹.

Porém, em 1936, a municipalização de outros serviços, nomeadamente dos transportes colectivos, veio comprometer financeiramente a situação daquela repartição autónoma, que se extinguiu em 1939 ³⁸⁰. Foi, sobretudo, o mau estado do material circulante das empresas municipalizadas, associado à crise económica que surgiu com a Segunda Guerra Mundial, que estiveram na origem do *déficit* na exploração dos serviços de transporte. Apresentou-se, então, mais cómoda a extinção, pura e simples, dos Serviços Municipalizados. Em contrapartida, criou-se, na Câmara Municipal do Funchal, os Serviços de Águas e Saneamento, que ainda hoje existem.

Mas, foi com os Serviços Municipalizados que se empreendeu a construção do Reservatório da Levada de Santa Luzia, concluído em 1934, vindo a registar-se um aumento da rede de distribuição de água ao Funchal em cerca de 70 Km. Quanto ao projecto de construção deste Reservatório, foi inicialmente adjudicado ao engenheiro Fernando Moreira de Sá, a 30 de Outubro de 1930. Contudo, pelo mesmo não ter executado o aludido projecto dentro do prazo estabelecido, foi-lhe anulada a adjudicação a favor do engenheiro Fernando Botelho ³⁸¹. Convidado pela Câmara do Funchal a emitir parecer sobre a sua construção, o engenheiro Franz Fischer, escusou-se, alegando que saía da Madeira no período pretendido. Em sua substituição e para tal tarefa, a Câmara desta cidade convidou o engenheiro Hoffman ³⁸². Sabe-se que em Julho do mesmo ano se encarregou a Repartição Técnica da Câmara desta cidade a elaborar as bases do concurso para a construção deste Reservatório de 7000 metros cúbicos, cujo projecto foi exposto em Agosto de 1932, na Associação dos Engenheiros Portugueses. O então presidente da comissão administrativa da câmara do Funchal, Dr. Gastão de Deus Figueira, comunicou à imprensa regional que das grandes obras em curso no Funchal, entre elas, a distribuição de água potável à cidade, estava a ser custeada com o produto do empréstimo de 7000 contos, concedido pela Caixa Geral e

³⁷⁹ Trata-se de um imóvel onde estão presentes alguns elementos associados à arquitectura revivalista, a lembrar que na Madeira também a arquitectura fez prolongar as características oitocentistas, registando-se um culto pela história e memória do passado até praticamente meados do século XX. Associadas a um gosto neo-barroco, temos as voluptas que decoram as extremidades superiores; já o uso dos arcos de volta perfeita, ficam associados ao gosto neo-românico. Dentro da arquitectura revivalista de início do século XX na Madeira, aponta-se igualmente o caso da Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Quinta do Monte, da autoria do arquitecto Edmundo Tavares. Acerca desta edificação de carácter religioso, indicamos os nossos trabalhos para os Seminários de Património Cultural I e II, no âmbito do Mestrado em História e Cultura das Regiões da Universidade da Madeira. Também no site www.arquipelagos.pt encontram-se acessíveis algumas imagens deste imóvel.

³⁸⁰ Cf. CMF, *Vereações*, L.º 26, fls. 147v a 149v, sessão de 1 de Junho de 1939.

³⁸¹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 18 de Agosto de 1931”, *O Jornal*, 22.08.1931, p.3, cols. 5-6.

³⁸² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 23 de Fevereiro de 1932”, *O Jornal*, 25.02.1932, p. 2, cols. 4-5.

garantido com a receita especial proveniente dos rendimentos do monopólio da venda da aguardente no Distrito ³⁸³.

Na tentativa de esclarecer acesas polémicas surgidas aquando da inauguração desta obra, a 28 de Maio de 1934, publicou-se na imprensa regional carta aberta do Engenheiro Aníbal Augusto Trigo e empreiteiro João Pinto Correia Segundo, fazendo referências aos materiais e respectiva proveniência. Declarou aquele Engenheiro, ter sido por intermédio da Empresa Industrial Madeirense, de quem era sócio-gerente, que fora fornecido directamente do Porto, pela Companhia de Cimento Tejo, ao empreiteiro João Pinto Correia Segundo, todo o cimento *Portland* empregue na construção daquele Reservatório. Por sua vez, o empreiteiro desta obra confirmou os mesmos dados, acrescentando ainda que o ferro fora mandado vir por intermédio da Firma José Goes Ferreira & C.^a desta cidade ³⁸⁴.

A expansão da rede de água potável às populações das áreas suburbanas ficou-se pela construção de fontanários em zonas estratégicas e de maior facilidade de abastecimento público. Assim, verificamos nos primeiros anos da década de trinta um aumento na construção de fontanários e bebedouros pela cidade e zonas suburbanas. Estas construções ficaram sujeitas a modelos então submetidos à orientação do arquitecto modernista Carlos Ramos. Sabemos do estudo de três modelos para aquelas construções, integrados no *Plano de Urbanização para o Funchal, de 1931-1933*, daquele arquitecto ³⁸⁵. Cremos, porém, que Edmundo Tavares, arquitecto que se fixou na Ilha a partir de 1932, retomou os estudos daquele, quando, em 1936, a Câmara do Funchal o responsabilizou pelo estudo do aformoseamento dos marcos fontanários desta cidade; obra levada a efeito pela edilidade funchalense, através dos Serviços Municipalizados ³⁸⁶.

Posteriormente, apesar da expansão da zona urbana do Concelho, manteve-se inalterável a extensão da rede de distribuição de água potável. Pelo Decreto-lei n.º 34 807, de Agosto de 1945, o Governo permitiu que a realização de estudos e obras necessários à conveniente dotação de água potável se estendesse às sedes de Concelho das Ilhas Adjacentes; à semelhança do que já acontecia no Continente Português, onde os trabalhos de extensão da rede de água potável às cidades, beneficiavam das disposições do Decreto-lei n.º 33 863. No Funchal, o agravamento destas questões levou a que em 1957, a

³⁸³ Cf. “A Obra Administrativa da Câmara Municipal do Funchal”, in *O Jornal*, 21.11.1933, p. 1, cols. 1-3.

³⁸⁴ Cf. “Reservatório de Águas”, *O Jornal*, 31.05.1934, p. 1, col. 3.

³⁸⁵ Sobre os estudos para três tipos de fontanários apresentados por Carlos Ramos à câmara do Funchal, pode consultar-se o nosso estudo para o Seminário História do Urbanismo, no âmbito do Mestrado em História e Cultura das Regiões da Universidade da Madeira. Desenhados por aquele arquitecto modernista para a cidade do Funchal, deixam observar elementos formais que no seu recorte se inspiram no Barroco Joanino. De notar, igualmente, a utilização do escudo português, elemento que apela para valores da nacionalidade portuguesa, que muito proliferaram na época em estudo.

³⁸⁶ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 12 de Maio de 1936”, *O Jornal*, n.º1140, 17.05.1936, p. 4, cols. 1-2.

Câmara Municipal do Funchal, após encarregar o Eng.º Ferreira Chaves de estudar o assunto, iniciasse a primeira fase do projecto de “*Abastecimento de Água à Cidade do Funchal*”³⁸⁷. Contudo, constatou-se que os sucessivos alargamentos da rede tornaram-se consecutivamente insuficientes. Face ao rápido crescimento e expansão da cidade para as freguesias suburbanas, houve que alargar a rede de distribuição às zonas altas da cidade, com todas as dificuldades acrescidas que aquela expansão representou. Pois, o que traz o encanto a esta cidade, implantada numa baía protegida de forma natural pela elevação do terreno, veio trazer-lhe dificuldades de expansão às zonas altas.

Outra necessidade básica das cidades, o saneamento, seguiu no Funchal um percurso mais ou menos paralelo ao do abastecimento de águas. Aliás, são obras que se interligam, pois um abastecimento domiciliário de água pressupõe, como complemento indispensável a existência de uma rede de drenagem de esgotos. É da autoria dos Engenheiros Adriano Trigo e Aníbal Trigo, de 1899, o primeiro projecto de “Esgoto, e Saneamento da Cidade do Funchal”. O estado sanitário nesta cidade em inícios do século XX, era de tal ordem que com bastante frequência surgiam epidemias. Como referimos no primeiro ponto deste estudo, o sistema de saneamento então usado desaguava de maneira geral nas ribeiras, sendo constituído por canais de má construção e péssimo funcionamento. Após a epidemia de *Cólera Morbus*, a administração pública sentiu a urgência de implementar na cidade um plano de saneamento básico. Contudo, apenas nos anos trinta, pós revisão do engenheiro Rodrigo Guimarães, os Serviços Municipalizados deram o primeiro grande impulso ao início daquele plano dos irmãos Trigo.

Em 1938, surgiu o Projecto de Construção do Emissor da Zona Oriental”, da autoria do Engenheiro Aníbal Augusto Trigo. Este plano procurou evitar as quedas de esgoto na orla marítima, drenando quase todo o sistema para um único emissário, que desaguaria para além da actual Praia da Barreirinha. Todavia, não mereceu o consenso das autoridades superiores, que recomendaram a sua revisão, sobretudo, quanto ao cálculo das secções. Em 1941, os engenheiros Abel da Silva Vieira e José Guerreiro apresentaram uma revisão ao projecto que foi aprovado pela câmara do Funchal, a 8 de Maio daquele ano³⁸⁸. Logo de seguida, deu-se início à construção do emissário³⁸⁹, que deveria atravessar a cidade desde a Praça do Infante até um pouco além da Praia da Barreirinha, onde se localizaria o ponto final de queda. No entanto, esta obra não chegou a concluir-se, apenas se executou-se o troço até a Rua do

³⁸⁷ Cf. Eng.º Manuel de Sousa, *op. cit.*, p. 45.

³⁸⁸ Cf. C.M.F., Vereações, L.º 31, fl. 95, sessão de 8 de Maio de 1941.

³⁸⁹ Por portaria de 29 de Maio de 1943, o Governo concedeu a comparticipação de 647.865\$00 escudos à Câmara Municipal do Funchal para a execução da obra de construção do colector principal e do emissário da rede de esgotos da zona oriental da cidade. Contudo, em Abril do ano seguinte mandou que a mesma fosse anulada. Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 96, de 26 de Abril de 1944, p. 2355.

Sabão e parte do traçado final, junto à Fortaleza de S. Tiago. A grande expansão da cidade para além da sua periferia, trouxe grandes dificuldades na ampliação da rede de saneamento existente. Verificou-se, igualmente, uma sobrecarga na capacidade de vasão da rede de apoio à zona baixa da cidade, o que conseqüentemente implicou a poluição das águas da orla marítima. Em 1965, as entidades públicas retomaram esta questão, tendo o engenheiro Alexandre Ferreira apresentado um estudo prévio do “Sistema de Esgotos da Cidade do Funchal”, onde se previa o saneamento básico a um espaço mais alargado, a nível do Concelho. Orientava-o dois objectivos, desvio do afluente doméstico da baía funchalense bem como a possibilidade futura de uso do caudal de esgoto no regadio ³⁹⁰. Tentava-se, deste modo, planear a longo prazo, para uma cidade do futuro.

³⁹⁰ Cf. Eng.º Manuel de Sousa, *op. cit.*, pp. 50-51.

3.5 A Questão da Habitação: os bairros económicos e as casas de renda económica.

Como enunciara o arquitecto Ventura Terra, no seu plano de 1912-1915, após a instauração das vias públicas, a construção dos equipamentos urbanos surgiria como natural necessidade na evolução urbanística da cidade. Se atendermos às características do local onde se implanta a cidade do Funchal, verificamos ser de todo conveniente ao investimento público a concentração urbana de infra-estruturas de interesse colectivo. Os edificios alojaram-se no alinhamento das novas vias de comunicação, sendo marcante nesta época a obra do arquitecto Edmundo Tavares. Seguidor de Raul Lino não deixou, no entanto, de ousar o modernismo em alguns dos seus projectos para a Madeira, destacando-se nesta vertente o Mercado dos Lavradores e o Liceu de Jaime Moniz.

Relativamente à acção do município do Funchal no âmbito da construção de habitações sociais destacamos o esforço desenvolvido em redor da questão das “casas económicas”. Nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1926, o Governo, com a participação dos municípios, retomou alguns dos programas que haviam sido criados durante a I República. Em 1928, a ideia das “casas económicas”, ensaiada no regime anterior pelo decreto n.º 4 137 de 1918, foi retomada pela Ditadura Nacional, através do Decreto-lei n.º 16 055. Cedidas pelos municípios no regime de renda resolúvel, tratavam-se de casas isoladas destinadas à residência de uma só família, inspirando-se no que então se passava em Inglaterra, com o modelo de cidade-jardim inglesa ³⁹¹. Estas habitações consolidavam a inspiração ideológica do *Estado Novo*, associada aos valores de tranquilidade e ambiente rural. A “casa dos mais pobres”, ajeitava-se como um ninho, o lar da família operária, modestamente recolhido. Para além de influências exteriores, nomeadamente de urbanistas de língua francesa que então trabalharam na capital lisboeta, uma outra vinda do interior do próprio regime, Salazar privilegiava a ideia de intimidade da vida familiar, com aconchego e isolamento, logo uma casa independente, a “nossa casa portuguesa”. Nos seus *Discursos*, o líder focou ser mais económico, mais estável e até mais bem constituída, a família que se abrigasse sob tecto próprio, não interessando por isso as desmedidas construções para habitação operária.

No âmbito da política social e construtiva do *Estado Novo*, o Decreto-lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933, lançou os Bairros de “casas económicas”, ao autorizar o Governo a promover a construção de habitações em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas ou

³⁹¹ Decreto-lei n.º 16.055, de 22 de Outubro de 1928. Preâmbulo, apud, Carlos Nunes Silva, “A Urbanística do Estado Novo (1926-1959): Nem nacional nem Facista, in *Colóquio Sobre o Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp.377-386.

organismos corporativos, dando-lhes incentivo e indicações como deveriam obter os capitais necessários àqueles empreendimentos. O Estado criou o Fundo das Casas Económicas, à ordem do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para o qual concorreria com 50% das despesas a realizar, desde que aquelas entidades se responsabilizassem pelo financiamento dos restantes 50%. Ao Ministério das Obras Públicas, pela Secção de Casas Económicas, da D. G. E. M. N., foi confiada a parte técnica referente à construção e fiscalização das obras de conservação, enquanto, a cargo do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, ficou a realização dos fins económicos e sociais das casas económicas, e bem assim a administração do fundo respectivo ³⁹². Grande número dessas casas destinavam-se a ser distribuídas, dentro das preferências legais, pelos membros dos Sindicatos Nacionais, mediante o pagamento de uma módica renda mensal que incluía os encargos destinados a garantir o seu pagamento em caso de morte, invalidez, doença e desemprego do morador adquirente ³⁹³.

Aos bairros económicos, em cuja concepção presidiam aspectos de economia construtiva e de exploração, fizeram-se corresponder *moradias-tipo* que não podiam ter mais do que dois pisos para a categoria mais elevada e do que um piso para a mais modesta. Existiam, portanto, duas classes de casas económicas. Uma destinada às famílias de menores recursos, cujo salário do agregado familiar era inferior a 20\$00 escudos, outra em que aquele salário ascendia a 45\$00. Para cada uma daquelas classes previa-se a construção de três tipos de casas, respectivamente para casais sem filhos, com poucos filhos ou com filhos numerosos de um e outro sexo. A diferença estaria no tamanho, número de divisões e no preço. Para a 1.^a classe havia um tipo para 10 contos, outro para 12 contos e um terceiro para 14 contos. Para a 2.^a classe, respectivamente 19, 22 e 25 contos. Cada uma destas casas seria construída em terreno próprio, com 100 a 200 m² de quintal anexo, tendo-se já previsto no respectivo projecto a possibilidade de ampliação futura. Sabe-se, aliás, que nas moradias de 2.^a classe, ao *tipo 1*, correspondia uma habitação para casal, mas onde se previa a hipótese de, ao aumentar a família, poder abater-se facilmente uma das paredes interiores de tijolo e proceder-se à construção de outra divisão ³⁹⁴. Formas simples e despojadas

³⁹² Cf. Engenheiro António Henrique Araújo, “Casas Económicas, Palestra de 29 de Novembro de 1936”, in António Drummond Borges, *70.º Aniversário do Rotary Clube do Funchal 1933-2003*, vol. I, Funchal, ed. Rotary Clube do Funchal, 2003, p. 71.

³⁹³ Cf. BMF, DIRECÇÃO do SINDICATO NACIONAL dos EMPREGADOS BANCÁRIOS do DISTRITO do FUNCHAL, <<Casas Económicas>>, in *Notas de Vida Corporativa – Relatório e Contas*, Março de 1938, pp. 43-45.

³⁹⁴ Cf. Fernando Jacôme de Castro, “Bairros Económicos, conferência realizada a 26 de Janeiro de 1935”, in Câmara Municipal de Lisboa, *Problemas de Urbanização – conferências realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935*, Lisboa, 1936, pp. 193-212. Nas páginas 201 e 202 desta publicação podem visualizar-se modelos de habitação económica.

caracterizaram inicialmente as habitações destes bairros, porém, associou-se-lhes mais tarde os adereços do *portuguesismo*, passando a exigir-se-lhes voluptas, arcos, grelhas e telha de canudo ³⁹⁵.

No arquipélago, em meados dos anos trinta e perante as dificuldades de implementação do regime das *casas económicas*, o engenheiro António Henrique Araújo, sugeriu a adaptação à região do Decreto n.º 23. 052. Aquela legislação, ao prever para cada grupo de casas económicas a construção de um número de 75, das quais, 50 deveriam ser da classe mais barata e 25 da classe mais cara, inviabilizara até a data, várias iniciativas de organismos regionais de criação de bairros económicos. Sugeria-se a possibilidade de construção de grupos de casas menos numerosos, o que facilitaria a aquisição de terrenos apropriados, espalhados pelos arredores da cidade e mesmo, em certos casos, tornar possível a construção de algumas casas mais próximas do centro do Funchal.

No que respeita à construção de bairros económicos, desde o início do século XX, encontramos referências à sua edificação na cidade do Funchal. Sabe-se que em 1903, a empresa de construção civil no Funchal, *Cooperativa Predial do Funchal*, constituída em sociedade a 12 de Dezembro de 1901, submeteu à aprovação da câmara municipal o plano dum bairro de habitações económicas, solicitando àquela entidade local, auxílio para a sua execução. Para aquele empreendimento, aprovado em sessão camarária de 10 de Setembro de 1903, a edilidade decidiu conceder um subsídio que, entretanto, não se efectivou por se verificar que não o poderia fazer a empresas particulares ³⁹⁶. Como também já referimos, Ventura Terra planeara igualmente, no seu plano de 1913-15, a construção de dois bairros económicos na cidade, um a Oeste, na zona dos Ilhéus, para famílias mais abastadas e outro a leste da cidade destinado às classes mais pobres.

Logo nos inícios dos anos trinta, antecipando-se à publicação da legislação que regulamentou a construção de casas económicas, na Madeira, os trabalhos de Carlos Ramos, para a Câmara Municipal do Funchal e Junta Geral Autónoma, contemplaram, igualmente, a construção de dois bairros económicos, um para terreno plano, outro para sítio muito declivoso. Sabe-se que a câmara do Funchal encarregou aquele arquitecto modernista, após a sua passagem pela Ilha, em Dezembro de 1930, de elaborar o anteprojecto duma série de tipos de casa a construir no futuro Bairro dos Ilhéus ³⁹⁷. Estudos, que se encontravam concluídos em Junho de 1931, sendo expostos nos Paços do Concelho do Funchal, em 1932. No que respeita à Junta Geral deste distrito, por insistência do Governador Civil do Funchal, Capitão Almada Cabaço, aquele organismo, contraiu um empréstimo de 15.000 contos, dos quais, destinou 500

³⁹⁵ Cf. Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes, *Colóquio sobre o Estado Novo...*, p. 332.

³⁹⁶ Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 135, de 7 de Junho de 1913, p. 441.

³⁹⁷ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 2 de Dezembro de 1930”, *O Jornal*, 05.12.1930, p.2, col. 3.

contos para construção de um bairro económico. Contudo, esta verba era insuficiente pois, se adquirissem o terreno, pouco ficava para a construção das habitações. No entanto, o ante-projecto, elaborado por Carlos Ramos para este bairro económico, nem chegou a ser orçamentado pois, entretanto, saiu o Decreto n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933, constatando-se que a Junta Geral não estava incluída nos organismos que poderiam colaborar com o Estado na construção de casas económicas. Aquela verba transitou, então, para a Câmara Municipal do Funchal, para que, aproveitando as vantagens concedidas por aquela legislação, nomeadamente a obtenção da comparticipação do Fundo de Desemprego, dela se tirasse o maior partido para a Madeira ³⁹⁸. Posteriormente, o arquitecto Edmundo Tavares, ao serviço da edilidade funchalense, elaborou, certamente com base nos estudos anteriores de Carlos Ramos, o projecto para o bairro económico dos Louros, propriedade da Junta Geral deste distrito. Todavia este projecto não mereceu aprovação superior, o que seria de esperar, pois, o custo da obra iria ultrapassar os 1700 contos, para um número de casas que não ia além das 50. Contrariava-se as directivas da referida legislação de obrigatoriedade de construção de 75 habitações por conjunto. Deste modo, se entende a distribuição pelas câmaras do Funchal e Câmara de Lobos, daquela verba, que deveria também destinar-se à edificação de casas económicas ³⁹⁹.

Segundo o arquitecto José Manuel Fernandes, naqueles dois conjuntos de habitações projectados por Carlos Ramos, verificam-se duas variantes, uma mais modernista, enquanto outra mais regionalista, com telhados e pedra rústica aparente, o que demonstra a hesitação estilística entre o moderno e o tradicional, que caracterizou o quadro geral da Arquitectura de então ⁴⁰⁰. Em nossa opinião, a mais moderna estaria para o Bairro da Ajuda, destinado às classes mais abastadas e para o qual, antes de se iniciarem os anos quarenta, Duarte Pacheco autorizou, a sua construção ⁴⁰¹; enquanto a mais regionalista, destinar-se-ia ao Bairro dos Louros, a leste da cidade, indicado para as classes mais pobres.

Sabe-se que em Agosto de 1940, as Câmaras de S. Vicente e Machico pediram cópias dos *tipos 1, 2 e 3*, das plantas adoptadas pelo município do Funchal, pretendendo a sua aplicação naquelas zonas da Ilha ⁴⁰². No mês seguinte, o município de Santa Cruz revelou o mesmo procedimento, ao solicitar à

³⁹⁸ Cf. António Henrique Araújo, in *op. cit.*, p. 72.

³⁹⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰⁰ José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português”, in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhum (dir.), vol. V, Espanha, Círculo de Leitores, 1999, 334-383.

⁴⁰¹ *Diário do Governo*, II Série, n.º 69, de 24 de Março de 1939, pp. 1733-1734. Este mesmo diploma autoriza também a construção de um bairro económico em Câmara de Lobos.

⁴⁰² Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 22 de Agosto de 1940”, *O Jornal*, n.º 2460, 24.08.1940, p. 4, cols.1-2.

edilidade funchalense o fornecimento de um exemplar dos projectos e orçamentos daqueles tipos de *casa municipal*⁴⁰³.

No sentido de dar cumprimento ao despacho do Sr. Subsecretário de Estado das Cooperações e Previdência Social, que mandava promover e assegurar a construção de casas de renda económica, aquele organismo pediu à câmara do Funchal que lhe prestasse vários esclarecimentos para o fim em vista. Pediram-se informes sobre onde encontrar terrenos para um número elevado daquelas construções, referindo este município que, nos arredores do Funchal tal tarefa não era fácil. Contudo, indicaram-se os terrenos junto ao antigo Caminho de Ferro, na Rua do Pina e próximo à Rua das Cruzes, como possíveis alternativas. A edilidade informou igualmente que nesta cidade, o tipo de casa preferido, era a moradia individual de um ou mais andares, com um pequeno quintal, todavia, era já frequente a utilização das habitações por andares⁴⁰⁴. Paralelamente, a Portaria n.º 10.873, de 21 de Fevereiro de 1945, do Ministério de Obras Públicas e Comunicações, determinou que as alturas mínimas dos andares, fixadas no § 3.º do art.º 6.º do regulamento de salubridade das edificações urbanas, se reduzissem, em qualquer piso, respectivamente, para 2,80 metros nos andares de habitação e 3 metros nos estabelecimentos. Determinação que permitia um maior número de andares com a redução total em altura dos edifícios de habitação colectiva⁴⁰⁵.

Ao longo dos anos cinquenta do século XX, assistiu-se à afirmação dos princípios da “Carta de Atenas”⁴⁰⁶, que nortearam o modernismo dos “novos tempos”, tendo contribuído para tal a divulgação de

⁴⁰³ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 5 de Setembro de 1940”, *O Jornal*, n.º 2473, 08.09.1940, p. 3, cols.1-3. Encontramos vários exemplares espalhados pela Ilha de uma tipologia de habitação que poderá ser a então adoptada no Funchal como *casa municipal*. Habitações com área reduzida, normalmente de planta quadrangular, de quatro águas, com um corredor central. Sobre a porta de entrada, uma pequena janela rectangular com vidros de cores variadas formando composições geométricas, a imitar o vitral.

⁴⁰⁴ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 13 de Novembro de 1947”, *O Jornal*, n.º 4612, 14.11.1947, p. 2, cols. 6-7.

⁴⁰⁵ Nos finais dos anos trinta, continuou a defender-se a casa económica portuguesa como excelente instrumento de defesa da família e da ordem social, no entanto, o conjunto urbano de Alvalade, integrado no Plano Director de Lisboa, (1938-1948) e riscado por Faria da Costa, constituiu uma excepção, pois propôs edificações destinadas a habitação social apoiadas já por uma série de equipamentos sociais e edifícios em altura. Porém, com as carências de habitação a se avolumarem, em 1945, surgiu a modalidade de “casas de renda económica” virada para as classes médias urbanas. Esta modalidade permitiu a construção de edifícios plurifamiliares, fixando-se, todavia, um número máximo de quatro pisos pois, era imperioso conter a colectivização.

⁴⁰⁶ Trata-se de um documento, publicado em 1933, onde se enumeram um número de princípios extraídos do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), que se realizou em Atenas. Entre os seus pontos principais, a Carta de Atenas preconiza; a divisão das cidades, e em especial das zonas residenciais, por meio de espaços verdes; o ordenamento e separação coerentes das zonas residenciais, de trabalho, de lazer e das destinadas a vias; diminuição da densidade e incremento de superfícies livres mediante a construção de blocos de habitação de altura elevada, (ao contrário da preferência do regime estado novista pela habitação unifamiliar), criação de zonas residenciais, como espaços mais fechados e mais diferenciados, com um núcleo urbano próprio; solução efectiva dos problemas de tráfego automóvel e de estacionamento; separação coerente do tráfego de peões e automóvel. Este documento teve entusiástico acolhimento no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948. Cf. Hans Mausbach, *Urbanismo Contemporâneo*, Lisboa, Editorial Presença, 1974, pp. 30-31.

propostas na revista *Arquitectura*. A atestar esta realidade tivemos, no caso da habitação social, a casa unifamiliar a dar lugar à plurifamiliar, caso do Bairro Doutor Oliveira Salazar. Pelos finais da mesma década, devido à especulação dos terrenos, a ideologia de casa unifamiliar, defendida por Salazar, cedeu lugar a construções múltiplas, chegando mesmo, em 1958, a abolir-se a condição de moradia unifamiliar para consideração de “casa económica”.

Para além da construção de bairros económicos, no arquipélago madeirense, pelos anos trinta-quarenta, registaram-se outras tentativas de resolução do problema habitacional na cidade do Funchal. Em 1937, a edilidade funchalense resolveu aprovar três tipos de casa barata que substituiriam os telheiros e outras construções sem condições higiénicas e estéticas ⁴⁰⁷. Os projectos seriam fornecidos pela Repartição Técnica da Câmara a quem os requisitasse, avaliando-se as cópias do tipo 1 e 2 em 5\$00 escudos cada e as do tipo 3 em 10\$00 escudos. Não obstante, deixava-se claro não serem aqueles modelos uma imposição, podendo ser submetidos a aprovação camarária projectos nas condições em que o eram para qualquer outra construção ⁴⁰⁸. Outra iniciativa camarária vinha beneficiar a construção de pequenas casas para a população menos abastada deste Concelho. A Câmara do Funchal resolveu ceder gratuitamente terrenos aos que desejassem construir casas do tipo 1, 2 e 3, destinadas aos mais pobres. Aquelas edificações gozariam ainda de mais regalias, nomeadamente, da isenção de contribuição predial, por um período de quinze anos, e de sisa, na primeira transmissão efectuada dentro dos primeiros dois anos após a construção. Os terrenos a fornecer seriam escolhidos pela edilidade local e de acordo com os interessados ⁴⁰⁹. Esta era mais uma das actuações do município liderado por Fernão de Ornelas na salvaguarda do bem comum.

⁴⁰⁷ Presentes em sessão de 29 de Julho daquele ano.

⁴⁰⁸ Relembre-se que em 1933, a câmara do Funchal recebeu do arquitecto Carlos Ramos, o projecto para uma *casa-tipo* de habitação; estudo enviado, juntamente com o projecto para três fontenários. Os respectivos projectos podem visualizar-se no nosso ensaio apresentado no Seminário de Urbanismo, no âmbito do Mestrado em História e Cultura das Regiões da Universidade da Madeira. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 19 de Dezembro de 1933”, *O Jornal*, 21.12.1933, p. 3, col. 4. Ainda neste âmbito, lembramos que já em 1930 o município do Funchal revelara a intenção de codificar determinados elementos na arquitectura das edificações do Concelho. Naquela data, a edilidade funchalense aprovou uma proposta do então engenheiro municipal, Herculano Ramos, para que a Repartição Técnica daquele organismo, na qual era director, se responsabilizasse pela organização, em conformidade com os regulamentos em vigor, de desenhos de detalhes e outras informações necessárias à construção de edificações, que ficariam disponíveis naquela repartição para uso na construção civil.

⁴⁰⁹ Cf. CMF, L.º 35, fl. 42v, sessão de 6 de Maio de 1943.

3.6 Saúde Pública: Hospital Anti-tuberculoso, Sanatório, Preventório de Santa Isabel e Dispensários.

Em outro âmbito das obras públicas, nomeadamente no que respeita à saúde pública, desenvolveram-se no Funchal várias infra-estruturas de apoio nos anos trinta-quarenta da última centúria. Foram construídos vários dispensários no Concelho direccionados, sobretudo, para a ajuda à saúde infantil e das mulheres grávidas. Destes, destaca-se a construção do Dispensário de Higiene Infantil do Funchal, concluído em 1944, edifício onde se situa hoje o Museu de Henrique e Francisco Franco. É de salientar igualmente a adaptação do Hospital dos Marmeleiros a Hospital da Misericórdia e do *Kurhotel Sant'Anna*, a Sanatório. Edifícios, já desde o início do século passado, pretendidos pela Companhia Alemã do príncipe Hohenlohe, para servir no tratamento da Tuberculose⁴¹⁰.

Nos inícios dos anos trinta do século passado, o Dr. João Francisco de Almada, presidente da comissão executiva da Associação Nacional de Tuberculose no Funchal, associou o aumento do número de doentes de tísica pulmonar na Ilha, às más condições de salubridade das habitações, à ignorância de regras básicas de higiene, ao trabalho excessivo, até durante a gravidez, a fraquezas congénitas ou adquiridas mas, e sobretudo, à malograda crise económica, resultante da *Queda da Bolsa de Valores*, que conduziu ao aumento de desemprego na Ilha levando à miséria e às más condições de vida muitas famílias rurais que procuravam a cidade em busca de emprego precário. Em artigo na imprensa regional de 1933, referia-se que no Monte cinquenta famílias, oriundas de diferentes freguesias rurais, ali se haviam estabelecido sobrevivendo sem as condições mínimas pois, tiradas as despesas da compra de um casebre para se abrigarem, com a crise de desemprego viviam à “míngua”, aumentando a legião de pedintes pela cidade e o número de doentes da tísica pulmonar⁴¹¹.

O assunto tomou tamanha proporção na cidade que se iniciou uma campanha tendo em vista a luta contra esta enfermidade. O município do Funchal, por proposta do Dr. João de Almada, adoptou medidas preventivas contra o “*escarro*” nas ruas, colocando em vigor a Lei de 30 de Agosto de 1902, que permitia multar até vinte escudos os que voluntariamente não queriam deixar de ser semeadores de bacilos daquela enfermidade. Formou-se mesmo uma “*brigada*” encarregada de desinfectar os locais públicos composta por crianças do Colégio de S. Luís no Funchal⁴¹². As iniciativas não terão funcionado

⁴¹⁰ Não sem antes estarem relacionados com a fundação de um casino e exploração de jogos de fortuna e azar por grupo alemão Cf. Nelson Veríssimo, “A Questão dos Sanatórios da Madeira”, in Revista *Isleña*, n.º 6, Jan.-Jun. 1990, pp. 124-144.

⁴¹¹ Cf. “Desemprego e Tuberculose”, *O Jornal*, 23 de Abril de 1933, p. 1, col. 1.

⁴¹² Em *O Jornal* de 7 de Abril de 1933, pode mesmo ver-se uma fotografia com o grupo de crianças que constituíam esta brigada.

completamente pois, em 17 de Outubro de 1935, a comissão administrativa da edilidade funchalense, sob a presidência de Fernão Ornelas, deliberou novamente sobre o assunto, criando nova postura que proibiu o escarrar no chão ⁴¹³.

Perante a falta de camas para o número de doentes existente, aquele médico apontou a Quinta Sant'Ana como óptimo local para a construção de um edifício de raiz para tratamento daquela enfermidade. Referiu, que “já os técnicos competentíssimos da Companhia Alemã do príncipe Hohenlohe haviam escolhido aquele local para um fim idêntico, quando pretenderam, no início do século, os melhores sanatórios no melhor clima” ⁴¹⁴.

Aquela companhia alemã, ao fazer depender, em 1904, a construção de sanatórios na Ilha para o tratamento de doentes afectados pela tuberculose pulmonar, da concessão exclusiva do abastecimento de água à cidade durante noventa e nove anos, viu ser rejeitada essa pretensão pela comissão de análise que alegou ser a canalização de água à cidade tarefa a empreender juntamente com a rede de esgotos. Não obstante, Hofmann, em representação daquele consórcio, veio a adquirir os imóveis necessários à implementação dos muitos projectos que aquela companhia alemã pretendia implementar na Madeira, adquirindo as Quintas Vigia e Bianchi, bem como a Quinta Sant'Ana e outros imóveis no Monte ⁴¹⁵. Apesar dos contratempos, aquela Quinta entrou em funcionamento em 1905, tendo-se iniciado nesse ano a construção do edifício dos Marmeleiros, destinado a sanatório para doentes pobres. Porém, em 1910, o Ministério da Fazenda, determinou a abertura de um crédito especializado para pagamento da quantia a satisfazer pela rescisão da concessão referente aos sanatórios da ilha da Madeira ⁴¹⁶. Cinco meses depois o mesmo Ministério abriu um crédito especial para pagamento das despesas de administração das propriedades daqueles sanatórios ⁴¹⁷.

Em 1922, o Dr. Juvenal Henriques de Araújo, deputado pela Madeira, apresentou ao município, um projecto de lei para venda dos bens móveis e imóveis pertencentes à antiga empresa dos sanatórios da Madeira, então pertença do Estado. O principal pensamento do seu projecto era o de fazer reverter o produto da venda daqueles bens na realização de obras na ilha, nomeadamente na canalização de água e

⁴¹³ O Re-nhau-nhau de 23 de Outubro de 1935, resolveu caricaturar esta postura ilustrando o Dr. Fernão de Ornelas a oferecer um “cuspidor” aos que dele necessitavam.

⁴¹⁴ Cf. “Quinze dias na Ilha da Madeira, o problema da Tuberculose”, *O Jornal*, 27 de Janeiro de 1935, p. 1, cols. 3 e 4.

⁴¹⁵ Cf. Nelson Veríssimo, *op. cit.*, pp. 124-128.

⁴¹⁶ *Diário do Governo*, I Serie, n.º 34, de 12 de Fevereiro de 1910, p. 79.

⁴¹⁷ *Diário do Governo*, I Serie, n.º 157, de 11 de Julho de 1910, p. 410.

esgotos, para cuja execução a Câmara possuía materiais de relativa importância não podendo, no entanto, efectuar a obra por falta de recursos⁴¹⁸.

A meados dos anos vinte, depois de leiloado todo o mobiliário, ficaram aqueles estabelecimentos hospitalares completamente desocupados, sendo o edifício dos Marmeleiros posteriormente cedido à Irmandade da Misericórdia do Funchal, para onde se transferiu, em 1930, o Hospital da Misericórdia. Pelo decreto n.º 19 268, de 24 de Janeiro de 1931, o Ministério das Finanças, aprovou o regulamento que estabelecia as condições em que deveria ser feita a administração e venda das propriedades do Estado adquiridas ao Príncipe Frederico Carlos de Hohenlohe, por virtude da Lei de 3 de Novembro de 1909 e da escritura de 19 de Janeiro de 1910, celebrada no Funchal, nas notas do notário Jacinto Augusto de Bettencourt, e então conhecidas por “Bens dos Sanatórios da Madeira”⁴¹⁹.

Perante a insuficiência de instalações e de condições para atender ao contínuo aumento do número de doentes de tísica pulmonar, o Dr. João de Almada, apelou às entidades locais para a urgente necessidade de construção dum novo espaço para atender aos doentes pobres com aquela enfermidade. O número de camas existente no Hospício D. Amélia, edifício desde o século XIX destinado ao tratamento de pobres com tuberculose, revelava-se insuficiente⁴²⁰. O decreto n.º 21 770, de 25 de Outubro de 1932, veio autorizar a Misericórdia do Funchal a vender à Junta Geral deste distrito a propriedade que aquela possuía à Avenida Dr. Manuel de Arriaga, revertendo o produto daquela transação 1.550.000\$00 escudos, a favor das obras complementares para um novo hospital e pavilhão destinado a tratar os doentes pobres com tuberculose⁴²¹. Para ajudar na soma necessária aos vários empreendimentos levados a cabo nesta ilha, através da Associação Nacional aos Tuberculosos (A. N. T.) na luta contra aquela doença, avançou-

⁴¹⁸ “Sanatórios da Madeira”, *Diário de Notícias*, n.º 14 441, Ano 46.º, 07.06.1922, p. 1, cols. 1 e 2.

⁴¹⁹ *Diário do Governo*, I Serie, n.º 26, de 24 de Janeiro de 1931, p. 193. Ainda em 1931, o Ministério das Finanças autorizou um abono mensal ao encarregado dos serviços de administração das propriedades dos sanatórios da Madeira. Cf. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 178, de 4 de Agosto de 1931.

⁴²⁰ Por morte da princesa D. Maria Amélia, a 4 de Fevereiro de 1853, vítima de tuberculose, sua mãe, a Imperatriz D. Amélia de Beauharnais, viúva de D. Pedro I, Imperador do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, fundou na Madeira uma instituição de caridade denominada de Hospício, para tratamento dos pobres atacados por aquela enfermidade. Teve aquela instituição início, a 10 de Julho de 1853, num edifício à Rua do Castanheiro, transferindo-se, nove anos depois, para edifício próprio inaugurado a 4 de Fevereiro de 1862. Pertença do Sr. Agostinho Vasconcelos é um projecto para retábulo da capela que o Imperador Fernando Maximiliano pretendia edificar em memória de sua noiva, a princesa D. Maria Amélia assinado por Carlo Blaas Pitore (Replique de Vienne) e Odoardo Van del Null Architetto e onde se pode ler a seguinte legenda: *HOC. ALTARE. PIENTISSIMAE, DOMINAE. AMALIAE, FILIAE, PETRI. I IMPERATORIS BRASILIAE. IN CONIVGIVM. SIBI DESTINATAE. AC. IN.INSVLA MADERA. IV. DIE FEBR. MDCCCLIII. PRAEMATVRA/MORTE. ABSVMPTAE. FERDINANDUS. MAXIMILIANVS. ARCHIDVX. AVSTRIAE. QVI. ET, IPSE. ANNO. MD. CCCII. EANDEM. INSVLAM. INVISERAT. MEMORIAE. ERGO. ANNO SALVTIS. MDCCCLIX. EXSTRVI. IVSSIT.* Sobre estas questões pode consultar-se Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zarco*, vol. II, 4.ª edi., 1989, pp. 298-300; Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, *Viagens na Madeira Romântica*, Teatro Municipal Dezembro 1988 – Janeiro 1989, p. 50 e pp. 52-53.

⁴²¹ Decreto n.º 21 770. *Diário do Governo*, I Serie, n.º 250, 25.10.1932, p. 2074.

se com a ideia de criação de um imposto municipal sobre o consumo de tabaco na Madeira. Pelos orçamentos ordinários da Câmara Municipal do Funchal, entre 1936-1950, sabemos que reverteu para a A. N. T. parte da receita obtida por aquele órgão de poder, através do imposto de 4\$00 sobre o tabaco cobrado por intermédio da Alfândega, nos termos do & 1 do art.º 15 do Decreto Lei n.º 23 847 de 14 de Maio de 1934. Receita que foi orçamentada pelo município a favor daquela instituição até 1949 e numa média anual de 677.500\$00 escudos.

Quanto à construção de um pavilhão para tuberculosos na Madeira, sabe-se que em Junho de 1930, a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal se ocupou da sua criação ⁴²². Porém, apenas em Dezembro de 1934, se desenrolaram novos factos tendo em vista a edificação de um novo edifício para tratamento da tísica pulmonar na Ilha; o Sanatório para Tuberculosos. Em Abril de 1935, os deputados e o procurador madeirense conferenciaram com o sub-secretário de Estado das finanças insistindo na necessidade de cedência da Quinta Sant'Ana à Associação Nacional aos Tuberculosos, para construção dum pavilhão pois, aqueles espaços, reuniam excelentes condições para tal.

O Dr. Oliveira Salazar, por despacho de 27 de Julho de 1935, e nos termos e para efeitos do disposto no artigo 6.º e seguintes do decreto n.º 24 489, de 13 de Setembro de 1934, cedeu àquela associação nacional a referida Quinta, bem como o prédio da Confeiteira, com o intuito de ali se edificar um Sanatório e um Preventório ⁴²³. Por aquele mesmo documento, o Presidente do Conselho, autorizou a A. N. T. a explorar pedra e água nos prédios do “Reis e Palmeira” e do “Arrebetão”, na quantidade indispensável para as obras de construção que aquela associação pretendia realizar. Fixaram-se seis meses para o início das obras e dois anos para a construção do primeiro pavilhão e do Preventório. Ainda segundo a A. N. T., a Quinta Sant'Ana seria reservada para Sanatório, constituído por pavilhões isolados, mas próximos, construindo-se desde logo um e os restantes à medida das possibilidades. O edifício já existente, que servira de *Kurhotel Sant'Anna*, nos inícios do século passado, depois de convenientemente reparado, adaptar-se-ia à instalação dos serviços centrais. Já o prédio da Confeiteira ficaria reservado para o Preventório.

Para as obras do Sanatório e Preventório, contou-se com a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, através do Fundo de Desemprego e da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais ⁴²⁴. Considerando que a existência de tais estabelecimentos nesta cidade era de capital

⁴²² Cf. “Pavilhão para Tuberculosos”, *O Jornal*, de 19.06.1930, p. 1, col. 3.

⁴²³ Cf. “A cedência da Quinta Santana à Assistência Nacional aos Tuberculosos”, *O Jornal*, 02.08.1935, p. 1, cols. 5-6.

⁴²⁴ Para a construção do Preventório, a D. G. M. E. N. informou, em 1936, ter sido concedida pelo Governo a comparticipação de 267.905\$44 escudos. Na festa organizada na Quinta Sant'Ana, em 1937, com o intuito de dar a conhecer o Sanatório já construído, pretendeu-se igualmente angariar fundos para a construção do Preventório. Cf. respectivamente, “Sessão da Junta Geral do

importância na luta contra a tuberculose e que a sua construção serviria para reduzir a grave crise de desemprego que então se fazia sentir no distrito, a edilidade funchalense deliberou, em sessão camarária de 5 de Março de 1936, agradecer ao Dr. Oliveira Salazar e ao Ministro das Obras Públicas. Ao primeiro a cedência da Quinta Sant'Ana e prédio da Confeiteira, então imóveis do Estado, e ao segundo a contribuição de 467 contos, para a realização daquelas obras ⁴²⁵. Também a D. G. M. E. N., cedeu 200 contos para a construção do Sanatório mas, foram sobretudo as receitas arrecadadas através do imposto sobre o tabaco, nos termos do decreto-lei n.º 23 847, de 14 de Maio de 1934, que maioritariamente, contribuíram para a construção destes edifícios no Funchal. Apesar da abertura de concurso, para a empreitada de execução de terraplanagem e escavação das fundações, ter-se dado em Janeiro de 1937, a II Guerra Mundial terá certamente adiado esta obra pois, apenas em finais de 1944, se autorizou a execução da primeira fase de construção ao empreiteiro João Pinto Correia Segundo, por 712.800\$00 escudos ⁴²⁶.

Quanto aos projectos para estes edifícios, temos referências ao arquitecto Vasco Regaleira, como autor do projecto para o Sanatório, aprovado superiormente em Dezembro de 1934 ⁴²⁷, e ao arquitecto Edmundo Tavares, autor do projecto para o Preventório, posteriormente designado de Santa Isabel e inaugurado em Dezembro de 1951 ⁴²⁸. Estes arquitectos, em conjunto com o Dr. Lopo de Carvalho, que se deslocou até a Ilha em Março de 1936, na qualidade de presidente da Associação Nacional aos Tuberculosos, decidiram quanto aos locais mais apropriados para aquelas construções. No que respeita ao início das obras para o hospital-sanatório do Funchal, sabe-se que em Julho daquele ano, a A. N. T. recorreu ao pedido de empréstimo da betoneira da Junta Geral deste distrito para os trabalhos de construção. Já em Abril do ano seguinte, sabe-se da realização de uma festa com o intuito de dar a conhecer o Sanatório já construído, sendo oficialmente inaugurado a 8 de Dezembro de 1940 ⁴²⁹. Posteriormente, em 1942, foi este imóvel denominado Sanatório Dr. João de Almada, em homenagem àquele médico que, na Madeira, prestou grandes serviços na área da defesa dos doentes de tuberculose.

Funchal de 10 de Março de 1936”, *O Jornal*, n.º 1119, 13.03.1936, p.3, cols. 3-4; “Na Quinta Sant’Ana”, *O Jornal*, n.º 1442, 20.04.1937, p.1, col. 3.

⁴²⁵ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 5 de Março de 1936”, *O Jornal*, n.º 1114, 07.03.1936, p. 5, cols. 3-4.

⁴²⁶ Cf. *O Jornal*, 24.11.1944, p. 1, col. 7.

⁴²⁷ Cf. “O Sanatório de Tuberculosos da Madeira”, *O Jornal*, 18.12.1934, p. 1, col. 3. O articulista refere-se neste artigo ao telegrama do governador civil comunicando a aprovação do projecto para construção daquele edifício.

⁴²⁸ Cf. “A Assistência aos Tuberculosos”, *O Jornal*, n.º 1111, 04.03.1936, p. 1, cols. 1-2 e Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zarco*, vol. II, 4.ª ed. 1989, p. 300. Sabe-se que a esta cidade chegaram em Novembro de 1944, vinte toneladas de ferro, destinadas às obras de construção deste edifício cuja primeira fase de execução da empreitada foi adjudicada ao empreiteiro João Pinto Correia Segundo por 712. 800\$00. Cf. *O Jornal*, 24.11.1944, p. 1, col. 7.

⁴²⁹ Cf. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zarco*, vol. II, 4.ª ed. 1989, p. 300.

A crise generalizada que então se vivia na Madeira, coincidente com a Grande Depressão Mundial, por sua vez consequência do *Crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, teve reflexos imediatos no bem estar da população deste arquipélago. No âmbito da saúde pública, como já referimos, registou-se um acréscimo do número de doentes com tuberculose. A Direcção da Assistência Nacional aos Tuberculosos resolveu então estender até a Madeira a sua benéfica acção, deliberando mandar edificar no Funchal um dispensário, cuja autoria da planta-tipo coube ao arquitecto Carlos Ramos. Com efeito, verifica-se que o modelo de edificio concebido por aquele arquitecto modernista para servir a dispensário no Funchal repete-se em outras partes do país depreendendo-se que terá sido o *modelo-tipo* adoptado pelo *Estado Novo* no âmbito dos dispensários construídos em Portugal durante aquele regime ⁴³⁰.

Para a implantação inicial do dispensário no Funchal, escolheu-se o sítio de S. Lázaro, próximo da Estrada da Pontinha, sendo entregues ao Dr. João de Almada a memória descritiva e a lista de encargos, ocupando-se aquele médico de colocar a concurso a empreitada de execução. Referia-se mesmo que seria construído, numa propriedade fronteira ao estabelecimento “*Minas Gerais*”, onde durante anos residira o distinto advogado Frederico de Freitas. Contudo, seria a Norte da Praça de Tenerife, em terreno cedido para tal efeito pela Câmara Municipal do Funchal, que se viria a efectivar este empreendimento. Com efeito, pelo decreto n.º 21 357, de 9 de Junho de 1932, ficaram as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes autorizadas a ceder à A. N. T. terrenos indispensáveis à construção de dispensários anti-tuberculosos pelo país. Atendendo à falta de recursos da Câmara desta cidade, a aquisição do terreno, inicialmente proposto para construção do dispensário anti-tuberculoso no Funchal tornou-se impraticável, socorrendo-se a edilidade funchalense da recém legislação para auxílio àquela causa. Deste modo, o município do Funchal cedeu parte dos terrenos situados naquele local, junto ao então Posto de Desinfecção, hoje denominado Campo da Barca, à A. N. T., organismo representado na Madeira pelo médico Dr. João Francisco de Almada e que, para a sua acção benemérita na Ilha, contou com a cooperação do então governador civil, capitão Artur de Almeida Cabaço ⁴³¹.

A construção efectiva do dispensário anti-tuberculoso, posteriormente denominado de Dr. Agostinho Cardoso, viria a concretizar-se graças à recolha de donativos da Semana da Tuberculose, que

⁴³⁰ Confrontando um exemplar de Dispensário construído em Lisboa pelos anos 40 verificamos as semelhanças com o exemplar ao Campo da Barca. Cf. Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, vol. II, p. 340. Realidade que veremos acontecer também a nível nacional com a construção de novos edificios ao serviço dos CTT, cujo modelo-tipo foi da responsabilidade do arquitecto Adelino Nunes.

⁴³¹ Cf. Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 2 de Agosto de 1932, *O Jornal*, 11.08.1932, p. 3, cols. 4-5.

atingiram 120 contos e ainda com a participação de 60 contos da A. N. T.⁴³² Sabemos, igualmente, que o imposto sobre o tabaco constituiu outra importante receita para a edificação dos vários edifícios de apoio ao combate a este flagelo, entre eles o dispensário que temos vindo a referir. A 11 de Abril de 1933, noticiou-se na imprensa regional a conclusão daquele edifício registando-se a 8 de Dezembro do mesmo ano a sua inauguração. A seu respeito comentava-se obedecer ao estilo adoptado para todos os dispensários da A. N. T., “*sendo uma óptima construção de linhas modernas*”⁴³³. Neste exemplar de arquitectura verificamos a associação de uma linguagem modernista, utilização de grandes janelas envidraçadas e volumes simplificados, associada a elementos arquitectónicos regionais, como são a utilização de alpendres, beirais, um torreão que se destaca do conjunto, o uso de cantaria da Ilha, e ainda a colocação de floreiras, tudo isto formando um conjunto ao gosto oficial do regime.

Ainda para o serviço de assistência na doença, a Câmara Municipal do Funchal, construiu um outro edifício na zona central da cidade. Situado à Rua João de Deus e edificado na década de quarenta, o Dispensário Infantil do Funchal, onde é hoje o Museu Henrique e Francisco Franco, destinava-se sobretudo a consultas pré-natais. Adquirido o terreno para a sua construção pela edilidade desta cidade, em Novembro de 1939, decorridos dois meses foi adjudicada a empreitada de construção ao empreiteiro Raul Fernandes Luiz, por 137. 500\$00 escudos. Com o plano de obras arquitectado pelo engenheiro Raul Araújo e sendo mestre de obras, Nascimento de Sousa, o edifício foi inaugurado a 4 de Novembro de 1944. Passados quatro anos, por ocasião da Grande Exposição de Obras Públicas de 1948, intitulada “*15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*”, esta obra surgiu no *Livro de Ouro* daquele evento como exemplar significativo da arquitectura de regime na Madeira, e na altura apresentado como Dispensário Infantil do Funchal⁴³⁴.

Paralelamente, espalharam-se por todo o concelho do Funchal postos médicos que, mais directamente, ofereciam a prestação de diversos cuidados clínicos a toda a população. O município do Funchal desenvolveu ainda outras acções dentro do âmbito da saúde, nomeadamente, as relacionadas com a ajuda aos doentes pobres do concelho, fornecendo-lhes, gratuitamente, os medicamentos necessários à sua recuperação.

⁴³² Nesta cidade, anualmente, e até há bem pouco tempo, a primeira semana de Maio era dedicada a peditório para aquele organismo de luta contra a tuberculose. Em circular dirigida ao Comandante Distrital da Polícia, o governador civil na ilha, Artur de Almeida Cabaço, comunicou para os devidos efeitos que, em virtude de ordens superiores, não seriam permitidos peditórios ou quetes durante a semana dos tuberculosos, de 1 a 7 de Maio, que não fossem destinados à A. N. T. Cf. Correspondência com Administradores do concelho e comissário da Polícia, L.º 4, circular n.º 163, de 25 de Abril de 1933.

⁴³³ Obras executadas pelo empreiteiro Fabrício Rodrigues e estimadas em 140.500\$00 escudos.

⁴³⁴ Cf. Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, 1.º vol., Livro de Ouro, 1948, p. 59.

Como até aqui temos verificado, os anos trinta-quarenta no Funchal, foram de grandes realizações em vários domínios das obras públicas. No arquipélago, o decreto n.º 28 797, de 1 de Julho de 1938, também conhecido pelo *Regime dos Centenários*, veio facilitar a concretização de um vasto leque de desses investimentos públicos que enobreceram a actuação do autarca Dr. Fernão de Ornelas. Por alturas da sua abdicação forçada, após doze anos à frente deste município, o vogal Guilherme Rodrigues não deixou passar a ocasião para referir a grande renovação urbana a que o Funchal assistira associando-a à correcta orientação municipal daquele autarca; “...já não se pode falar do Funchal sem falar do Dr. Fernão Ornelas”⁴³⁵ »

⁴³⁵ Cf. CMF, Vereações, L.º 39, fl. 15, sessão de 20 de Setembro de 1945.

3.7 Construções Escolares: escolas primárias e Liceu do Funchal.

No âmbito do Ensino, o já referido *Regime dos Centenários* possibilitou a construção de vários estabelecimentos escolares com a criação do *Plano dos Centenários*, aprovado em Julho de 1941, ao abrigo do qual se edificaram muitas escolas primárias que povoaram o país. Os encargos com a realização deste plano foram então assumidos pelo Estado, que foi depois reembolsado em 50% em determinado número de anuidades, segundo se tratasse de escolas construídas no Continente ou nas Ilhas Adjacentes⁴³⁶. Após a consolidação do regime, em 1933, o ensino primário direccionou-se para a Trilogia Deus Pátria e Família. Nos livros, as frases curtas, fáceis de compreender e reter, destinavam-se a proporcionar ensinamentos de ordem moral e patriótica.

Pelo país, as *Escolas dos Centenários* marcaram a paisagem portuguesa, podendo também no arquipélago madeirense encontrar-se vários exemplares. Em finais de 1933, referia-se na imprensa local que as escolas primárias existentes não possuíam as condições mínimas exigidas. O município despendia rendas altíssimas no arrendamento de prédios pois, faltavam edifícios escolares construídos de raiz para tal efeito⁴³⁷. A Junta Geral do distrito do Funchal, entidade que tutelava o ensino na região, após reunião com todos os municípios da Madeira, verificou necessidades comuns. Entre elas, mereceu destaque a falta de escolas primárias. À semelhança do que já acontecia no arquipélago dos Açores desde finais dos anos vinte, a Junta local instituiu uma verba destinada a subsidiar as Câmaras que se dispusessem a construir edifícios para a instalação de escolas primárias. A cargo da Junta ficaria o fornecimento dos respectivos projectos de construção⁴³⁸. Sabe-se, contudo, que decorridos dois anos, a Câmara do Dr. Fernão Ornelas, oficiou à Direcção Geral do Ensino Primário, pedindo que lhe fossem enviadas plantas para casas de escolas⁴³⁹. A partir de 1936, constata-se o aparecimento de imóveis construídos propositadamente para servirem a salas de ensino, caso da Escola Masculina de Santa Maria Maior, concluída em Setembro

⁴³⁶ Cf. Engenheiro Frederico Ulrich, “Escolas”, in Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (1932-1947), *Guia da Exposição de Obras Públicas (1932-1947)*, Soc. Astoria Lda., s. d.

⁴³⁷ Cf. “O Problema dos edifícios escolares no Concelho do Funchal”, *O Jornal*, 19.09.1933, p. 1, cols. 5-6.

⁴³⁸ Cf. “Sessão da Junta Geral”, *O Jornal*, 19.09.1933, p. 1, cols. 5-6. No caso dos Açores, o Governo louvou a actuação da comissão administrativa da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada pela instituição, desde 1929, de uma dotação orçamental destinada a construções escolares inteiramente novas. Já para o caso da Madeira, sabe-se que em finais dos anos vinte, no âmbito da Instrução Primária, o Governo dedicou um louvor ao presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal da Ribeira Brava, pelo esforço inteligente que despendeu em prol da escola e das crianças. Cf. respectivamente *Diário do Governo*. II Série, n.º 138, de 19 de Junho de 1928, p. 2121 e *Diário do Governo*. II Série, n.º 239, de 14 de Outubro de 1929, p. 2986

⁴³⁹ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 24 de Outubro de 1935”, *O Jornal*, 10.11.1935, p. 4, cols. 2-3.

daquele ano e que compreendia quatro salas de aula ⁴⁴⁰. Ainda nos finais dos anos trinta, a edilidade funchalense resolveu abrir concurso para a empreitada de construção de quatro escolas primárias no concelho do Funchal, conforme projecto aprovado em sessão de 27 de Janeiro daquele ano ⁴⁴¹.

Mas, foi no início dos anos quarenta que no Funchal se resolveu implementar um plano de construções escolares de dimensões significativas. A edilidade funchalense, reunida em sessão de 24 de Abril de 1941, deliberou solicitar ao Estado participação para a construção de noventa e três salões escolares que se agrupariam em edifícios com número variável de lugares, no máximo de oito. Com aquelas construções ficaria este Concelho apetrechado com mais 34 salas de escola ⁴⁴². Previa-se o início da construção das mesmas no ano seguinte, contudo, o valor estimado para a sua edificação era elevado, 3.429.500\$00 escudos. Para a concretização desta iniciativa, o emigrante madeirense João Maria Teixeira, propôs-se cooperar com a Câmara local com o empréstimo de 3.000 contos, quantia depositada na Caixa Geral de Depósitos desta cidade. O município do Funchal deliberou aceitar a proposta, destinando o produto daquele empréstimo à construção de escolas primárias e do parque da cidade, cujo projecto entretanto se ultimava ⁴⁴³.

Aquele emigrante, há já muitos anos que se ausentara desta ilha para o estrangeiro. Com o seu trabalho angariara fortuna que lhe permitia agora viver desafogadamente. Tendo vivido algum tempo em Lisboa, decidira regressar definitivamente à Madeira. Aqui, verificou que a cidade do Funchal, graças à exemplar administração municipal do Dr. Fernão de Ornelas, sofrera modificações de tal ordem, que resultara numa grande melhoria da qualidade de vida local. Perante esta modernização, liderada por aquele autarca, João Maria Teixeira, apontou as óptimas condições existentes para o desenvolvimento no arquipélago da nova fase económica do século XX, assente na exploração turística.

Ainda no âmbito dos investimentos públicos na área do ensino, sendo Ministro da Educação o engenheiro Duarte Pacheco, foi criado, no então Ministério da Instrução, e pelo decreto n.º 15 942, de 11

⁴⁴⁰ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 6 de Agosto de 1936”, *O Jornal*, n.º 1235, 11.08.1936, p.3, cols. 3-5.

⁴⁴¹ Cf. CMF, Vereações, L.º 25, fl. 82, sessão de 27 de Janeiro de 1938.

⁴⁴² Cf. CMF, Vereações, L.º 31, fl. 77v, sessão de 24 de Abril de 1941.

⁴⁴³ Cf. CMF, Vereações, L.º 33, fls. 121v, 122 e 122v. O mesmo emigrante madeirense sugeriu que a amortização deste empréstimo pela Câmara local, se efectuasse por um período de 20 anos, com juros a 5%. Quanto ao projecto do Parque, apelidado posteriormente de Santa Catarina, sofreu demoras devido a problemas relacionados com processos de expropriações. Sabe-se da existência de conflitos entre Moreira da Silva, arquitecto a quem inicialmente fora encomendado o projecto para aquele investimento público e Caldeira Cabral. Engenheiro agrónomo a quem posteriormente Fernão Ornelas encomendou o projecto para aquele espaço público. Apesar de não aprovado por Duarte Pacheco, é perplexo constatar-se que o Parque efectivamente construído, de forte influência Germânica, está de acordo com as ideias iniciais de Caldeira Cabral. Cf. Maria Teresa Lencastre de Melo Breiner Andresen, *Francisco Caldeira Cabral, LTD monographs* n.º 3, 2001, pp. 175-178.

de Setembro de 1928, a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário ⁴⁴⁴. Este organismo tinha como objectivo a construção de novos edifícios liceais, a adaptação e reparação de antigos liceus, o fornecimento de mobiliário e material didáctico bem como ainda ocorrer às despesas de instalações de estudantes ⁴⁴⁵. Decorridos dois anos, para a construção de diversos liceus pelo país, o Governo lançou o concurso para a elaboração de projectos para os primeiros liceus do Estado Novo. Neste concurso, que deu origem a vários desenhos modernistas, saiu vencedor o arquitecto Cristino da Silva com o projecto para o Liceu de Beja. Obra duramente criticada pela sua inadequação ao clima, luminosidade e precariedade da indústria portuguesa de construção ⁴⁴⁶.

No arquipélago madeirense, o ensino liceal ministrava-se então no antigo Liceu do Funchal, designado de Jaime Moniz desde 1919 ⁴⁴⁷. Desde a sua transferência para o velho Paço Episcopal, no Natal de 1913, foi preocupação constante dos seus responsáveis, a construção de um edifício de raiz para aquela instituição de ensino ⁴⁴⁸. Contudo, em inícios dos anos trinta tudo continuava na mesma. Apesar de insuficiente, para a ampliação dos espaços escolares daquele liceu, o governo cedeu, em 1933, a ala oriental do antigo paço episcopal ⁴⁴⁹. Mais tarde, ao pedido da Junta Geral para que lhe fosse cedido o Hospital Militar para ali edificar o novo liceu, a Direcção de Obras e Propriedades Militares da Madeira informou, em 1934, que não fora autorizada tal cedência ⁴⁵⁰. Contudo, aquele organismo regional resolveu insistir, lamentando que não lhe fossem dadas facilidades para a solução daquele importante melhoramento.

Como a questão da localização do novo equipamento urbano continuasse pendente, em Maio de 1934, apontou-se como terceira alternativa o espaço compreendido entre a Nova Avenida, a de Oeste, o

⁴⁴⁴ Em 1928, Duarte Pacheco foi convidado para ministro da Instrução Pública no governo do general Vicente de Freitas. Como ministro da Instrução, lugar que ocupou por escassos meses devido à instabilidade daquele período governativo, regulamentou o ensino liceal, organizou o artístico e remodelou o ensino universitário.

⁴⁴⁵ Cf. COMISSÃO EXECUTIVA DA EXPOSIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, 1.º vol., Livro de Ouro, 1948, p. 71.

⁴⁴⁶ Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 521.

⁴⁴⁷ O Liceu do Funchal foi designado de Jaime Moniz, por efeito do decreto n.º 5.096, de 7 de Janeiro daquele ano, em homenagem ao madeirense, antigo Presidente do Conselho Superior de Educação, autor da reforma liceal de 1895. Uma retrospectiva desta instituição pode ver-se em, José Raphael Basto Machado, *Cem Anos de Vida Escolar*, Funchal, Livraria Popular, 1937.

⁴⁴⁸ Em Julho de 1913, o Ministério das Finanças cedeu à Direcção Geral de Instrução Secundária, o edifício do Paço Episcopal e respectiva cerca, para o estabelecimento do Liceu. *Diário do Governo*. I Série, n.º 157, de 5 de Julho de 1913, p. 53.

⁴⁴⁹ Decreto n.º 23.256. *Diário do Governo*. I Série, n.º 271, de 27 de Novembro de 1933, p. 2052. O Governo determinara anteriormente que aquele mesmo espaço, pelo decreto n.º 8.052, serviria para instalação de uma filial da Caixa Geral de Depósitos, na cidade do Funchal.

⁴⁵⁰ Cf. “Sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal de 21 de Março de 1934”, *O Jornal*, 22.03.1934, p. 4, cols. 1-2.

Bêco de Paulo Dias e a Rua do Jasmineiro, lá no alto das Angústias ⁴⁵¹. Para ali, obtivera parecer favorável da comissão administrativa da Junta Geral deste distrito, em Janeiro de 1935, o ante-projecto do Liceu Jaime Moniz, de Edmundo Tavares. Versão bem mais arrojada na sua vertente modernista, realizado tendo em conta que se localizaria naquela zona dos Ilhéus, para onde se previa também a construção de um moderno bairro económico ⁴⁵². Três meses depois, o Governo Civil oficiou à Junta Geral enviando parecer da Junta das Construções para o Ensino Técnico acerca do ante-projecto para aquele novo estabelecimento escolar. O ministro das Obras Públicas propôs que se efectuassem profundas remodelações ao aspecto da composição e economia de construção daquele imóvel. Como restassem dúvidas, foi então requerido por esta Junta ao Gabinete do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o envio de cópia de uma *proposta tipo* e seu orçamento. Documentos que a comissão administrativa daquele órgão regional conferiu a recepção, em meados de Julho do mesmo ano ⁴⁵³. A 18 de Junho de 1935, a Junta Geral chegou a officiar ao representante dos proprietários dos Ilhéus, José Eleutério Cunha, fazendo uma proposta de compra dos terrenos. Todavia, ao ser-lhe negada, pelo Governo, permissão de desvio de 800 contos, que lhe permitiriam avançar com a compra daquela área, restava um ante-projecto que não tinha terreno onde edificar-se.

Já pelos finais de 1936, o Governo, pelo Decreto n.º 26 983, outorgou a favor da Junta local e para a construção do Liceu do Funchal, a cedência gratuita do edifício e terrenos ocupados pelo Hospital Militar. Pelo mesmo diploma, autorizou, ainda, a expropriação de outros terrenos adjacentes até o complemento da área indispensável à construção do referido estabelecimento de ensino ⁴⁵⁴. Três anos depois, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais informou a Junta Geral deste distrito que, por despacho de 27 de Outubro daquele ano, concordara com a construção do Liceu, para cujas obras concedia 1.460.127\$37 escudos, através do Fundo de Desemprego. Em Maio do ano seguinte, apesar da contestação do Sindicato Nacional dos Carpinteiros e Ofícios do Distrito do Funchal, apelando ao adiamento da arrematação da empreitada de construção deste empreendimento público, a mesma foi arrematada à firma António Pereira Camacho & Ca ⁴⁵⁵.

⁴⁵¹ As outras alternativas eram, primeiramente o Hospital Militar seguida da hipótese da Quinta das Cruzes.

⁴⁵² Cf. “Sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal de 8 de Janeiro de 1935”, *O Jornal*, 10.01.1935, p. 2. No *Diário da Madeira*, de 13 de Fevereiro de 1935 pode observar-se uma gravura do Projecto para o novo Liceu.

⁴⁵³ Cf. “Sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal de 16 de Junho de 1935”, *O Jornal*, 17.07.1935, p. 3, cols. 4-5.

⁴⁵⁴ Cf. “Interesses Madeirenses, Aformoseamento da Cidade, Portos e Turismo”, *O Jornal*, n.º 1258, 08.09.1936, p. 3, cols. 2-6.

⁴⁵⁵ Aquele Sindicato solicitou à Junta Geral deste distrito o adiamento da arrematação da empreitada de construção do Liceu de Jaime Moniz fazendo sentir a conveniência de o projecto ser alterado no que respeitava à sua cobertura, caixilhos das janelas e vidraças pois, do modo como estava projectado não permitia o emprego em grande escala de mão-de-obra e materiais de fabrico madeirense.

Pelo Verão de 1940, o reitor do antigo Liceu, sabendo estar para breve o alargamento do Largo do Colégio, apelou à Junta Geral para que se apressassem as obras de construção do novo edifício. O alargamento do Largo do Colégio faria desaparecer o recreio daquela instituição, provocando transtorno no decurso das aulas de ginástica e levando os alunos a “estacionarem” pelas ruas circunvizinhas nos intervalos das aulas. Com efeito, a Câmara do Funchal, no seguimento do projecto de recuperação dos Paços do Concelho, da responsabilidade do arquitecto Raul Lino, que incluía obras de ampliação do edifício, pretendia também levar a cabo a construção de uma Praça, contígua ao mesmo. Para aquele espaço público, o engenheiro agrónomo Caldeira Cabral, elaborou um desenho inspirado no mar colocando-se ao centro um fontanário proposto por Raul Lino ⁴⁵⁶. Em Setembro do mesmo ano já se relatava, na imprensa local, que as obras de construção prosseguiam com urgência, sob o olhar atento do engenheiro Abel da Silva Vieira. A 8 de Outubro de 1942, “...*ainda com muitas obras em curso, davam-se as primeiras aulas no novo Liceu Jaime Moniz.*”, ocorrendo a inauguração oficial, em Maio de 1946 ⁴⁵⁷. O novo edifício, com desenho do arquitecto Edmundo Tavares, entretanto transferido para Coimbra em Setembro de 1939 ⁴⁵⁸, constituiu uma presença significativa entre nós da arquitectura do *Estado Novo*.

⁴⁵⁶ Terá sido Raul Lino quem, através do seu amigo agronomista, António Teixeira de Sousa, figura influente junto de Fernão de Omelas, terá introduzido na Ilha, Caldeira Cabral. Na sequência do convite do presidente da Câmara do Funchal, para o estudo de vários espaços públicos para esta cidade, em Janeiro de 1942, Cabral visitou a Madeira na companhia de Raul Lino. Pretendia recolher dados a fim de realizar estudos para o Jardim de S. Francisco, Largo da Restauração, Praça do Município, Avenida do Mar e Parque de Santa Catarina. Da nossa parte lembramos que o convite do município do Funchal a Caldeira Cabral prende-se também com sua insatisfação perante o trabalho do engenheiro Coutinho de Lima para a Avenida do Mar, em finais dos anos trinta, inícios dos anos quarenta. Cf. Maria Teresa Lencastre de Melo Breiner Andresen, *op. cit.*, pp. 175-178.

⁴⁵⁷ Cf. Angelo Augusto da Silva, *O Liceu de Jaime Moniz*, ed. da Junta Geral do Distrito do Funchal, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1946, p. 5.

⁴⁵⁸ Edmundo Tavares foi transferido, em Setembro de 1939, mediante concurso, para a Escola Industrial e Comercial Brotero, em Coimbra. Contudo, continuou a ser abonado pela Escola António Augusto de Aguiar no Funchal, em virtude de apenas poder entrar em exercício naquela nova escola a partir do dia 1 de Outubro de 1940. Porém, constata-se que a 24 de Outubro daquele ano, foi nomeado director da Escola Industrial Bordalo Pinheiro, na Figueira da Foz, lugar que ocupou em paralelo com a função de arquitecto da Câmara daquela região. Voltou à Ilha ainda em 1942, para tratar de assuntos relacionados com a construção do Liceu Jaime Moniz. Cf. Portaria de 28 de Setembro de 1939. *Diário do Governo*. II Série, n.º 242, de 17 de Outubro de 1939 e Portaria de 24 de Outubro de 1939. *Diário do Governo*. II Série, n.º 263, de 17 de Novembro de 1939.

3.8 Outros equipamentos públicos: Mercado dos Lavradores, Banco de Portugal, Edifício dos Correios, Palácio da Junta Geral e Novo Edifício para Repartições Camarárias.

Consolidado o *Estado Novo*, e em plena Guerra Civil de Espanha, Salazar anunciou, em nota oficiosa, a realização da grande Comemoração do Duplo Centenário da Independência (1140) e da Restauração (1640). Em menos de dois anos colocou-se em prática um amplo programa comemorativo onde, de entre um conjunto de cerimónias, exposições, congressos e publicações, a Grande Exposição do Mundo Português representou, para o regime, o ponto máximo de apogeu. Para além deste evento, que veio afinal comemorar, em apoteose, o fim do ciclo mais sólido do *Estado Novo* e das actividades do Sindicato de Propaganda Nacional, levou-se a efeito um auspicioso programa de obras públicas. Na Madeira, a pretexto da participação no programa daquelas comemorações, logo em 1938, a comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal propôs-se implementar um leque de empreendimentos que contribuiriam para a renovação dos edifícios públicos desta cidade. Integradas no programa comemorativo, estariam as inaugurações do Mercado dos Lavradores, do Matadouro Municipal, do Liceu do Funchal e de Bairros Económicos.

No que respeita ao Mercado dos Lavradores, equipamento público de cariz modernista, determinada a sua localização no quarteirão limitado pela Praça dos Lavradores, Rua do Hospital Velho, Rua da Boa Viagem e Rua Latino Coelho, logo se iniciou o processo de expropriações para a sua construção ⁴⁵⁹. Não obstante, a insatisfação popular fez-se sentir através de um baixo assinado, discordando da localização proposta pela edilidade funchalense ⁴⁶⁰. Autorizada a construção deste imóvel, por portaria de 5 de Abril de 1938, na sua edificação foram responsáveis, José Augusto de Sousa e Manuel Alberto Gomes, sob a direcção técnica de José M. Pereira. Trata-se da obra de maior vulto projectada pelo arquitecto Edmundo Tavares para a Ilha e a de maior valor orçamental que a edilidade de Fernão Ornelas levava até então a efeito. A monumentalidade e modelação dos seus volumes

⁴⁵⁹ “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 23 de Junho de 1938”, *O Jornal*, n.º 1808, 28.06.1938, p.3, cols. 1-3. Sabe-se que a Associação de Vendedores a Retalho chegou a oficiar à Câmara no sentido de considerar a conveniência de o Novo Mercado se edificar na ala norte da então Praça do Peixe. Ao que a edilidade respondeu que essa hipótese impediria a continuação natural da Avenida Marginal com toda a sua largura, projecto que a Câmara pretendia prosseguir até ao Forte de S. Tiago, concordando neste aspecto com o projecto de Ventura Terra. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 30 de Junho de 1938”, *O Jornal*, n.º 1813, 05.07.1938, p. 3, cols. 1-2.

⁴⁶⁰ Foi presente a sessão camarária um baixo assinado com 300 assinaturas reclamando contra a localização do novo mercado. Contudo, na mesma sessão, foi presente outro baixo assinado, este de 673 assinaturas, a favor da construção no quarteirão para onde ficara indicado. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 7 de Julho de 1938”, *O Jornal*, n.º 1818, 10.07.1938, p. 3, cols. 6-7.

simplificados, beneficiou da introdução do betão armado, novo material aplicado à construção ⁴⁶¹. Para a decoração deste equipamento público desenvolveram-se vários painéis de azulejos pintados por João Rodrigues na Faiança Battistini, na época de Maria de Portugal. Com frisos policromos e desenho central a azul e branco mostram actividades feirantes da região ⁴⁶². Trata-se de um imóvel que constitui ponto de referência na linguagem urbanística e arquitectónica desta cidade. Em 1993, segundo resolução do Governo Regional da Madeira, o imóvel foi considerado de Valor Cultural Local.

Projectado por Edmundo Tavares, numa linha mais revivalista e com desenho classizante, temos igualmente nesta cidade a agência do Banco de Portugal. Trata-se de um exemplar do grupo dos mais referenciados projectos do autor na Madeira. A sua edificação previa-se para a Ilha, já desde 1930. Conhecendo o interesse do Banco de Portugal na construção de um novo edifício para a instalação da sua agência no Funchal e atendendo a que aquela obra viria diminuir a crise de desemprego, em 1934, a Junta Geral propôs ao director daquele organismo que o imóvel fosse construído no alinhamento do antigo Hospital da Misericórdia, sede da Junta Geral. Todavia, os sucessivos entraves colocados na abertura de um novo arruamento, entre a Avenida Dr. Manuel de Arriaga e a Rua da Carreira, acesso àquele novo empreendimento, atrasaram o início desta obra ⁴⁶³. Em Maio daquele ano, a Junta analisou o projecto do arquitecto Edmundo Tavares e do director das Obras Públicas na Madeira, concordando com a solução proposta. Também a Câmara do Funchal, questionada acerca desta questão, referiu que não se impunha

⁴⁶¹ Apesar de não ser pacífico fixar uma data para a invenção do betão armado, como também não será legítimo atribuir isoladamente a uma individualidade os louros do pioneirismo; interessante será verificar que o processo de registo da patente de invenção de um vigamento ligeiro e de grande resistência, em betão de cimento ou “formigão”, como então era conhecido, iniciou-se com a “Exposição do Invento”, apresentada em Lisboa a 13 de Outubro de 1894, por J. N. Monet. Este evento introduziu em Portugal a invenção de François Hennebique, um sistema simples baseado em pilares, vigas e lajes. Como curiosidade adiantamos igualmente que apenas em 1918 se publicou em Portugal o primeiro regulamento do betão armado, inspirado nos regulamentos francês e alemão para aquele material. Sabe-se ainda que surgiu naquele ano o primeiro projecto em Portugal para a edificação de uma fábrica de cimento, a “Henrique Sommer”, Empresa de Cimentos de Leiria. Cf. Carlos Antero Ferreira, *Betão A Idade da Descoberta*, Oficinas Gráficas Manoel A. Pacheco Lda., 1989; Ana Tostões, *Engenho e Obra*,

⁴⁶² A par com a construção do Mercado dos Lavradores decorreu a edificação do Matadouro Municipal. Os pedidos de apoio ao Estado, bem como as respectivas praças de construção, decorreram em simultâneo. Integrado no programa de participação regional nas Comemorações Centenárias, o município do Funchal recebeu o seu projecto definitivo, do arquitecto A. Couto Martins, em Julho de 1939. Depois do parecer favorável da Junta de Higiene deste Conselho e da Direcção Geral dos Serviços Pecuários do Ministério da Agricultura, a obra foi adjudicada a João Pinto Correia Segundo por 180.000\$00 escudos. Desactivada a sua função inicial, o actual município pretende ali instalar a Biblioteca Municipal até 2008. Encontrando-se o projecto a ser desenvolvido pelo arquitecto Luís Febrer, pretende o município que esta iniciativa se integre no programa de comemorações para os 500 anos da Cidade. Cf. C. M. F, Vereações, L.º 26, fls. 208 e 208v., sessão de 29 de Dezembro de 1939.

⁴⁶³ Em Agosto de 1930, o Banco de Portugal perguntava à Câmara do Funchal quanto à abertura daquela nova Rua. Acerca da decoração interior deste imóvel, o *Diário de Notícias* comentava a vinda à Madeira de seis operários estoucadores para efectuar as obras daquela especialidade na agência do Banco de Portugal, cujo construtor responsável foi João Cândido Gomes, então presidente do Grémio dos Construtores Cívicos e Empreiteiros da Madeira. Cf. “Obras do Banco de Portugal”, *Diário da Madeira*, 29.02.1940, p.1, cols. 2-3.

qualquer sujeição quanto ao estilo da construção, à qual se associou um gosto mais classizante, então já apelidado de D. João V ⁴⁶⁴.

Com fachadas para as avenidas Arriaga e Zarco, o imóvel foi inaugurado em Dezembro de 1940, o ano das Comemorações Centenárias. Um corpo torreado destaca-se do conjunto com portal ao gosto neo-barroco. Neste, desfilam alguns elementos escultóricos, realizados em mármore branco do continente, nomeadamente as cariátides, as cornucópias e as armas nacionais. Lateralmente apresenta nichos com floreiras, esculpidas por Agostinho Rodrigues, em cantaria rija da Madeira e encimados por janelões gradeados, de gosto neo-barroco. A introdução destes elementos da arquitectura oitocentista, constata a sujeição ao figurino do regime político da época estado-novista e a um sentimento romântico por épocas áureas do passado histórico português que, pelo traço deste arquitecto, também se estenderam à Madeira. Esta linha de desenvolvimento da obra de Edmundo Tavares coaduna-se com o princípio da “*casa portuguesa*”, desenvolvida por Raul Lino e que forneceu ao Estado Novo e à obra de Edmundo Tavares suporte para uma arquitectura de carácter nacionalista.

Os empreendimentos públicos que temos vindo a citar, sofreram vários atrasos e encarecimentos relacionados directamente com o início da II Grande Guerra. Este conflito mundial trouxe várias repercussões negativas à economia madeirense, tendo agravado os preços dos materiais de construção. Esta realidade foi levada ao conhecimento da edilidade funchalense pelos empreiteiros das obras municipais. O Município do Funchal concordou com as reivindicações, sustentando que a subida de preços não deveria ser suportada unicamente pelos adjudicatários das obras em curso. No entanto, aguardava, que de modo idêntico ao que acontecera na Guerra de 1914, fossem tomadas providências legislativas sobre o assunto ⁴⁶⁵.

No que respeita ao novo edifício dos correios, construído na moderna Avenida Zarco, já em 1930 a Câmara do Funchal se ocupou da preparação do processo para este novo empreendimento. Dando continuidade ao processo, no ano seguinte, o Ministério do Comércio oficiou à Junta Geral do Funchal, para que tratasse do orçamento das obras de adaptação do antigo hospital para Serviço dos Correios, tendo aquela entidade regional respondido que iria estudar o assunto. Decorridos seis meses aquela mesma Junta deliberou nomear uma comissão de peritos, composta pelo eng.º Abel da Silva Vieira, Fabrício Rodrigues e César Barbeito, para procederem à avaliação do edifício pertencente à Santa Casa da Misericórdia, onde

⁴⁶⁴ Respectivamente, “Sessão da Junta Geral do Funchal de 23 de Maio de 1934”, *O Jornal*, 23.05.1934, p.3, cols. 3-4; “Sessão da Câmara do Funchal de 10 de Julho de 1934”, *O Jornal*, 13.07.1934, p.2, cols. 4-5.

⁴⁶⁵ O início da II Guerra, para além do rigoroso Inverno que se registou no ano de 1939, causaram atrasos nos trabalhos de construção de alguns pavilhões da Exposição do Mundo Português. Tal situação criou grandes prejuízos aos empreiteiros, pelo que o ministro Duarte Pacheco teve de criar legislação adequada para suprimir as dificuldades. Enquanto durasse a guerra na, ao

funcionava o Hospital Civil, e assim ficar habilitada a entrar em negociações para a sua compra. Cremos, já com a intenção de lá instalar as suas repartições e não o Serviço dos Correios. Para este ficaria o terreno que aquele organismo possuía a oeste do prolongamento projectado para a Avenida Gonçalves Zarco, cuja cedência gratuita à Direcção Geral dos Correios e Telégrafos, o Governo autorizou em Setembro de 1936⁴⁶⁶.

Naquela data, já havia sido constituída uma comissão encarregada de elaborar os projectos-tipo para os novos edifícios dos correios e telégrafos que o Governo pretendia edificar por todo o país. Com esta actuação pretendia o Governo a economia e a unidade das obras a construir, mas também que se estabelecesse um plano geral das novas construções a executar em anos sucessivos, de harmonia com as possibilidades financeiras da Administração Geral dos Correios. Sendo a comissão constituída pelo eng.º Roberto Espergueira Mendes, eng.º Duarte Pinto Basto de Gusmão Calheiros e pelo arquitecto Adelino Alves Nunes, cabia ao primeiro orientar os trabalhos e ao último organizar os estudos e projectos. Deste modo surge, pelo risco de Adelino Nunes, o projecto para o novo edifício dos Correios no Funchal. De desenho sóbrio e fachada simétrica, ao sabor do regime, a Câmara Municipal do Funchal aprovou-o, em Setembro de 1938, nos termos do art.º 8 do decreto n.º 14 268. Inaugurado a 15 de Novembro de 1942, fez parte do grande plano de edificações aprovado pela Lei n.º 1959, de 3 de Agosto de 1937. Diploma que fixou a orgânica económico-financeira do CTT e confirmou e alargou a sua autonomia⁴⁶⁷. Passados 27 anos, nos *Colóquios de Urbanismo*, considerou-se o empreendimento ultrapassado, não tendo capacidade de resposta às novas necessidades. Referiu-se, igualmente, estar já em vias de concretização a construção de uma nova estação urbana.

Relativamente ao edifício da Junta Geral, pretendendo esta instância de poder supremo na Ilha instalar-se definitivamente em espaço próprio, deliberou propor ao governo a sua intervenção. Pretendia este órgão de poder estar habilitado a adquirir as instalações do antigo seminário, onde, em 1930, ainda se encontrava indevidamente instalado. O decreto n.º 13 514, de 25 de Abril de 1927, declarara nulo o anterior diploma n.º 6 020 que cedia à Junta aquele edifício do extinto seminário. Este, e respectivos anexos, pelo referido decreto, foram entregues à corporação diocesana do culto católico do Funchal. Todavia, demorava o processo de obter um edifício com as necessárias condições de adaptação aos serviços da Junta. Como forma de resolução, a comissão administrativa propôs a aquisição do extinto

⁴⁶⁶ Cf. “Correios, telégrafos e telefones, nova estação no Funchal”, *O Jornal*, 05.02.1930, p.1, col. 3; “Sessão da Junta Geral do Funchal de 6 de Agosto de 1931”, *O Jornal*, 08.08.1931, p.2, col. 6; “Sessão da Junta Geral do Funchal de 8 de Outubro de 1931”, *O Jornal*, 10.10.1931, p. 2, cols. 4-5 e “Interesses madeirenses ...”, *O Jornal*, 08.09.1936, p. 3, cols. 2-6.

⁴⁶⁷ *Diário do Governo*. II Série, n.º 286, de 6 de Dezembro de 1934, p. 5275; “Um Grande Melhoramento ...”, *O Jornal*, n.º 3197, 15.11.1942, p. 1, col. 6.

seminário e a fixação de uma indemnização a determinar por três peritos, pedindo ao mesmo tempo um subsídio de compensação pela indemnização a pagar ⁴⁶⁸.

Passados seis meses sobre aquela solicitação, o Ministério do Comércio oficiou à Junta Geral, pedindo que elaborasse o orçamento das obras de adaptação do edifício do antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia mas, para o serviço dos correios. Ao que a Junta respondeu que iria ponderar sobre o assunto. Contudo, em Outubro do ano seguinte, este organismo regional deliberou nomear uma comissão, presidida pelo eng.º Abel da Silva Vieira, para proceder à avaliação daquele imóvel, a fim de o habilitar a entrar em negociações para a sua aquisição, cremos, já com a intenção de lá instalar definitivamente os seus serviços ⁴⁶⁹. Em 1932, o decreto n.º 21 770, de 25 de Outubro daquele ano, permitiu à Junta Geral adquirir a propriedade que a Misericórdia do Funchal possuía à Avenida Dr. Manuel de Arriaga. Para os correios ficaria a propriedade mais a oeste da projectada Avenida Gonçalves Zarco. Este empreendimento viário traria excelentes condições de acesso ao conjunto de repartições e serviços públicos que se pretendiam implementar naquela área ⁴⁷⁰. Tendo em vista o prolongamento da Avenida Zarco, a Repartição Técnica da Junta Geral do Funchal apresentou, em Agosto de 1936, um plano de adaptação do Palácio da Junta. Três meses depois já se efectuava a demolição da parte oeste do frontispício do edifício setecentista, para o prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco ⁴⁷¹.

Posteriormente, nos inícios da década de quarenta, a Junta Geral do Funchal encarregou de proceder ao estudo das modificações a fazer naquele edifício, o arquitecto Raul Lino. Conhecemos um estudo deste arquitecto para as adaptações a efectuar no Palácio da Junta, que corresponde em parte ao edifício existente, com entrada pela Avenida Zarco. Aproveitando a sua passagem pela Ilha, em Janeiro de 1942 e a convite da Câmara do Funchal para a realização dos estudos de adaptação dos Paços do Concelho e do novo edifício para as repartições camarárias, a Junta Geral encarregou ainda este arquitecto de efectuar o ante-projecto para o novo edifício que daria continuidade ao Palácio e a construir na Avenida Zarco, em frente à nova estação urbana dos correios. Todavia, em Dezembro do mesmo ano, Raul Lino escusou-se oficiando à Junta que, devido a serviços oficiais de que ficara encarregado, que o ocupariam

⁴⁶⁸ Decreto-lei n.º 23 145. *Diário do Governo*. I Série, n.º 237, de 18 de Outubro de 1933, p. 1758. Este decreto incumbiu a Junta Geral a pagar à corporação diocesana do culto católico as rendas relativas ao tempo que usufruiu das instalações do antigo seminário, após a saída do decreto que o cedia àquela corporação.

⁴⁶⁹ “Sessão da Junta Geral do Funchal de 8 de Outubro de 1931”, *O Jornal*, 10.10.1931, p. 2, cols. 4-5.

⁴⁷⁰ Julgamos importante ter presente que oito anos antes desta decisão, em 1922, a comissão administrativa deste órgão de poder local, revelou ter perfeito conhecimento do Plano Ventura Terra, tal como deixamos transparecer em anterior ponto deste estudo.

⁴⁷¹ Encarregue de elaborar a decoração da nova sala de sessões, ficou o artista madeirense Alfredo Miguéis, nomeado pela Junta para exercer aquela tarefa. Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 23 de Março de 1937”, *O Jornal*, n.º 1420, 24.03.1937, p. 4, cols. 1-2.

durante três a quatro meses, não poderia deslocar-se a esta Ilha a fim de efectuar aqueles estudos ⁴⁷². A Junta lastimou a questão, contudo, pediu de imediato à Direcção dos Monumentos Nacionais a indicação de outro arquitecto. Para tal foi convidado o arquitecto Januário Godinho Sousa, que em Abril de 1943 apresentou, em officio, à Junta Geral, as condições em que poderia encarregar-se daquela tarefa. Decorridos dois anos, este arquitecto esteve na Madeira a fim de assinar o contrato para a realização do projecto das novas instalações da Junta Geral e ainda para prestar assistência na execução das respectivas obras ⁴⁷³.

No nosso entender, a solução encontrada para o edificio da Junta Geral, o edificio do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia, veio dar razão às indicações apresentadas por Ventura Terra, no seu *Plano de 1912-1915*, quando localizou, no quarteirão definido pelas Ruas de S. Francisco, parte da Rua da Carreira, Rua de João Tavira e Avenida Arriaga, um “*espaço reservado para o palácio das repartições públicas*”. A mesma opção possibilitou ainda, e em parte, a continuidade do *Plano Ventura Terra* no que respeita à localização, na periferia da cidade, de instituições de saúde. Pois, o produto da venda do Hospital da Santa Casa da Misericórdia reverteu a favor da adaptação do edificio do Hospital dos Marmeleiros e construção dos Sanatórios na zona da Quinta Sant’ana, no Monte. Naqueles anos trinta, estava claro às entidades regionais, ser importante retirar o hospital da zona central da cidade e rentabilizar de modo mais eficiente o meio urbano, ao concentrar uma série de serviços relativos às repartições e serviços públicos naquela área privilegiada da cidade.

No que respeita ao novo edificio para a instalação das Repartições da Câmara do Funchal, construído nos primeiros anos da década de quarenta, implantou-se na Rua 5 de Outubro. A necessidade de espaços para albergar os novos serviços camarários fazia-se sentir desde os inícios dos anos trinta, entre outros, com a criação dos Serviços Municipalizados. Para a instalação da Secretaria Judicial e da Delegação do Instituto Nacional do Trabalho, optou-se pela adaptação de algumas dependências do antigo edificio dos Paços do Concelho. Destinado aos Serviços Municipalizados e Registo Civil, conhece-se um projecto de 1934 para um edificio que serviria àqueles serviços ⁴⁷⁴. Contudo, no ano dos centenários, o

472 Sabe-se que nesta altura Raul Lino desenvolvia vários projectos para a Câmara Municipal do Funchal, entre eles as adaptações nos Paços do Concelho, a fonte para a actual Praça do Município, o estudo para o ainda existente gradeamento da escadaria da Igreja do Colégio, bem como projectos para particulares que pretendiam edificar na Avenida Infante.

⁴⁷³ Cf. “Sessão da Junta Geral do Funchal de 31 de Março de 1943”, *O Jornal*, n.º 3239, 09.04.1943, p. 2, col. 6.

⁴⁷⁴ Sobre este assunto constata-se que em 1934, na sessão camarária de 20 de Fevereiro, se aprovou o projecto para a construção dos edificios dos Serviços Municipalizados e para o Registo Civil. Refere-se, igualmente, que o município resolveu contrair um empréstimo para levar a efeito aquelas e outras obras. Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Fevereiro de 1934”, *O Jornal*, 23.02.1934, p.3, cols. 4-6. Encontramos estes estudos na Sala de Desenho do Departamento de Planeamento Urbano da Câmara desta cidade.

município do Funchal voltou a aprovar novo projecto de imóvel destinado à Conservatória do Registo Civil e Comercial e à Secção de Finanças. Adjudicada a construção a Gabriel Franklin Correia da Silva, o imóvel ergueu-se na Rua 5 de Outubro onde, até há poucos anos, ali esteve instalada uma das Secções de Finanças do Funchal. Quanto à volumetria do imóvel, verifica-se alguma semelhança com o projecto anterior de 1934, todavia, de desenho mais sóbrio e maior simplicidade nas linhas e elementos decorativos. Na fachada principal destaca-se a varanda de balaustradas e o escudo em cantaria rija ⁴⁷⁵.

⁴⁷⁵ Cf. “Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 17 de Outubro de 1940”, *O Jornal*, n.º 2513, 26.10.1940, p. 2, cols. 5-7. Sobre este projecto sabe-se que, posteriormente, o Governador Civil pediu esclarecimentos, pois recebera telegrama da Direcção Geral da Fazenda Pública, informando que o mesmo deveria ser alterado. Ao que o município respondeu que iria tomar as providências sugeridas, na medida das suas possibilidades orçamentais. Cf. Sessão da Câmara Municipal do Funchal de 20 de Fevereiro de 1941”, *O Jornal*, n.º 2609, 22.02.1941, p. 3, cols. 1-2.

3.9 Espaços públicos / arranjos urbanísticos: Jardins e Parques, Largos, Miradouros, Praças e Rotundas.

A crescente preocupação com a qualidade dos arranjos urbanísticos da cidade levou ao pedido de intervenção de especialistas com maior preparação nesta área. Caso de Francisco Caldeira Cabral, engenheiro agrónomo convidado a realizar estudos para vários espaços públicos do Funchal. Diplomado pelo Institut Fur Garten-und Landschaftsgestaltung da Universidade de Berlim, foi primeiramente convidado pelo Dr. Fernão Ornelas para realizar estudos para o Parque da Cidade, posteriormente designado de Santa Catarina. Em Junho de 1938, a comissão administrativa do município do Funchal considerou indispensável a construção de jardins públicos no embelezamento da cidade⁴⁷⁶. Em virtude do Jardim de S. Francisco ter sido em parte cortado pela construção da Avenida Arriaga, a referida comissão resolveu propor a construção de um jardim público; o Parque da Cidade, no quarteirão ao norte da então Rua Hermenegildo Capelo.

Todavia, aquele empreendimento revelou-se pouco pacífico. Segundo o trabalho de Teresa Andersen, devido a problemas relacionados com o processo de expropriações, o projecto para aquele espaço público sofreu demoras. Pelos finais de 1942, o ministro Duarte Pacheco tomou conhecimento dos projectos de Cabral para a Madeira, através das duras críticas do arquitecto Baltazar Castro. Pela correspondência trocada entre António Teixeira de Sousa, pessoa chegada a Fernão Ornelas e quem tratou dos contactos oficiais com Caldeira Cabral, depreende-se que, de modo a suavizar a questão, o presidente da Câmara desta cidade contactou Baltazar Castro para arquitecto consultor na Ilha⁴⁷⁷.

Todavia, o conflito estendia-se ainda a Moreira de Sousa, arquitecto que já desenvolvia projectos para a Madeira⁴⁷⁸. Sabe-se que em Março de 1944, a edilidade funchalense apreciou o esboço daquele arquitecto para o Parque da Cidade considerando-o, por unanimidade, de inaceitável, desinteressando-se, conseqüentemente, da elaboração definitiva do projecto em questão. Alegou a mesma edilidade que a proposta só poderia ser aprovada pela Câmara, desde que todo o terreno fosse aproveitado pois, da análise ao projecto, concluía-se ser propósito evidente do arquitecto criar zonas distintas, dando a impressão nítida

⁴⁷⁶ Cf. CMF, *Vereações*, L.º 25, fl. 234v, sessão de 2 de Junho de 1938.

⁴⁷⁷ Já anteriormente fizemos referência que, para a introdução de Caldeira Cabral na Ilha, terá contribuído provavelmente o facto de Raul Lino ser amigo próximo de António Teixeira de Sousa, este por sua vez, pessoa chegada a Fernão de Ornelas. Acrescentamos ainda que, para a concretização deste empreendimento, o imigrante madeirense João Maria Teixeira, propôs um empréstimo à Câmara de três mil contos. Sobre este empréstimo já nos referimos no ponto relativo à construção de escolas primárias na Ilha.

⁴⁷⁸ Cf. Teresa Andresen, *Francisco Caldeira Cabral*, ...pp. 175-176.

de que se projectavam dois parques separados pela Quinta de Nossa Senhora das Angústias, que se conservava disfarçadamente isolada. Factos que contrariavam toda a ideia base que a Câmara do Dr. Fernão Ornelas pretendia para o Parque da Cidade ⁴⁷⁹.

Como entretanto este projecto se arrastava, pelo Verão de 1941, quando então Caldeira Cabral leccionava pelo segundo ano no Instituto Superior de Agronomia, o Dr. Fernão de Ornelas dirigiu-lhe o convite para efectuar estudos para outros espaços públicos na cidade ⁴⁸⁰. Surgiu, então, o projecto para o Jardim de S. Francisco, em Dezembro de 1941. Para ali, Cabral projectou a pequena casa, ainda existente, na extremidade Sudoeste. Inspirada, dizia, nas casas rurais do Funchal, destinava-se em primeiro lugar a servir à venda de flores dos jardins municipais ⁴⁸¹. Para o mesmo jardim desenhou, igualmente, um coreto. Existindo ali um coreto antigo, Cabral propôs transferi-lo para o lado Norte do Jardim e dar-lhe outra disposição, o que permitiria à Câmara desta cidade ali efectuar a passagem de filmes de propaganda ⁴⁸². Para este Jardim, hoje designado de Jardim Municipal, a Câmara do Funchal resolveu adquirir ao escultor Henrique Moreira um grupo de dois meninos que seriam colocados no lago ali existente ⁴⁸³.

De Caldeira Cabral é também o estudo para a Praça do Município, em colaboração com Raul Lino, que desenhou o chafariz central e o gradeamento. Para o seguimento das obras de alargamento do Largo do Colégio, segundo a Câmara do Funchal, encontrava-se a necessidade de descobrir a fachada principal do Município, encoberta por velhas edificações, mas também, o estabelecimento de uma ligação fácil e adequada às novas necessidades de viação entre o centro e a parte leste da cidade. As vias de comunicação que serviam esta zona da cidade eram estreitas e tortuosas obrigando a percursos longos, e

⁴⁷⁹ Cf. CMF, *Vereações*, L.º 36, fls. 164v a 165v, sessão de 23 de Março de 1944.

⁴⁸⁰ Na sequência daquele convite, Caldeira Cabral visita o Funchal em Janeiro de 1942, acompanhado por Raul Lino e respectivas famílias.

⁴⁸¹ Destinava-se também à guarda de ferramentas e ao quadro eléctrico geral daquele Jardim. O tipo da casa seria com telhado de colmo que, referia, era o melhor que se adaptava ao local e ao facto de existir uma postura municipal que obrigava as vendedeiras de flores a usar o traje regional. A 22 de Janeiro de 1942, a Câmara resolveu abrir concurso para a construção da casa com coreto, cujo orçamento era de 17 269\$00, e da casa para flores, cujo orçamento era de 7 558\$00. Cf. CMF, *Vereações*, L.º 32, fl. 217v, sessão de 22 de Janeiro de 1942.

⁴⁸² Na memória descritiva deste projecto, Cabral refere que o tipo de construção para o coreto seria idêntico à casa pequena; um tecto de colmo sobre colunas de pedra vermelha, semelhante à dos bancos do largo fronteiro. Entre as pilastras de cantaria que surgiriam na parte posterior do edifício, recomendava a pintura de frescos alusivos a músicos com traje regional aos lados e ao centro fresco representando uma dança popular. Do contacto mantido entre o Dr. Fernão Ornelas e Caldeira Cabral no Verão de 1941, surge-nos ainda, na obra deste engenheiro para a Madeira, o estudo para o Largo da Restauração. A principal determinante no arranjo deste Largo foi a existência de uma fonte monumental em cantaria de basalto que se encontrava aproximadamente ao centro. Na construção do Largo considerou-se um elevado emprego daquele tipo de cantaria. Cf. Francisco Caldeira Cabral, *Memória Descritiva do Projecto do Largo da Restauração na Cidade do Funchal*, Novembro de 1941, p. 2.

⁴⁸³ Cf. CMF, *Vereações*, L.º 33, fl. 172v, sessão de 2 de Julho de 1942. Todavia, em Abril de 1943, noticiou-se na imprensa regional que chegavam do continente trabalho do escultor António Maria Ribeiro para aquele Jardim. Cf. “Trabalho de Escultura”, *O Jornal*, n.º 3240, 06.04.1943, p. 1, col. 6.

por vezes difíceis para os automóveis. Era, então, necessário o prolongamento da Rua do Bom Jesus com o centro da cidade e a ligação com a parte Leste. Igualmente importante, era a abertura da rua que daria acesso ao novo edifício para as repartições públicas, que o Município levava já a efeito; a Rua do Padre Gonçalves da Câmara ⁴⁸⁴.

Com aquele mesmo objectivo, afirmou a Câmara de Fernão Ornelas, estivera a solução projectada por Ventura Terra, em 1915. Referiu-se, ainda, que nas suas linhas gerais, era também aquele o plano adoptado pelo município. Com o seguimento desta obra, a Câmara propunha-se resolver várias questões; executar um bom troço de ligação com a zona ocidental da cidade, construir uma praça na cidade que ainda a não tinha, que essa praça fosse a Praça do Município da cidade, em frente aos Paços do Concelho. Valorizando as edificações que enquadrava, a nova praça seria, por sua vez, valorizada pela arquitectura e função social dos mesmos. A Praça do Município, construiu-se de acordo com o estudo de Cabral ⁴⁸⁵. Uma praça rectangular com motivos alusivos ao mar, para a qual Raul Lino desenhou uma fonte monumental assim como a vedação em ferro, parte dela, ainda hoje existe, no gradeamento da escadaria em frente à Igreja do Colégio ⁴⁸⁶.

O prolongamento da Avenida Arriaga, com a construção da Avenida Infante, originou a construção da Rotunda do Infante, nos anos quarenta ⁴⁸⁷. Para este empreendimento Raul Lino efectuou uma proposta que considerou a localização da estátua ao Infante D. Henrique na placa central da mesma. Aquele arquitecto considerou que as praças circulares eram dos locais mais ingratos para a exposição de um monumento, com artérias a convergirem para o seu ponto central. Quando se lhe apresentaram a estátua a D. Henrique, logo se lhe *antolharam* as dificuldades do problema. A estátua era de proporções

⁴⁸⁴ Para a abertura desta rua, a Câmara estabeleceu contrato com o Dr.º Rui Bettencourt da Câmara e sua esposa D. Margarida da Rocha Machado e Câmara. Estes procederiam à demolição do prédio à Rua dos Ferreiros n.ºs 86 a 92 e do armazém à Rua 5 de Outubro n.º 60. Os mesmos cederiam à Câmara 420 metros de terreno ao Sul dos Paços do Concelho, no valor de 42 contos. A Câmara cederia em troca, igual número de metros de terreno que iria adquirir a Dermont Borger (Torre Bella), a norte da rua projectada, na zona onde se previa a ligação do Largo do Colégio com a Rua do Bom Jesus, terreno estimado em 52 contos. Na hipótese de não se construir esta última ligação, a Câmara comprometia-se a reembolsar aqueles proprietários no valor do terreno. Cf. CMF, *Vereações*, L.º 31, fl.163 e 163v, sessão de 19 de Junho 1941.

⁴⁸⁵ A empreitada de terraplanagem e calcetamento da praça do Município foi adjudicada a António de Abreu, do sítio dos alecrins, em Santo António, por 130 697\$00 escudos. Cf. CMF, *Vereações*, L.º 31, fl. 244, sessão de 7 de Agosto de 1941. Como já atrás fizemos referência, informação gentilmente fornecida pelo colega deste mestrado, Agostinho Lopes.

⁴⁸⁶ No que respeita ao arranjo urbanístico desta praça e zona imediata, sabemos que o arquitecto urbanista, Guilherme Faria da Costa, em 1945, efectuou um estudo tendo em vista a organização daquela área. Das expropriações necessárias ao alargamento do Largo do Colégio, destacamos o caso Torre Bella. Em Outubro de 1940, Dermot Bolger (Torre Bella), recusava-se, perante a comissão administrativa da Câmara desta cidade, a indicar um representante seu na questão relativa à expropriação do seu Palácio, à Rua dos Ferreiros. Alegava que pelo decreto n.º 30 262, era aquele imóvel considerado de interesse público, mas também por considerar que não interessava às obras do alargamento projectado pela Câmara.

⁴⁸⁷ Na sessão camarária de 3 de Outubro de 1940, a Câmara do Funchal deliberou dar o nome de Praça do Infante à rotunda de ligação entre as avenidas do Infante e Arriaga.

mínimas, pouco acima do tamanho natural. Para resolver este primeiro dilema teria de avolumar a composição arquitectónica do pedestal, de modo a resistir aos efeitos dispersivos do local. Assim, apresentou uma solução de conjunto que abrangia todo um arranjo na placa central que incluía o calcetamento e mesmo a plantação intencional de árvores. Escolheu um arco ogival, lançado do alto e entre dois suportes cilíndricos, do género de torres dos castelos medievais portugueses. Deste modo, o autor justificava o sentido religioso e o carácter guerreiro das empresas henriquinas. Todavia, optou-se por colocar o monumento fora da zona central, como hoje se pode constatar, ficando a estátua ao Infante protegida por grande arco ogival. A sua inauguração solene registou-se a 28 de Maio de 1947⁴⁸⁸.

As grandes obras do Estado Novo atingiram também o Turismo e a Cultura com a criação de pousadas e o restauro de monumentos como a Sé e os Conventos de Santa Clara e da Encarnação, bem como o Teatro Municipal, todavia, destacamos apenas um conjunto das que consideramos essenciais e mais relevantes na justificação do prosseguimento do Plano Ventura Terra ao longo de todo o século XX, como base para a modernização da cidade do Funchal.

⁴⁸⁸ Cf. Raul Lino, *Memória Descritiva do Monumento Ao Infante D. Henrique no Funchal*, Lisboa, Abril de 1942. Para esta Rotunda ficou a fonte decorativa do escultor António Duarte.

Considerações finais

Relativamente ao primeiro ponto do nosso estudo, é ponto assente que a cidade do Funchal, após a instalação do primeiro povoado junto à zona do Calhau, no espaço compreendido entre o Largo do Corpo Santo e a Ribeira de João Gomes a leste, evoluiu no sentido leste-oeste. Com a constituição de um segundo aglomerado urbano nos futuros arrifes de Santa Catarina, para onde se mudou o capitão donatário, ficou desde logo demarcada uma zona mais nobre a oeste, enquanto os artesãos, aqueles que viviam do trabalho; ficaram a leste. Característica que vemos reforçar-se em planos posteriores; nomeadamente, no plano do brigadeiro Reynaldo Oudinot para uma *nova cidade* na zona das Angústias, ou ainda, no *Plano de Melhoramentos Para o Funchal de 1912-1915* de Miguel Ventura Terra, que remete para oeste a zona mais nobre da cidade. Podemos ainda inferir que no início do século passado, arquitectónica e urbanisticamente, a cidade do Funchal mantinha praticamente os mesmos traços definidores que à época da sua formação e expansão.

Da análise ao período da I República na Madeira, podemos deduzir que, à semelhança do se passou pelo país, a intervenção do Estado em obras públicas foi praticamente nula. Deste lado do Atlântico também se recorreu ao aproveitamento de edifícios religiosos para alojar vários serviços públicos nomeadamente, relacionados com o ensino da população, serviços de saúde e repartições públicas. Foram, sobretudo, edifícios onde o serviço religioso ficara extinto; caso dos conventos, das Mercês e de Santa Clara, ou do Seminário Diocesano.

Com a descrição do *Plano de Melhoramentos Para o Funchal de 1912-1915* de Miguel Ventura Terra, inferimos a importância do mesmo no planeamento urbanístico da cidade do Funchal da primeira metade do século XX. Com efeito, trata-se de um documento essencial para a compreensão do Funchal contemporâneo. Desenvolve uma proposta de modernização da cidade onde se aplicam os conceitos correntes do urbanismo francês da época; visível nas grandes avenidas rectilíneas, das quais vimos concretizarem-se a Avenida de Oeste, depois do Infante, e a Avenida Marginal. É ainda visível aquele conceito na utilização de rotundas para a distribuição viária, de amplas praças e parques na periferia. Plano ambicioso para a época, tendo a

instabilidade política do país de inícios de novecentos, com sucessivas quedas de governo que se alargaram à Ilha nas frequentes alterações de Governadores Civis, adiado a sua concretização.

Ao longo da primeira metade do século passado, constatamos que algumas directrizes deste documento foram pontualmente retomadas. Era, em parte, esse o desejo da comissão administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, em inícios dos anos vinte. O mesmo deduzimos da análise ao Plano de Urbanização para a Cidade do Funchal de 1931-1933, do arquitecto Carlos Ramos; onde o mesmo aponta, como o seu antecessor, a cobertura das três ribeiras que percorrem a cidade, para a abertura de largas avenidas. À semelhança do seu mestre, Carlos Ramos aponta também a continuidade para poente da Avenida de Oeste, passada a zona hoteleira.

Igualmente, a localização dos serviços da Junta Geral, no edificio do antigo hospital da Misericórdia, vêem confirmar, no nosso entender, as indicações apresentadas por Ventura Terra, no seu *Plano de 1912-1915*, quando localizou, no quarteirão definido pelas Ruas de S. Francisco, parte da Rua da Carreira, Rua de João Távira e Avenida Arriaga, um espaço reservado para um Palácio das Repartições Públicas. Opção que, por sua vez, veio dar seguimento a outra indicação sugerida por aquele arquitecto, a de remeter para a zona do Monte instituições de saúde, nomeadamente, a construção de sanatórios para o tratamento da tuberculose.

Mas o grande impulsionador daquele moderno projecto foi, sem dúvida, o Dr. Fernão de Ornelas. Nos anos trinta-quarenta, com a sua tenacidade e força de decisão, em consonância com o novo regime, implementou as grandes alterações que modernizaram a cidade do Funchal. O período de actuação da edilidade funchalense sob a presidência daquele autarca, coincide com um tempo fecundo no tocante à renovação e melhor apetrechamento desta cidade em infra-estruturas nas mais diversas áreas. É ocasião para afirmarmos que, à semelhança do que se passou pelo país, os anos trinta-quarenta na Madeira, foram um período áureo de afirmação do Estado Novo através de obras públicas.

A qualificação e modernização da cidade do Funchal passou por um extenso programa de melhoramentos urbanos. No alargamento da rede pública de água potável a toda a cidade do Funchal, desenvolveram-se infra-estruturas a fim de garantir à população desta cidade uma boa distribuição de água potável. Construiu-se, em 1933, o Reservatório de Água, em Santa Luzia e alargou-se a rede de água potável às zonas suburbanas, construindo-se vários fontanários em zonas consideradas estratégicas para o abastecimento das populações. Colocou-se em

funcionamento os Serviços Municipalizados, que administraram até 1939, alguns serviços camarários.

Foi altura para um significativo apetrechamento portuário com o prolongamento do cais da “Entrada da Cidade” e as obras no Molhe da Pontinha, de grande importância para a ampliação da zona de abrigo do porto desta cidade. Obras há muito requeridas e insistentemente, ao longo do século XIX e inícios do XX, requisitadas ao governo central, pela população e entidades regionais e que em muito beneficiaram o desenvolvimento da nova base económica, o Turismo.

A rede de estradas regionais conheceu notável expansão verificando-se, para a baixa citadina, uma significativa modernização do sistema rodoviário. Dedicou-se grande esforço no alargamento e prolongamento das principais acessibilidades, o que permitiu facilidades de utilização pelos automóveis e maior comunicação entre diferentes pontos da cidade e da Ilha. Registou-se a construção das duas avenidas projectadas por Ventura Terra. A de Oeste, depois do Infante, e a Avenida Marginal. Foi ainda importante o calcetamento de praticamente toda a zona central da cidade pelo sistema de paralelepípedos, que resultou em melhor comodidade na utilização das vias públicas quer pelos automóveis quer pelos transeuntes.

A construção de novos equipamentos públicos e de habitação veio povoar a cidade com volumes que caracterizam as construções da época de *Estado Novo* explanada neste estudo. Será de relembrar a responsabilização de Edmundo Tavares na introdução de ecos de modernidade arquitectónica na Madeira. Das obras mais significativas deste arquitecto, residente na Ilha entre 1932 e 1939, destacamos, numa linha mais revivalista, a Vivenda Fátima e o Banco de Portugal, edificados de acordo como modelo de “*casa portuguesa*” proposto por Raul Lino e assumido pelo regime como “*português suave*”. Preconizando uma linha assumidamente modernista, ficam o Mercado dos Lavradores e o Liceu de Jaime Moniz. Associada ao desenvolvimento desta nova estética na arquitectura, constata-se a utilização de novos materiais de construção, nomeadamente o betão armado, parcialmente responsável pelo progressivo corte com o passado e com o historicismo na arquitectura.

Os empreendimentos levados a efeito por Fernão Ornelas contemplaram, igualmente, a preocupação pelos arranjos urbanísticos, nomeadamente, dotar a cidade de espaços verdes e de uma praça que ainda não possuía. Os projectos para a criação de um Parque da Cidade, o de Santa Catarina, bem como o da Praça do Município, trouxeram à Madeira novos valores da arquitectura e do urbanismo português.

Contudo, por levar à prática este extenso programa, o Dr. Fernão Ornelas pagou, com a sua exoneração, todo o trabalho levado a efeito. A realização de grandes obras tocou nos privilégios das famílias funchalenses mais bem conceituadas, sendo também a questão das expropriações, um prato forte na sua actuação. De entre a comissão que presidia, insurgiram-se atitudes contra a sua actuação, mas também de regozijo e louvor pelo contributo deste autarca no desenho de uma nova imagem da cidade, onde o Turismo se tornava cada vez mais factor primordial da riqueza do arquipélago.

Relembrando as palavras de Ventura Terra na Memória Descritiva do seu plano, ponto de partida para o nosso estudo, a implementação faseada e evolutiva do seu projecto conduziria à integração do Funchal no conjunto das principais cidades europeias do Turismo. Da concretização deste plano, muito fica ainda por dizer julgamos, porém, com o nosso trabalho ter contribuído para um melhor entendimento da realidade que envolveu parte da sua realização.

BIBLIOGRAFIA / FONTES

Bibliografia de referência

AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, vários volumes, 1978.

ECO, Humberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1984.

FRADA, João José Cúcio, *Guia Prático Para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, 8.^a ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

ROSAS, Fernando, e BRITO, J.M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, vols. I e II, 1996.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, vols. I a VI, 1981.

SILVA, António de Moraes, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Editorial Confluência, vols. I a V, 1988.

VERÍSSIMO, Nelson, *Madeira - Referências Bibliográficas*, policopiado, Funchal, 1996.

VIEIRA, Alberto, *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995.

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3 vols., 1998.

Obras Gerais de História de Portugal

AAVV, João Medina (dir.), *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Barcelona, Ediclube, vol. XII, 1995.

Actas do Colóquio sobre o Estado Novo, “*O Estado Novo – das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*”, Lisboa, Fragmentos, vols. I e II, 1986.

MATTOSO, José, (dir.), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. VII, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 5.^a ed., Lisboa, Palas Editores, vol. II, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.

MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses (1147-1460)*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, vol. I, 1944.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1996.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1928-1934*, 4.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, vol. I, 1944.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, vários volumes, 1989.

SERRÃO, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.

Obras Gerais de História de Arte, Urbanismo e Arquitectura.

DROSTE, Magdalena, *Bauhaus 1919-1933*, Colónia, 1994.

Obras de História de Arte, Urbanismo e Arquitectura Portuguesa

AAVV, Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa, do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. III, 1995.

AAVV, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, vol. XIV, 1986.

ALVES, Joaquim J. B. Ferreira, *O Porto na Época dos Almadás – Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, Centro de História da Faculdade de Letras do Porto, vols. I e II, 1988.

ALMEIDA, Pedro Vieira, *A Arquitectura no Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, Revista *Arquitectos*, n.º 2, Maio/Junho, 1989.

BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana e WANG, Wilfried (org.), *Portugal - Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1997.

BMF, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Problemas de Urbanização-Conferências Realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935*, Lisboa, 1936.

CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

COMISSÃO EXECUTIVA DA EXPOSIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, *QUINZE ANOS DE OBRAS PÚBLICAS: Livro de Ouro (1932-1947)*, Lisboa, Imprensa Nacional., vol. I, 1947.

COSTA, Marcelo, “A (re) conquista do paraíso perdido” in Revista *Atlântico*, n.º 1, 1985, pp. 65-69.

BMF, CORREIA, Eng.º Jorge Barradas, *Urbanismo, princípios orientadores*, Lisboa, s. e., s.d.

BMF, EDIÇÕES SNI, *A Revolução Nacional 20 Anos de Grandes Realizações- 28 de Maio de 1926 a 28 de Maio de 1945*, Lisboa, Editorial Império, s. d.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX, (1911-1961)*, 3.ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1991.

FERREIRA, Carlos Antero, *Betão: a Idade da Descoberta*, Lisboa, Passado Presente, 1989.

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Lisboa, Gradiva, 1993.

Arquitectura Portuguesa uma Síntese, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2001.

“Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português”, in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhum (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 1999, pp. 334-383.

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

GUEDES, Fernando, *Estudos Sobre Artes Plásticas – os anos 40 em Portugal e outros estudos*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

JANSON, H. W., *História da Arte*, 6.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.

BMF, MINISTÈRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização-1953*, Lisboa, 1953.

BMF, MINISTÈRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Obras Públicas concluídas em 1953*, Anexo n.º 4 ao Boletim do Comissariado do Desemprego, Lisboa, 1954.

BMF, MINISTÈRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Comissariado do Desemprego*, Boletim n.º 39, Lisboa, 1962.

RAUL LINO, *Quatro Palavras Sobre Urbanização*, Lisboa, Edição de Valentim de Carvalho, 1945.

RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2002.

SILVEIRA, Ângelo Costa, “Prédio Ventura Terra: Uma Intervenção no Romantismo Urbano”, in *Revista Monumentos*, n.º 3, Set. 1995, pp. 78-83.

BMF, SINDICATO DE PROPAGANDA NACIONAL, *Obras Públicas, Cadernos do Ressurgimento Nacional*, Lisboa, edições SPN, s.d.

TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa, 1947.

ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia, 1970.

Obras Gerais de História da Madeira

AAVV (Doutor Abel Pereira de Andrade, Doutor José Maria Joaquim Tavares e Doutor José Gabriel Pinto Coelho, *Obras do Porto do Funchal*, Parecer dos Professores da Universidade, 1926.

ALBUQUERQUE, Luís de e VIEIRA, Alberto, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.

ALCOFORADO, Francisco, “Relação do Descobrimento da Madeira”, publicada por Manuel Juvenal Pita Ferreira, Funchal, Tipografia “Jornal da Madeira”, 1961.

ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700*, Funchal, 1981.

Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1979.

O Museu da Quinta das Cruzes, Funchal, Junta Geral, 1970.

BERNARDES, Lília, “Retratos de uma autarquia” in *Revista Diário Notícias*, 25 Setembro de 1994, Funchal, pp. 13-18.

BRASÃO, Maria Elisa de França e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, Funchal, DRAC, 1994.

CALISTO, Luís, *Achas para a Autonomia*, Funchal, Ed. *Diário de Notícias*, 1995.

CALDEIRA, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX, 1900-1925*, 2.^a ed., Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1995.

CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BMF, CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, *Orçamento Ordinário da Receita e Despesa da Câmara Municipal do Funchal para o ano civil de 1936*, Funchal., s. e., s. d. (e seguintes, até 1950).

Catálogo do Museu da Cidade, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, s. d.

CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1982;

O Colégio dos Jesuítas do Funchal, Funchal, Secretaria Regional de Educação, vol. II, 1987.

Assembleia Legislativa Regional, Funchal, Região Autónoma da Madeira, Dezembro de 1994.

“O grande monumento a Zarco” in *Isleña*, n.º 3, Funchal, Jul.-Dez. 1998, pp. 91-96.

História da Madeira, Funchal, Secretaria Regional de Educação, vários vols., 1991-1999.

A Freguesia do Faial, Casa do Povo do Faial, 2000;

e MELLO, Luís de Sousa, *ACIF (1836-1933) – esboço histórico*, Funchal, Edicarte, 2002.

ACIF (1933-2002) – esboço histórico, Funchal, Edicarte, 2003.

CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-bibliográfico de Madeirenses: sécs. XIX e XX*, Funchal, Edição da Caixa Económica do Funchal, 1983.

BMF, COMPANHIA DAS OBRAS DO PORTO DO FUNCHAL (Madeira), *Obras do Porto do Funchal*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1926.

CRUZ, Visconde do Porto da, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira* 3.º período – 1910-1952, Funchal, Câmara Municipal do Funchal., vol. III, 1953.

DIONÍSIO, Fátima Pitta, “A Revolução da Madeira de 1931: a importância do sector leste da Ilha no desfecho trágico da revolta”, in *Revista Atlântico*, n.º 9, 1987, pp. 43-60.

FERNANDES, José Manuel, “Da Sé ao Casino” in *Revista Monumentos*, Lisboa, n.º 19, Setembro 2003, pp. 95-99.

“O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico” in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC, vol. II, 1989, pp. 247-260.

BMF, FREITAS, José Joaquim de, *Projecto de Organização de Limpeza e Higiene da Cidade do Funchal apresentado na sessão da Câmara de 8 de Outubro de 1891, pelo vereador do respectivo pelouro*, Funchal, Typ. da Lucta, 1892.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1968.

GONÇALVES, Óscar Baltazar, *Actividade Municipal*, Lisboa, Lucas & C.^a, 1951.

BMF, INSTITUTO JURÍDICO E COMERCIAL, *Código Administrativo e o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, n.º 11, Lisboa, 1941.

JANES, Emanuel, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Funchal, CEHA, 1997.

JASMINS, Miguel, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, 1996.

BMF, JUNTA GERAL DO DISTRITO DO FUNCHAL, *Regimento Interno da Junta Geral do Distrito do Funchal, aprovado pela mesma Junta em sessão plenária de 13 de Novembro de 1916*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1917.

BMF, JUNTA GERAL DO DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL, *Boletim*, Funchal, Ano I, Vol. I, N.ºs 1 a 12, respectivamente de Janeiro a Dezembro 1953.

BMF, JUNTA GERAL DO DISTRITO, *Relatório da Comissão Distrital apresentado à Junta Geral do Funchal na Sessão Ordinária do mez de Abril de 1908*, Funchal, Typografia <<O Direito>>, 1908. (e relatórios dos anos seguintes até 1916).

LIMA, J. A. Costa, “Salazar na Madeira, uma nóvula histórica” in, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, p. 26.

LOPES, Agostinho Amaral, *A Obra Realizada Pela Câmara Municipal do Funchal no Ano de 1935*, trabalho para o Seminário de História da Madeira, Mestrado em História e Cultura das Regiões, 1999.

MACHADO, José Raphel Basto Machado, *Cem anos de vida escolar*, Funchal, Livraria Popular, 1937.

MEDINA, João, “O Zé Madeirense – a propósito dos incidentes eleitorais de 1882” in *Islenha*, , n.º 1, Jul.-dez. 1987, pp. 38-44.

MELLO, Luís de Sousa e CARITA, Rui, *ACIF (1836-1933)–esboço histórico*, Edicarte, Lisboa, 2002.

BMF, MIRANDA, Luiz de Bettencourt, *Escritura de Contracto para a Iluminação da Cidade do Funchal por meio de Luz Eléctrica*, Funchal, Typ. Bazar do Povo, 1916.

NASCIMENTO, João Cabral do, *Estampas Antigas da Madeira. Paisagem, costumes, traje, edificios, marinhas*, Funchal, Club Rotário do Funchal, 1935.

NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos Históricos do Atlântico, 1996.

PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.^a ed., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, vols. I e II, 1989.

BMF, *PROGRAMA DO CONCURSO PARA O ABASTECIMENTO D'AGUAS DA CIDADE DO FUNCHAL--ANNUNCIO*, s.l., s. d.

BMF, *Programme du Concours pour l'approvisionnement d'eaux et canalisation d'égouts de la ville de Funchal*, Funchal, Typ. do Diário Popular, 1900.

RIBEIRO, Adriano, "A Indústria da Cal em Câmara de Lobos", in *Revista Girão*, n.º 6, pp. 251-255.

RODRIGUES, Miguel Jasmíns, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, 1996.

BMF, RODRIGUES, Ramon Honorato Corrêa, *Notas Sobre a Actuação da Delegação da Junta de Exportação dos Cereais na Madeira*, Funchal, Tipografia Esperança, 1962.

SANTOS, Rui, *As Ruas da Cidade do Funchal*, Fotocópias da crónica de Domingo do *Jornal da Madeira*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1993.

SANTOS, Rui "A Avenida Elias Garcia" in *Jornal da Madeira*, Magazine n.º 38, Funchal, 13 de Maio de 1995, pp. 26-28.

SANTOS, Gonçalo Nuno e GOUVEIA, Sérgio, "O Homem que transformou o Funchal" in *Revista Diário Notícias*, 13 a 19 Outubro, 2002, pp. 10-15.

SERRÃO, Joel, "Sobre o Trigo das Ilhas" nos sécs. XV e XVI, in *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

SIMÕES, Álvaro Vieira, SILVA Iolanda e SUMARES, Jorge, *Transportes na Madeira*, Funchal, DRAC, 1983.

BMF, SINDICATO NACIONAL, *Lei Orgânica e regulamentos da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal*, 1921.

SILVA, Angelo Augusto da, *O Liceu de Jaime Moniz*, Lisboa, separata dos "Liceus de Portugal" editada pela Junta Geral do Funchal, 1946.

SILVA, António Ribeiro Marques da, "As Gibraltinas" in *Margem*, n.º 6, , Funchal, Câmara Municipal do Funchal, Junho 1997, pp. 24-27.

SILVA, Padre Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, Direcção dos Assuntos Culturais da Madeira, 1984.

SILVA, Padre Fernando Augusto da, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Edição do autor, “diário da Madeira”, 1934.

SILVA, Padre Fernando Augusto da Silva, *O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa*, Funchal, edição da Câmara Municipal do Funchal, 1941.

SOARES, João, *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné – Documentos - 4 de Abril a 2 de Maio de 1931*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1979.

ARM, Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal in *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. XV a XVIII, Funchal, 1972 (transc. de Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo).

BMF, TRIGO, Adriano A., *Breves Considerações sobre os melhoramentos de que carece o porto do Funchal. Comunicação feita na sessão de 22 de Março de 1912 da comissão nomeada por portaria de 8 de Dezembro de 1911 para estudar e indicar ao Governo os melhoramentos de que carece o porto do Funchal*, 1912.

BMF, TRIGO, A. e TRIGO, Aníbal A., *O Roteiro e Guia do Funchal*, 1910-67, Typografia Esperança, s. d.

VERÍSSIMO, “O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882)” in *Islenha*, n.º 1, Funchal, Jul.-dez. 1987, pp. 45-52;

“A Questão dos Sanatórios da Madeira” in *Islenha*, n.º 6, Funchal, Jan-Jun 1990, pp. 124-144;

“A Revolta do Leite” in Revista *Diário Notícias*, Funchal, 7 Abril 1996, pp. 22-25;

Passos na Calçada, Crónicas, Série *Novecentos* 1, Funchal, Ed. Calcamar, 1998.

VIEIRA, Alberto, “O Comércio de Cereais dos Açores para a Madeira no século XVII” in *Actas do Colóquio Internacional, Angra do Heroísmo*, 1984.

S. Vicente: um século de vida municipal (1868-1974), Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997.

VASCONCELOS, Teresa, *Letreiros e Anúncios Luminosos: Funchal - Anos 30*, trabalho apresentado ao Seminário de História da Madeira, do Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2000;

O Município do Funchal (1518-1522) – aspectos da administração e quotidiano, trabalho apresentado ao Seminário de História das Instituições do Antigo Regime, do Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2001;

Cereais dos Açores para a Madeira – (1800-1804), trabalho apresentado ao Seminário de História dos Açores, Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2001.

Obras de Urbanismo e Arquitectura na Madeira

ANDRESEN, Teresa, *Francisco Caldeira Cabral*, LTD Monographs, 2001.

ARAGÃO, António, “Alguns Tópicos Para a Classificação Urbanística da Madeira” in *Revista Islenha*, n.º 9 Jul.-Dez. 1991, pp. 21-31.

CARITA, Rui, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira, A Fortaleza –Palácio de São Lourenço*, Direcção dos Assuntos Culturais da Madeira, Funchal, 1981.

A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (C. 1570), Coimbra, Coimbra Editorial Lda, 1982.

“Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, in *Margem 2*, n.º 1, Set. 1995, pp. 27-31.

“A Fortaleza – Palácio de São Lourenço no Funchal” in *Monumentos*, n.º 3, Set. 1995, pp. 62-67.

A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, *Colóquio de Urbanismo – Funchal, Janeiro 1969*, Funchal, 1969.

FERRAZ, José de Freitas, *Planta da Cidade do Funchal Desenhada por Agostinho José Marques Rosa*, 1968.

FERNANDES, José Manuel, “Edmundo Tavares e a Arquitectura do Funchal”, in *Islenha*, n.º 12, 1993, pp. 57-60.

“O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural” in *I CIHM*, 1990, pp. 247-269.

“Arquitectura vernácula e estruturas nos arquipélagos da Macaronésia...”. Similitudes e contrastes, séculos XV-XVIII, in *II CIHM*, 1990, pp. 715-725.

“Arquitectura de penha longa”, in *III CIHM*, pp. 873-878.

“Da Sé ao Casino”, in *Monumentos*, n.º 19, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro 2003, pp. 94-99.

BMF, CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, *Projecto da Municipalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho do Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1959, (exemplar dactilografado).

GONÇALVES, Iria Vicente, “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal” in *III CIHM*, 1993, pp. 253-260.

GOMES, João Reis, *Casas Madeirenses*, 2.ª ed., Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1968. (colaboração artística de Edmundo Tavares).

LINO, Raul, *A Nossa Casa, Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção de Casas Simples*, 3.ª ed., com prefácio de Manuel de Sousa Pinto, Lisboa, Typ. do Anuário Comercial, 1918.

“Arquitectura - A propósito da casa madeirense” in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 32, vol. VI, 1962, pp. 42-44.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, MADEIRA, *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira: 1944-1969*, Funchal, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, 1969.

MENDONÇA, Furtado de, *Memória Descritiva e Justificativa das Obras Projectadas apresentada pelo engenheiro contratado*, Funchal, Typografia Bazar do Povo, 1915.

MESTRE, Victor, “Arquitectura Popular no Arquipélago da Madeira, Património Atlântico. Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural”, in *Islenha*, n.º 23, Funchal, Jul.-Dez. 1998, 89-112.

SILVA, José Manuel Azevedo e, “Funchal - do Estado Nascente da sua Urbanização ao Estado Institucional: etapas, ritmos e funções” in *Islenha*, Funchal, n.º 12, Jan.-Jun. 1993, pp. 20-31.

BMF, RODRIGUES, Ramon Honorato Corrêa, *Urbanismo, comunicação apresentada na semana de estudos da acção católica do Funchal, na comemoração do seu XXV aniversário, em Setembro de 1959*, Funchal, tipografia Esperança, 1962.

VASCONCELOS, Teresa, *A Obra de Edmundo Tavares na Madeira*, trabalho apresentado ao Seminário de Metodologia da História Regional e Local do Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2000.

Carlos Ramos, Projectos e Plano de Urbanização para o Funchal, Funchal, trabalho apresentado ao Seminário de História do Urbanismo do Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2000.

A Capela de N.ª S.ª da Conceição no Monte, trabalho apresentado ao Seminário de Património Cultural I, Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2000.

Arquitectura na Madeira: Anos 30 do Século XX – Contributos de Carlos Ramos e Edmundo Tavares, trabalho apresentado ao Seminário de Organização e Legislação Autárquica, do Mestrado em História e Cultura das Regiões, 2001.

Obras de Artes Plásticas e Design na Madeira

VALENTE, António Carlos Jardim, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990) Conjunturas, Factos e Protagonistas do Panorama Artístico Regional no Século XX*, vol. I e II, Tese de Mestrado em História da Arte, texto policopiado, 1999.

Outras Fontes

Fontes manuscritas:

BMF, Livros de Registo das Actas da Câmara Municipal do Funchal 1903 - 1910.

CMF, Livros de Registo das Actas da Câmara Municipal do Funchal, Livros n.º 25 a 39.

CMF, Arquivo de Obras Particulares, Requerimentos para Obras, entre 1930 a 1950.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Livros por catalogar existentes na Sala de Desenho.

ARM, Registo da Correspondência do Governador Civil com Corpos Administrativos, entre 1930-1936.

Fontes impressas:

Colecção de Legislação Portuguesa I e II Séries, 1910 -1950.

Imprensa Regional:

Heraldo da Madeira – 1910 – 1915.

Diário de Notícias – 1920 – 1922.

O Jornal – 1930 a 1950.

Memórias descritivas:

BMF, JUNTA AUTÓNOMA DAS OBRAS DO PORTO DO FUNCHAL, Eng.º Furtado de Mendonça, *Memória Descritiva e Justificativa das Obras Projectadas Apresentada pelo Engenheiro Contratado Furtado de Mendonça*, Funchal, Typografia Bazar do Povo, 1915.

DRAC, Secção de Serviços de Património Cultural, Ventura Terra, *Memória Descritiva e Justificativa do Pano Geral de Melhoramentos do Funchal*, Lisboa, Maio de 1915.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Edmundo Tavares, *Memória Descritiva e Justificativa da Construção do Mercado dos Lavradores*, Funchal, 1938.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Raul Lino, *Memória Descritiva e Justificativa do Alargamento da Praça do Município*, Lisboa, 1940.

Memória Descritiva do Monumento ao Infante D. Henrique no Funchal, Lisboa, Abril 1942.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Francisco Caldeira Cabral, *Memória Descritiva do Projecto para o Largo da Restauração na Cidade do Funchal*, Lisboa, 1941.

Projectos/ estudos:

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Departamento de Planeamento Estratégico, Ventura Terra, Plano de Melhoramentos para o Funchal, Funchal, 1915.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, s. a., Câmara Municipal do Funchal- *Projecto de Edifício Para o Registo Civil e Serviços Municipalizados*, s. l., Abril 1934.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Raul Lino, *Debuxo para Uma Fonte na Praça do Município-Estudo*, Lisboa, Fevereiro 1942.

Esboço para o Palácio da Junta Geral do Funchal, s. l., Janeiro 1942.

Arranjo à Volta do Monumento Ao Infante D. Henrique na Praça do Infante, Na Cidade do Funchal, s. l., Abril 1942.

CMF, Arquivo de Obras Públicas, Faria da Costa, *Estudo do Arranjo da Praça do Município e Sua Zona Imediata*, Funchal, Fevereiro 1945.

ANEXOS

Quadros

Quadro I
ESTIMATIVAS de CONSTRUÇÃO de AVENIDAS

Designação	N.º de Ordem	Comprimento	Largura	Preço médio	Estimativa
Avenida Marginal	1	1.225,0	50	8\$50	533.375\$00
Avenida de Oeste	2	1.200,00	25	8\$50	260.000\$00
Avenida de Leste	3	1.670,00	25	8\$50	354.875\$00
Avenida de S. Luzia	4	885,5	31	8\$50	233.325\$00
Avenida Central	5	256	25	8\$50	54.400\$00
Avenida Central	6	115	30	8\$50	29.325\$00
Avenida Central	7	273	25	8\$50	58.012\$00
Avenida Praça da República	8	194	30	8\$50	49.470\$00
Avenida Praça da Entrada da Cidade	9	114	70	8\$50	67.830\$00
Avenida	10	559	20	7\$00	78.260\$00
Avenida	11	745	20	7\$00	104.300\$00
Avenida	12	650,9	20	7\$00	91.126\$00
Avenida	13	506,9	20	7\$00	70.966\$00
Avenida	14	468	20	7\$00	65.520\$00
Avenida /Escadinhas	14	82,8	10	7\$00	5.796\$00
Avenida	15	1.086,25	20	7\$00	152.075\$00
Total					2.208.655\$00

Quadro II
RESUMO das ESTIMATIVAS das OBRAS PROJECTADAS

Designação	Comprimentos ou diâmetros	Estimativas
Avenidas	10.061,35	2.208.655\$00
Praças	635	189.826\$00
Parques		1.300.000\$00
Ruas	15.036,55	1.135.240\$00
Total Geral		4.833.721\$00

Fonte: Memória Descritiva do Plano de Melhoramentos de Ventura Terra, Maio de 1915.

Ilustrações

Legendas:

- 1 – “Entrada da Cidade do Funchal”. (1897 – 1915).
- 2 - Estudo de A. A. Câmara para um pavilhão para a Rua do Aljube. Funchal, Maio de 1922.
- 3 - Projecto de Fernando A. Câmara para uma montra na Rua dos Ferreiros. Funchal, 18 de Outubro de 1922.
- 4 - Plano Ventura Terra para o Funchal. Maio de 1915.
- 5 - Populares junto à Fábrica de S. Filipe. Funchal, 6 de Fevereiro de 1931.
- 6 - Dr.º Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Funchal, 7 de Maio de 1940.
- 7 - Molhe da Pontinha. Ampliação entre 1934 e 1939.
- 8 - Estátua de Gonçalves Zarco. Funchal, meados da década de 30.
- 9 – “Entrada da Cidade”. Derrube de árvores para o alargamento e prolongamento da Avenida Zarco. Década de 30.
- 10 - Jardim de S. Francisco. Derrube de árvores para a construção do prolongamento da Avenida Dr.º Manuel de Arriaga. Década de 40 – 50.
- 11 – Avenida Dr. Manuel de Arriaga. Década de 40-50.
- 12 - Rotunda do Infante. Inauguração da Estátua ao Infante D. Henrique, de Leopoldo de Almeida. Funchal, 28 de Maio de 1948.
- 13 - Rotunda e Avenida Infante já construídas. Década 40 – 50.
- 14 – Construção da Avenida do Mar. década de 40.
- 15 - Projecto de Edifício para o Registo Civil e Serviços Municipalizados. Funchal, 29 de Janeiro de 1934.
- 16 – Projecto de um Fontenário para a Cidade do Funchal, tipo C, do arquitecto Carlos Ramos. Lisboa, Junho de 1933.
- 17 - Vivenda Fátima, na Avenida Infante. Fotografia de Junho de 2003.
- 18 - Projecto de Edmundo Tavares para um “Pavilhão” no Terreiro da Luta. Funchal, Junho de 1935.
- 19 - Capela de N.ª S.ª da Conceição no Monte, projectada por Edmundo Tavares. Foto de 2001.
- 20 e 21 - Edifício projectado por Edmundo Tavares para o Pico dos Barcelos. Projecto de Novembro de 1935 e fotografia de 2001.
- 22 - Centro Dr.º Agostinho Cardoso, aspecto da fachada principal. Foto de 2001.
- 23 - Inauguração do Sanatório da Associação Nacional de Tuberculose construído na Quinta Sant’Ana, Monte. Funchal, 28 de Setembro de 1940.
- 24 - Ante-projecto de Edmundo Tavares para o Liceu Jaime Moniz. Década de 30.
- 25 - Construção do Liceu de Jaime Moniz. Década de 40.

26 - Interior do Mercado dos Lavradores. Funchal, 24 de Novembro de 1940.

27 - Estudo para uma fonte na Praça do Município, de Raul Lino. Janeiro de 1942.

28 - Gradeamento em ferro para a Igreja do Colégio. Projecto de Raul Lino.

29 - Estudo de Raul Lino para o Palácio da Junta. Janeiro de 1942.

30 - Esboço do Arranjo à Volta do Monumento ao Infante D. Henrique na Praça do Infante, na Cidade do Funchal. Abril de 1942.

31 - Estudo do Arranjo da Praça do Município e Sua Zona Imediata, de Faria da Costa. Funchal, Fevereiro de 1945.



"Entrada da cidade" do Funchal

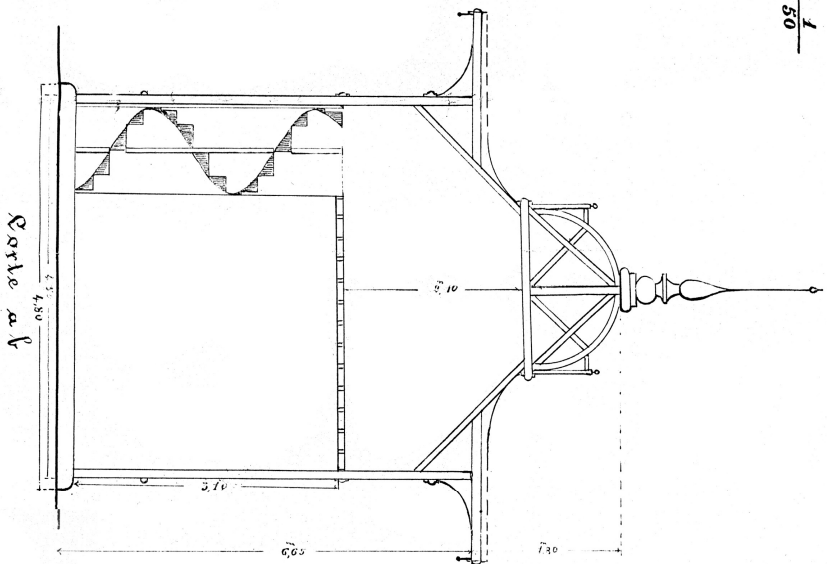
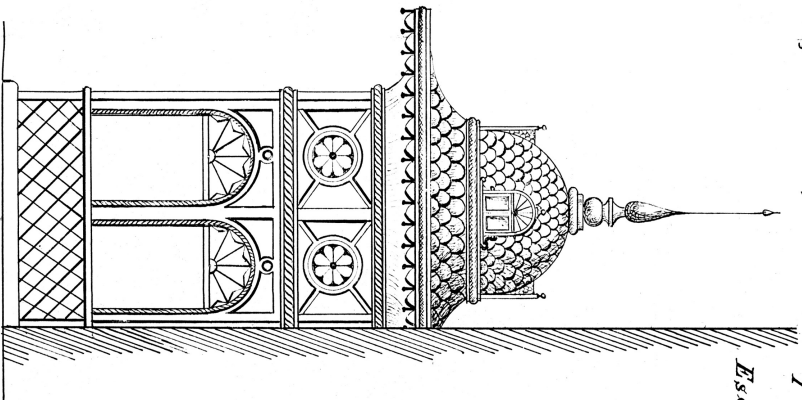
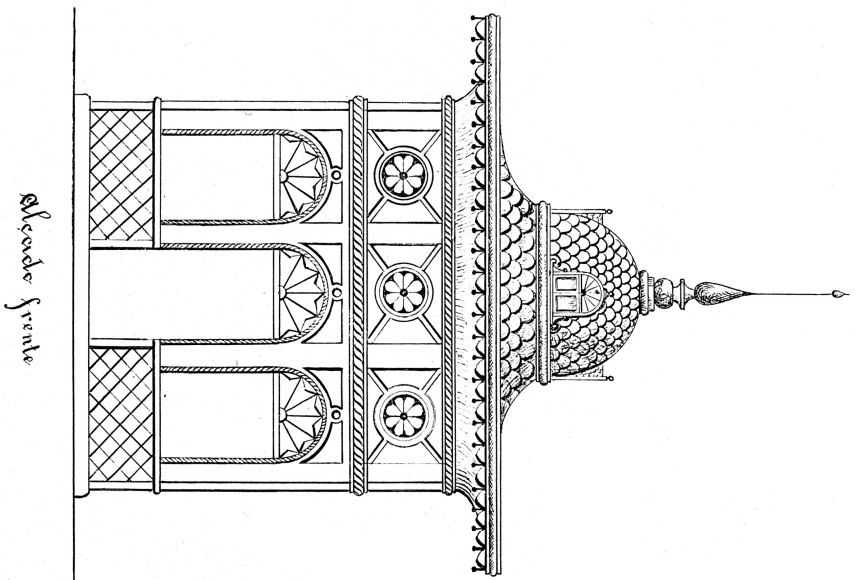
vendo-se à esquerda o antigo "Golden Gate"

1897 - 1915

Fotógrafo : Joaquim Augusto de Sousa

Escadas, corte e planta para um pavilhão

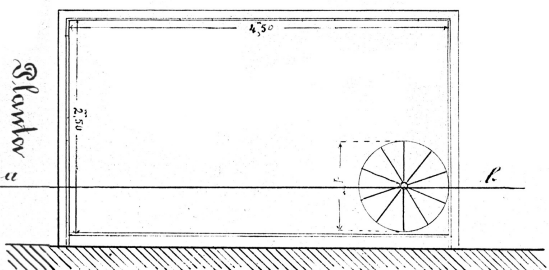
Escala $\frac{1}{50}$



Trachaf, Mate de 1928

Planta

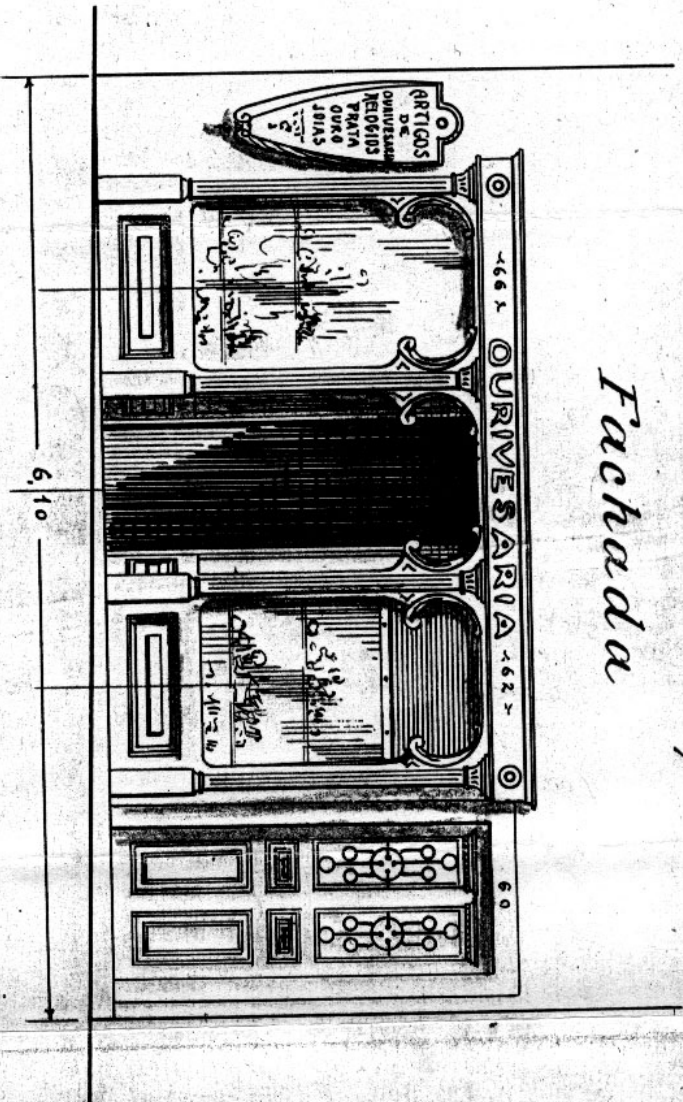
A. A. Amaral



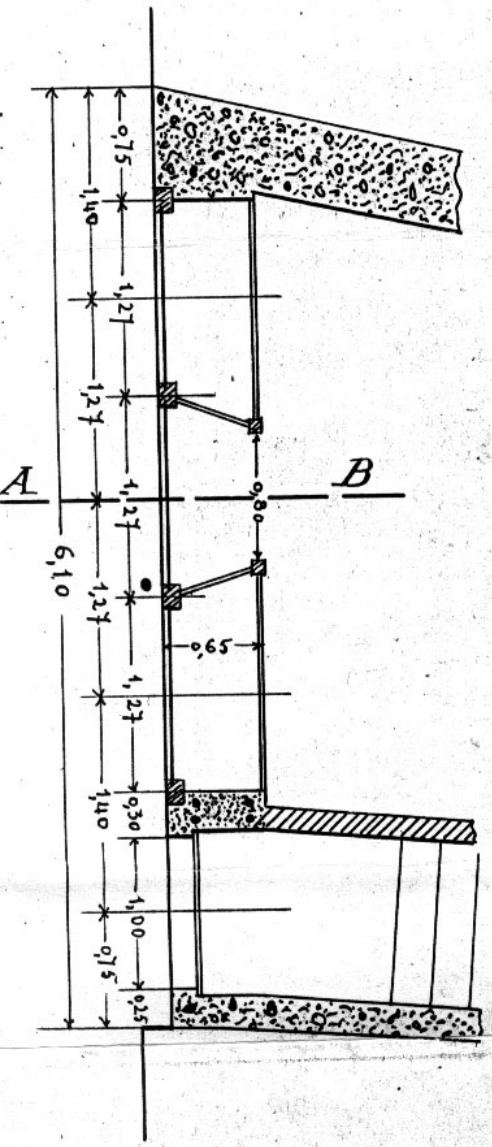
Projeto de uma Montre

Escala 1/50

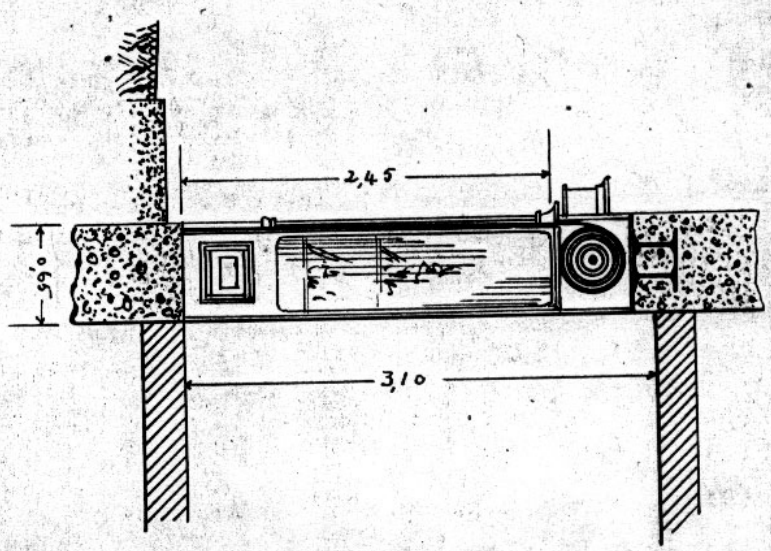
Fachada



Planta



Corte AB



O.T.B. Para suporte da parede da frente serão precisas duas vigas de ferro, duplo T, de 47,50 de altura cada e de 0,28 de altura com 0,01 de alma.

José de A. F. Araújo
18-10-922



O C C E A N O A T L A N T I C U S





"Revolta do Pão" - Revolta da Madeira
populares junto à Fábrica de São Filipe

6 Fevereiro 1931

Fotógrafo : Perestrellos Photographos



Dr.º Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves (1908 - 1978)

Presidente da Câmara Municipal do Funchal

(12 Jan 1935 - 22 Set 1946)

Cliché nº 220.936

7 Maio 1940

Fotógrafo : Vicentes Photographos





Molhe da Pontinha

ampliação do molhe de 1934 a 1939

Fotógrafo : Perestrellos Photographos









Avenida Dr. Manuel de Arriaga

[década de 40 - 50]

Fotógrafo : Perestrellos Photographos



MUSEU PHOTOGRAPHIA

"VICENTES"



MUSEU PHOTOGRAPHIA

"VICENTES"

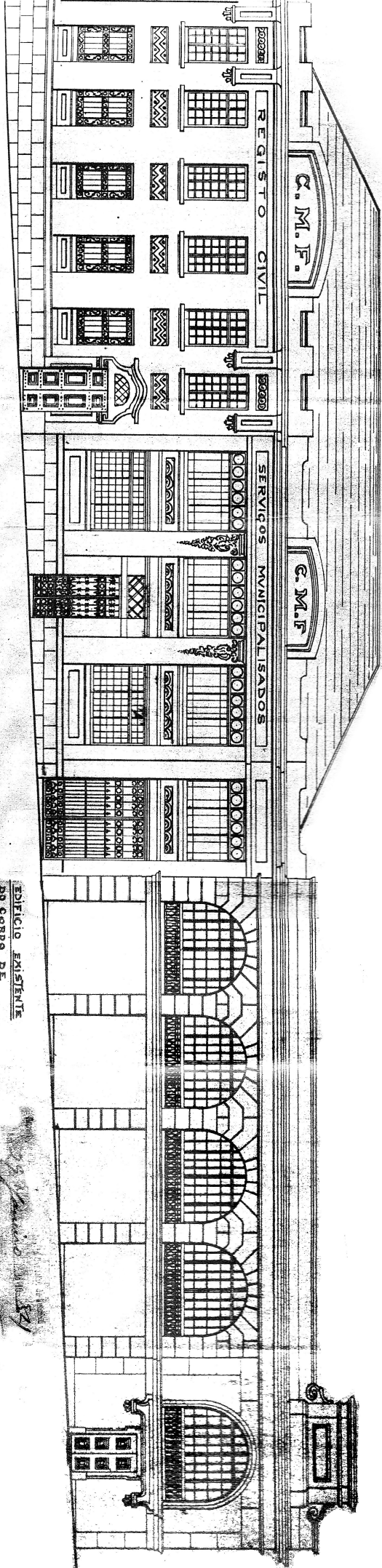


Construção da Avenida do Mar

[década de 40]

Fotógrafo : Perestrellos Photographos

CAMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
PROJECTO DE EDIFICIO PARA O REGISTO CIVIL E SERVICOS MUNICIPALISADOS



FACHADAS SOBRE A RUA 5 DE OUTUBRO

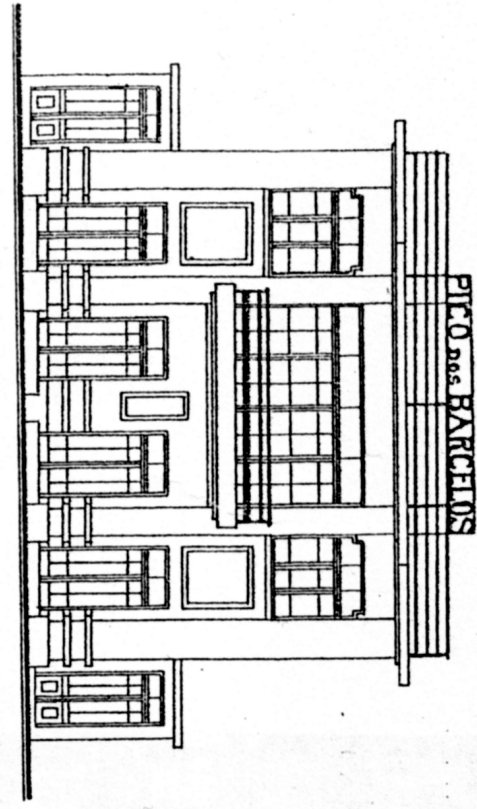
EDIFICIO EXISTENTE
DO CORPO DE
BOMBEIROS

Escalza/100

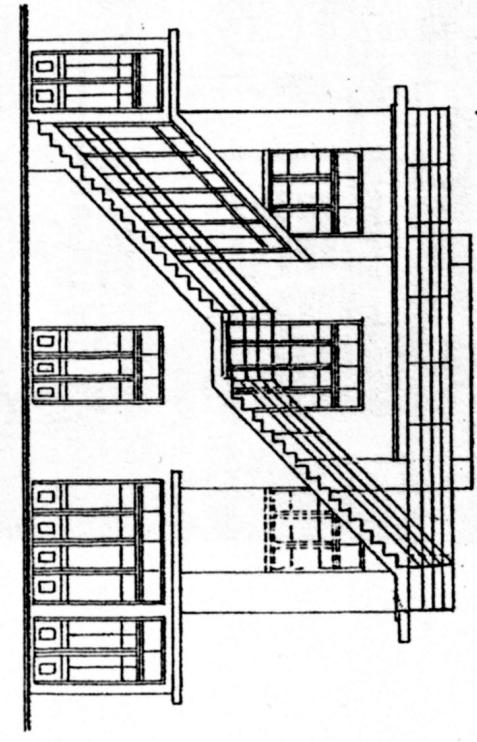


PROJECTO DE AMPLIACÃO A QUE SE REFÉRE O REQ.º JUNTO

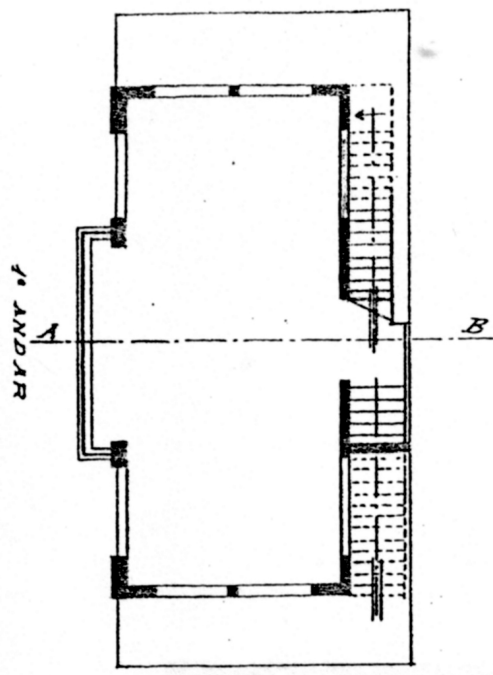
ESCALA DE 1/100



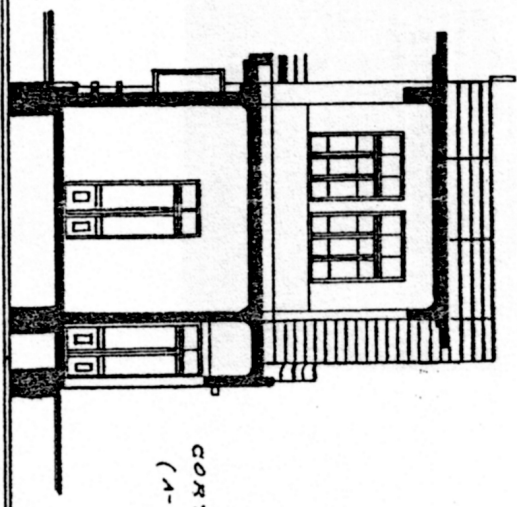
ALÇADO



POSTERIOR

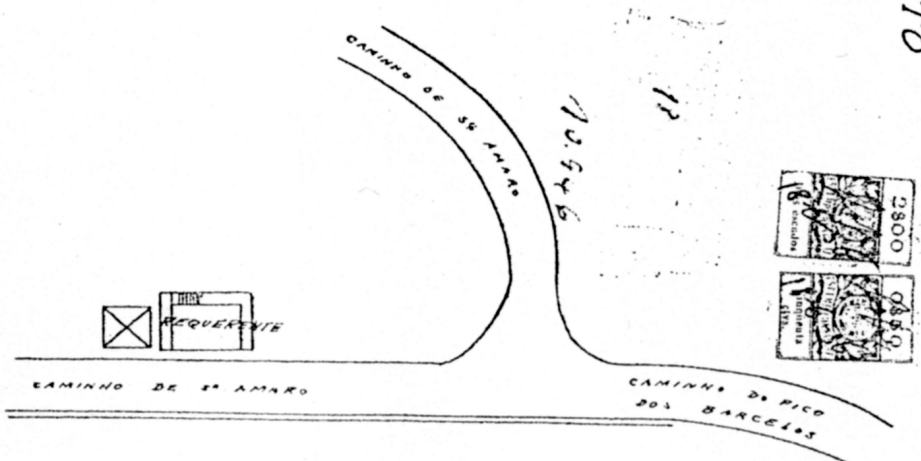


1.º ANDAR



CORTE (A-A)

PLANTA TOPOGRAFICA
ESCALA DE 1/500

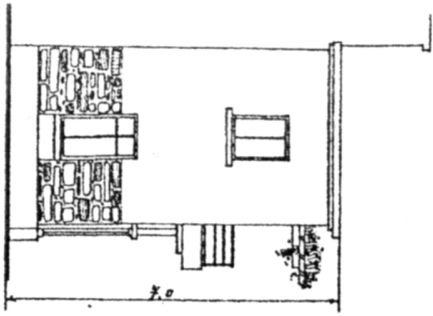


EDMUNDO TAVARES
ARQUITECTO D. E. B. N. LISBOA (A)

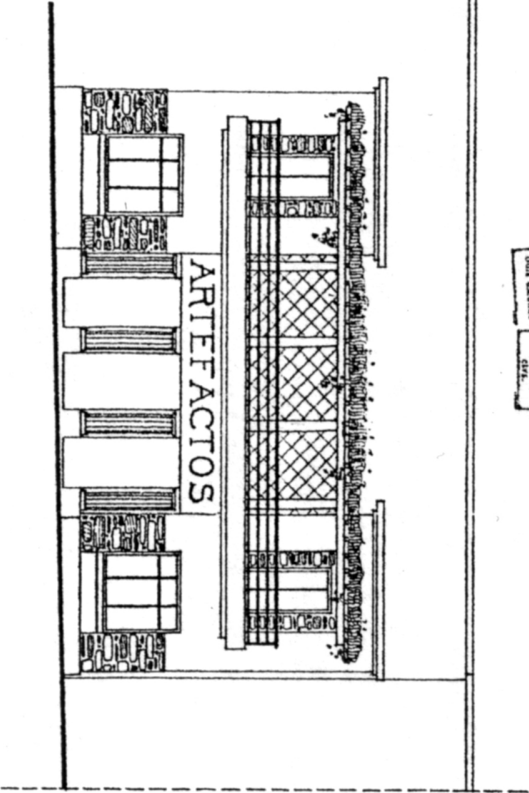


PROJECTO DE PAVILHÃO — TERREIRO DA LUCTA

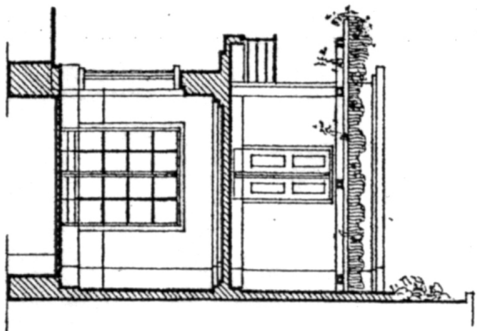
ESCALA — 1/100



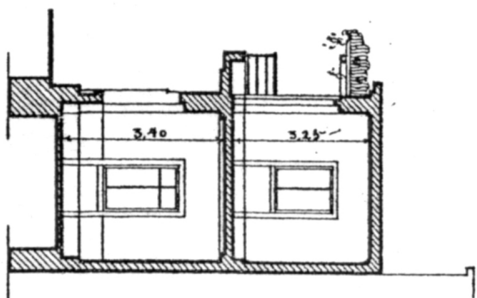
ALÇADO POENTE



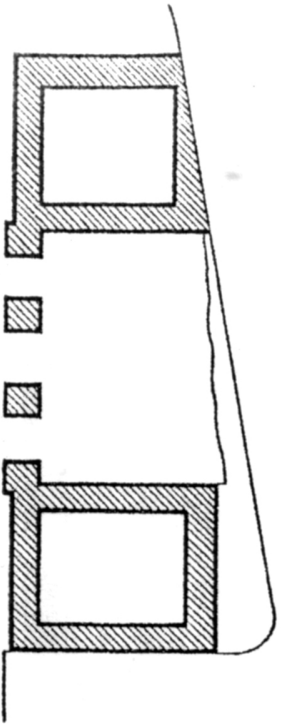
ALÇADO PRINCIPAL (SUL - ESTRADA)



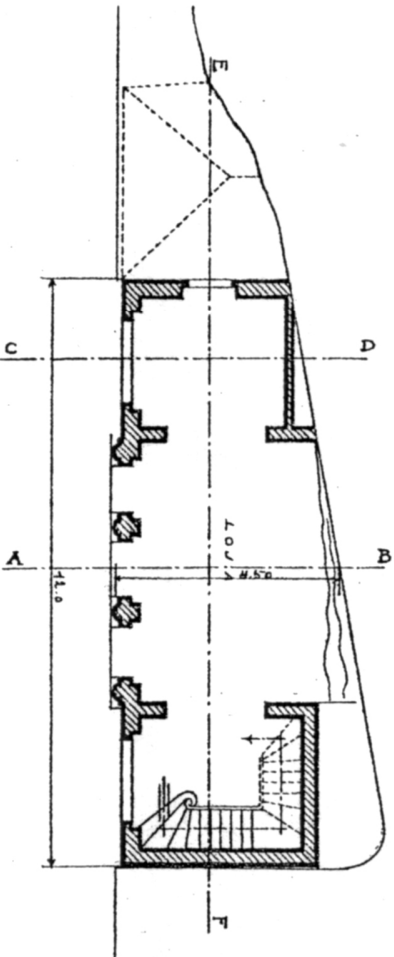
CORTE (A-B)



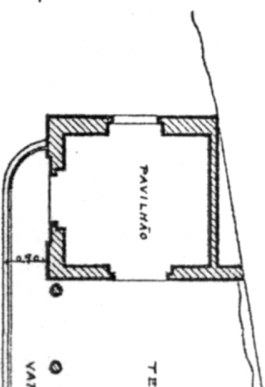
CORTE (C-D)



FUNDAÇÕES



REZ-DO-CHÃO





CENTRO
DR. AGOSTINHO CARDOSO





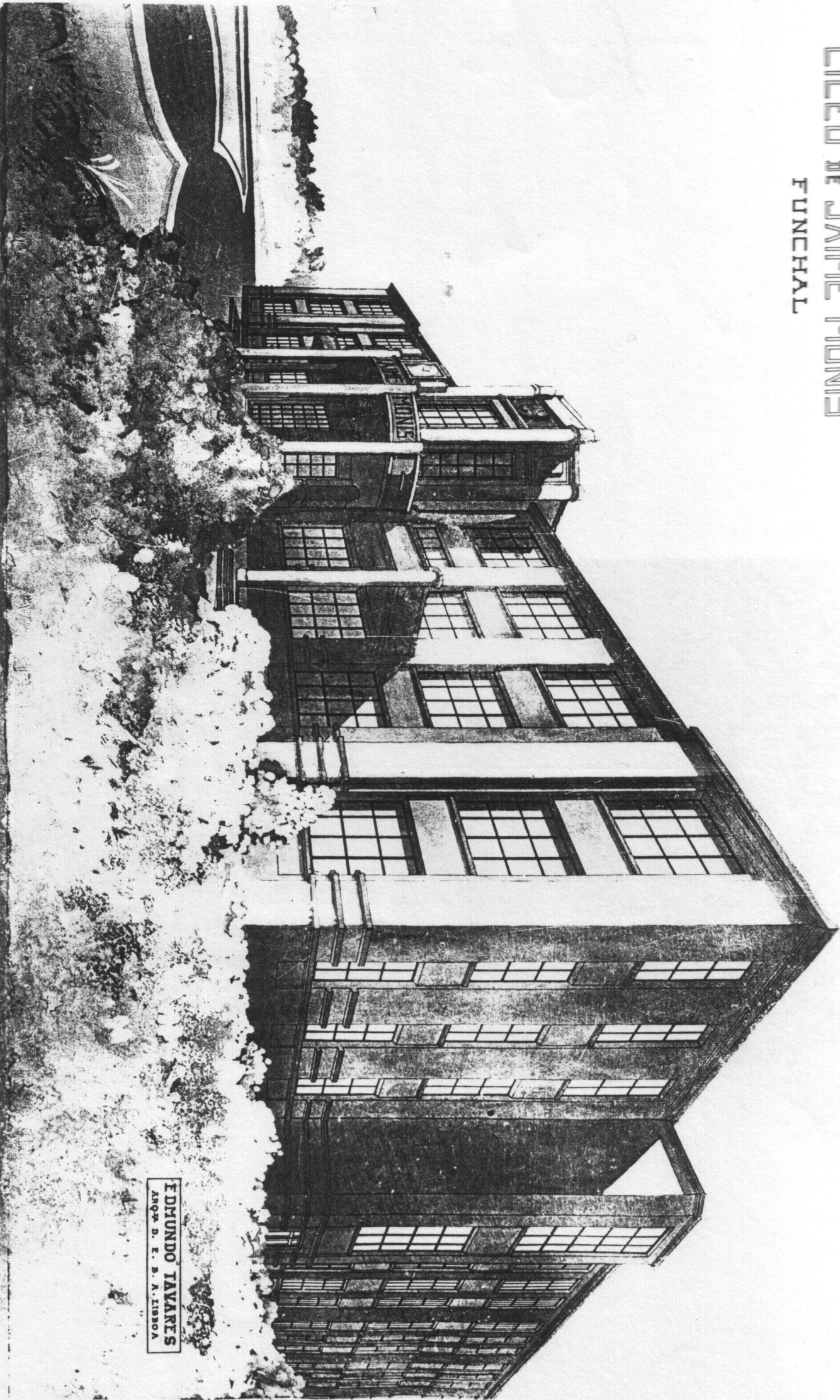
Sanatório - A.N.T.

Freguesia do Monte

28 Setembro 1940

Fotógrafo : Vicentes Photographos

LICEU DE "JAIME MONIS"
FUNCHAŁ



EDMUNDO TAVARES
ARQ. D. E. S. A. LISBOA





Mercado dos Lavradores

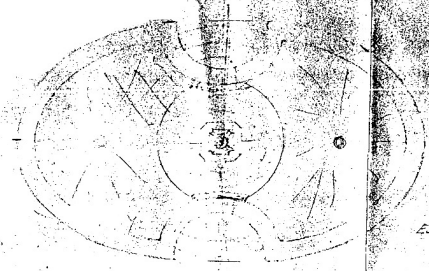
inaugurado a 24 Novembro 1940

Fotógrafo : Perestrellos Photographos

RAUL
LINSO
LISBOA
1942

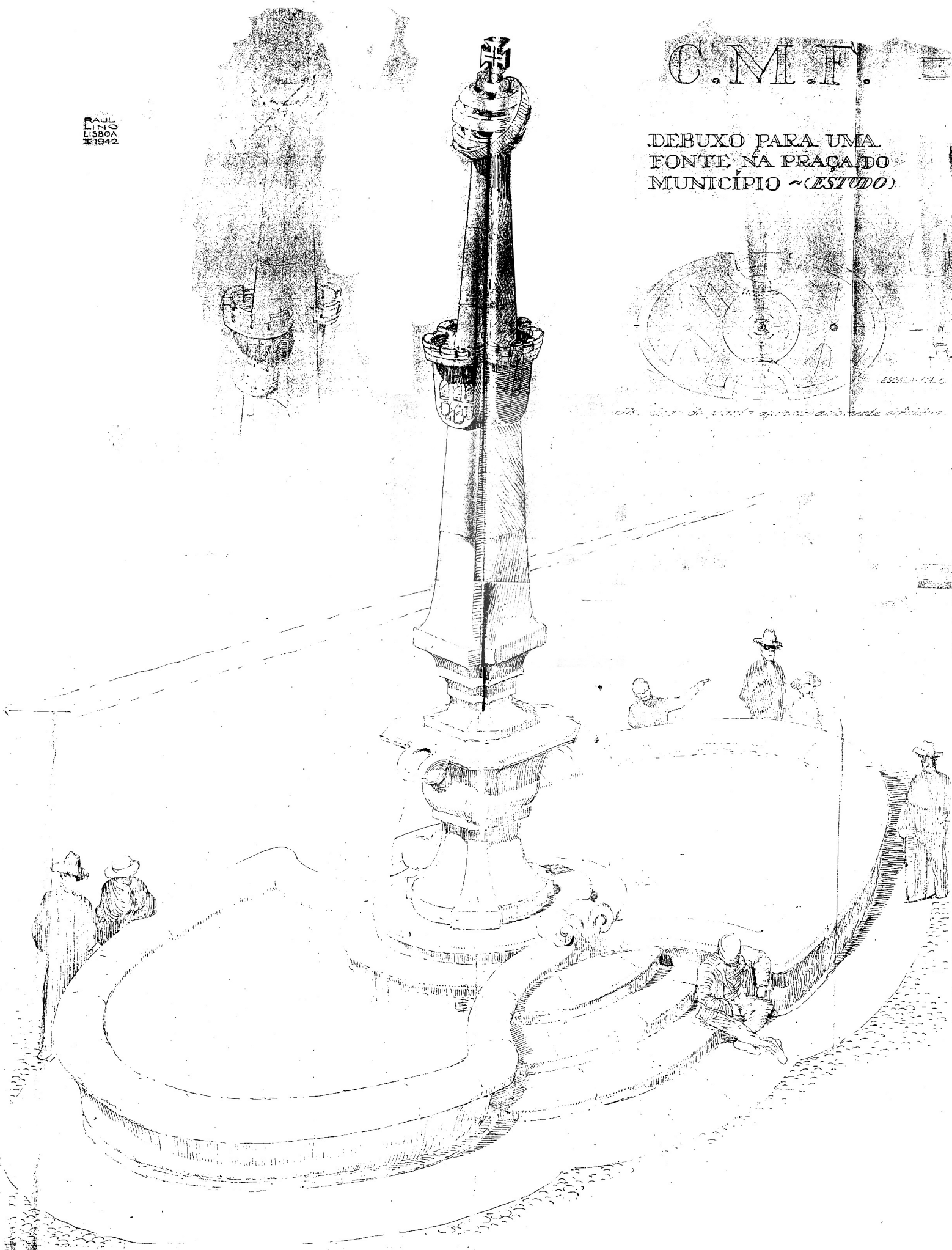
C.M.F.

DEBUXO PARA UMA
FONTE NA PRAÇA DO
MUNICÍPIO ~ (ESTUDO)



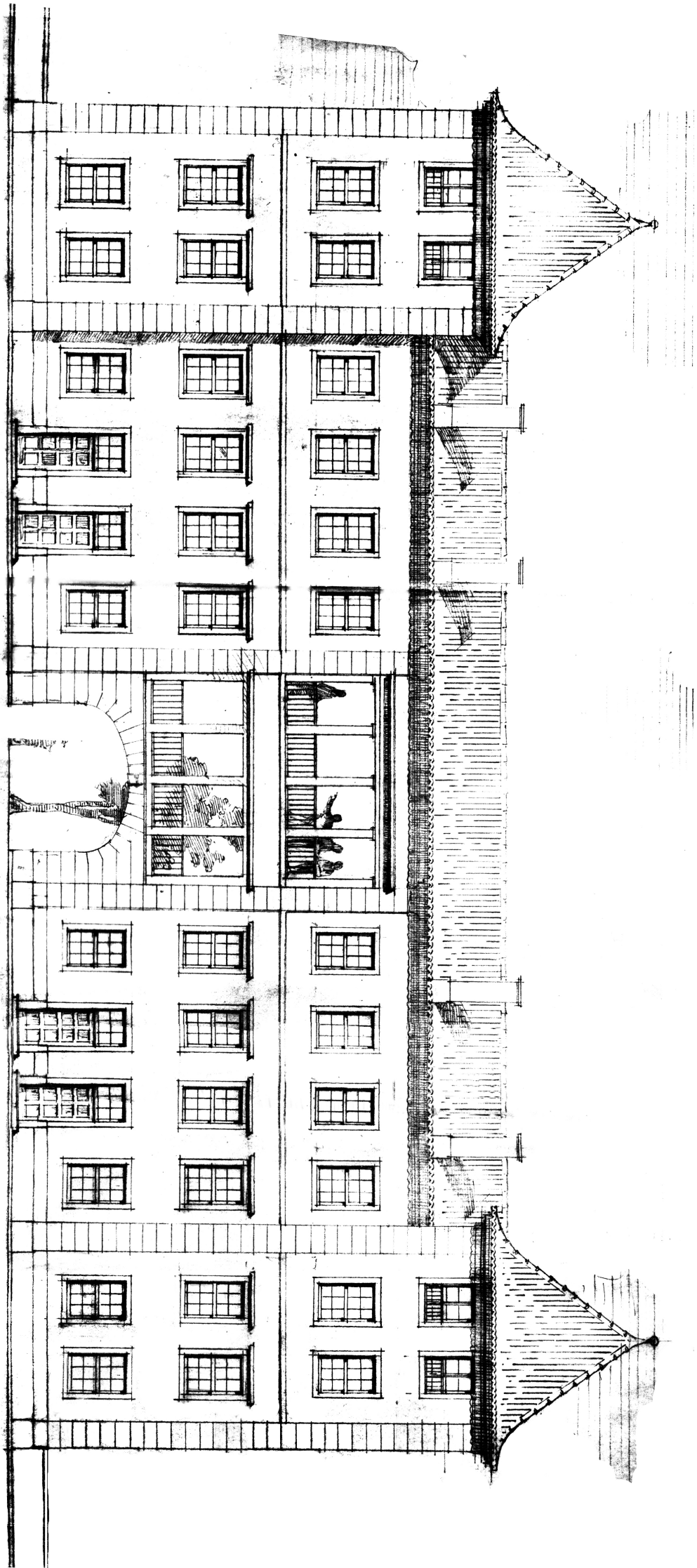
ESQ. 1/10

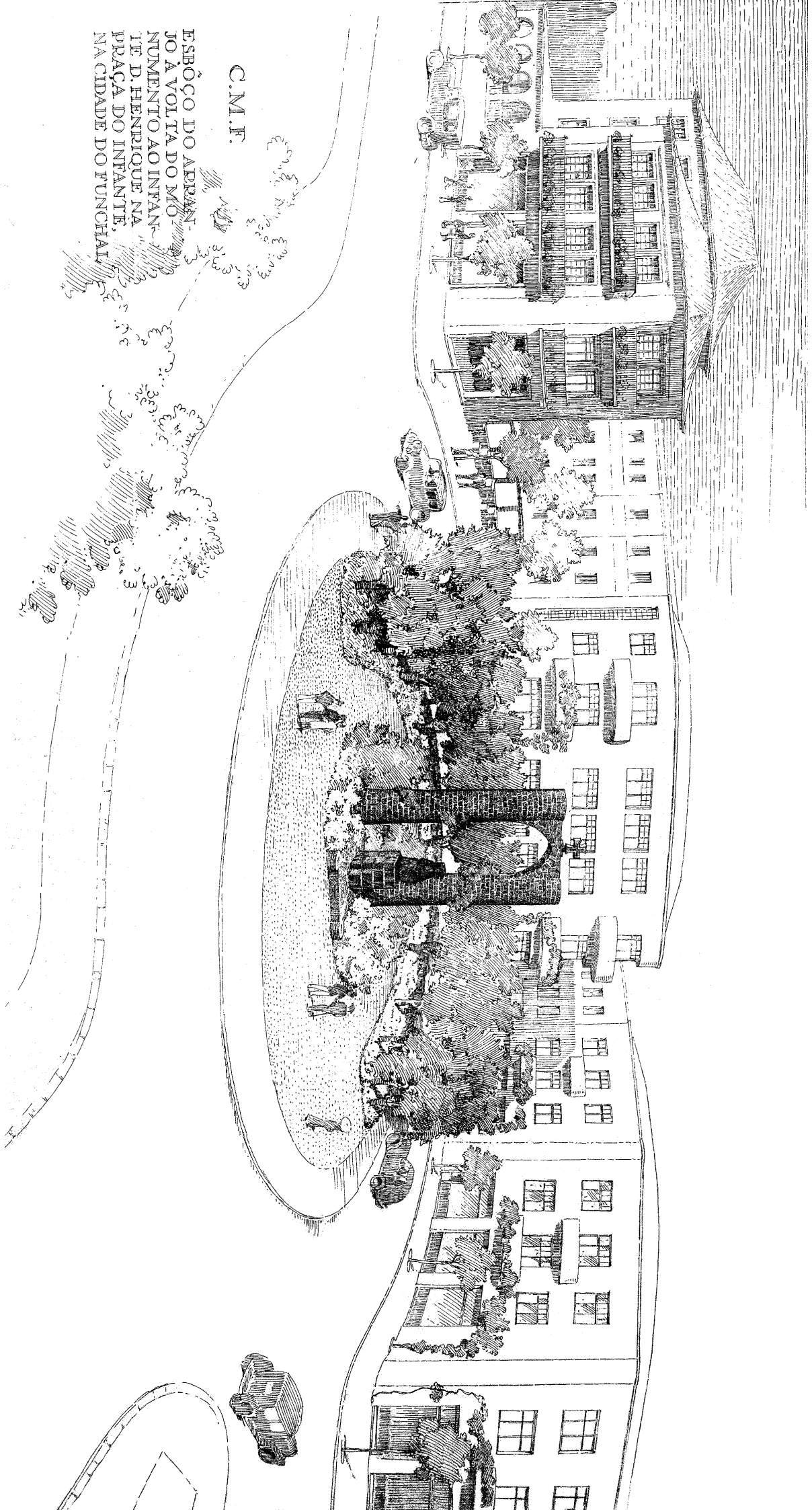
em escala de 1/10 para o estudo de execução





Escola - Escola - 1/100



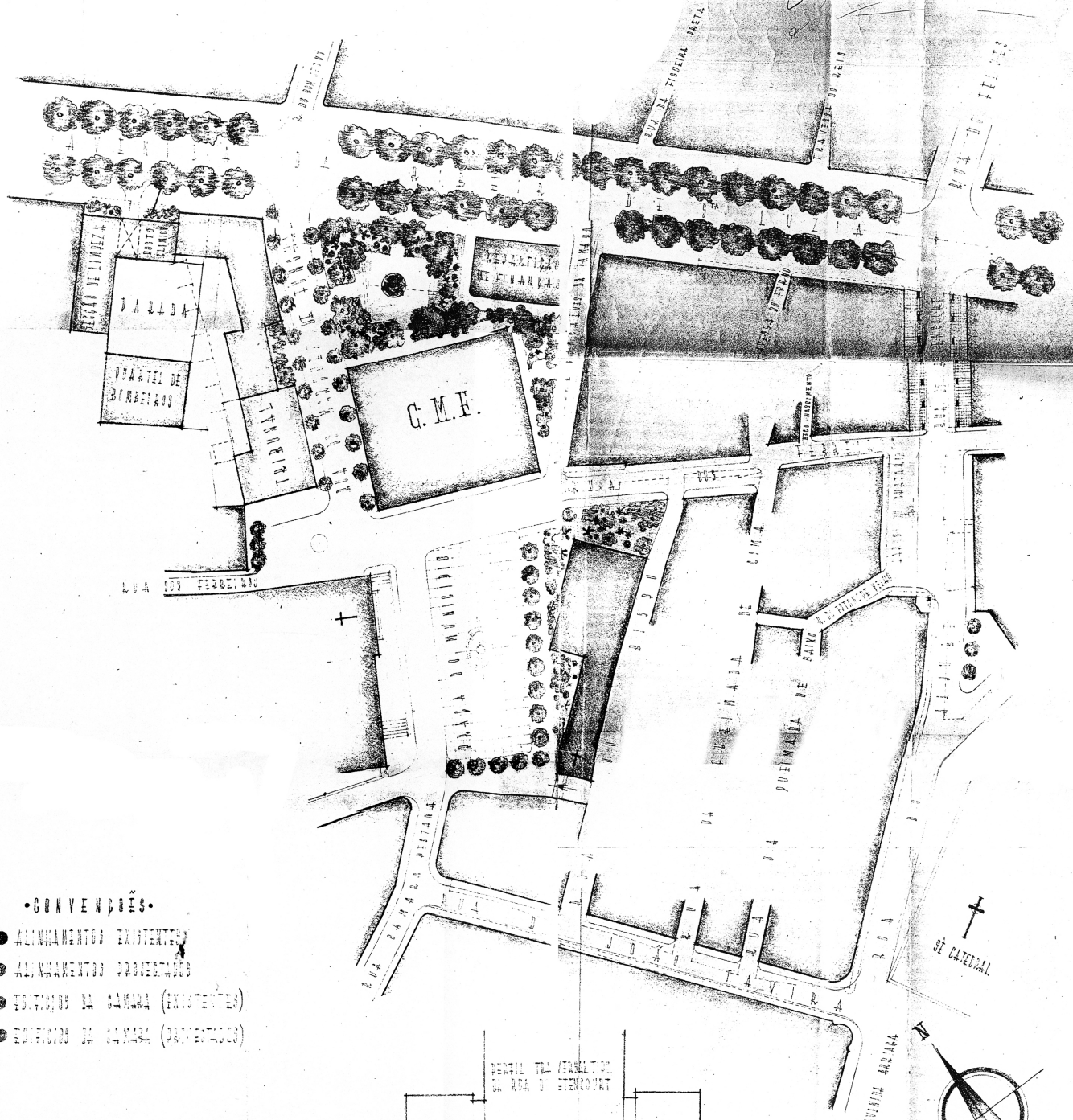


C.M.F.

ESBOÇO DO ARRAN-
JO À VOLTA DO MO-
NUMENTO AO INFAN-
TE D. HENRIQUE NA
PRAÇA DO INFANTE,
NA CIDADE DO FUNCHAL.

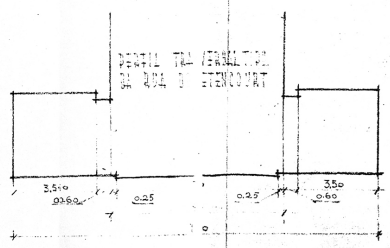
ESTUDO DO ARRANJO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E SUA ZONA IMEDIATA

E S C A L A D E 0, 0 0 5 P. M.



• CONVENÇÕES •

- ALINHAMENTOS EXISTENTES
- ALINHAMENTOS PROPOSTOS
- EDIFÍCIOS DA CÂMARA (EXISTENTES)
- EDIFÍCIOS DA CÂMARA (PROPOSTOS)



Arquiteta
 Ana Lúcia
 Funchal, 1990, Vol. 43